U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITECTURA

A ruína como objecto de projecto

O Paço dos Condes – Duques de Barcelos

Vânia Sofia Faria Costa

M

2023

U.PORTO

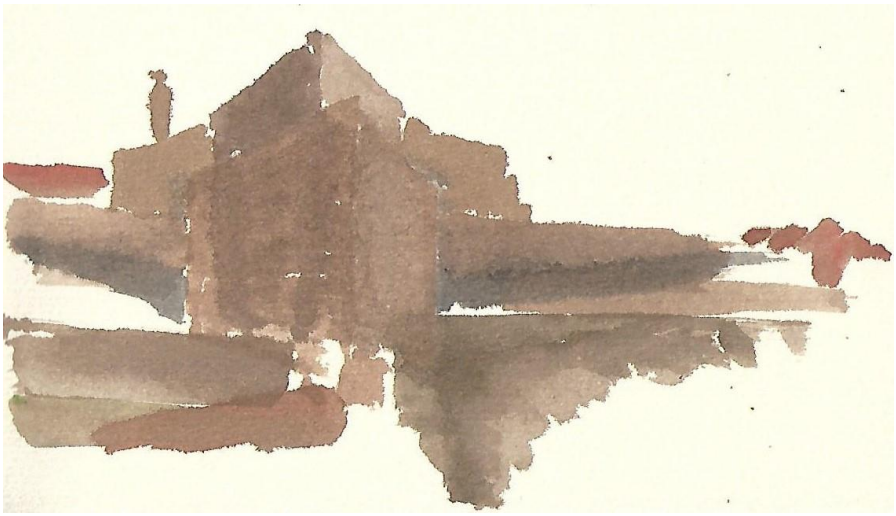
Vânia Sofia Faria Costa
A ruína como objecto de projecto | O Paço dos Condes – Duques de Barcelos

A ruína como objecto de projecto
O Paço dos Condes – Duques de Barcelos
Vânia Sofia Faria Costa

FACULDADE DE ARQUITETURA

M.FAUP **2023**

A RUÍNA COMO OBJECTO DE PROJECTO
O Paço dos Condes – Duques de Barcelos



Vânia Sofia Faria Costa

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
sob a orientação do Professor Doutor Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva
apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

FAUP | 2023

Agradecimentos

A todos os que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial, ao Professor Pedro Alarcão por toda a dedicação, atenção e compreensão.

Resumo

O presente trabalho surge da sentida necessidade e importância de observar, registar, conhecer, reflectir o património arquitectónico herdado, e do particular fascínio despertado pelas ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos.

Assentes sobre o promontório rochoso sobranceiro ao extremo Norte da Ponte Medieval, as referidas ruínas apresentam uma imagem emblemática e impactante sobre a paisagem em que se inserem. Situadas no centro histórico medieval e na considerada panorâmica mais bela de Barcelos, tantas vezes reproduzida, estas significativas ruínas revelam-se como potencial meio polarizador deste lugar, de certa forma, hoje obsoleto. As desmanteladas paredes do Paço de Barcelos, apesar de admiradas e apreciadas pela maioria, também são por esta incompreendidas e ignoradas.

Propomos, assim, um projecto de intervenção nas ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos que, assente no maior conhecimento quanto possível deste e do seu lugar, procura conhecer (e dar a conhecer), proteger e valorizar quer as referidas ruínas, quer as demais realidades que compõem o seu lugar. A ruína, objecto de projecto, é simultaneamente motivo de desenho e condicionante projectual. A sua história é tomada como instrumento imprescindível para a concepção do projecto, que procura responder aos vários tempos: passado, presente e futuro.

Abstract

The present dissertation arises from the felt need and importance of observe, register, know, reflect the inherited architectural and archeology heritage, and from the particular fascination aroused by the Paço dos Condes – Duques de Barcelos ruins.

Settled on the rocky promontory next to the North end of the medieval bridge, the mentioned ruins present an emblematic and impressive image in the landscape where they are implanted. Located in the medieval historic center and in the considered most beautiful view of Barcelos, pictured so many times, these significant ruins reveal themselves as a potential polarizing instrument of this place, somehow, nowadays obsolete. The dismantled walls of Paço de Barcelos, although admired and appreciated by the majority, are also by them misunderstood and ignored.

Therefore, we propose a project of intervention in the Paço dos Condes – Duques de Barcelos ruins which, based on the most possible knowledge of it and its place, pursuit to know (and make known), protect and enhance both the mentioned ruins and the other realites that form its place. The ruin, the object of the project, is simultaneously a drawing motive and a projectual conditioning. Its history is taken as an essential tool for the conception of the project, which pursuit to respond different times: past, present and future.

Notas prévias:
O texto apresentado na presente dissertação foi redigido segundo o antigo Acordo Ortográfico.
A imagem em anexo apresenta assinalados os espaços urbanos próximos ao Paço dos Condes – Duques de Barcelos mencionados ao longo do texto, identificando as denominações primitivas e as actuais. Consideramos que as denominações primitivas destes espaços eram mais intuitivas que as actuais; assim, quando tratamos do passado utilizamos as denominações primitivas; quando tratamos do presente (ou de um passado muito próximo) utilizámos as denominações actuais.

[img. 1| Esquisso do projecto]

SUMÁRIO

Agradecimentos 3

Resumo 5

Abstract 7

INTRODUÇÃO 11

BARCELOS 19

Origem 19

Lugar 19

Ponte Medieval 23

Igreja Matriz 23

Muralha 28

Paços do Concelho 40

O PAÇO DOS CONDES – DUQUES DE BARCELOS 47

Antecedentes 47

O Paço 60

Abandono e deterioração 70

Intervenções posteriores 78

As cinco primeiras *casas torres* 99

A Torre da Ponte 127

TRANSFORMAÇÕES URBANAS 141

O PAÇO E O LUGAR: DIAGNÓSTICO 149

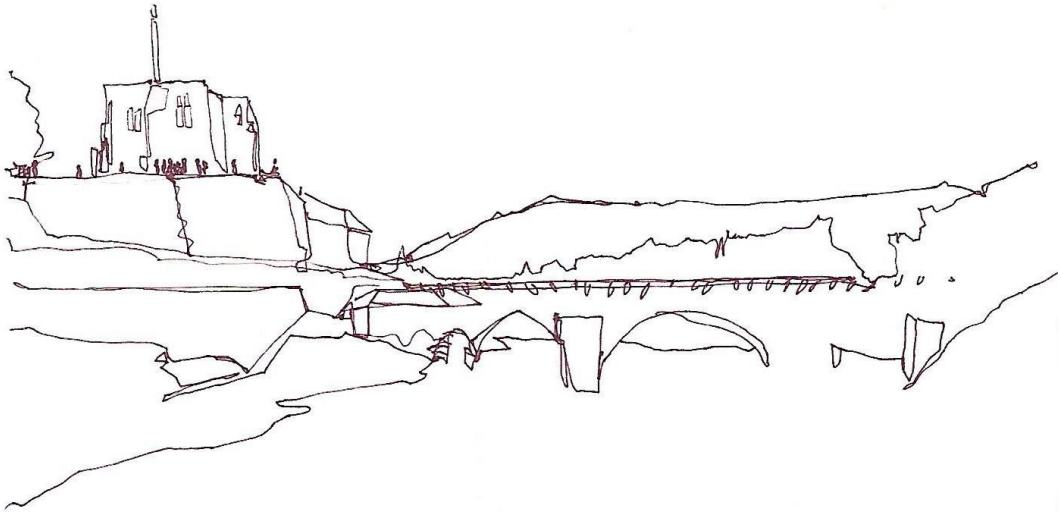
O PROJECTO: REFLEXÃO 167

CONSIDERAÇÕES FINAIS 215

BIBLIOGRAFIA 223

CRÉDITOS DAS IMAGENS 225

ANEXOS 229



2| Esquisso do Paço, a jusante da Ponte Medieval.



3| A jusante da Ponte Medieval.

INTRODUÇÃO

Assentes no maciço granítico sobranceiro à Ponte Medieval, na margem Norte do Rio Cávado, revelam-se um conjunto de paredes denegridas que constituem as ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos. Estas ruínas localizam-se na freguesia de Barcelos, concelho de Barcelos, distrito de Braga, entre as actuais Rua Duques de Bragança (antiga Rua do Terreiro/ da Ponte), a Rua Fernando de Magalhães (antiga Rua dos Pelames), a Rua Dr. Miguel Fonseca (antiga Rua da Igreja) e o Largo Dom António Barroso (entre as antigas ruas de Trás da Igreja e das Flores), centro cívico medieval, próximas a outras emblemáticas estruturas como a Igreja Matriz, o Solar dos Pinheiros, o Pelourinho, os Paços do Concelho, entre outras.

As ruínas do Paço, assentes numa posição de destaque e domínio sobre a paisagem em que se inserem, são muitas vezes confundidas com as ruínas de uma fortaleza, papel que nunca possuíram, sendo este conjunto por muitos, equivocadamente, denominado *o castelo*.

Significativo exemplar da arquitectura habitacional portuguesa, construído no século XV, o Paço dos Condes – Duques de Barcelos, que denominaremos Paço de Barcelos, primeiro da Casa de Bragança, da qual foi pertença, é, em 16 de Junho de 1910, classificado como Monumento Nacional.

Apesar da implantação privilegiada e da presença de características inovadoras à época em que foi construído, o Paço de Barcelos, peculiar pela sua reduzida escala e estranha tipologia face às outras moradas da Casa de Bragança que foram sendo erguidas, não teve grandes oportunidades de albergar os seus Senhores, que foram preferindo as terras de Vila Viçosa, Guimarães, Lisboa, entre outras. Nos finais do século XVI, o Paço de Barcelos entra em abandono e deterioração, avolumando-se a sua ruína no decurso XIX. Após anos a servir de pedreira, o arruinado Paço é doado pela Casa Real à Câmara Municipal de Barcelos, com a incumbência da edilidade o preservar e lhe atribuir utilidade. Algumas propostas para a recuperação das suas ruínas surgiram, mas as intervenções nestas realizadas, algumas infelizes, foram apenas pontuais. Desde a segunda metade do século XX, não há notícia de acções expressivas sobre estas ruínas nem sobre o seu espaço envolvente imediato.

As significativas ruínas do Paço, parte preponderante da história da urbe de Barcelos, da memória comum, da identidade, vão subsistindo à acção do tempo e ao desrespeito e esquecimento do homem. A débil relação destas com o meio urbano e a falta de elementos que permitam a sua simples leitura e compreensão pelas gentes que por elas passam, faz com que estas formem um conjunto isolado, incaracterístico e desolador de



4| A partir da Ponte Medieval.



5| A jusante da Ponte Medieval.



6| A montante da Ponte Medieval.



7| A partir da Rua Dr. Miguel Fonseca (antiga Rua da Igreja), onde se situaria o desaparecido Largo do Terreiro.



8| A partir da Praça Municipal, onde se situaria o desaparecido Largo do Pé da Ponte.



9| A partir da Rua da Misericórdia (antiga Rua de Santa Maria).

paredes desmanteladas, mas, mesmo assim, imponentes. A necessidade de intervenção é há muito sentida.

Reconhecendo vitalidade e potencialidades nas ruínas do Paço de Barcelos, e o seu carácter polarizador no lugar onde se inserem, pouco fruído pelos barcelenses e pelas gentes que ali passam, propomos um projecto que, tendo como motivo a intervenção nas referidas ruínas, vai ao encontro da valorização não só destas, como também das distintas realidades que as rodeiam.

"A ideia de Património e da necessidade de o preservar é hoje determinante nos caminhos da Arquitectura e da Cidade. (...), a consciência da necessidade de manter e utilizar o que chamamos Património não se refere apenas à necessidade de Beleza, mas também e sobretudo à sua indispensável presença como instrumento de invenção, como fio ramificado de apoio – mais do que nunca hoje, em tempo de profundas e incertas transformações."[1]

Entendemos que usar a ruína como objecto de projecto obriga a que este se sustente intensamente na história desta e do seu lugar, da qual deve procurar fazer uma apropriação produtiva para a construção de uma resposta à contemporaneidade.[2] Assim, o presente trabalho divide-se essencialmente em duas partes: a primeira assenta na investigação da sua origem e do seu processo de transformação, no levantamento do presente e na reflexão sobre a condição actual da ruína e do seu lugar; a segunda, intrinsecamente relacionada com a primeira, assenta na reflexão e no desenho de um possível futuro.

Procuramos aprofundar o conhecimento do objecto e do lugar onde este se insere, partindo de uma aproximação do geral para o particular, do lugar ao objecto, chegando à história particular deste último desde a sua construção até ao seu estado actual de ruína, entendendo a sua génese, o processo de transformação, o processo de deterioração e as intervenções posteriores.

Apesar da escassez de iconografia e descrições do Paço de Barcelos, é possível reunir alguns elementos que, juntamente com alguns estudos realizados entre os séculos XX e XIX, permitem construir uma ideia aproximada do seu conjunto primitivo e posteriores fases de evolução (de construção e de deterioração). O presente trabalho procura expor e organizar os elementos gráficos, iconográficos, fotográficos, cartográficos,

[1] Álvaro Siza, *02Textos*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2018, p. 89.
[2] *"(...) a história da arquitectura constitui o material da arquitectura. Operamos na construção de um grande projecto unitário no tempo, trabalhando sobre determinados elementos que modificamos lentamente; e através disto chegamos seguramente à invenção."*, Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, Edições 70, Lisboa, 2018, p. 15.

desenhados e escritos encontrados que consideramos necessários para o conhecimento do objecto de estudo, discorrendo sobre estes. Pretendemos transmitir conhecimento sobre as ruínas do Paço, despertar maior interesse sobre estas e alertar para a situação em que se encontram.

Ao longo da investigação deparamo-nos com um elemento que inicialmente desconhecíamos: a Torre da Ponte. Esta, parte do Paço, da ponte e da muralha, da qual apenas subsistem os alicerces Sul, revelou-se-nos como uma das maiores (senão a maior) particularidades da urbe de Barcelos (img. 10 e 11).

Não se conhecem elementos suficientes que nos permitam conhecer na sua totalidade a desaparecida Torre da Ponte. Muitos dos autores que se debruçam sobre a história da urbe de Barcelos (da qual o Paço faz inevitavelmente parte) mencionam a anterior existência de uma torre sobre a ponte, mas pouco ou nada esclarecem sobre esta. Os poucos autores que se debruçam sobre esta fazem-no, no nosso entender, de modo demasiado sucinto e pouco esclarecedor.

Assim, o que revelamos sobre a Torre da Ponte resulta de uma interpretação e reflexão própria dos poucos elementos sobre esta existentes, que expomos, contribuindo para maior conhecimento e compreensão da mesma.[3] Abrimos espaço para outras reflexões e procuramos impulsionar outros estudos mais aprofundados sobre esta e, por conseguinte, sobre o restante Paço, ponte e muralha.

As interpretações expostas neste trabalho tornam-se hipóteses deixadas ao serviço de outros (arquitectos, arqueólogos, historiadores, entre outros), a fim de serem validadas ou refutadas (ou simplesmente discutidas, caso não seja possível um consenso), conforme os elementos disponíveis e outros que possam surgir.

A necessidade e importância de conhecer, salvaguardar, preservar e valorizar o património arquitectónico e arqueológico herdado, parte da história humana, da memória comum, de incalculável interesse público,[4] levanta a discussão em torno da condição da ruína e da acção a realizar nesta, de modo a concretizar as tarefas enunciadas. Distintas posições foram sendo tomadas no decurso do tempo em relação a esta questão, surgindo diversas teorias, cartas e recomendações sobre o restauro de monumentos e, actualmente,

[3] *"(…) ninguém dispõe de melhores ferramentas e método para empreender a tarefa da dedução da ausência do que o arquitecto, utilizando precisamente o desenho como instrumento de análise e concepção."*; Pedro Alarcão, *O traçado oculto da cidade romana de Tongobriga*, in *Tongobriga – Reflexões sobre o desenho urbano*, Afrontamento, Porto, 2014, p. 26 – 27.

[4] [4] *"(…), as ameaças permanentes que pairam sobre o património não impedem um vasto consenso em favor da sua conservação e da sua protecção, oficialmente defendidas em nome de valores científicos, estéticos, memoriais, sociais, urbanos que esse património possui nas sociedades industriais avançadas."*, Françoise Choay, *A alegoria do património*, Édições 70, Lisboa, 2018, p. 16.



10| Alicerces da Torre da Ponte.



11| Alicerce Oeste da Torre da Ponte.

dispomos já, espalhado por todo o mundo, de um vasto reportório de exemplos de acção sobre o património que materializam as distintas posições.[5]

Não nos parece prudente apontar uma determinada posição a tomar e posterior acção consequente dessa posição. Cada caso é diferente de outro e não devemos assumir posições intolerantes, mas, pelo contrário, estar disponíveis a reconhecer no objecto a intervir os princípios a tomar. *"Como usar o Património Construído e a Paisagem Cultural?"*[6]

Não é pretensão do presente trabalho discorrer sobre as posturas e os modos de intervir no património arquitectónico em ruína[7] (já tantas vezes expostos), mas sim fazer uma reflexão própria sobre a condição de ruína específica do Paço, os seus valores, a sua vitalidade, as suas potencialidades, com o propósito de obter as respostas de como nesta (específica) intervir. Assim, à história das ruínas do Paço de Barcelos e do seu lugar, ao nosso conhecimento, interpretação e compreensão desta, está intrinsecamente relacionado o nosso projecto.[8]

O projecto, desenvolvido ao nível do que poderíamos denominar de um estudo prévio, resultado das primeiras aproximações à ruína e ao seu lugar, procura a reintegração formal, espacial, social e cultural da ruína na envolvente. Atentando e respeitando a sua história e a sua memória, procuramos atribuir-lhe um papel realmente participativo nas vivências humanas/ urbanas e proporcionar meios de percepção que possibilitem uma leitura clara e completa do monumento.

---

[5] Ver Eugéne Viollet-Duc, *"Restauration", Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, A. Morel, Éditeur, 1866; John Ruskin, The Seven Lamps of Architecture. Barcelona: Alta Fulla, 1987; Camilo Boito, *Conserver ou restaurer: les dilemmes du patrimoine*, Bensaçon, L'Imprimeur, 2000 (1.ª ed. 1893); Alois Riegl, O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos, Edições 70, Lisboa, 2016; Cesare Brandi, *Teoria de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1993, (1.ª ed.1963); Antón Capitel, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, 2ª edición revisada y ampliada, Madrid: Alianza, 2009; Françoise Choay, *A alegoria do património*, Edições 70, Lisboa, 2018; entre muitas outras contribuições.

[6] Pedro Alarcão, Lino Dias Tavares, *Paisagem antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspectivas*, Edições Afrontamento, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto, 2017, p. 7.

[7] Tal como exposto por Pedro Alarcão, podemos classificar as intervenções no património arquitectónico arruinado (e deixado a descoberto) entre *acções de conservação* e *acções de reconstrução*. As *acções de conservação* dividem-se em *indirectas* e *directas*. Estas acções em pouco alteram a imagem do achado arquitectónico e arqueológico. As *acções de reconstrução* dividem-se em *cópia*, *reconstituição* (que se subdividem em *anastilose, preenchimento de lacunas* e *apresentação de alguns fragmentos da arquitectura do monumento*, em situações em que não se dispõe elementos suficientes que justifiquem as anteriores acções de reconstituição) e *reabilitação*. A *reabilitação* é a acção mais audaciosa e controversa, uma vez que pode alterar consideravelmente a imagem do monumento arruinado achado. Ver Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, Edições Afrontamento, Porto, 2019, p. 37 – 50; entendemos que na mesma intervenção se podem combinar várias acções consoante as características das diferentes partes intervencionadas.

[8] *"É universalmente reconhecida a íntima relação existente entre a experiência da arquitectura actual e o conhecimento da do passado; qualquer decisão prática implica um juízo histórico sobre os acontecimentos anteriores, que justificam a operação a realizar hoje, e cada juízo histórico tem implícita uma orientação que pode ser utilizada no campo prático."*, Leonardo Benevolo, *Introdução à Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 2009, p. 9.

Procuramos provocar diálogos entre o passado e o presente, o antigo e o novo, respondendo à contemporaneidade, tendo atenção para não fazer demais, não deixar que se perca a beleza, a identidade, o significado da ruína e do seu lugar.[9]

[9] *"(...) as ruínas representam para o arquitecto, de forma exemplar e enigmática, a síntese artística mais fortuita e perfeita que pode resultar da colaboração entre o homem, o tempo e a história."*, Alberto Ustárroz, *La Lécción de las Ruinas: Presencia del pensamiento grego y romano en la arquitectura*, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1866, p. 33.

BARCELOS

Origem

Não se conhece a origem da que viria a tornar-se a vila de Barcelos, actual sede do maior concelho de Portugal, localizada na região Norte, na sub-região do Cávado. Na sua envolvente próxima encontram-se vários vestígios de ocupação humana desde a Idade do Bronze, mas onde esta se implanta não se encontram vestígios anteriores à Idade Média.

Em 1298, como recompensa pelos serviços prestados, D. João Afonso recebe, de D. Dinis, as terras de Barcelos e o título de Conde. Barcelos, anterior vila régia, passa a vila condal, sendo a sede do primeiro condado português.

Em 1385, D. João Afonso Telo, 6º Conde de Barcelos, falece na batalha de Aljubarrota. O condado de Barcelos é concedido por D. João I, Mestre de Avis, a D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, como recompensa pelos serviços prestados. Em 1401, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, aquando o seu casamento com D. Beatriz Pereira, filha única de D. Nuno Álvares Pereira, recebe deste o condado de Barcelos. D. Afonso, 8º Conde de Barcelos, é nomeado, em 1442, pelo regente Infante D. Pedro, 1º Duque de Bragança, nascendo, assim, a Casa de Bragança.

A 05 de Agosto de 1562, D. João I, 13º Conde de Barcelos, 6º Duque de Bragança, recebe, de D. Sebastião, o título de Duque de Barcelos. Barcelos torna-se vila ducal.

Com a Restauração da Independência, a 1 de Dezembro de 1640, D. João II (IV), 15º Conde de Barcelos, 2º Duque de Barcelos, 8º Duque de Bragança, ascende ao trono de Portugal. Barcelos, vila condal, entre 1298 e 1640, e vila ducal, entre 1562 e 1640, volta a ser vila régia.

A 31 de Agosto de 1928, Barcelos é elevada a cidade.

Lugar

Barcelos, entre Braga, Porto, Esposende e Viana do Castelo, lugar de cruzamento de caminhos regionais, implanta-se num promontório rochoso e planalto adjacente, entre os 18 e os 44 metros acima do nível da água do mar, na margem Norte do Rio Cávado.

As primeiras ocupações humanas conhecidas acontecem a Poente do referido promontório rochoso, a cota inferior, onde *"(...), o leito firme e pouco fundo do rio oferecia facilidades para a sua travessia a pé. A possibilidade desta passagem, abaixo da actual ponte medieval, facilitada por um vau do qual ainda hoje se vêem pedras quando o rio leva pouca água, está na origem do desenvolvimento desta antiga vila. Pelo menos uma importante via romana, bem testemunhada pela documentação alti-medieval e até pela arqueologia, passava por aqui. Era com certeza uma estrada que derivava da via Braga –*



12| Maqueta (1:2000); o primeiro eixo de desenvolvimento urbano.



13| Largo do Apoio.



14| Largo do Apoio.

Porto. Vinha da área de Famalicão por S. Miguel da Carreira, Santa Eulália de Rio Côvo, Midões e Gamil. Cruzava o Cávado em Barcelos e, continuando para noroeste, iria entroncar na via per loca maritima. De Barcelos, para norte, partiria uma outra que passava na Facha, de onde seguiria para Ponte de Lima. Tudo nos indica que, desde a época romana ao século XVIII, Barcelos era, na parte baixa da bacia do Cávado, o local preferido pelos viandantes para cruzar este rio."[10]

À data da primeira notícia documental sobre Barcelos, a sua carta foral, concedida por D. Afonso Henriques, entre 1156 e 1169,[11] já se verificava uma desenvolvida ocupação urbana.

As Inquirições de 1258, *"(...) evidenciam que a população tinha, como se houvesse muralhas, uma clara consciência de um núcleo central, o da vila, certamente bastante arruado, com a sua igreja e açougue, circundado por arrabaldes como os de Cimo de Vila, de Fundo de Vila e do Vale."*[12]

O primeiro eixo de desenvolvimento urbano da vila de Barcelos seria no sentido Oeste-Este, desde o Lugar de Fundo de Vila, na sequência do vau do rio e do caminho que vinha de Esposende, até ao Lugar de Cimo de Vila, a partir do qual se seguia para Ponte de Lima e Viana do Castelo (img. 12).

Sobre o referido eixo apresenta-se o Largo do Apoio,[13] o primeiro espaço público (*praça* pública) da povoação, assumindo-se como centro aglutinador desta (img. 13 e 14). Neste, circundado de edifícios de grande relevo arquitectónico, desembocam seis ruas: a Este, a Rua dos Mercadores e a Rua da Triparia, que convergem na Rua de Cimo de Vila; a Oeste, a Rua dos Açougues e a Rua da Sapataria, que levam à Rua de Fundo de Vila; a Norte, a Rua da Praça, que leva ao Lugar do Vale; e, a Sul, a Rua de Santa Maria. No extremo Sul desta última rua, é onde se encontra a igreja paroquial, construída na segunda metade do século XII, marginal a este primeiro eixo.[14]

No segundo quartel do século XIV, a construção da Ponte Medieval sobre o Rio Cávado define um novo eixo de acesso à urbe e, consequentemente, de desenvolvimento urbano da mesma. No mesmo tempo, a construção da Igreja Matriz, sobre a igreja paroquial, a Norte da Ponte Medieval, consolida o carácter aglutinador do referido eixo.

---

[10] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, 9, Ed. Presença, Lisboa, 1990, p. 10.
[11] Não se conhece a sua data, mas esta terá de balizar-se entre as referidas.
[12] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit, p. 12; Nas Inquirições de 1220, a freguesia de Barcelos é denominada Santa Maria de Barcelos; Ver Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, Barcelos, Santa Casa de Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, 1948, p. 141 e 142.
[13] Primitivamente, denominado Poio; Ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 53, 54 e 55.
[14] Ver Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, sep. de Barcelos Revista, Barcelos, 1991-1992, p. 32 e 33.

Ponte Medieval

Em meados da primeira metade do século XIV, tem início a construção da Ponte Medieval sobre o Rio Cávado, empreendida por D. Pedro Afonso, 3º Conde de Barcelos. Esta, com tabuleiro horizontal à cota de 18 metros e sensivelmente 100 metros de comprimento, implantada a cerca de 300 metros a Nascente do antigo vau, entre a freguesia de Barcelos, a Norte, e a freguesia de Barcelinhos, a Sul, veio permitir o fácil atravessamento do Rio Cávado.[15] Em 1328, a ponte estaria concluída ou, pelo menos, transitável, uma vez que, à data, junto ao seu extremo Sul, é instituída a Capela de Nossa Senhora da Ponte.

A Ponte Medieval de Barcelos, em pedra granítica e de grande dimensão, com cinco arcos apontados desiguais, quatro talha-mares a montante e quatro contrafortes a jusante, provoca um grande impacto sobre a paisagem em que se insere. Primitivamente, possuía guardas em pedra, rematadas por merlões, e tabuleiro com pavimento lajeado (img. 15). Na década de 1880, o tabuleiro da ponte é alargado, perfazendo a largura de 6 metros, sendo colocada cachorrada para suporte do mesmo, o pavimento é calcetado e as guardas de pedra são substituídas por outras de ferro.[16] Nos finais do século XX, o seu pavimento é betumado (img. 16).

Igreja Matriz

No segundo quartel do século XIV, também empreendida por D. Pedro Afonso, 3º Conde de Barcelos, inicia-se a construção da Igreja Matriz de Santa Maria Maior, que se prolonga pelos dois condados seguintes, de D. João Telo (de 1357 a 1372) e de D. Afonso Telo (de 1372 a 1382). Esta implanta-se sobre a referida igreja paroquial, no extremo Sul da Rua de Santa Maria, com a sua fachada principal voltada para Poente, no enfiamento da Rua da Igreja. Em 1464, no condado de D. Fernando I, 9º Conde de Barcelos, a Igreja Matriz é instituída a Colegiada, pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, por diligências iniciadas por D. Afonso, 8º Conde de Barcelos, sendo esta extinta, em 1848.[17] Ao longo da sua história, sofreu grandes mutações, possuindo, actualmente, uma grande sobreposição

[15] *"O afloramento rochoso, com cota elevada em ambas as margens do rio, permite o lançamento da ponte. A continuação do veio granítico no interior do leito do Cávado possibilita a colocação dos apoios intermédios sem grandes dispêndios em fundações."*; Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991, p. 112.

[16] Ver Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 148; *A Lagrima*, nº 16, Anno V, Barcellos, 16 de Agosto de 1896.

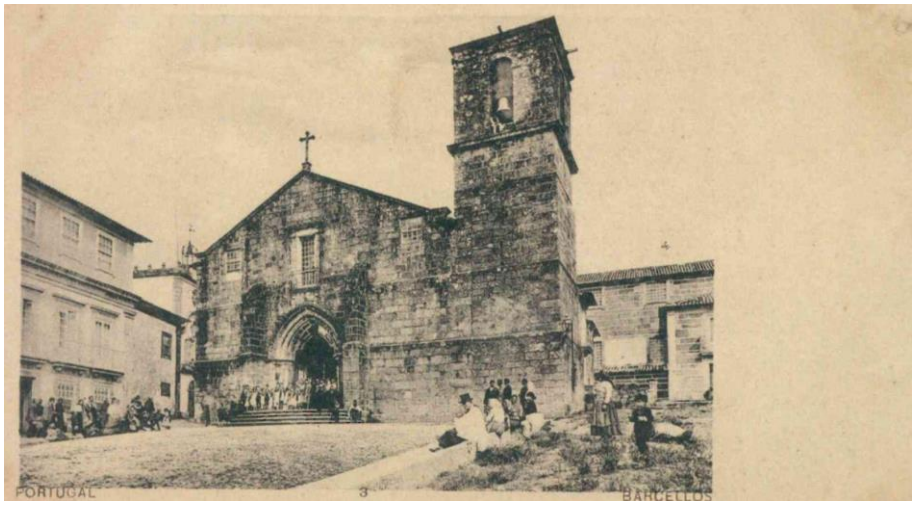
[17] J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1927, p. 35 e 36.



15| Ponte Medieval; a porta com arco de volta perfeita pode corresponder ao Postigo das Vivandeiras; fotografia tirada antes de 1880.



16| Ponte Medieval, a montante.



17| Igreja Matriz; Fotografia de (provavelmente) 1902; as pessoas a *habitar* o Adro.



18| Igreja Matriz, porta principal, a Oeste, a partir da Rua Dr. Miguel Fonseca (antiga Rua da Igreja).



19| Igreja Matriz, porta lateral, a Norte.

de tempos construtivos.[18] Apresenta, de forma muito sucinta, duas portas – uma, a principal, voltada a Oeste e, outra, lateral, voltada a Norte, – três naves, cabeceira, transepto, torre sineira e, a Sul, outros corpos que correspondem a capelas, a sacristia e a arrumos (img. 17 a 19).

As construções da Igreja Matriz e, principalmente, da Ponte Medieval sobre o Rio Cávado, levam à intensificação da ocupação urbana nas áreas adjacentes a estas. Surgem novos edifícios, novas ruas e novos espaços públicos, sobre um segundo eixo estruturante da urbe, no sentido Sul-Norte, desde a Ponte Medieval até ao Lugar do Vale (passando pela Igreja Matriz e pelo Largo do Apoio). O Lugar de Fundo de Vila, implantado na sequência do vau do rio, onde se verificava uma maior densidade urbana, perde relevância no contexto urbano, ficando à margem deste que, daqui em diante, se irá desenvolver, essencialmente, para Norte e Este.

O referido eixo Sul-Norte, ao contrário do primeiro eixo estruturante da urbe que se desenvolve linearmente, desdobra-se em vários percursos, uma vez que, adjacente ao extremo Norte da Ponte Medieval se encontra o promontório rochoso, sendo necessário, (para se seguir em direcção a Norte) ou por Nascente ou por Poente, contorná-lo. Esta condicionante geográfica leva à criação de uma multiplicidade de percursos, ligados ao novo eixo, cujos conformam o traçado da urbe tardo-medieval (img. 20).

Apesar do Largo do Apoio agora se encontrar na intersecção dos dois eixos principais de desenvolvimento urbano, paulatinamente, o centro cívico da povoação desloca-se deste para os espaços junto à Igreja Matriz, principalmente, para o espaço junto à sua fachada Norte. No entanto, é ainda junto ao Largo do Apoio, no extremo Este da Rua dos Açougues, que, no último quartel do século XIV, se instala a residência condal de D. Nuno Álvares Pereira, 7º Conde de Barcelos.[19]

Com as construções, no primeiro quartel do século XV, da muralha, cujas torres e portas se implantam nos acessos principais da urbe (Lugar da Ponte, Lugar de Cimo de Vila e Lugar do Vale), e, principalmente, do Paço Condal, implantado no maciço granítico sobranceiro à Ponte Medieval, a Sul da Igreja Matriz, intensifica-se a importância urbana do eixo Sul-Norte. Junto deste concentram-se as mais emblemáticas construções tardo-medievais e os mais significativos espaços públicos. O carácter aglutinador do espaço junto à fachada Norte da Igreja Matriz acentua-se, mais ainda, com a construção dos Paços do Concelho, na primeira metade do século XV.[20]

[18] Sobre a igreja Matriz, ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 42, 43, 44, 45 e 46.
[19] É a primeira residência condal que se conhece, em Barcelos. Sobre esta ver idem, p. 52 e 53.
[20] Ver Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 41, nota 42.



20| Maqueta (1:2000); o segundo eixo de desenvolvimento urbano.

Muralha

Sobre a muralha de Barcelos entendemos pertinente debruçar-nos de forma mais alongada, uma vez que um dos seus maiores elementos constituintes, a Torre da Ponte, fez parte do Paço de Barcelos, encontrando-se, também por isso, a história de ambos fortemente relacionada.

Até ao século XV, arredada das questões militares da região resolvidas pelos próximos castelos de Faria,[21] a Sudoeste, de Bastuço, a Este, de Neiva, a Noroeste, e de Vermoim, a Sudeste, a urbe de Barcelos não possuía qualquer construção de carácter defensivo.

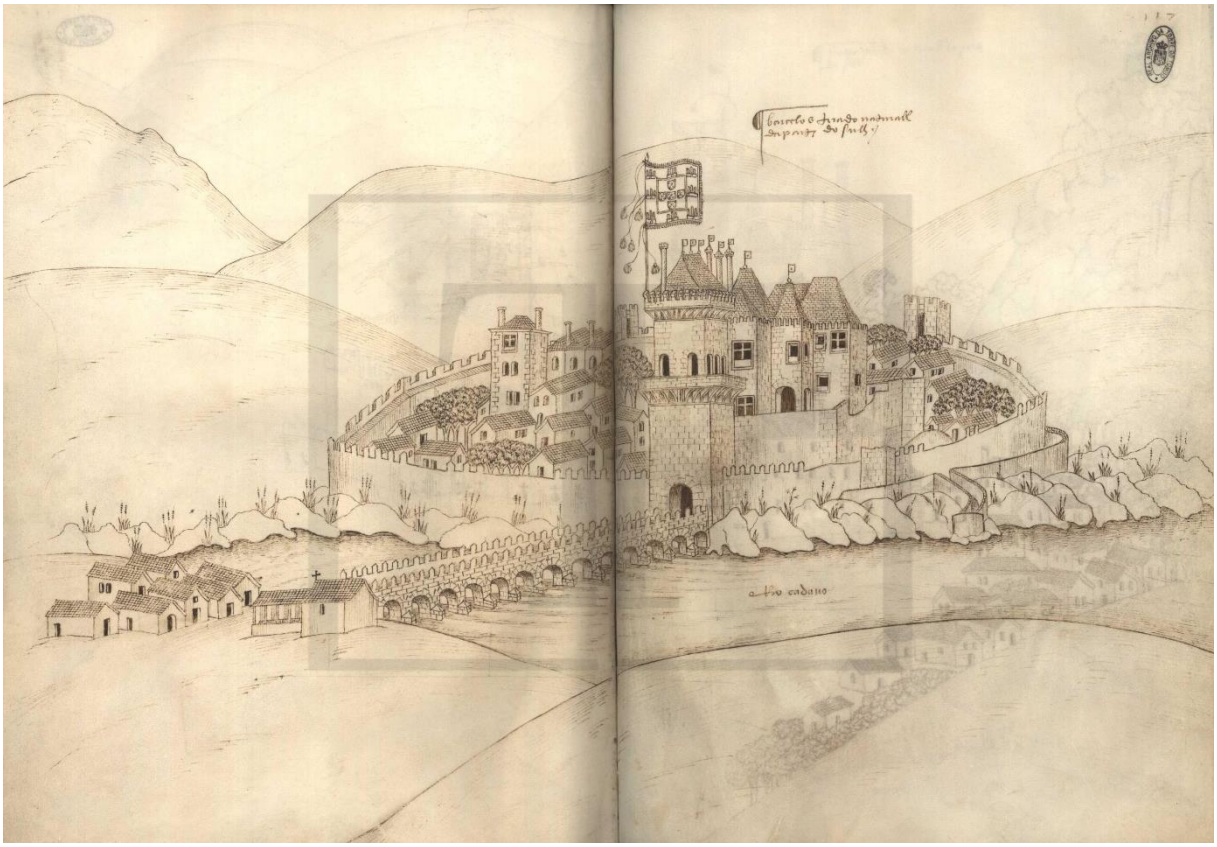
A construção da muralha de Barcelos, empreendida por D. Afonso, 8º Conde de Barcelos, mais por questões de prestígio e de controlo do que de defesa, dá-se no início do século XV, aquando a primeira fase de construção do Paço Condal. Genericamente concluída por volta de 1425,[22] a sua construção prolonga-se, no entanto, no decurso do mesmo século.[23]

Apesar dos poucos vestígios existentes da muralha, atentando estes e os elementos gráficos e escritos sobre esta encontrados, é possível facilmente apreender-se a sua configuração. O desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, apesar de retratar erradamente a Ponte Medieval e não representar as áreas já urbanizadas extramuros, corresponde a uma representação bastante fidedigna da muralha e do Paço de Barcelos, assim como a planta da vila de Barcelos, datada de 1806 (img. 21 e 22).

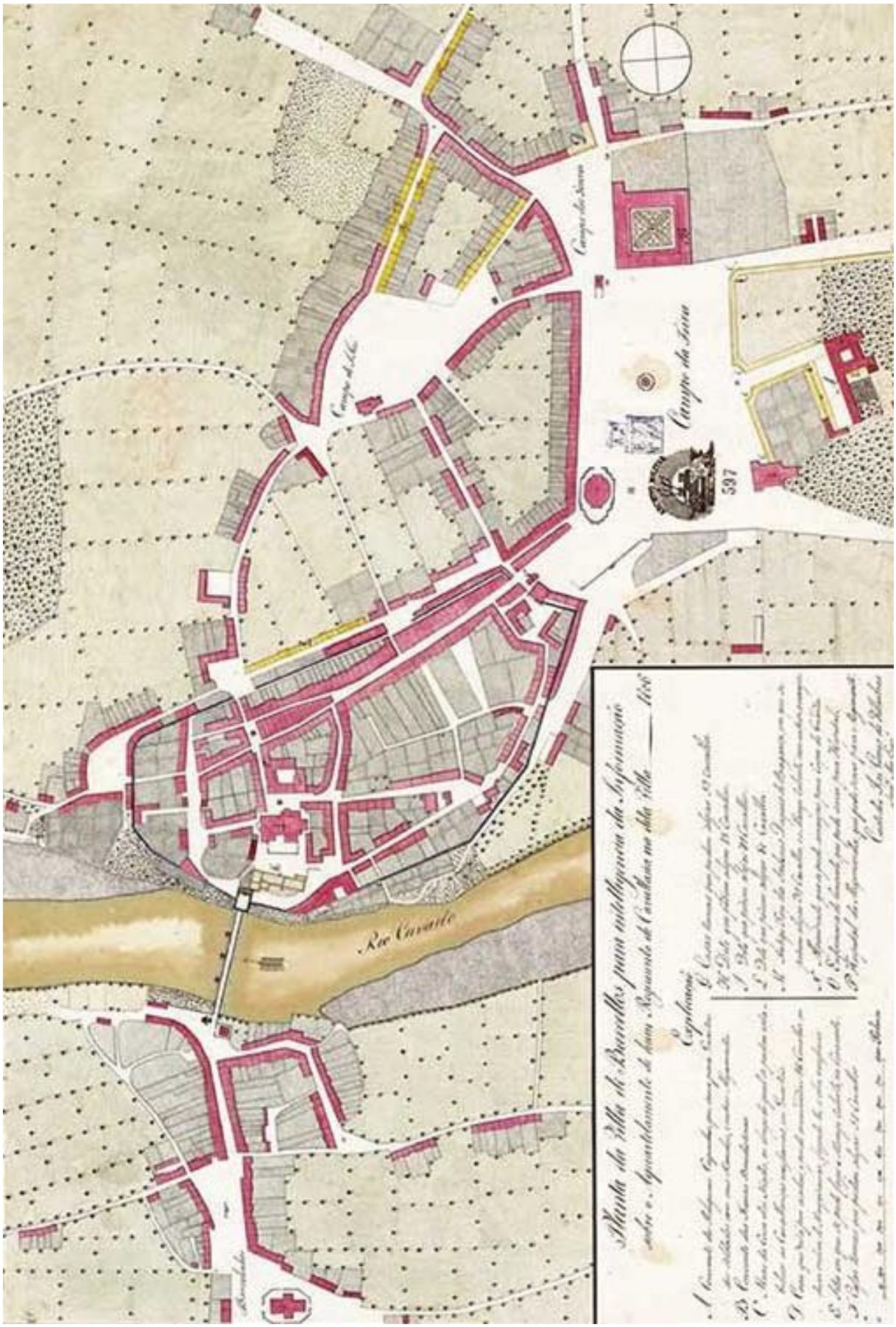
Primitivamente, a muralha possuía três torres, sob as quais se situavam as portas da vila, e dois postigos: a Torre e Porta da Ponte (Braga, Porto), a Torre e Porta do Cimo de Vila (Ponte de Lima, Viana do Castelo), a Torre e Porta do Vale (Esposende, Campos), o Postigo do Pessegal (Poço, Rio) e o Postigo do Fundo de Vila, também denominado Postigo da Fonte de Baixo (Campo, Gafaria, Forno).

Na primeira metade do século XVII abrem-se na muralha outras portas e postigos: a Porta Nova, no início do século,[24] o Postigo da Ferraria, em 1631, o Postigo das Velhas, em 1635,[25] e o Postigo das Vivandeiras (não se conhece a data da sua abertura, mas

[21] Mais próximo à urbe de Barcelos, a cerca de seis quilómetros, encontra-se o Castelo de Faria, outrora Cabeça da terra de Faria, implantado sobre o Castro do Monte de Faria, cujo assenta num outeiro íngreme e rochoso, na encosta Noroeste do Monte da Franqueira. Situado nas terras do antigo Julgado de Faria, o Castro estende-se pelas actuais freguesias de Gilmonde, Milhazes e Pereira, no concelho de Barcelos.
[22] Ver Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p.8, 9, 10.
[23] Ver Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 37, nota 24.
[24] Ampliada em 1646.
[25] António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, Leitura, introdução e notas de António Júlio Limpo Trigueiros, SJ do manuscrito redigido entre 1894 e 1916, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Barcelos, 2018, p. 89.



21| Desenho da autoria de Duarte D'Armas, 1510.



22| Planta da vila de Barcelos, da autoria de Custódio Vilas Boas, 1806.

supomos que esta tenha acontecido aquando a dos demais; não aparece representado no desenho de Duarte d'Armas; é referido nas Memórias Paroquiais de 1758).[26]

A muralha, de perímetro relativamente reduzido para a época em que foi construída, deixando de fora algumas áreas já urbanizadas (Fundo de Vila, Cimo de Vila, Ferreiros), apresenta paredes em pedra granítica, com sensivelmente 2,80 metros de espessura,[27] altura variável e remate com merlões.

Sobre o acesso Norte à Ponte Medieval, onde se intersectam as Ruas da Ponte/ do Terreiro e dos Pelames, encostada ao promontório rochoso aqui existente, implantava-se a Torre da Ponte. Com a construção desta torre, a Ponte Medieval de Barcelos, à semelhança das pontes medievais de Ponte de Lima, de Ucanha (Tarouca), e de Sequeiros (Sabugal), passa a ser rematada por esta (img. 23 a 25).

A Torre da Ponte, aumentada nos finais do século XV e, possivelmente, nos primeiros anos do século XVI, a fim de se tornar parte do Paço de Barcelos, implantado sobre o referido promontório, apresenta dois corpos sobrepostos, de planta rectangular, e, ao nível do rés-do-chão, três grandes portas: uma a Sul, no enfiamento da ponte, outra a Este, no enfiamento da Rua dos Pelames, e outra a Oeste, no enfiamento da Rua da Ponte/ do Terreiro. Apenas subsistem parcos testemunhos dos alicerces desta torre, a cota inferior do tabuleiro da ponte (img. 10 e 11).

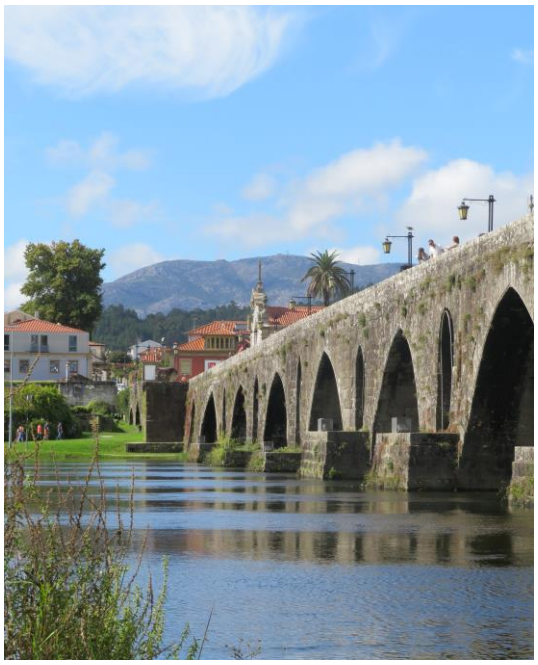
A Nascente da Torre da Ponte, um pouco adiante, junto à antiga piscina municipal, no tardoz da Casa Ascensão Correia, encontra-se o Postigo do Pessegal, o único que subsiste, que permitia o acesso ao poço e ao rio (img. 26). Até este, a muralha, partindo da parede Este da Torre da Ponte, contornava a margem do Rio Cávado. Como representa o desenho de Duarte d'Armas, o Postigo do Pessegal era protegido, a Poente, por uma pequena torre rectangular,[28] e, a Sul, por uma barbacã, paralela à muralha e da qual partia

---

[26] Sobre a muralha de Barcelos, Pedro de Poyares, em *Tractado Panegyrico em louvor da Villa de Barcellos por rezam do apparecimento de Cruzes que nella apparecem*, 1672, diz *"(…) tem a villa bons muros e nelles sete portas, quatro mais principais e trez de menos serviço."* As quatro mais principais correspondem à Porta Nova, ao Postigo da Fonte de Baixo, à Torre e Porta da Ponte e à Torre e Porta do Vale. Em 1631/36, instala-se na Torre de Cimo de Vila a cadeia comarcã, após a extinção do antigo Tronco Municipal, no Largo do Apoio. As restantes três portas referidas correspondem ao Postigo do Pessegal, ao Postigo das Velhas e ao Postigo da Ferraria. O Postigo das Vivandeiras, cuja importância em relação aos demais deveria ser diminuta, não é mencionado; Ver Joaquim Flores, *Projecto de Musealização das Ruínas do Paço dos Condes-Duques de Barcelos*, Faculdade de Arquitectura-Universidade Técnica de Lisboa, 1996, p. 50 e 51.

[27] Sobre o sistema construtivo da muralha ver idem, p. 54.

[28] Nas Memória Paroquiais de 1758, o reverendo Pedro Ribeiro Gouvea diz que o Postigo do Pessegal se encontra *"(…) sobre o rio no alto dos rochedos entre dous fortins que fas a muralha."*; José Viriato Capela, Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998, p. 65, 66 e 67; Em J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, B*arcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, op. cit., p. 32, é referido: *"Das portas e postigos apenas subsistem o Postigo do Pecegal e o Postigo da Traição, protegidos por dois cubêlos e outrora cobertos pela referida barbacã, sendo fácil examiná-los."*; No entanto, os vestígios existentes correspondem a uma só torre, tal como representado no desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510; A Nascente do Postigo do Pessegal encontra-se rasgada na muralha uma porta rectangular, mas esta poderá ter sido aberta posteriormente; Descrições posteriores da muralha de Barcelos referem apenas uma torre; Ver FERRAZ, António, *Apontamentos para a História de Barcelos*, op. cit., p. 82; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 145.



23| Ponte e alicerces da Torre Oeste de Ponte de Lima.



24| Ponte e Torre de Ucanha.



25| Ponte e restos da Torre de Sequeiros.

uma couraça (img. 21). A pequena torre, situada no tardoz da Casa Conde Vilas Boas, ainda subsiste (img. 26 e 27).

Ainda junto ao Postigo do Pessegal é visível, a Nascente, parte da muralha que, um pouco adiante, inflecte para Nordeste, deixando de acompanhar a margem do Rio Cávado, e, voltando a inflectir para Sudoeste, sobe até à Torre e Porta do Cimo de Vila (img. 28). Antes de se chegar a esta torre, na intersecção da muralha com a Rua dos Pelames, encontrava-se o Postigo das Velhas.

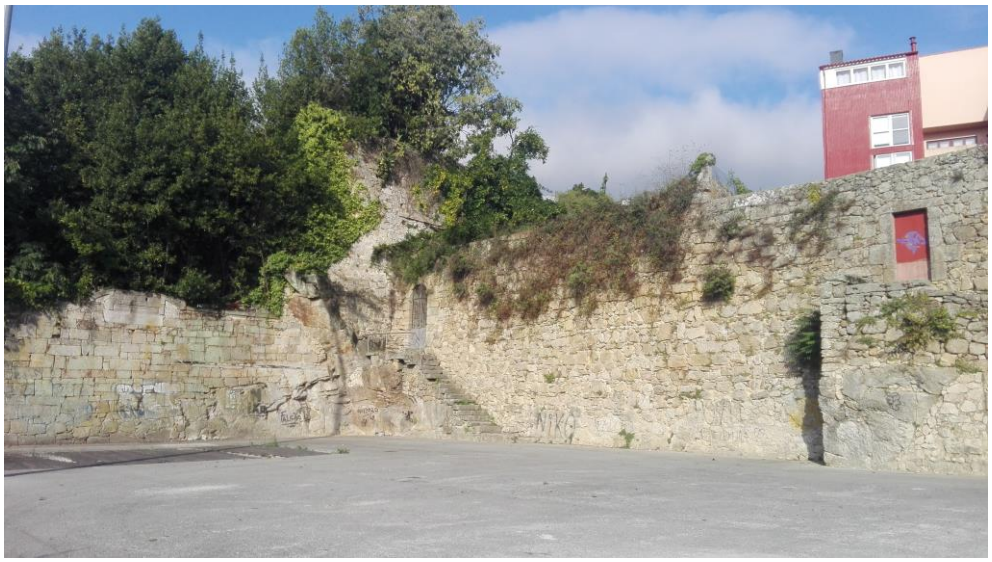
A Torre do Cimo de Vila, também denominada Torre da Porta Nova ou da Cadeia, localizada entre o Largo José Novais e o Largo da Porta Nova, sofreu grandes mutações e albergou distintas funções ao longo da sua história, compreendendo, por isso, uma grande sobreposição de tempos construtivos (img. 29 e 30). Já foi torre de defesa e porta da vila, cadeia, casa e, actualmente, acolhe o Centro de Interpretação do Galo e da Cidade de Barcelos. Apresenta planta quadrangular, quatro pisos, perfazendo uma altura de 20 metros, cobertura com telhado de quatro águas rodeado, a Sudeste, a Nordeste e a Noroeste, por corredor de circulação, e espessas paredes em granito, rematadas por cornija, com gárgulas, e merlões.[29]

Como nos mostra o desenho de Duarte d'Armas, primitivamente, a Torre do Cimo de Vila era aberta para o interior da vila. Ao nível do rés-do-chão, a passagem era feita em ângulo recto, por uma porta a Sudoeste e outra a Noroeste (img. 21 e 30).[30]

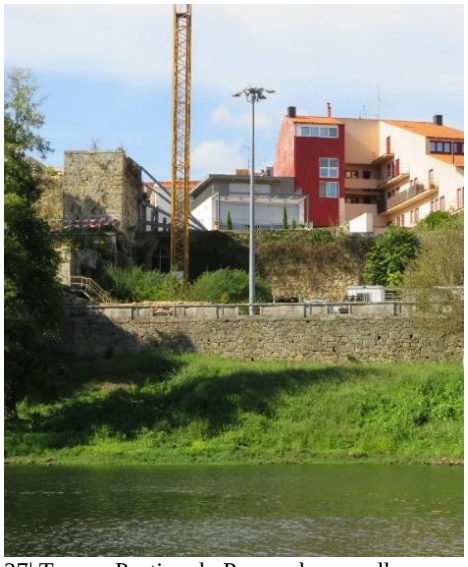
Junto à Torre do Cimo de Vila, a Nascente, é visível parte da muralha, à qual esta torre se encosta (img. 31). Seguindo para Poente, a parte da muralha compreendida entre a Torre do Cimo de Vila e a Torre da Ponte desapareceu quase por completo, sendo, no entanto, possível identificar o seu percurso, uma vez que se dispõe de elementos suficientes para tal.

Na intersecção da Rua de Cimo de Vila com a muralha, que continuava no alinhamento anterior, encontrava-se a Porta Nova. Um pouco adiante, a muralha *"(...), inflectia para sudoeste, formando parede ou servindo de alicerce às casas que marginam, no lado norte, um arruamento estreito que, por isto, outrora se chamava, Rua de Trás ou Rua do Muro."*[31] Aqui, são visíveis pequenas partes da muralha integradas em algumas das casas. Na intersecção desta com a Rua das Ferrarias, encontrava-se o Postigo da Ferraria.

[29] Como representado no desenho de Duarte d'Armas, todos os muros e torres que constituíam a muralha possuíam merlões. No entanto, os merlões que hoje coroam a Torre de Cimo de Vila não são os primitivos, cujos foram substituídos quando esta deixou de compreender as suas funções iniciais (defesa e controlo da vila).
[30] Ver Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 113; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 58.
[31] Idem, p. 34.



26| Torre e Postigo do Pessegal e muralha adjacente.



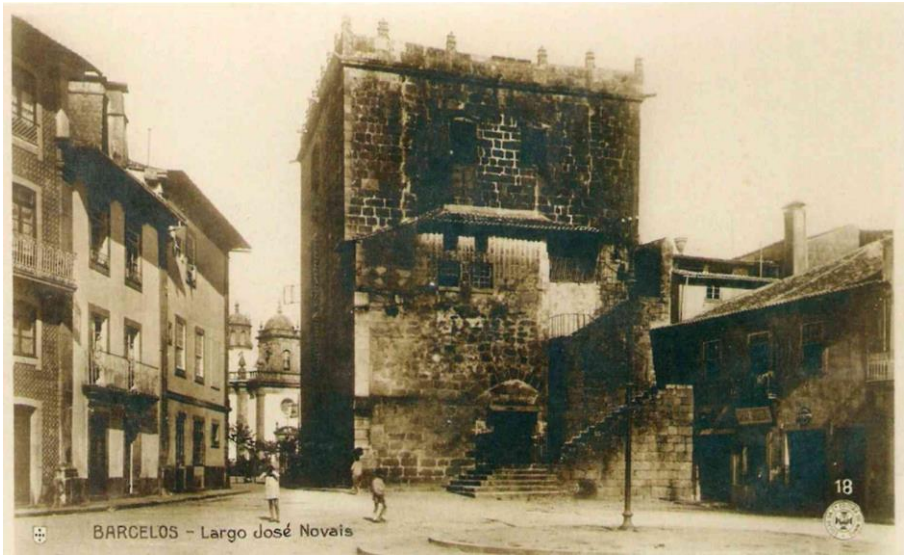
27| Torre e Postigo do Pessegal e muralha adjacente.



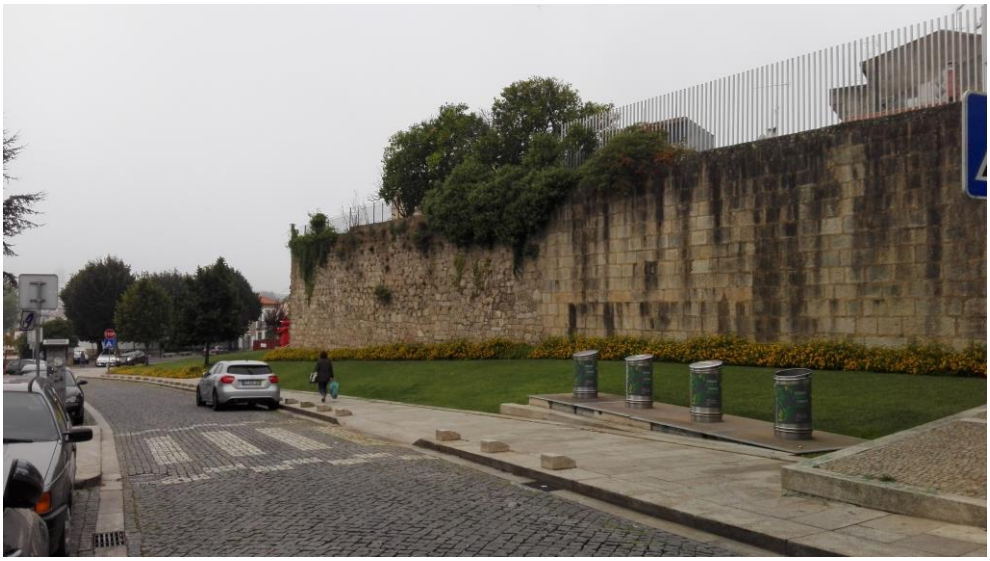
28| Muralha adjacente ao Postigo do Pessegal.



29| Torre e porta do Cimo de Vila, a partir do Largo da Porta Nova.



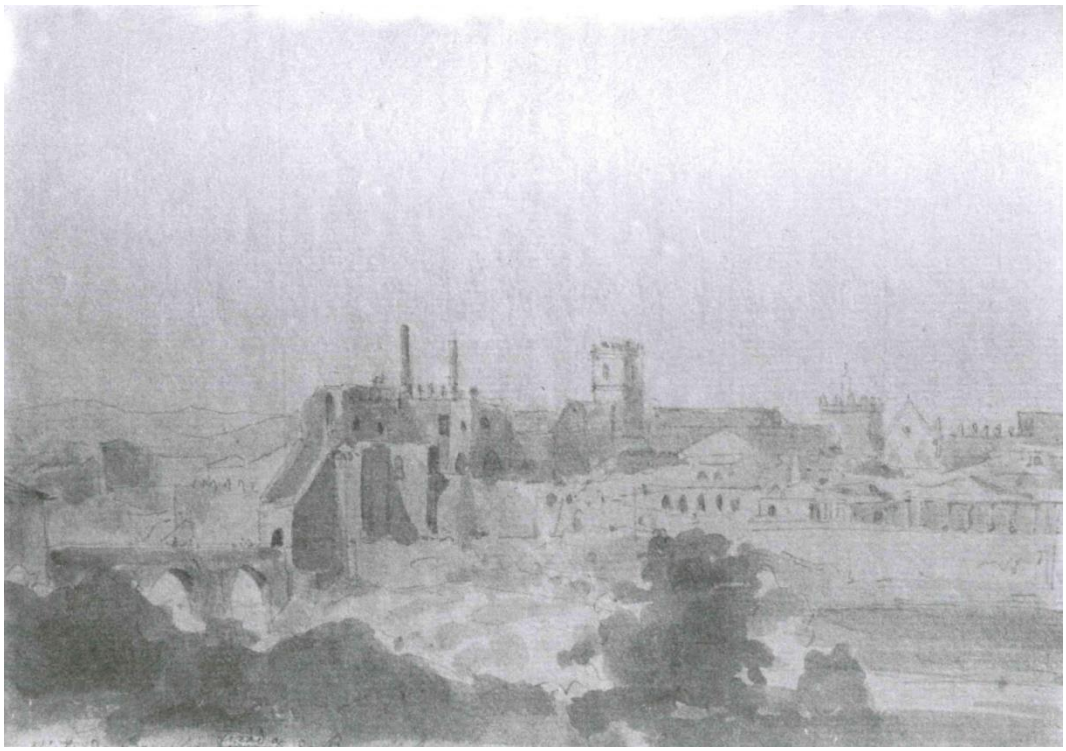
30| Torre e porta de Cimo de Vila, a partir do Largo Dr. José Novais; fotografia da década de 1930.



31| Muralha adjacente à Torre e porta de Cimo de Vila.



32| Postigo do Fundo de Vila.



33| Desenho de autoria desconhecida, 1806; a parte superior da Torre da Ponte desmoronada.

A muralha continuava, no mesmo alinhamento, até à Torre e Porta do Vale, situada no extremo Norte da Rua da Praça, próxima ao Largo do Apoio. Esta, assim como a Torre do Cimo de Vila, e ao contrário da Torre da Ponte, encostava-se à muralha e abria-se para o interior da vila (img. 21). Ao nível do rés-do-chão, a passagem era feita em linha recta, por uma porta a Norte e outra a Sul, o que facilitava a circulação de carros de animais, carroças, entre outros. Desta torre não existem quaisquer vestígios.

"Seguindo na direcção que antes trazia, a muralha, umas dezenas de metros abaixo, virava a sul passando pelas costas das casas do quarteirão de Fundo de Vila."[32] Onde esta intersectava a Rua de Fundo de Vila encontrava-se o Postigo do Fundo de Vila (img. 32). Aqui, são visíveis restos da muralha.

A partir do Postigo do Fundo de Vila, a muralha encurvava e, um pouco adiante, voltava a contornar a margem Norte do Rio Cávado, até rematar na parede Oeste da Torre da Ponte. O Postigo das Vivandeiras encontrava-se muito próximo desta torre, a Poente, no alinhamento da escadaria sulcada no promontório rochoso (sensivelmente, no lugar onde, actualmente, se situa o acesso à casa da Azenha) (img. 15).

A destruição da muralha de Barcelos, uma vez desaparecida a sua função defensiva e representando um entrave à continuidade urbana, tem início na última década do século XVIII,[33] avolumando-se no decurso do século XIX.

Em 1797, a Torre e Porta do Vale[34] e a Porta Nova são demolidas.[35]

A 24 de Janeiro de 1800, parte da Torre da Ponte desmorona. A pedra caída é recolhida e parte da torre demolida, continuando esta, no entanto, pelo menos ao nível do seu corpo inferior, a rematar o extremo Norte da Ponte Medieval (img, 33). Um quarto de século depois, a 7 de Maio de 1825, resolve-se demolir a arruinada torre.[36]

Em 1806, parte da muralha, a Norte, entre a desaparecida Torre do Vale e a Torre do Cimo de Vila, e a Sul, entre a Torre da Ponte e a actual Casa do Tanque, começa a ser aforada aos moradores cujas casas e/ ou quintais se situassem junto desta.

---

[32] Ibidem.

[33] O terramoto de 1755 não provocou muitos estragos assinaláveis na muralha de Barcelos. Nas Memória Paroquiais de 1758, o reverendo Pedro Ribeiro Gouvea apenas refere que *"(...) cahirão com o tremor da terra alguas ameas da muralha para a parte do Norte, e o mesmo sucedeo na torre da Cadeya aonde cahirão alguas ameas, das que que coroão esta torre, para a parte de dentro (...)."*; José Viriato Capela, Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.

[34] Em 1630, a Torre e Porta do vale já se achava em ruínas; Ver FERRAZ, António, *Apontamentos para a História de Barcelos*, op. cit., p. 88; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 75 e 76.

[35] Idem, p. 147.

[36] Ver Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, Porto, 1954, p. 27.

A planta da vila de Barcelos, datada de 1806, confirma todos estes apeamentos, desmoronamentos e aforamentos. Mostra, ainda, à data, a não existência do Postigo da Ferraria e da barbacã (img. 22).

O troço da muralha entre a Torre da Ponte e o Postigo do Fundo de Vila é, em 1811, demolido.

A 2 de Setembro de 1857, é aprovada a demolição do troço da muralha entre o Postigo do Fundo de Vila e a desaparecida Torre do Vale. Em 1867, é demolido o Postigo da Travessa do Apoio, aí colocado após a demolição da Torre e Porta do Vale.[37]

Ainda no século XIX, é demolido o troço da muralha onde se situava o Postigo das Velhas, próximo aos actuais Largo do Tanque e Largo Lord Baden Powell.

Em 1935, parte da muralha, a Norte, desmorona.[38]

Entre 1948 e 1954, com a construção do edifício do Turismo, a Poente do Solar dos Pinheiros, e a reestruturação das Ruas da Ponte/ do Terreiro e dos Pelames, próximas à margem Norte do Rio Cávado, perdem-se os restos sobreviventes da demolição, em 1811, do troço da muralha entre a Torre da Ponte e o Postigo do Fundo de Vila.

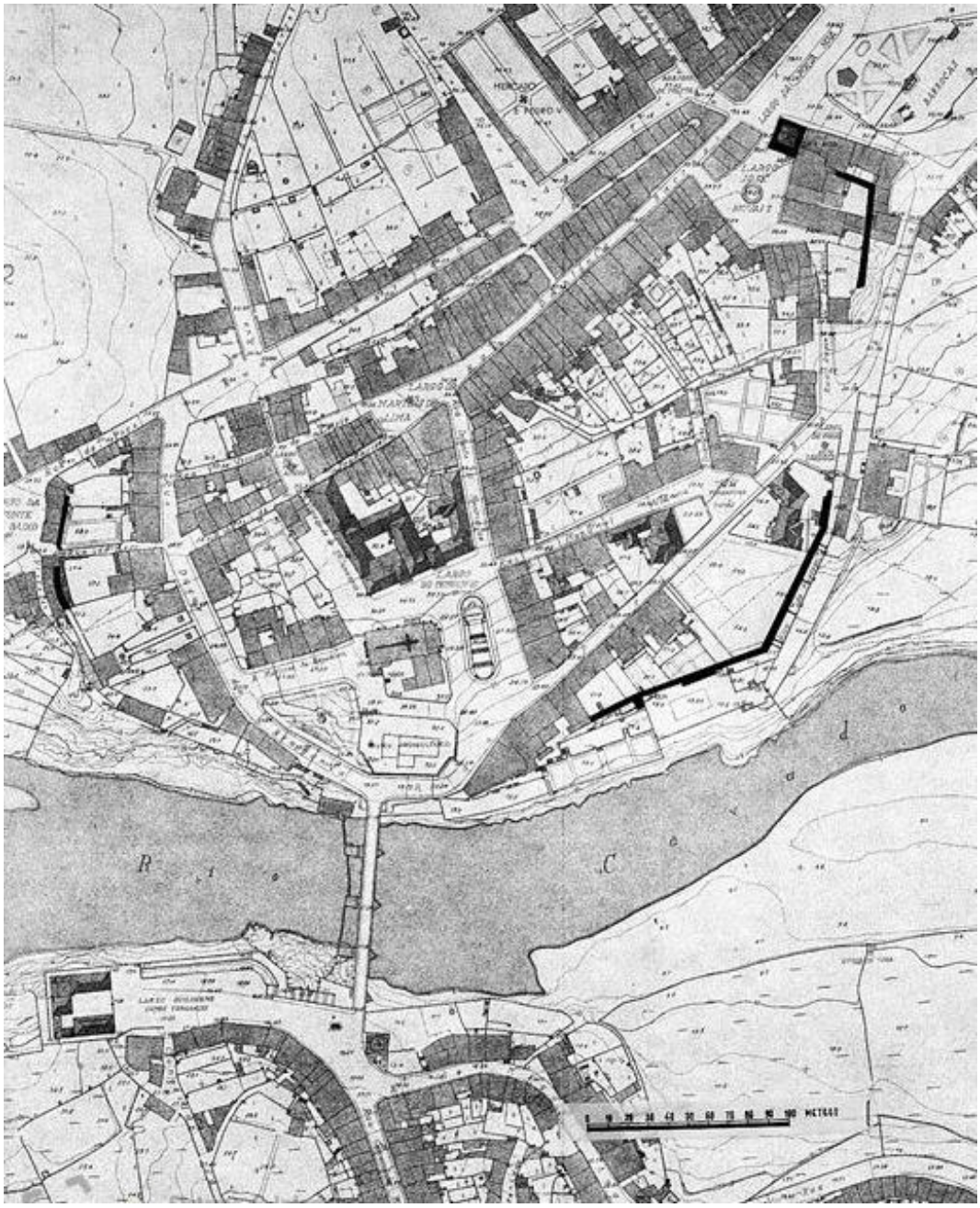
Com as construções da antiga piscina municipal, na primeira metade do século XX, junto à Torre e ao Postigo do Pessegal, e, posteriormente, da marginal a Nascente desta, é possível que se tenham perdido os vestígios da barbacã. Não há referência de quaisquer acções sobre esta, que pode ter sido apeada antes das referidas obras, uma vez que já não aparece representada na planta da vila de Barcelos datada de 1806.

No decurso do século XX, outras pedras terão sido retiradas dos restos da muralha, não se verificando, no entanto, alterações significativas.

"E assim foi desaparecendo esta fortaleza guerreira da idade-média que, diga-se de passagem, junto aos seus muros nunca feito memorável algum se deu."[39]

Os restos dos alicerces da Torre da Ponte, a pequena Torre e o Postigo do Pessegal e o troço da muralha contíguo a este, a Torre do Cimo de Vila e o troço da muralha adjacente a esta, as partes das muralhas integradas nas casas que faceiam a norte a Rua do Muro e o pequeno troço da muralha próximo ao lugar onde se situava o Postigo do Fundo de Vila são os vestígios da muralha de Barcelos que, actualmente, subsistem (img. 34). A jusante da Ponte Medieval, o muro que contorna a margem Norte do Rio Cávado segue parte do alinhamento do troço da muralha que aqui se encontrava, pelo que pode integrar alicerces deste. Próximo ao Postigo do Pessegal encontra-se parte de um muro em granito que poderá ser parte da barbacã.

[37] Ver Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 147.
[38] Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), *Cerca urbana de Barcelos/ Torre de Barcelos/ Postigo da Muralha*, IPA.00001955.
[39] Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 147.



34| Planta, 1942; vestígios existentes da muralha (mantêm-se actualmente); Note-se ainda a presença de alguns elementos urbanos que actualmente não subsistem: a rua entre o Paço e a Igreja Matriz (mesmo após a construção dos três paredões que envolvem as ruínas do Paço, o lado Sul da Igreja Matriz e o espaço a Poente do Paço); a edificação contígua à casa de D. Nuno Álvares Pereira, no lado Sul do Largo do Apoio; o conjunto de casas que faceiam, a Poente, a Rua da Ponte/ do Terreiro, próximas à margem do rio; as três casas que faceiam, a Norte, a Rua da Igreja, mais próximas à Igreja Matriz.

Sobre estes vestígios, exceptuando a Torre do Cimo de Vila, não há referência de quaisquer acções de conservação, sendo esquecidos, ignorados e, por alguma da população barcelense, desconhecidos.

Paços do Concelho

Os Paços do Concelho implantam-se a Norte da Igreja Matriz, no quarteirão situado entre esta, a Rua de Santa Maria, a Rua dos Mercadores e a Rua da Judiaria.

O edifício primitivo dos Paços do Concelho de Barcelos possuía, em relação ao que hoje vemos, reduzidas dimensões, correspondendo a este apenas o tramo e torre ocidentais do actual edifício. Junto deste situavam-se a Igreja e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, construções posteriormente anexadas ao edifício.[40]

Actualmente, após as várias mutações sofridas ao longo da sua história, este edifício (que continua a albergar os serviços da Câmara Municipal de Barcelos) ocupa grande parte do quarteirão em que se insere e a sua fachada principal, voltada a Sul, divide-se em três tramos e é marcada por duas torres. Ao nível do rés-do-chão, o tramo que corresponde ao primitivo Paços do Concelho, à semelhança dos paços municipais de Guimarães e Viana do Castelo, apresenta uma arcada, formada por quatros arcos apontados em alvenaria de granito, que confronta com a fachada Norte da Igreja Matriz (img. 35 a 37).[41]

No século XV, o espaço entre a Igreja Matriz e os Paços do Concelho, denominado Praça da Vila ou Praça/ Largo do Município, assume-se como centro cívico da urbe de Barcelos.[42] Este é faceado, a Norte, pela fachada principal dos Paços do Concelho, onde se abre a arcada, a Sul, pela fachada Norte da Igreja Matriz, onde se abre a única porta lateral desta, a Este, pelas casas que rematam o canto Noroeste do quarteirão entre a Rua de Trás da Igreja e a Rua das Flores, e, a Oeste, pelas casas que rematam o canto Sudeste do quarteirão entre a Rua de Santa Maria e a Rua da Ponte/ do Terreiro. O seu centro é marcado por um Pelourinho, posteriormente substituído por um fontanário (img. 35).[43]

---

[40] Idem, p. 168 e 169.

[41] Sobre os Paços do Concelho de Barcelos ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 46, 47 e 48.

[42] Ver Joaquim Pereira Domingos, Abade do Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, Viana do Castelo, 1867, p. 42; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 148; José Viriato Capela; Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.

[43] Ao centro da Praça da Vila erguia-se um Pelourinho. Este, entre 1620 e 1630, foi instalado no Largo da Porta Nova, cedendo lugar a um fontanário que, posteriormente, se transfere para o Lugar de São José. Em 1865, o Pelourinho foi apeado, dispersando-se as peças que o compunham. Em 1905, é reconstituído e instalado no espaço ajardinado a Poente do Paço Condal, onde ainda hoje se encontra; Ver Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 148.



35| Praça da Vila; fotografia de (provavelmente) 1903.


36| Espaço entre os Paços do Concelho e a Igreja Matriz, onde se encontrava a Praça da Vila; a partir do lugar da Picota.


37| Espaço entre os Paços do Concelho e a Igreja Matriz; a partir do espaço a Nascente do Solar dos Pinheiros.

Na Praça da Vila desembocam duas ruas: a Sudeste, a Rua de Trás da Igreja, e, a Noroeste, a Rua de Santa Maria (img. 9). Esta sustenta, ainda, relações, a Oeste, com o Adro da Igreja Matriz,[44] junto à fachada principal desta e voltado para a Rua da Igreja, e, a Este, com a Picota, situada na intersecção das Ruas da Judiaria, dos Carvalhos e das Flores.

No extremo Oeste da Rua da Igreja, à cota inferior, encontra-se o Largo do Terreiro, pequeno e térreo (img. 38 a 40).[45] Daqui, descendo a Rua da Ponte/ do Terreiro, (em direcção a Este) contornando o promontório rochoso, chega-se ao extremo Norte da Ponte Medieval.

Contíguo ao Adro da Igreja Matriz, entre esta e o Paço Condal, encontra-se um pequeno largo donde partem, em direcção a Nascente, a rua por onde se efectua o acesso principal ao Paço Condal, e, em direcção a Sudoeste, a Poente deste, uma escadaria sulcada no promontório rochoso (img. 42 e 43). Apenas existem breves referências acerca do largo e da rua, dos quais não se conhece denominação, entre a Igreja Matriz e o Paço Condal,[46] sendo a planta da vila de Barcelos, datada de 1806, a representação mais significativa destes espaços (img. 22).

A referida rua, para a qual se volta a porta principal do Paço Condal, intersecta a Rua de Trás da Igreja, indo ambas rematar no Largo do Pé da Ponte, implantado a Sul do quarteirão entre as Ruas das Flores e de Trás da Igreja, sendo este faceado, a Sul, pelas casas implantadas na margem Norte do Rio Cávado, a montante da Ponte Medieval (img. 41).[47]

Do Largo do Pé da Ponte, descendo a Rua dos Pelames (em direcção a Oeste), contornando o promontório rochoso, chega-se ao extremo Norte da Ponte Medieval. A escadaria permite o acesso mais directo (não sendo necessário contornar o promontório

---

[44] *"Desde o terceiro quartel do século XIV, o alpendre da Igreja surge como o ponto de reunião preferencial: (...). O local "junto ao alpendre" era comum e suficientemente íntimo, na percepção do espaço dos barcelenses."*; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 40.

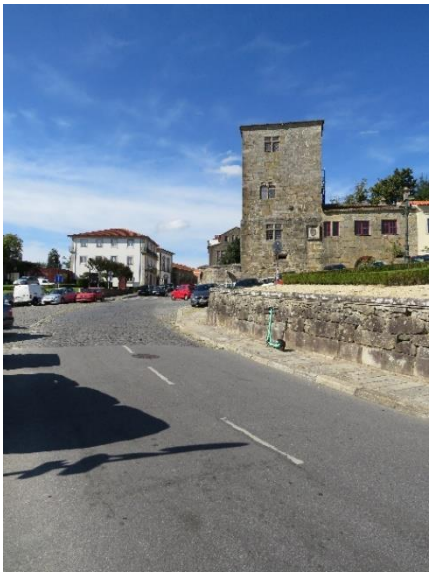
[45] Junto ao Largo do Terreiro destaca-se o Solar dos Pinheiros, voltado, a Sul, para a Rua da Igreja e, a oeste, para a Rua da Ponte/ do Terreiro. Este edifício, de grandes dimensões e exuberância arquitectónica, provocando um grande impacto no espaço em que se insere, compreende várias fases de construção, que, empreendida por Pedro Esteves, tem início em 1448; Ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 50 e 51.

[46] *"Alem d'estas praças, tem a villa estes Terreiros ou largos intra-muros: – o da Praça, situado entre a colegiada e a casa da camara e tribunal de justiça; –* ***o de Traz da Egreja, entre o adro d'ella e o palacio dos duques;*** *– o adjacente ás ruas das Flores e dos Loureiros, fronteiro ás casas dos Magalhães; (...)"*; Joaquim Pereira Domingos, Abade do Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, op. cit., p. 42; *"Está este templo* (igreja Matriz) *no alto da rua Barbadão, entre os Paços do Concelho e o antigo palácio dos Condes-Duques de Barcelos,* ***separado destes edifícios por seus largos.****"*; Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 148.

[47] Ver Joaquim Pereira Domingos, Abade do Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, op. cit., p. 42; "(…), *cõ a ditta Ponte e do nascente com o Recio e Rua Chamada do Priol (...).".*



38| Espaço do Largo do Terreiro.





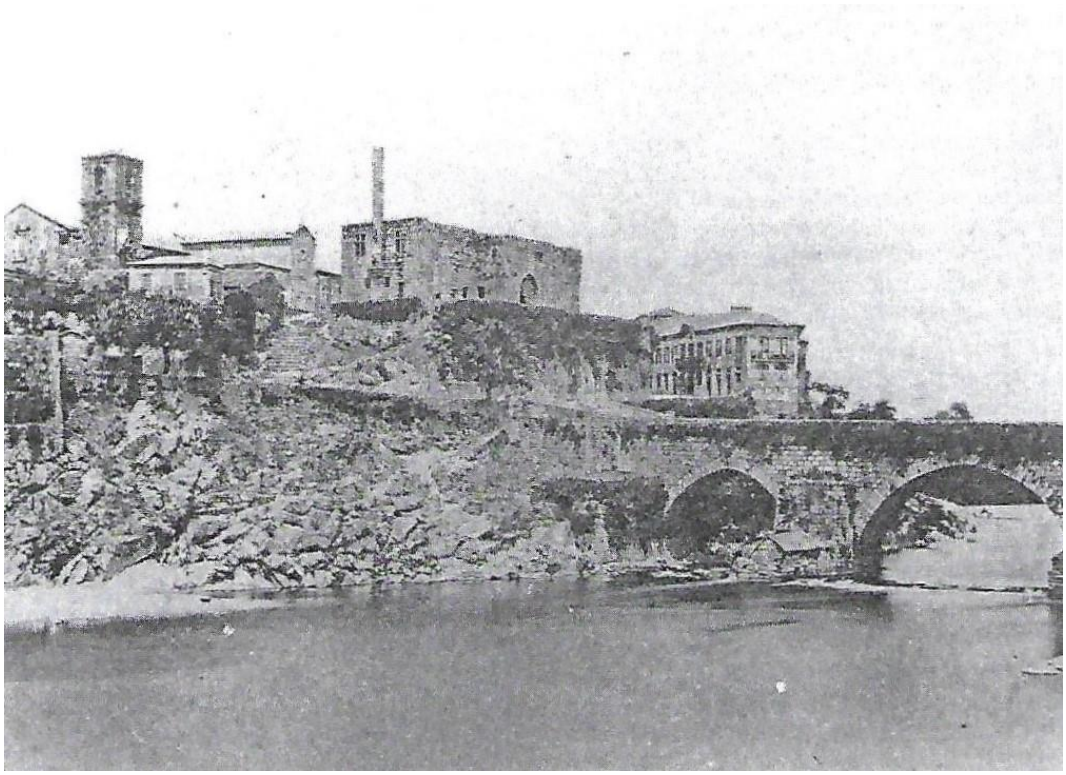
39 e 40| Espaço do Largo do Terreiro.



41| Espaço do Largo do Pé da Ponte;



42| O acesso Norte ao Paço, único que subsiste; o espaço entre a Igreja Matriz e o Paço, onde se encontraria um pequeno largo.



43| A escadaria sulcada no promontório rochoso, a Poente do Paço (à esquerda).; Fotografia tirada antes de 1870.

rochoso) entre o extremo Norte da Ponte Medieval e o Largo entre o Paço Condal e a Igreja Matriz e, ainda, o adro desta e a Praça da Vila que lhe ficam contíguos.[48]

O referido largo, arredado da maioria das actividades públicas da urbe, resolvidas, principalmente, na Praça da Vila, parece-nos actuar como espaço articulador entre o Paço Condal e a sua envolvente urbana próxima, propiciando, junto a este, um momento de pausa antes de se adentrar na densa urbe (ou, saindo desta, de se descer em direcção à ponte).

As estruturas urbanas aqui mencionadas são as que consideramos mais relevantes para a compreensão do Paço Condal e da sua envolvente urbana próxima. Outros eixos, outras ruas, outros espaços públicos, outros edifícios, surgiram, fazendo com que a urbe de Barcelos se expandisse, principalmente, para Norte e Este.

O centro cívico da urbe desloca-se, a partir da segunda metade do século XIX, dos espaços junto à Ponte Medieval, ao Paço Condal, à Igreja Matriz, aos Paços do Concelho, elementos polarizadores, para o Largo da Porta Nova, situado no extremo Oeste da Rua de Cimo de Vila (próximo ao Campo da Feira), onde, ainda hoje, em parte, se mantem (img. 29).

Entre, sensivelmente, o último quartel do século XV e os meados do século XIX, o traçado da área urbana adjacente ao Paço Condal mantem-se praticamente inalterado. Este é representado de forma bastante fidedigna na planta da vila de Barcelos, de Custódio José Gomes de Vilas Boas, datada de 1806, onde é possível atentar, entre outros, todos os espaços aglutinadores mencionados (associados ao segundo eixo estruturante da urbe e, assim, ao Paço Condal): o Largo do Apoio, a Praça da Vila, o Adro da igreja, o Largo do Terreiro, o Largo entre a igreja Matriz e o Paço Condal, o Largo do Pé da Ponte.

A partir do último quartel do século XIX, dão-se significativas transformações urbanas no espaço envolvente ao Paço Condal, como veremos, desaparecendo ou descaracterizando-se todos os espaços públicos aglutinadores com este relacionado. De todos os espaços mencionados, o único que subsiste é o Largo do Apoio, urbanisticamente descaracterizado.

[48] *"(...) por serventia da escada de pedra em meo que vai da Igreja Pera a ponte e postigo da Dita Villa (...)."* Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21.

O PAÇO DOS CONDES – DUQUES DE BARCELOS

Antecedentes

Não há certezas quanto às datas de construção do Paço dos Condes – Duques de Barcelos, nem se conhece a autoria do seu projecto. A maioria dos autores aponta para o início da sua construção nos inícios do século XV, a par com a construção da muralha, empreendida por D. Afonso, 8º Conde de Barcelos (de 1401 a 1461), 1º Duque de Bragança.

Carlos Ferreira de Almeida, num estudo sobre Barcelos,[49] expõe, no entanto, a hipótese de a construção do Paço ter sido iniciada por D. Fernando (I), 9º Conde de Barcelos, 2º Duque de Bragança (de 1461 a 1478), e continuada pelo seu filho, D. Fernando (II), 10º Conde de Barcelos, 3º Duque de Bragança (de 1478 a 1483),[50] colocando, assim, a construção do Paço de Barcelos posterior à construção do Paço de Guimarães, empreendida por D. Afonso. Tal hipótese, admitida por outros autores,[51] é, essencialmente, fundamentada na interpretação de um documento, datado de 05 de janeiro de 1482, que expõe as queixas dos limianos, apresentadas às Cortes de Évora, contra as talhas lançadas para as obras em Barcelos.[52]

Tendo em conta, no entanto, o mesmo documento e outros disponíveis e as características formais e tipológicas do Paço de Barcelos, face ao Paço de Guimarães e a outros da Casa de Bragança, apresenta-se-nos mais plausível que a construção do Paço tenha acontecido no primeiro quartel do século XV, a mando de D. Afonso, anterior à construção do Paço de Guimarães.

Em 1401, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, aquando o seu casamento com D. Beatriz Pereira, filha única do Condestável do Reino, D Nuno Álvares Pereira, 7º Conde de Barcelos, recebe, entre outras, as terras de Chaves e Barcelos, e, o título condal.[53] Deste

---

[49] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit.

[50] Uma vez que os nomes dos dois condes e duques referidos são homónimos, para melhor identificação dos mesmos, denominaremos, respectivamente, D. Fernando I e D, Fernando II.

[51] Carlos Alberto Brochado de Almeida, MILHAZES, Maria Cláudia, João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, 1991, p. 1; Pedro Dias, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Ed. Estampa, Lisboa, 1994, p. 189; José Custódio Vieira da Silva, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 1995, p. 146.

[52] Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p.8, 9, 10.

[53] 1401 – 01/11 D. Afonso (/08/1377-15/12/1461), filho ilegítimo (legitimado a 20/10) de D. João I e D. Inês Pires, casa com D. Brites Pereira (1380-1414), filha única de Leonor de Alvim e D. Nuno Álvares Pereira, Condestável do Reino, 7º Conde de Barcelos; a 01/11 assinam-se os acordos de casamento; a 08/11 tem lugar o casamento; *"(…) E o conde deu em casamento a sua filha com dom Afonso o condado de Barçellos com terra de Penafiel de Bastuz e Montealegre e a Piconha e Portello com terra de Barroso e a villa de Chaves com sua terra, e Baltar e o Arco de Baulhe e çertas quintãas que o conde avia Antre Doyro e Minho e outras rendas. E pedia a el rey por merçee que, pois que lhe dava o condado de Barçellos a seu filho, que o fezesse conde, e a el-rey prouve dello e feze-o conde (…)."*, Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra, Edição Crítica da *Coronica do Condestabre*, com Introdução, Notas e Glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, I.U,. 1991, Cap. 76, pp. 191-2, in Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, em *Barcelos Terra Condal - Comemorações*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998, p.66; *"(…), el-rei D. João I.º dotou seu filho com as terras e julgados do Neiva, de Aguiar, de Darque, de*

casamento nasceram três filhos: D. Afonso (Conde de Ourém e Marquês de Valença), D. Isabel e D. Fernando I (Conde de Arraiolos e Marquês de Vila Viçosa).

D. Nuno Álvares Pereira, ao distribuir, mais tarde (antes do seu falecimento em 1431), os seus restantes bens pelos seus netos, atribui a D. Afonso terras no Norte de Portugal e a D. Fernando I terras no Sul. D. Afonso, filho primogénito, seria o herdeiro do Condado de Barcelos e do Ducado de Bragança, no entanto, falece, sem descendência legítima, em 1460, um ano antes de seu pai. Com o falecimento de seu irmão, D. Fernando I, cujos interesses, assim como os de seu filho primogénito, D. Fernando II, encontrar-se-iam, até então, voltados para o Sul de Portugal, herda, em 1461, o condado e o ducado, e, consequentemente, as terras no Norte. Assim, só a partir de 1461, bem depois da construção do Paço de Guimarães, D. Fernando I poderia empreender obras em Barcelos.

D. Afonso, após ter recebido o título de Conde de Barcelos, obteve no início do século XV, carta régia de D. João I, que obrigava a região Entre Douro e Minho a fornecer talha para as obras em Barcelos.[54] Chaves já possuía paço, no interior do castelo, e muralha, ao contrário da vila de Barcelos, sem muralha e onde D. Afonso não tinha morada própria,[55] sendo, por isso, compreensível a vontade de aqui construir uma.

Só anos mais tarde, em 1420, aquando o seu casamento com D. Constança de Noronha, após o falecimento de D. Beatriz Pereira, em 1414, D. Afonso recebe, de D. João I, as terras de Guimarães, iniciando-se no mesmo ano a construção do Paço de Guimarães, que se prolongou até aos finais do século XV.

O Paço de Barcelos e o Paço de Guimarães apesar de apresentarem semelhanças no que respeita ao sistema construtivo e a alguns elementos arquitectónicos, como os telhados de grande inclinação, as altas chaminés, os vãos em pinázio/ cruzeta lancetada, e os remates das paredes com merlões, as suas escalas e tipologias são bastante distintas (img. 44 a 47).

O Paço de Barcelos, de reduzidas dimensões e peculiar tipologia, face às outras moradas da Casa de Bragança que foram sendo erguidas, apresenta cinco corpos rectangulares turriformes (primeira fase construtiva; posteriormente, concluídos, seis corpos) organizados de forma aparentemente arbitrária; o Paço de Guimarães, de maior dimensão, apresenta uma planta rectangular composta por quatro alas, dispostas em torno

Perilhal, Faria, Rates, Vermoim, Penafiel-de-Basto e o couto da Varzea, (...), dando-lhe tambem o titulo de conde de Barcellos, (...)." A lagrima, n.º 14, anno IX, Barcellos, 21 de Abril de 1901.

[54] *"(...), foi o conde D. Afonso que alcançou de seu pai, D. João I, logo nos começos do século XV, carta para poder lançar taxas para os "muros e torres" de Barcelos, Em 1406, já o concelho do Porto reclamava, junto do rei, contra o vedor dos muros desta vila, porque este andava a obrigar os habitantes de Azurara, que pertenciam ao termo do Porto, a contribuir para a citada obra. Este mesmo assunto motiva nova queixa, em 1413."* Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 32, 34.

[55] Em Barcelos, D. Afonso contava apenas com a casa de seu sogro, D. Nuno Álvares Pereira, junto ao Largo do Apoio, anterior centro cívico da vila de Barcelos; esta casa, profundamente remodelada no século XVI, deveria, à época, ser de reduzidas dimensões; idem, p. 52 e 53.

de um pátio central, e quatro torreões nos ângulos. Este último apresenta, ainda, estruturas inexistentes no Paço de Barcelos, como escadas de serviço, alpendres, capela, entre outras, e, à época, um conjunto de sistemas complexos, também inexistentes no Paço de Barcelos, como *"(...) o aquecimento perfeitamente distribuído, a condução de águas pluviais, com rede completa de esgoto, embebida nas paredes e com escape nas latrinas (...)."*[56]

Estas diferenças, aqui sumariamente expostas, apontam para que a construção do Paço de Barcelos seja anterior à construção do Paço de Guimarães, tendo o primeiro servido em parte como estudo, um esboço simples, uma maqueta à escala real, de algumas soluções/ linguagens arquitectónicas que iriam ser posteriormente adoptadas no segundo.

"A atribuição do Paço de Barcelos a D. Afonso ajuda, (...), a explicar os aparentes arcaísmos que se detectam na sua arquitectura (...). "Há, de resto, uma evolução natural em todo o programa construtivo da Casa de Bragança, cujo sentido se perderia se essa obra de Barcelos fosse de D. Fernando. Na realidade, depois do interesse por Barcelos, que coincide com o seu primeiro casamento, D. Afonso voltar-se-ia para Guimarães, com o segundo casamento."[57]

Outro dado relevante para a datação da construção do Paço de Barcelos, apresentado por Joaquim de Moura Flores,[58] é a semelhança, entre as siglas deste e as siglas da Torre de Cimo de Vila, a única das três torres e portas da muralha que subsiste. *"No edifício* [o Paço] *é possível encontrar várias siglas talhadas na pedra, provavelmente pertencentes a quem construiu ou nele fez alterações, (...), na Torre da Porta Nova, construída no início do séc. XV, é possível encontrar siglas idênticas, nalguns casos, e muito semelhantes, noutros, o que nos permite colocar a hipótese de os mestres de pedraria que realizaram as torres terem também construído o Paço. (...). A prova de que os mesmos mestres pedreiros trabalharam no Paço e nas Torres e nas Muralhas, assume importância para a datação da construção do Paço, já que, se não é posto em causa por nenhum autor que se tenha debruçado sobre o assunto, que o sistema defensivo medieval de Barcelos foi erguido por iniciativa do Conde D. Afonso, no início do Século XV, (...)."*[59]

O Paço de Barcelos foi, necessariamente, construído depois de 1401 (data em que D. Afonso recebeu o título condal). A sua construção poderá ter-se iniciado por volta de 1405/ 06, após a viagem de D. Afonso a Inglaterra, ou por volta de 1411, após outra viagem

[56] Rogério de Azevedo, O Paço dos Duques de Guimarães, Porto, 1942, p. 62 e ss, in Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, Barcelos Património, 4, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1996, p. 15.
[57] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*", op. cit., p. 7.
[58] Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, Barcelos Património, 4, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1996, p. 33.
[59] Idem, p. 12, 31, 32.



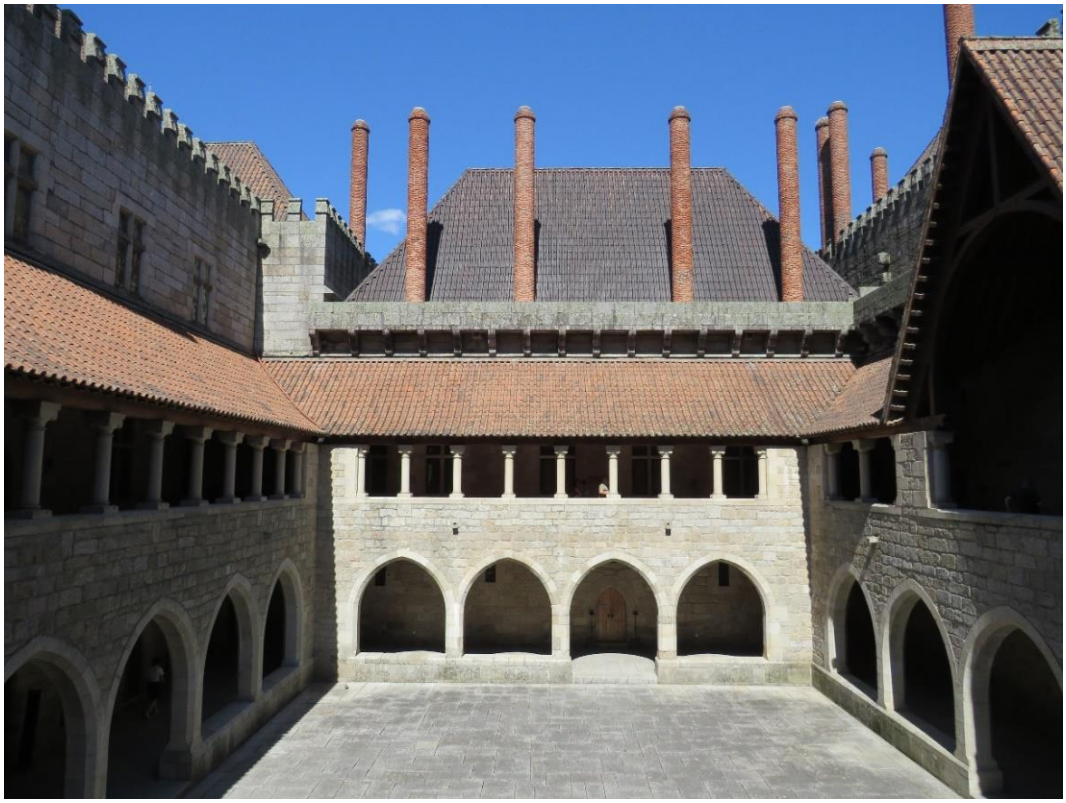
44| Paço de Barcelos, fachada Norte, porta principal.



45| Paço de Barcelos, Torre Sudeste.



46| Paço de Guimarães, fachada Poente, porta principal.



47| Paço de Guimarães, pátio, interior.

do mesmo pela Europa.[60] Estas viagens podem explicar algumas das soluções arquitectónicas de influência estrangeira utilizadas no Paço de Barcelos e, posteriormente, no Paço de Guimarães. Em 1406, há referência a obras nas muralhas de Barcelos, mas isto não significa que à data já estivesse a decorrer a construção do Paço. Um documento, revelado por Maria Ferreira, indica que, em 1414, o Paço estaria a ser construído.[61] Em 1415, D. Afonso participa na conquista de Ceuta, tendo trazido de lá uma série de elementos arquitectónicos,[62] o que indicia obra em curso.

Atentando, agora, ao documento que expõe as queixas dos Limianos.[63] Deste documento, Carlos Ferreira de Almeida deduz *"(...) ter sido D. Afonso que iniciou as obras dos* muros e torres *da vila, as quais estavam concluídas nos meados do século XV, (...). Foi, depois, sobretudo em tempo do nono conde de Barcelos, D. Fernando, (...), que se fizeram os paços. Diz-nos ainda que o filho deste, também chamado D. Fernando, o décimo conde de Barcelos, os havia tornado mais acastelados."*[64]

O referido documento aponta, no entanto, tal como exposto por outros autores,[65] para que a construção da muralha e do Paço de Barcelos tenha sido realizada no primeiro quartel do século XV, no tempo de D. Afonso, e, que estas obras estariam genericamente concluídas por volta de 1425:[66] *"(...) o duque dom afomsso em sendo comde de barçellos (...) ordenou de çerquar o dito luguar de muros e torres o qual há mais de xxb anos que he acabado* [reportando-se, aqui, a 1450] *(...) mas ajmda fizerã huus paaços (...)."*[67] O

---

[60] 1405 (11/11) – D. Afonso incumbido por seu pai de acompanhar a sua irmã, D. Brites, a Inglaterra, para casar com D. Thomas Fitzalan, Conde de Arundel. Casamento a 26/11; 1406-1411 – preparativos e viagem de D. Afonso pela Europra e Palestina.

[61] Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 37, nota 24.

[62] Em 1415, D. Afonso participa na conquista de Ceuta, toma parte do saque e traz do Palácio de Zalabenzala um tecto de uma sala, diversas colunas de alabastro, duas mesas de mármore e uma mesa de jaspe (esta última foi, e hoje ainda aí se conserva, para a Ermida de Nossa Senhora da Franqueira); Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 17.

[63] Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in O Archeologo Português, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p.8, 9, 10: *"(...). S.^{or} vossa alteza ssabera como o duque dom afomsso em sendo comde de barçellos ouue Carta per que amtre doyro e minho pagasse taalha pera as obras de barçellos e por teer Rezom dauer estes dinheiros ordenou de çerquar o dito luguar de muros e torres o qual há mais de xxb anos que he acabado E porem sempre pagarã o dinheiro como quer que se a obra nõ fezese ataa era de mill e iiij^{e}L anos que o duq de villaviçosa amtre doyro e minho e vyo o rrendimento dos dinheiros que pera as ditas obras foy paguado e achou que com aquelle dinheiro se poderom fazer taaes tres çercas e nõ abastou as obras serem acabadas cõ o dinheiro e suor dos pobres homes mas ajmda fizerã huus paaços em que vossa merçee e a S.^{ra} R.^{a} poderam pousar e o duque e sua molher seere bem apousentados. E por lhe parecer a este duque dom fernando q avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais primçipaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas pera que mãdou leuar a dita pedra e fez com ella muros que parecem mais fortaleza q paaços. (...)."*

[64] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 36.

[65] Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 37; Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 7, 8 e 9; Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 73 e 74.

[66] Confirmando esta data, a 06 de Fevereiro de 1427 é assinado um emprazamento no Paço de Barcelos, revelando que este já estaria concluído ou, pelo menos, habitável/ operacional; António Ferraz, *História de Barcelos* (Manuscrito), 3º Volume, p.25, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 18.

[67] Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in O Archeologo Português, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p.8 e 9.

mesmo documento diz-nos, ainda, que as posteriores obras empreendidas por D. Fernando II, para as quais conseguiu a ratificação da carta obtida pelo seu avô, da qual tinha prescindido o seu pai,[68] seriam apenas de reconstrução e ampliação, principalmente, da torre sobre a ponte, com a intenção de integrá-la no Paço que lhe ficava próximo: *"(...) a este duque dom fernando q avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais primçipaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas (...)."*[69]

Assim, tudo aponta para que a primeira fase de construção do Paço de Barcelos tenha sido empreendida por D. Afonso, iniciada e terminada no primeiro quartel do século XV. A esta primeira fase de construção correspondem os cinco corpos rectangulares turriformes implantados no promontório rochoso sobranceiro à Ponte Medieval, na margem Norte do Rio Cávado.

Outras obras foram feitas no Paço de Barcelos durante o século XV e, possivelmente, nos primeiros anos do século XVI.

Nos alvores do último quartel do século XV, D. Fernando II, tal como aponta o documento que expõe as queixas dos limianos contra as obras em Barcelos, já referido, empreendeu, com o intuito de ampliar o Paço, de reduzidas dimensões, face às outras moradas da Casa de Bragança, obras de reconstrução da torre sobre a ponte. Esta torre, parte da muralha, situada defronte do Paço, foi ampliada de modo a integrar-se neste, e, assim, passar a ser uma das suas *casas* (mantendo, no entanto, ao nível do rés-do-chão, parte das suas funções iniciais). A primitiva torre sobre a ponte não possuiria qualquer relação, directa ou indirecta, com o Paço.

Estas obras poderão ter sido ou iniciadas durante o condado de D. Fernando I, uma vez que após a morte deste, D. Fernando II não possuiu por muito tempo os senhorios da Casa de Bragança, ou, mais provavelmente, iniciadas por volta de 1480, data em que D. Fernando II obteve, de D. Afonso V, a ratificação da carta obtida por seu avô para custear obras em Barcelos, empreendendo a construção de *"(...) muros que parecem mais fortaleza q paaços. (...)."*[70]

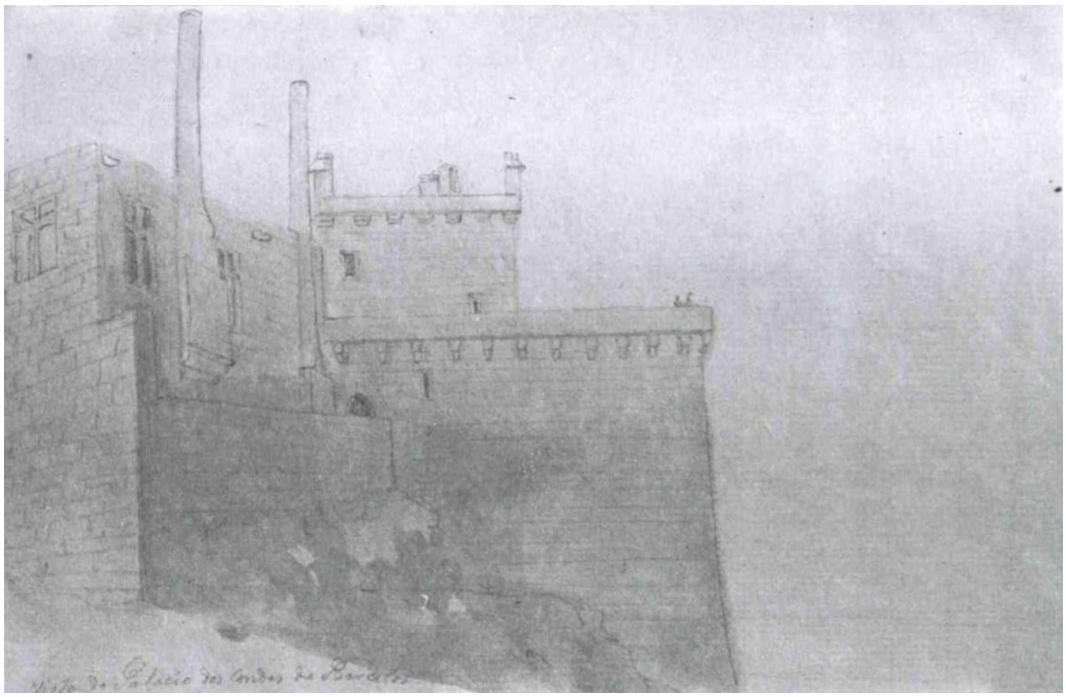
Como bem nos mostra o desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, e os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, a Torre da Ponte, parte integrante do Paço, da muralha e da Ponte Medieval, apresentava dois corpos sobrepostos, de diferentes

---

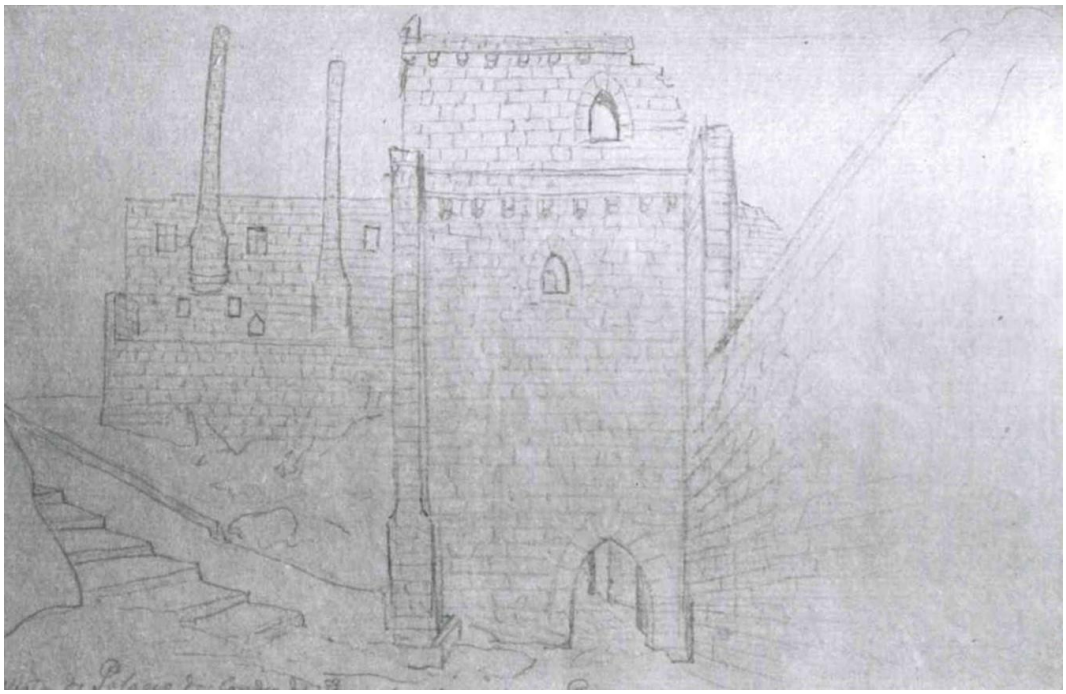
[68] *"(...) tudo indica que seu pai, D. Fernando (I), se propusera prescindir dos ditos "dinheiros" e fazer as obras à sua custa. Seu filho, uns meses antes de herdar o condado, diligenciava já a garantia de se apropriar dos direitos que D. Afonso tivera (1480.07.08). Em Novembro do mesmo ano, já possuidor de Chaves e Barcelos, obtinha a "luz verde" do rei para continuar as antigas imposições. Daí, por certo, as queixas dos limianos em 1481."* Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Barcelos - Terra de Condes*, op. cit., p. 37, 38.

[69] Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in O Archeologo Português, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p. 9.

[70] Ibidem.



48| Desenho de autoria desconhecida, 1806.



49| Desenho de autoria desconhecida, 1806.

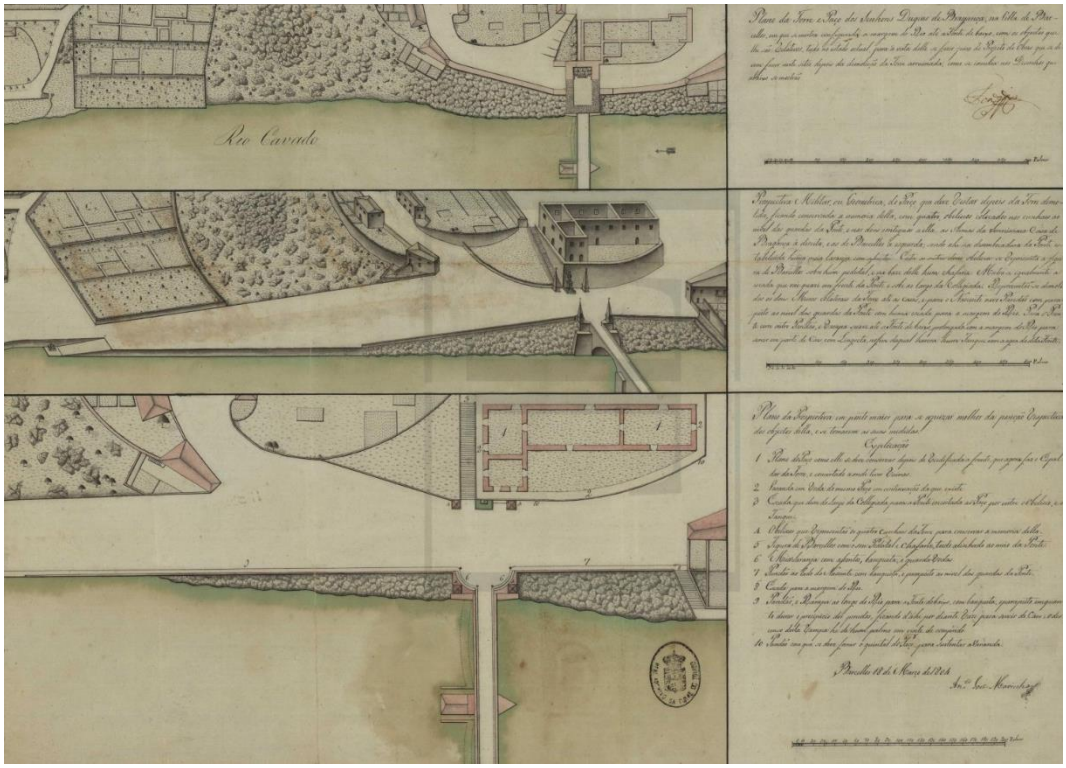
dimensões e características, denotando-se dois momentos construtivos (img. 21, 33, 48 e 49). O primeiro compreende o corpo inferior, térreo, com paredes robustas, rematado por um balcão saliente. O segundo compreende o corpo superior, com paredes menos espessas, também rematado por um balcão saliente. Estes balcões, ambos assentes sobre mísulas, possuem características bastantes distintas: o primeiro apresenta remate recto e, possivelmente, possuiria machicoulis; o segundo é coroado por merlões com, segundo o que se depreende dos referidos desenhos, características manuelinas, bastante distintos dos que coroavam o restante Paço e a muralha.[71]

Carlos Ferreira de Almeida defende que a construção do corpo inferior da Torre da Ponte, assim como a construção das cinco *casas torres* sobre o promontório rochoso, foi empreendida por D. Fernando I e que a construção do corpo superior da mesma foi empreendida por D. Fernando II.[72] No entanto, atentando aos documentos conhecidos, às diferenças entre os dois corpos e, principalmente, às características dos merlões presentes no balcão superior, tardias em relação ao tempo de D. Fernando II, entendemos, tal como defende Mário Barroca,[73] que D. Fernando II, no que respeita à torre sobre a ponte, terá apenas empreendido obras ao nível do seu corpo inferior, tendo sido estas interrompidas aquando a sua morte.

Em 1483, D. Fernando II é sentenciado e executado em Évora, por ordem de D. João II, sendo as obras em Barcelos interrompidas. Em 1484, são confiscados todos os bens da Casa de Bragança, que passam a bens da Coroa. *"Morto D. João II, o Rei D. Manuel chamou a Portugal os herdeiros da Casa de Bragança, exilados em Espanha desde a morte de seu Pai e restitui a D. Jaime, 4º Duque, todas as terras, honras e regalias que os Reis seus antepassados haviam dado aos Duques de Bragança, com excepção de Guimarães (...). D. Jaime requereu do mesmo Rei que lhe fossem restituídas também as terras que a Casa de Bragança herdara de D. Nuno Álvares Pereira, entre as quais está incluída Barcelos."*[74]

D. Jaime, 11º Conde de Barcelos, 4º Duque de Bragança (de 1496 a 1532), após reaver as terras da Casa de Bragança, em 1496, *"(...) fez reparar as fortalezas, castelos e palácios de seus domínios."*[75] Foram realizadas, por esta altura, obras na muralha de Barcelos[76] e, possivelmente, também no Paço, uma vez que a Torre da Ponte, que

[71] Idênticos aos que se observam, actualmente, nos Paços do Concelho, na Torre de Cimo de Vila e na Casa dos Machados da Maia.
[72] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 37;
[73] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 78, 79, 88 e 89.
[74] Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p.19.
[75] J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, op. cit., p. 33.
[76] Fim do século XV/ início do século XVI, foi aberto um postigo no extremo da rua Direita (antiga rua de Cimo de Vila), próximo da torre de Cimo de Vila; Idem.



50| Projecto da autoria de António Marinho, 1804; note-se o primeiro desenho, que corresponderia ao existente à época

comunicava com este, encontrar-se-ia inacabada. Assim, e atentando às características do corpo superior da Torre da Ponte (principalmente às presentes nos merlões), é possível, tal como aponta Mário Barroca,[77] que a construção deste tenha sido empreendida por D. Jaime, durante o reinado de D. Manuel I, entre, necessariamente, 1496, após este reaver o título condal, e 1510, data do desenho de Duarte d'Armas que representa a Torre da Ponte na sua totalidade. Com a construção deste corpo superior, a Torre da Ponte, cujo rés-do-chão se implanta a 12 metros abaixo do restante Paço, à cota do tabuleiro da ponte, ultrapassa a altura dos outros cinco corpos turriformes que o compõem.

O Tombo dos bens da Casa de Bragança, realizado, em Barcelos, a 15 de Setembro de 1609, refere, ao descrever o Paço, *"(...) seis casas torres (...) e outras* [casas] *que se não acabarão q estão P.a Abanda do norte servem de quintal (...)."*[78] A construção destas *casas*, inacabada, deverá ter acontecido na segunda metade do século XV, aquando a reconstrução e ampliação da Torre da Ponte, e interrompida aquando a morte de D. Fernando II. Se estas obras tivessem sido iniciadas aquando a construção do corpo superior da Torre da Ponte, no tempo de D. Jaime, ou, aquando a construção das cinco *casas torres* sobre o promontório rochoso, no tempo de D. Afonso, seria pouco provável que não tivessem sido terminadas.

O desenho de Duarte d´Armas, no que respeita ao Paço de Barcelos, para além dos seis corpos turriformes, não representa concluídas quaisquer outras *casas* (img. 21). A planta do Paço de Barcelos, datada de 1804, e a planta da vila de Barcelos, datada de 1806, representam muros adjacentes ao Paço, a Nascente, e, o mesmo desenho de Duarte d'Armas representa, também a Nascente, muros bastante recortados, que poderão corresponder às referidas *casas* inconclusas (img. 50 e 22).

Em 1530, D. Jaime tenta a ampliação, para Norte, do Paço de Barcelos. Atendendo à exiguidade do espaço entre este e a Igreja Matriz (e a sua envolvente próxima), requer, ao arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa, autorização para deslocar esta de lugar, invocando razões de segurança militar e ocultando a real intenção de ampliação do Paço.[79] O arcebispo concorda nas condições de no lugar da igreja ser erguida uma pequena ermida e de o terreno não poder ser ocupado com outras construções. D. Jaime vê-se, assim,

---

[77] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 78, 79, 88 e 89.

[78] A 13 de Abril de 1601, Filipe II ordena Tombo dos bens da Casa de Bragança; A 15 de Setembro de 1609, é realizada a medição do Paço de Barcelos; in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21; A 20 de Fevereiro de 1706, é realizada nova medição do Paço de Barcelos; idem, p. 22.

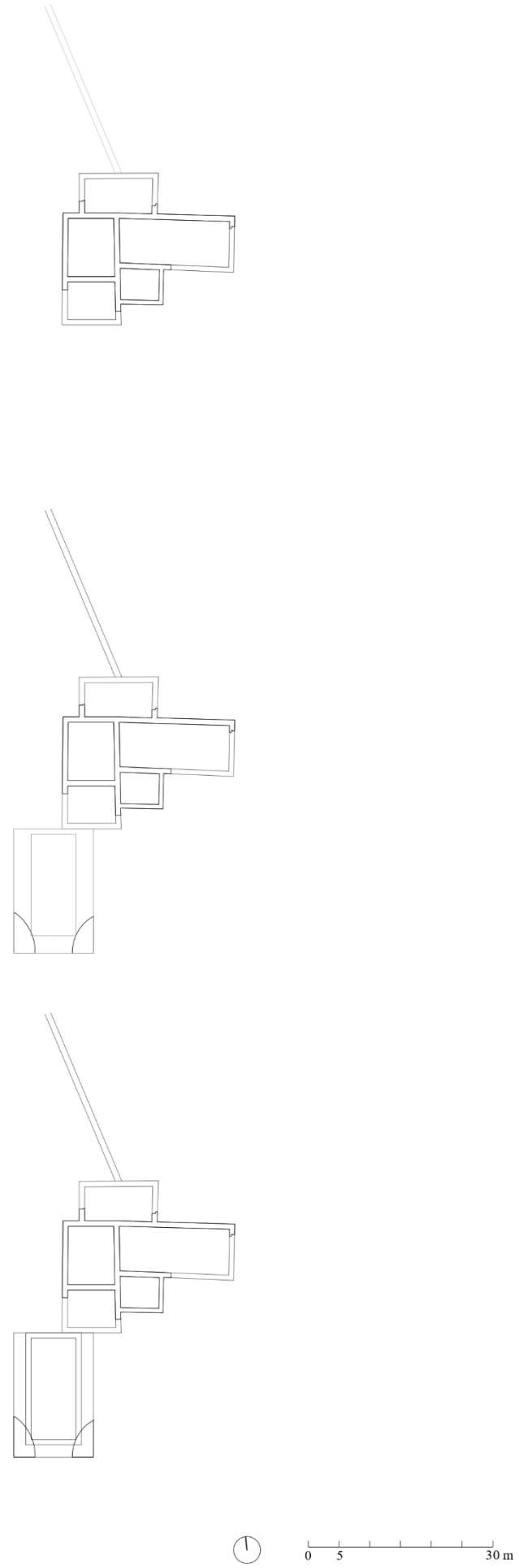
[79] *"(...) a sua villa de Barcellos nam tem outra força senam os seus Paços com a torre grande (...) e acontecendo averem estes reinos guerra poderia ser necesario que se derribasse a igreja de Samta Mara da dita villa por estar mui cheguada aos ditos paços e torre e ser muito empedimento pera a fortaleza (...)."* José Marques, D. Diogo de Sousa salvou a Matriz de Barcelos, Barcelos Revista, 2º Série, vol. I, nº 2, Barcelos, 1983, doc. 2, in Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 79.

impedido de concretizar o seu projecto, sendo este esquecido. Não há referência, por esta altura, de quaisquer obras realizadas no Paço.

O Paço de Barcelos, gorado o projecto de ampliação de D. Jaime, cai no desinteresse da Casa de Bragança[80] e, ainda no século XVI, entra em abandono e decadência. O seu processo construtivo, enquanto morada, finda, assim, na viragem do século XV para o século XVI, sendo possível dividirmos este em três fases. A primeira compreende a construção dos cinco corpos turriformes implantados no maciço granítico sobranceiro à Ponte Medieval, a Norte, empreendida por D. Afonso, no primeiro quartel do século XV. A segunda compreende a construção do corpo inferior da Torre da Ponte, implantado, à cota do tabuleiro da ponte, sobre a primitiva torre, parte da muralha, construída na segunda metade do século XV. Pode compreender ainda a construção, inacabada, de casas a Norte e a Nascente. Estas obras poderão ter sido ou empreendidas por D. Fernando II, sensivelmente, entre 1480 e 1483, hipótese que nos parece mais provável, ou inicialmente empreendidas por D. Fernando I, a partir de 1461, e continuadas por D. Fernando II, até 1483. A terceira, e última, compreende a construção do corpo superior da Torre da Ponte, empreendida por D. Jaime, sensivelmente, entre 1496 e 1510 (img. 51).

Podemos dizer, assim, tendo em consideração o que foi construído, concluído e habitado, que o Paço de Barcelos, no seu conjunto, compreende seis corpos rectangulares turriformes (*seis casas torres*), com a particularidade de um destes ser parte da muralha e se implantar sobre o acesso Norte da Ponte Medieval.

[80] É provável que o Paço tenha sido habitado por herdeiros e familiares da Casa de Bragança durante os três primeiros quarteis do século XVI; Ver Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 20.



51| Plantas das três fases construtivas, respectivamente; escala 1:1000.

O Paço

O processo construtivo do Paço dos Condes – Duques de Barcelos, enquanto morada, tem início no primeiro quartel do século XV e fim na viragem do século XV para o século XVI. Este, no seu conjunto, considerando o que foi construído, concluído e habitado, compreende seis corpos rectangulares turriformes: as *seis casas torres*:

"tem o Duque nosso Sñr. hus Paços Dentro na Villa de Barcellos que estão sobre a ponte do Rio Cabado que he serventia da Ditta Villa e tem seis casas torres de q hua dellas que he a que cahe sobre a ponte [Torre Sul/ da Ponte] *(...) e as tres Casas torres que se seguem tras esta* [Torre Oeste-Sul, Torre Oeste-Norte e Torre Sudeste] *(...), e as duas Casas mais que estão Pera Abanda do norte e nascente,* [Torre Norte e Torre Este] *(...) e outras que se não acabarão q estão P.a Abanda do norte servem de quintal (...)."*[81]

A primeira fase de construção do Paço de Barcelos, empreendida por D. Afonso, no primeiro quartel do século XV (entre sensivelmente 1405/11 e 1425), corresponde aos cinco corpos rectangulares turriformes implantados sobre o maciço granítico sobranceiro ao extremo Norte da Ponte Medieval, a doze metros acima do tabuleiro da ponte, a trinta metros acima do nível das águas do mar (img. 51).

Assentes numa posição de destaque sobre a paisagem em que se inserem, estas cinco *casas torres*, de diferentes áreas, materializadas em pedra granítica e cobertas por telhados de grande inclinação, apresentam, sobrepostos, dois compartimentos, verificando-se, assim, na primeira fase de construção do Paço de Barcelos, dez compartimentos distribuídos por dois pisos, possuindo cada piso uma altura de sensivelmente 4 metros (exceptuando, ao nível do primeiro piso, a altura do telhado) e uma área habitável total de 344,2 m^2. A maior extensão deste conjunto desenvolve-se no sentido Este-Oeste, apresentando, em relação a este eixo, um ângulo de 6,5 graus, abertura à direita.

A estas cinco *casas torres*, nas duas fases posteriores de construção, acrescenta-se, a Sul, implantada sobre o extremo Norte da Ponte Medieval, uma sexta – a Torre da Ponte –, da qual se tratará mais adiante (img. 51). Esta torre, grande particularidade do Paço, da muralha e da ponte, imediatamente visível para quem chegava a Barcelos pelo Sul, veio conferir ao já impressivo Paço, maior dimensão, imponência e impacto sobre a paisagem em que se insere, sendo disto bem representativo o desenho de Duarte d'Armas (img. 21). A maior extensão do Paço passa a desenvolver-se no sentido Norte-Sul.

A implantação e materialização do Paço de Barcelos imprime-lhe uma imagem de fortaleza, papel que nunca possuiu. O Censo da População de 1527 diz: *"A villa de Barcellos (...) bem cerquada de muros e torres fortes e tem por fortaleza os paços do Duque e jaz peguada no Rio Cavado tem hua pomte de pedra muy fermosa que say dos*

[81] Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609, in idem, p. 21.

paços e pasa contra a cidade do Porto pera o arraballde de Barcellinhos".[82] A designação *seis casas torres*, no Tombo de 1609, aponta o carácter monumental desta construção.

"(...), o palacio dos condes e duques de Barcellos, posto que nos seus detalhes architectonicos e simplicidade dos processos de construção se confunda com os demais solares da época, que ainda abundam na antiga provincia de Entre Douro e Minho, afasta-se, comtudo, já no seu plano, já no seu aspecto exterior, da forma classica adoptada na generalidade das habitações senhoriaes de Portugal e do norte de Hespanha, (...)."[83]

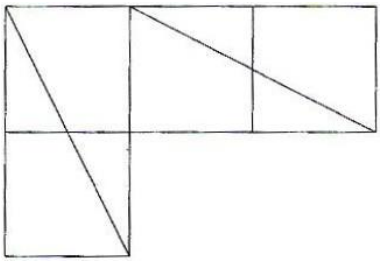
Como já referido, o exemplo mais próximo ao Paço de Barcelos é o Paço de Guimarães, obra também empreendida por D. Afonso, iniciada em 1420, pouco antes da conclusão da primeira fase de construção do Paço de Barcelos. São semelhantes as linguagens arquitectónicas e os sistemas construtivos em ambos os edifícios, no entanto, estes diferem consideravelmente na sua escala e tipologia (img. 44 a 47). O Paço de Guimarães, ao contrário do Paço de Barcelos, apresenta uma planta rectangular composta por quatro alas, dispostas em torno de um pátio central, e quatro torreões nos ângulos.

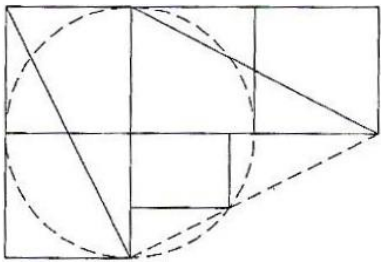
As cinco *casas torres* que, na concepção inicial, compõem o Paço de Barcelos organizam-se numa planta compacta, aparentemente arbitrária, *"(...), estranha, sem paralelos e até demasiado pequena para os serviços que uma casa condal teria de satisfazer, mesmo tendo em conta as condicionantes topográficas do outeiro onde foi implantada e as limitações do espaço disponível, (...), tendo mesmo em conta que a estrebaria do duque e o seu celeiro estavam noutros locais* [respectivamente, na Vinha Velha, à época, área menos urbanizada, a Nascente da Picota, e nos arrabaldes da Igreja Matriz]*."*[84]

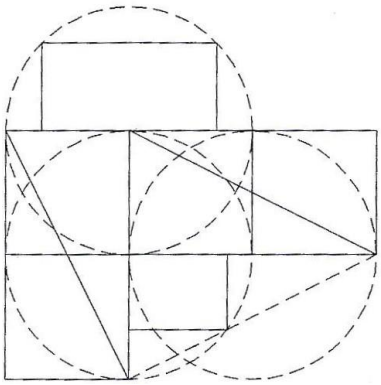
Joaquim Flores mostra-nos, no entanto, que a planta do Paço de Barcelos segue uma lógica geométrica/ compositiva, possuindo como unidade base de medida (com uma margem de erro não significativa) o palmo de 22 centímetros, usual, à época e em épocas posteriores, na arquitectura portuguesa.[85]

Segundo o autor, a composição tem como base dois rectângulos articulados em "L": um corresponde à Torre Este, no sentido Este-Oeste; outro compreende as Torres Oeste-Norte e Oeste-Sul, no sentido Norte-Sul. Cada um destes rectângulos, de dimensões praticamente idênticas, podem dividir-se em dois quadrados, de 42 palmos de lado (img.52).

[82] Censo da População de 1527, in Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 146.
[83] *A Lagrima*, nº 14, Anno IX, Barcellos, 21 de Abril de 1901.
[84] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 38.
[85] Ver Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 23, 24, 25 e 26.







52, 53 e 54| Desenhos da autoria de Joaquim Flores

A Torre Sudeste é determinada pelo triângulo que se obtém ligando os dois vértices opostos do "L", que possui as mesmas dimensões dos quatro triângulos resultantes da união dos dois vértices opostos de cada um dos rectângulos referidos. O vértice Sudeste desta torre é determinado pela intersecção entre a hipotenusa do referido triângulo e uma circunferência, cujo raio é de 42 palmos, com centro na intersecção (Sudeste) dos dois rectângulos base (img. 53).

A Torre Norte é determinada pela intersecção de uma circunferência, cujo raio também é de 42 palmos, com centro na intersecção (Norte) dos dois rectângulos base, com o prolongamento dos arranques das paredes existentes desta (img. 54).

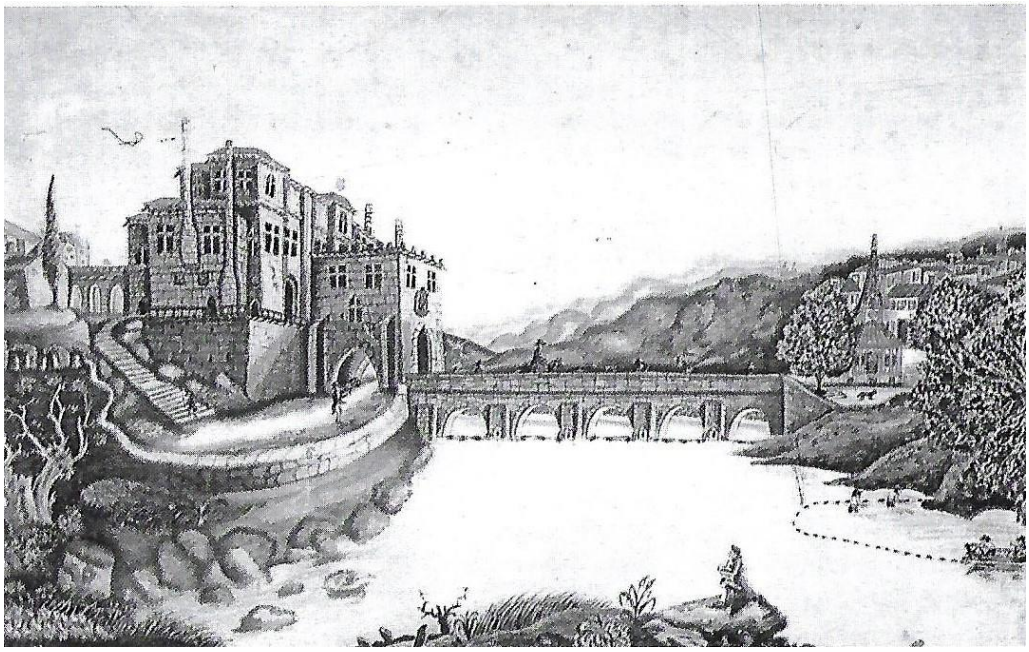
Esta análise de Joaquim Flores demonstra que a planta do Paço de Barcelos, ao contrário daquilo que aparenta, corresponde a um desenho assente na geometria, simples de passar do papel para o terreno.

Atentando às reduzidas dimensões do Paço de Barcelos, face às outras moradas dos Duques de Bragança que foram sendo erguidas e as *casas* inacabadas deste descritas no Tombo de 1609, Carlos Ferreira de Almeida coloca a hipótese de o Paço de Barcelos não ter sido terminado: *"Supomos que lhe falta a ala do lado norte, onde, antes da construção setecentista do edifício ligado à igreja, havia espaço disponível para tal. Hipoteticamente, seria mais ou menos semelhante à do lado sul. Ela dava um outro equilíbrio ao edifício e tornaria a sua planta equiparável a outras, dentro da arquitectura palaciana do tempo."*[86]

No entanto, consideramos que as referidas *casas* inacabadas correspondem às obras de ampliação do Paço de Barcelos, iniciadas aquando a reconstrução e ampliação da torre sobre a ponte, na segunda metade do século XV, posteriores à primeira fase de construção do Paço. Assim, e atentando ao esquema geométrico da planta do Paço exposto por Joaquim Flores e ao pouco que se sabe do desenvolvimento espacial interno deste, que se tratará a seguir, o projecto inicial do Paço de Barcelos cingir-se-ia às cinco *casas torres* sobre o promontório rochoso, cuja construção foi iniciada e terminada.

Entre o Paço e a Igreja Matriz, ligando-os, existia um passadiço que, assente sobre arcada, partia do corpo Norte do Paço e rematava no coro alto da igreja, a Nascente da torre dos sinos. O passadiço atravessava o extremo Oeste da rua entre a Igreja Matriz e o Paço, provocando, em parte, a separação entre esta e o largo contíguo ao Adro da Igreja, permitindo uma maior privacidade ao acesso ao Paço, efectuado pela referida rua. A Igreja Matriz funcionaria, assim, como a capela do Paço.

[86] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 38.



55| Pintura da autoria de António Pereira, 1856; note-se, à esquerda, o passadiço.



56| Vestígios do passadiço, junto à torre sineira da Igreja Matriz.

Não se conhecem as datas de construção e posterior desmantelamento deste passadiço, *"(…) certamente tardio, (…)."*[87] Este é representado na pintura de António Pereira, realizada em 1856, reproduzindo um desenho de seu pai, datado de 1786, no entanto, à época, este passadiço já não existiria (img. 55).[88] Sobre este são vagas as descrições[89] e nada é referido nos Tombos da Casa de Bragança. Actualmente, ainda se observam vestígios do passadiço na fachada Sul da Igreja Matriz, a Nascente da torre dos sinos (img. 56).

As paredes do Paço, em pedra granítica, possuem uma espessura de 0,88 metros (que corresponde a 4 palmos de 0.22 metros), exceptuando as paredes Sul e Este da Torre Este com 0.80 metros de espessura, e, também, as paredes Sul e Este da Torre Sudeste com 0.70 metros de espessura. Estas paredes apresentam o sistema de construção romano *Opus Emplectum*, sendo formadas por duas fileiras de pedra, cujo vazio entre é preenchido por pedras miúdas irregulares misturadas com uma argamassa. Esta argamassa é realizada a partir do *"(…) barro de Barcelos, arenoso e amarelo, (…)"* que *"(…), quando misturado com cal ou cimento, oferece uma argamassa bastante resistente, (…)"*.[90] O aparelho é maioritariamente regular (isódomo), sendo as fiadas constituídas por pedras esquadradas e de igual altura, no entanto, em alguns pontos, as pedras mudam de dimensão numa mesma fiada, apresentando-se pontualmente o aparelho irregular.[91]

Outrora, as paredes do Paço encontravam-se coroadas com merlões. Aqui, desaparecida a questão militar, os merlões assumiam, essencialmente, um valor simbólico: senhoria, prestígio, poder. Em Barcelos, exceptuando a muralha e os Paços do Concelho, à época, nenhuma outra construção possuía merlões.[92]

O Paço de Barcelos apresenta, no que respeita à linguagem arquitectónica, assim como o Paço de Guimarães, seu exemplo mais próximo, que lhe sucede, algumas inovações no panorama da arquitectura habitacional senhorial portuguesa: os telhados de grande inclinação; as altas chaminés; os vãos com pinázio/ cruzeta lancetada.

---

[87] Idem, p. 37.

[88] Repare-se que a pintura de António Pereira é bastante fantasiosa – representa o Paço em bom estado de conservação, que, à época, já se encontrava em avançado estado de ruína, com escala exagerada, suprimindo, no entanto, a imponência da Torre da Ponte, parte do Paço, e com elementos que não existem nem existiram.

[89] Ver Joaquim Pereira Domingos, Abade do Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, op. cit., p. 32; J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, op. cit., p. 35.

[90] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 35.

[91] Mais sobre o sistema construtivo do Paço de Barcelos, ver Joaquim Flores, *Projecto de Musealização das Ruínas do Paço dos Condes-Duques de Barcelos*, op. cit.

[92] O desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, representa merlões apenas no Paço e na muralha (neste, o Paço do Concelho não se vê); entende-se que, aquando a construção do Paço de Barcelos, encontrava-se vigente o *Ius Crenelandi*: os merlões significavam o senhorio de uma terra e só poderiam ser empregues em construções associadas ao seu senhor. Após os merlões perderem o seu valor militar, o seu uso foi liberalizado, ainda assim, estes elementos aparecem geralmente associados a construções de prestígio e poder; Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 38; Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p.81.

A cada uma das *casas torres* correspondia um telhado individualizado, de grande elevação e em telha plana, semelhante à tégula romana (na descrição do Paço de 1609 esta telha é denominada *telhões*: *"(...) tem seus tectos telhados de telhões grandes (...)"*:[93] combina inovação, com os telhados de grande projecção e inclinação, e retorno ao sistema de cobertura clássica, com a telha plana, denunciando influência estrangeira. *"Este regresso ao sistema de cobertura de inspiração clássica, com telha plana, associado aos telhados de grande projecção e inclinação, só pode ser entendido no quadro de um contacto com exemplos estrangeiros, nomeadamente da Europa Setentrional, com os quais o Conde se terá familiarizado em 1405, quando foi a Inglaterra, ou c. 1406-1410, quando se deslocou a Castela, Aragão, França, Alemanha, Itália e Veneza, ou em alguma outra deslocação."*[94] Ainda se notam, no topo de algumas paredes existentes do Paço, os arranques para os altos telhados (img. 95). Como nos mostra o desenho de Duarte d'Armas, possuíam quatro águas e alturas variáveis, que ultrapassariam a altura do piso (img. 21).

A par com os telhados, destacava-se a presença de altas chaminés de canudo. Não é possível determinar com exactidão o número de chaminés que o Paço de Barcelos outrora possuiu. Actualmente, subsiste uma chaminé, que parte do primeiro piso da Torre Oeste-Norte, e, no primeiro piso da Torre Este, encontram-se vestígios de uma lareira, da qual erguer-se-ia, igualmente, uma alta chaminé (img. 57 a 59). A diferente iconografia existente[95] é coincidente com a existência destas duas chaminés e de uma terceira, que partia do rés-do-chão da Torre Oeste-Sul, actualmente incompleta (img. 21, 48, 49, 55, 63). António Ferraz refere a existência de uma quarta chaminé no corpo superior da Torre da Ponte: *"Sobre esta galeria assentava o segundo corpo da torre, também de forma quadrangular, mas um pouco retraído e com portas para a galeria; coberto por um telhado de ponto subido e rodeado de ameias, de que emergia a esguia chaminé de um fogão interior."*[96] Esta chaminé aparece representada no desenho de Duarte d'Armas, na fachada Oeste do corpo superior da Torre da Ponte (img.21).[97] Ora, se a torre era uma das *casas* pertencentes ao Paço, é plausível que esta possui-se um fogão/ chaminé.

---

[93] Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21.
[94] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 81.
[95] Duarte d´Armas, 1510; Autor Desconhecido, 1806; António Pereira, 1856.
[96] António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 76.
[97] No desenho de Duarte d´Armas e na pintura de António Pereira encontram-se representadas quatro chaminés no Paço de Barcelos. (Note-se que nos desenhos de 1806 aparecem apenas representadas duas chaminés, uma vez que, à data, já ruíra parte da Torre da Ponte e se demolira parte da Torre Este. A localização das duas chaminés representadas, no primeiro piso da Torre Oeste-Norte e no rés-do-chão da Torre Oeste-Sul, coincide com a restante iconografia) Os dois registos são coincidentes na localização de três chaminés: no primeiro piso da Torre Oeste-Norte , no primeiro piso da Torre Este e no rés-do-chão da Torre Oeste-Sul; no entanto, diferem, entre outras coisas, na localização da quarta chaminé: Duarte d'Armas representa-a a Poente da Torre da Ponte e António Pereira representa-a a Nascente da mesma. Repare-se que a pintura de António Pereira é bastante fantasiosa. Assim, consideramos mais verosímil a localização da quarta chaminé a Poente, no corpo superior da Torre da Ponte.





57 e 58| Chaminé e fogão na Torre Oeste-Norte; exterior e interior.



59| Lareira na Torre Este; interior.

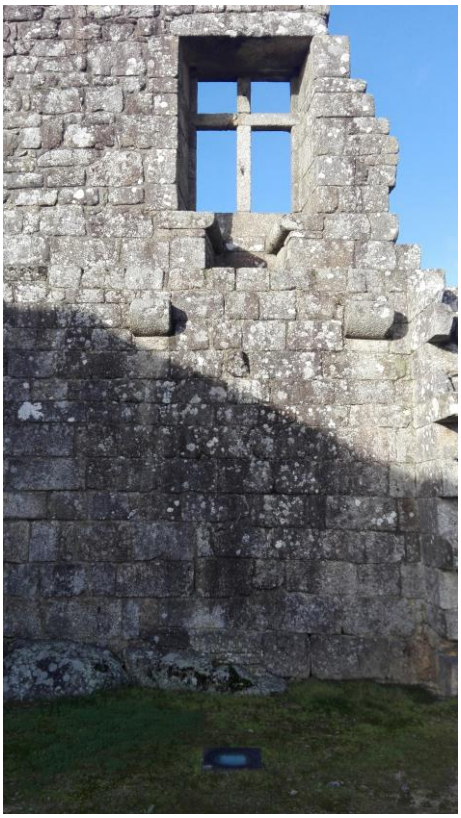
No que respeita aos vãos, o Paço de Barcelos apresentava, à época, duas novas soluções arquitectónicas.

Uma, nos amplos vãos rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada em pedra, idênticos aos que se observam no Solar dos Pinheiros[98] e no Paço de Guimarães (img. 60 e 61). A adopção deste sistema de construção, que pressupõe a existência de vidraças, definindo-se quatro painéis autónomos – os dois superiores menores e fixos e os dois inferiores maiores e móveis –, permite o isolamento térmico, a ventilação e a iluminação natural do espaço interior.[99]

Outra, nos dois vãos rasgados junto ao cunhal Sudeste, ao nível do primeiro piso, da Torre Sudeste, que, pela relação/ proximidade que sustentam, prenunciam o aparecimento dos vãos de ângulo (img. 62). No cunhal Noroeste da Torre Oeste-Norte, ao nível do primeiro piso, dois amplos vãos rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada em pedra sustentam uma relação semelhante (img. 61).

"Tudo quanto podia constituir o luxo domestico dos tempos medievaes, alli se encontrava com profusão e riqueza. Assim, as casas de habitação, que eram sempre as do andar nobre, deviam ter sido adornadas com elevados tectos, de bellos lavores enriquecidos pela pintura. / As portas eram ornadas de finissimas ferragens e abundante pregaria, e as janellas de formosos vitraes polychromos. / As melhores alcatifas da Persia e de Smyrna cobriam os vastos pavimentos. Velludos e brocados, franjados de ouro e prata, ornavam as portas e as janellas, os leitos e os doceis. / Junte-se a isto um mobiliario de preciosa madeira e lavores artisticos, (...)."[100]

[98] Implantado a Oeste do Paço de Barcelos, junto ao antigo Largo do Terreiro, entre a Rua da Igreja e a Rua da Ponte/ do Terreiro; Construção iniciada em 1448, empreendida por Pedro Esteves; mais sobre ver Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 50 e 51.
[99] Ver Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 82 e 83.
[100] *A Lagrima*, nº 14, Anno IX, Barcellos, 21 de Abril de 1901.




60 e 61| Vãos rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada; o primeiro na Torre Este; o segundo na Torre Oeste-Norte; interior.



´62| Vãos rectangulares no cunhal da Torre Sudeste; interior.

Abandono e deterioração

O Paço de Barcelos, gradualmente esquecido pelos seus Senhores, que foram preferindo as terras de Vila Viçosa, Guimarães, Lisboa, entre outras, inicia o seu processo de ruína ainda no século XVI, tendo servido de morada apenas por pouco mais de um século.

O Tombo dos bens da Casa de Bragança, realizado em Barcelos, a 15 de Setembro de 1609, refere, ao descrever o Paço, *"(…) seis casas torres de q hua dellas que he a que cahe sobre a ponte não tem sobrado nem tecto e he a mais Alta de todas, (…) e as tres Casas torres que se seguem tras esta tem seus tectos telhados de telhões grandes sem nenhu sobrado, e as duas Casas mais que estão Pera Abanda do norte e nascente, não telhados nem sobrados e a está Pera a banda da Rua do Priol serve de quintal (…)."*[101]

Outro Tombo dos bens da Casa de Bragança, realizado em Barcelos, a 20 de Fevereiro de 1706, revela o Paço já num estado de degradação significativo. "(…) *todas as ditas cazas estão descobertas sem telhados nem Sobrados, (…), e todas ellas são de pedra de esquadria e tem suas portas e janelas e chiminés, E alguas ameyas por cimo das paredes (…)."*[102]

Pouco depois, entre 1708 e 1718, é retirada pedra do Paço para a reconstrução da torre sineira da Igreja Matriz.[103] Ainda no século XVIII, mais pedra do Paço é retirada para outras obras em Barcelos. Não há estragos assinaláveis causados pelo terramoto de 1755 no Paço, uma vez que, nas Memória Paroquiais de 1758, o reverendo Pedro Ribeiro Gouvea nada refere. (em Barcelos, apenas refere pequenos estragos na muralha, a Norte e na Torre do Cimo de Vila)

O processo de ruína do Paço de Barcelos acelera significativamente no decurso do século XIX.

A 24 de Janeiro de 1800, após mais de dois séculos de abandono, parte da Torre da Ponte desmorona, abalando parte da estrutura do restante Paço (img. 66, 1º fase). A passagem pela ponte fica obstruída e o atravessamento do rio passa a ser feito provisoriamente através de uma barca. Para decidir o que fazer a respeito da ruína do Paço, é chamado a Barcelos Custódio José Gomes de Vilas Boas, sargento mor engenheiro.[104]

---

[101] Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21.
[102] Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 20 de Fevereiro de 1706, in idem, p. 22.
[103] A 14 de Junho de 1704, D. Catarina de Bragança, Rainha de Inglaterra e Regente de Portugal, na ausência de seu irmão D. Pedro II, a pedido dos cónegos da Colegiada de Barcelos, cede pedra do Paço para obras na torre sineira que ameaçava ruína, *"(…) por ser informada q. concedendo-lhe esta pedra q. a obra referida não demenuhia a fermosura dos ditos Passos (…).";* Torre do Tombo, Catálogo dos documentos da Colegiada de Barcelos, maço 5, cad. 189, in ibidem.
[104] "Na sessão Camarária do dia imediato foram largamente discutidas as providências a tomar *e pelo presidente foi dito q. fizera um ofício ao Cap. de Eng.ria Custódio José Gomes de Vilas-Boas para vir a esta Vila para melhor acerto do que se deve fazer a respeito da ruína do Paço da torre da ponte e da mesma ponte para*

Este, a 26 de Janeiro de 1800, toma as providências de desobstruir a ponte das pedras e, com catapultas, demolir parte da Torre da Ponte e dois panos de parede do Paço que ameaçavam ruir, e, atribui a causa do desmoronamento às chuvas de fim de ano que foram penetrando nas argamassas de barro fazendo com que estas aumentassem o volume.

A 20 de Março de 1800, os destroços ainda não tinham sido recolhidos, uma vez que, à data, *"(...) a Câmara Municipal mostrava preocupação pelos distúrbios que a anómala presença de muita pedra causava naqueles que pretendiam circular pela ponte e respectivos acessos."*[105] A 13 de Agosto do mesmo ano, a Câmara decide consultar o Príncipe Regente sobre a possibilidade de se apear mais uma parede do Paço, da fachada Sul, que ameaçava ruir.

A planta do Paço de Barcelos, datada de 1804, e a planta da vila de Barcelos, datada de 1806, representam as paredes da Torre da Ponte e, no seu interior, a fonte de Santa Mónica, aí colocada em 1631 aquando obras na ponte (img. 50 e 22). Estas representações indicam que, às datas, parte da Torre da Ponte ainda subsistia. Note-se, ainda, que seria pouco provável a fonte de Santa Mónica, integrada na Torre da Ponte, se conservasse sem esta.

Os desenhos do Paço de Barcelos, datados de 1806 (img. 33 e 49), revelam *"(...) que apenas se demoliu a parte superior dos muros desta, em plano oblíquo, para que estes, à maneira de contrafortes, continuassem a sustentar a estrutura superior do Paço."*[106] A planta de 1804 sugere-nos, também, que a Torre da Ponte estaria, tal como representada nos desenhos de 1806, recortada, com as paredes mais elevadas a Norte do que a Sul (img. 50). Assim, mesmo após o desmoronamento e a demolição (pontual) que a Torre da Ponte sofreu no início do século XIX, esta continuou, pelo menos ao nível do seu corpo inferior, a elevar-se sobre a Ponte Medieval, rematando-a, a Norte.

A 18 de Março de 1804, realizado por António Marinho, surge o primeiro projecto que se conhece para o Paço de Barcelos (img. 50). Este projecto propõe primeiramente a demolição da Torre da Ponte e da parte da muralha que lhe fica adjacente (para Nascente e para Poente) e, seguidamente, a colocação de quatro obeliscos no lugar dos quatro cunhais da referida torre e a construção de um novo paredão que contorna parte da margem Norte do Rio Cávado, anteriormente contornada pela referida parte da muralha. Propõe, ainda, a colocação de uma escadaria encostada à fachada Poente do Paço, que permite a comunicação entre o extremo Norte da Ponte Medieval e o largo situado entre o Paço e a

mandar vir um barco para a passagem provisória"; António Ferraz, *História de Barcelos*, Vol. II, Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p.25.

[105] Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, op. cit., p. 1.

[106] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 89.

Igreja Matriz, e de uma outra escadaria a Poente, junto ao paredão proposto, que permite a comunicação com o rio. Não dispomos de informação sobre o contexto em que este projecto surgiu (quem o encarregou, se era intenção segui-lo) e não há referência de quaisquer obras realizadas seguindo este.

No que respeita ao restante Paço, segundo as informações disponíveis, algumas das suas paredes ameaçavam ruína, quer pelo abandono a que tinham sido votadas quer pelo desmoronamento da Torre da Ponte que abalou a sua estrutura, sendo requeridas, após este, as suas demolições. Contudo, a planta de 1804 e a planta de 1806, já referidas, representam todas as paredes do Paço, excepto as do corpo voltado à Igreja Matriz, do qual, todavia, mais tarde há referência da sua demolição. Assim, é possível que o desmoronamento da Torre da Ponte tenha feito apenas ruir partes das paredes que lhe ficavam adjacentes e que as demolições pensadas não tenham sido realizadas de imediato, ou, pelo menos, na totalidade.

O Paço de Barcelos, após parte do seu desmoronamento, em 1800, passa a servir, mais ainda, de pedreira, sendo, no decurso do século XIX, o desrespeito para com este mais patente.

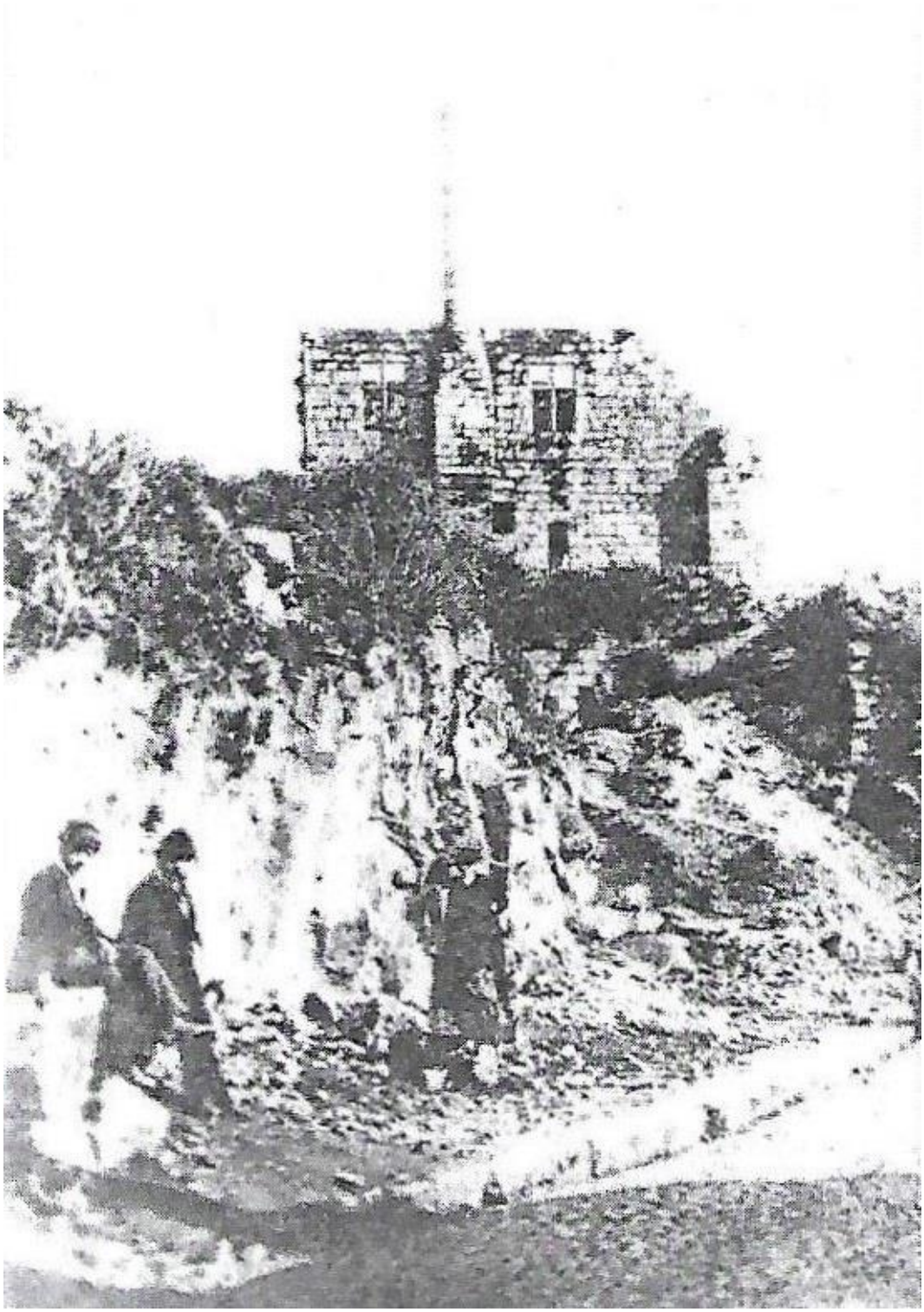
De 1820 a 1822, para venda de pedra, por ordem do procurador da Câmara José Simões Gomes, demoliu-se *"(...) grande parte do muro voltado à Colegiada e todo o muro que volta pelo nascente que confronta com a rua que passa defronte da casa de M.el José da Costa Felgueiras Gaio até à torre que fica à ponta do lado Sul de cuja torre fez apear grande parte bem como as varandas e chaminés pelo lado poente (...)."*[107] (img. 66, 2º fase) Destas demolições resultaram 10000 carros de pedra.

A 7 de Maio de 1825, em sessão camarária, após aprovação régia,[108] é resolvido demolir a arruinada Torre da Ponte e construir um paredão a Sul do promontório rochoso. Com esta demolição perde-se uma das grandes particularidades do Paço de Barcelos, da muralha e da Ponte Medieval. Da referida torre apenas ficaram os alicerces junto ao acesso Norte do tabuleiro da ponte, a cota inferior deste (img. 67, 3º fase).

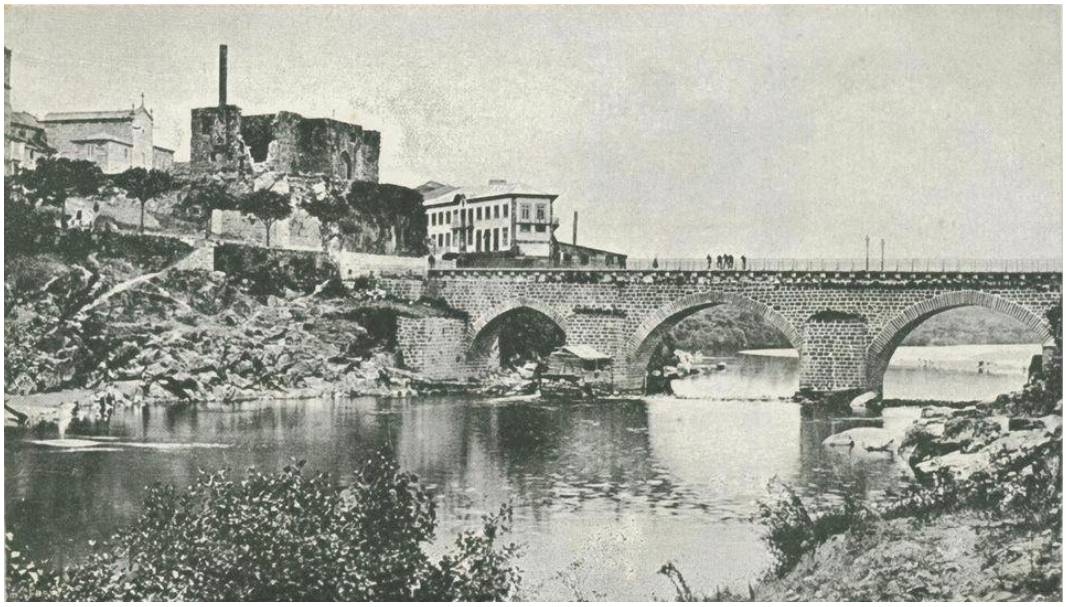
Ainda por volta de 1825 é reconstruída a parede Sul da Torre Este, a que possui a maior área habitável, para aí se instalar um pequeno teatro, *"(...) ahi pelos annos de mil oitocentos e trinta e oito ou trinta e nove; (...) de uma construcção muito ligeira, mas*

[107] António Ferraz, *História de Barcelos*, Vol. II, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 25; também foi retirada pedra da muralha.

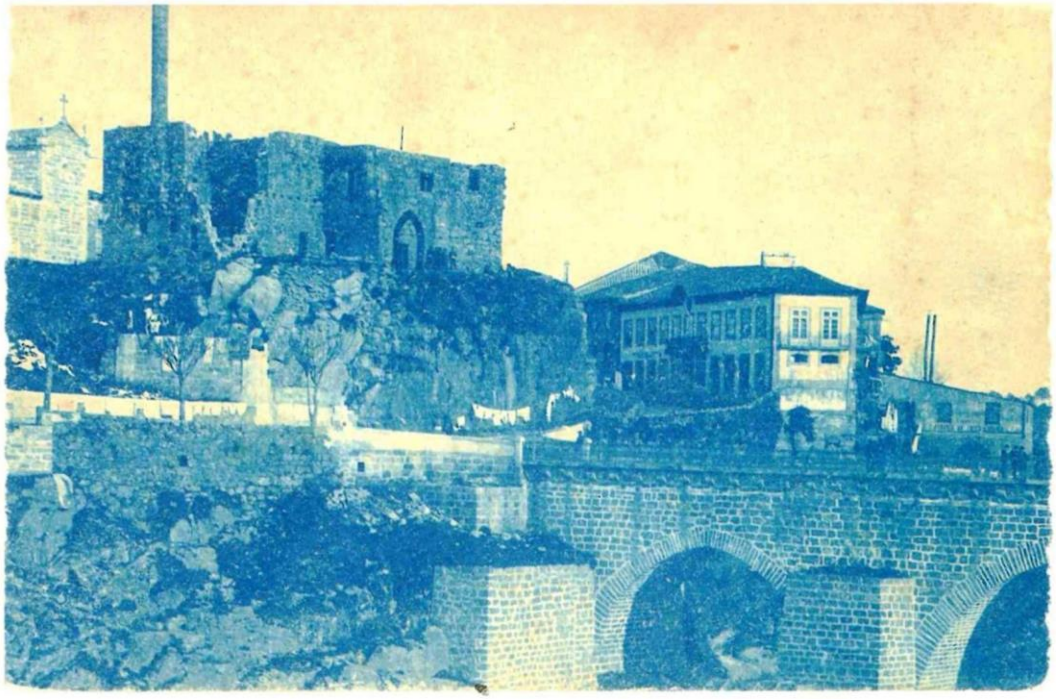
[108] *"Em 1802 é encarregado o Corregedor desta comarca de informar o Rei se convinha ou não a reedificação da Torre e Paço dos Condes e quais as obras a fazer para esse fim. A Câmara, reunida em 3 de Março desse ano, conveio em que fossem apeados os restos da Torre, se o Rei autorizasse, e que quanto às obras a executar nada podia dizer por ser necessário primeiro um projecto."*; idem., p. 27. Atentando a esta informação, entendemos que a demolição da Torre da Ponte não seguiu o projecto de António Marinho, datado de 1804.



63| Fotografia tirada entre 1829 e 1870; à direita, vemos vestígios do que supomos ser o fogão e a chaminé que partia da Torre Oeste-Sul.



64| Fotografia (provavelmente) de 1891.



65| Fotografia (provavelmente) de 1891; note-se a reconstruída parede Sul da Torre Este, a falta do cunhal da Torre Oeste- Norte e os arranques da construção do paredão.

bonita no interior e de modo a satisfazer ás exigencias da terra."[109] (img. 43) Posteriormente, este teatro ardeu, aumentando o aspecto desolador do Paço.

A 14 de Novembro de 1829, em sessão camarária, após aprovação régia de 1820, é resolvido demolir a Torre Norte, voltada à Igreja Matriz (img. 67, 4º fase).[110] Apesar da referência, nesta data, desta demolição, note-se que esta torre não aparece representado nas plantas de 1804 e de 1806, e nos desenhos de 1806 (img. 50, 22 e 49).

Na noite de 6 para 7 de Maio de 1852, a casa da família Simões, situada próxima ao Paço, no cruzamento entre a Rua da Judiaria e a Rua dos Carvalhos, é destruída por um incêndio. *"A pedra necessária à* [re]*construção – ordenada e apoiada pela rainha* [D. Maria II] – *foram-na buscar às semi-demolidas muralhas e ao arruinado Paço Condal. E como se não bastasse, levou-se também pedra para as obras do matadouro municipal, situado às cavaleiras do rio, na outra banda, em Barcelinhos."*[111]

Tamanho era o desprezo pelo arruinado Paço que, em 1870, o seu cunhal Sudoeste, da Torre Oeste-Norte, é mandado apear por um senhor que habitava junto à Igreja Matriz, por este lhe impedir de ver de sua casa propriedades que possuía em Barcelinhos, na outra margem do Rio Cávado (img. 64 e 65; 67, 5º fase).[112]

O ápice do desrespeito pelas ruínas do Paço dos Condes – Duques chega a 4 de Março de 1871, data em que a Câmara Municipal de Barcelos aprova a demolição destas, com a intenção de, no espaço devoluto, fazer um jardim público, onde se colocaria um padrão que recordasse o desaparecido Paço. Esta *"(...) chegou a fazer um requerimento, que entregou ao Deputado, Joaquim António Pais de Vilas-Boas, para que este o fizesse chegar às mãos do Rei, (...) Felizmente este Deputado guardou o tal requerimento (...)"*[113] O Plano foi esquecido, apesar da Câmara Municipal de Barcelos ter procurado financiamento para a obra.

A 30 de Junho de 1874, o arruinado Paço é doado pela Casa Real[114] à Câmara Municipal de Barcelos, com a incumbência da edilidade o preservar e lhe atribuir utilidade. Findam as demolições no Paço e começam a surgir propostas para a recuperação das suas ruínas.

---

[109] *A Lagrima*, nº 11, Anno IX, Barcellos, 3 de Março de 1901.
[110] Na mesma sessão camarária, é apresentado um requerimento, pelo procurador Domingos de Sousa Costa, exigindo à viúva de José Simões Gomes uma indemnização pelas demolições efectuadas entre 1820 e 1822; Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 25.
[111] Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, op. cit., p. 1.
[112] Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 26.
[113] Ibidem.
[114] A 05 de Agosto de 1562, o rei D. Sebastião concede o título de Duque de Barcelos a D. João I, 13º Conde de Barcelos e 6º Duque de Bragança; Com a Restauração da Independência, a 1 de Dezembro de 1640, D. João II (IV), 15º Conde de Barcelos, 3º Duque de Barcelos e 8º Duque de Bragança, ascende ao trono de Portugal; O Paço de Barcelos, assim como todos os bens da Casa de Bragança, passa a fazer parte dos bens da Casa Real.



66| As fases de deterioração do Paço; 1º fase: 1800 – 1820/22; 2º fase: 1820/22 – 1825.



67| As fases de deterioração do Paço; 3º fase:1825– 1829; 4º fase: 1829 – 1870; 5º fase: 1870 – 1891.

Intervenções posteriores

Na mesma data em que as ruínas do Paço são doadas pela Casa Real à Câmara Municipal de Barcelos, é autorizada a venda das casas situadas a Poente do Paço, entre a Rua da Igreja, a Rua da Ponte/ do Terreiro e a escadaria (img. 121). *"(...), segundo a petição camarária,* [estas casas] *deveriam ser demolidas para que se pudesse alargar a rua da Igreja e fosse permitido melhorar o aspecto visual da área adjacente à Matriz e ruínas do Paço."*[115]

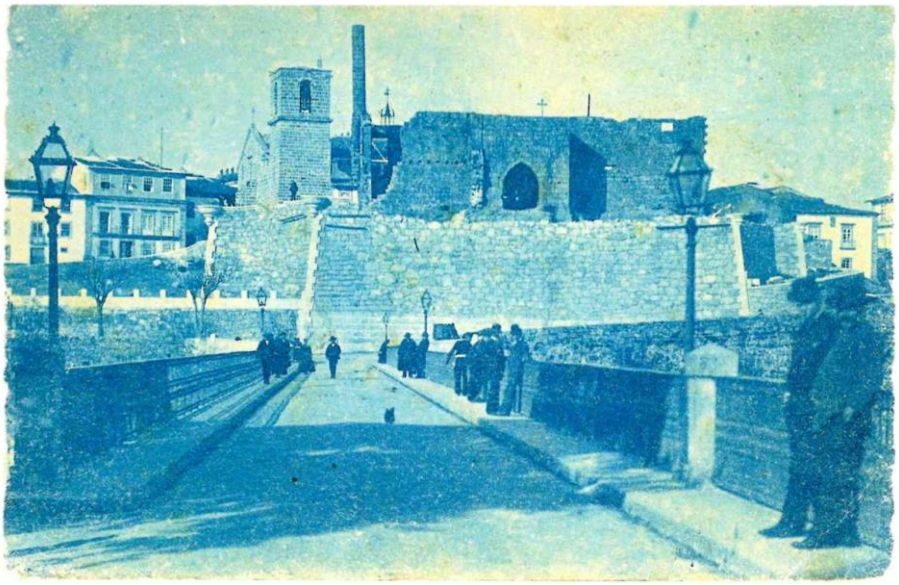
A 8 de Dezembro de 1876, a Câmara Municipal de Barcelos encarrega o projecto de restauro do Paço ao arquitecto da Câmara Municipal do Porto, Gallo Júnior, e, a 4 de Junho de 1886, encarrega a António Augusto Vieira da elaboração de um novo projecto para a recuperação do Paço. Não se conhecem estes projectos e não há referência de quaisquer obras realizadas.

"O comércio de Barcelos" de 1 de Junho de 1890 diz que o Governo concedeu, a pedido da Câmara, um subsídio de 3 contos para o começo da reforma do "Paço dos Duques de Bragança, vulgarmente conhecido pelo nome de Torres". Em 28 de Novembro do mesmo ano o referido jornal diz que foi encarregado o Capitão de Engenharia, Alberto Monteiro, de fazer novo projecto, e é ainda o mesmo jornal que nos informa que as obras começaram em 23 de Fevereiro de 1891 (...)."[116] Seguindo este projecto, do qual também não se conhece registo, procede-se à demolição das casas situadas a Poente do Paço e à construção de três paredões, em pedra granítica e rematados com merlões (img. 68):[117] um envolve o maciço granítico onde assentam as ruínas do Paço; outro envolve o lado Sul da Igreja Matriz; e outro envolve o espaço anteriormente ocupado pelas referidas casas (img. 34, 65, 68 e 69). Não há referência de quaisquer intervenções realizadas nas ruínas do Paço, aquando estas obras.

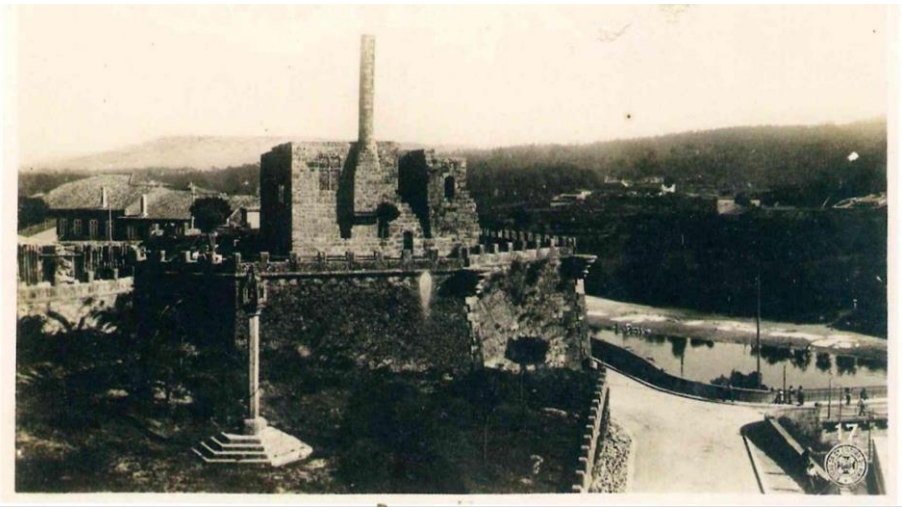
À época, o maciço granítico onde se implanta o Paço ameaçava ruir, afigurando-se, assim, necessária a construção de um paredão que o envolvesse. No entanto, os três paredões construídos, referidos supra, principalmente o paredão que envolve o espaço das ruínas do Paço, apesar de cumprirem a sua função – proteger o maciço granítico e, por conseguinte, o que neste assenta –, parecem-nos bastante discutíveis.

O paredão que envolve o maciço granítico onde assentam as ruínas do Paço, isola estas, interrompendo o seu diálogo/ relação com a urbe (img. 34 e 69). O desenho deste paredão, bastante recortado, inventivo, estranho aos elementos que envolve, sugerindo ser

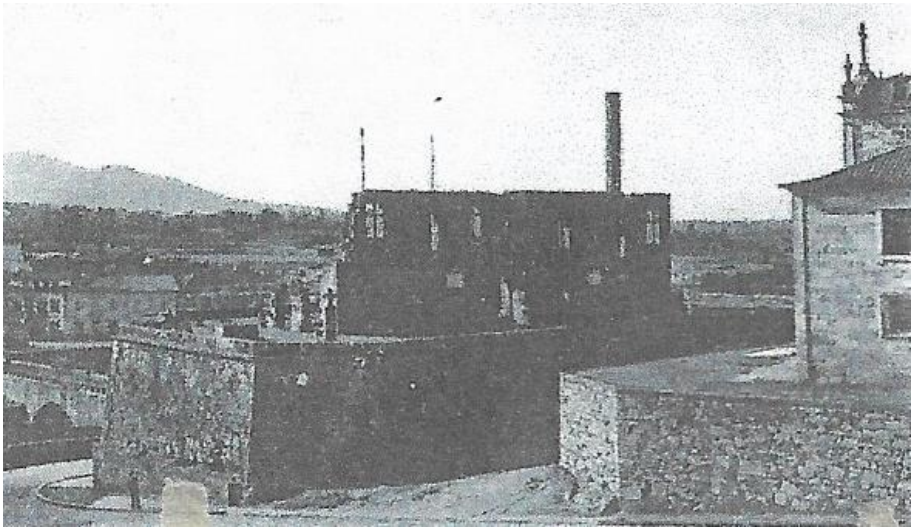
[115] Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, op. cit., 2007, p. 1.
[116] Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 27, 28.
[117] Posteriormente, os merlões são retirados e utilizados em obras na Igreja Matriz; Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, *Paço dos Duques de Bragança/ Paço dos Condes de Barcelos*, IPA.00001925.



68| Fotografia tirada ente 1891 e 1904.



69| Fotografia tirada (provavelmente) no primeiro quartel do século XX.



70| Fotografia tirada antes de 1950.

algo que não é (uma muralha), agrava, mais ainda, a leitura e compreensão (formal e espacial/ urbana) das ruínas do Paço.

Após a construção destes paredões, a rua entre o Paço e a Igreja Matriz manteve-se, passando esta a ser conformada pelos paredões que envolvem estes edifícios (img. 70); no entanto o acesso ao espaço que envolve o Paço passa a efectuar-se mais a Poente, no extremo Noroeste do paredão que o envolve, através de uma pequena escadaria, desvirtuando-se, assim, o seu acesso principal/ primitivo (img. 34). A Rua da Igreja perde definição a Sul, onde antes era faceada pelas casas a Poente do Paço, e o Adro da Igreja desaparece ou descaracteriza-se.

No início do século XX, a pedido da Câmara Municipal de Barcelos, o arquitecto Ernesto Korrodi realiza um projecto de restauro e adaptação das ruínas do Paço de Barcelos a biblioteca e museu municipais (img. 71).[118] A 9 de Fevereiro de 1903, este é apresentado ao Presidente do Conselho e à Casa Real,[119] e, a 28 de Março de 1903, aprovado. A 7 de Abril de 1904 iniciam-se as obras, adjudicadas, a 29 de Agosto de 1903, ao empreiteiro António Miranda.[120] Estas depressa foram suspensas, devido à falta de verbas e à instabilidade política da época.

A suspensão das referidas obras vem a ser feliz, pois o projecto de Ernesto Korrodi para o Paço não possui grande sustentação história,[121] sendo, tal como aponta Carlos Ferreira de Almeida,[122] demasiado imaginativo e adulterador.

Se, por um lado, procura reconstituir a volumetria desaparecida do Paço, reconstruindo os cinco primitivos corpos turriformes e, ainda, tentando evocar o sexto, sobre a ponte, por outro lado, com a união dos telhados, quebra a leitura individualizada destes corpos (as *seis casas torres*). Ainda, abre vãos onde nunca existiram (alguns desfasados com as tipologias dos vãos existentes no Paço, fachada nascente), remove outros, desloca elementos (como a lareira presente na Torre Este, ao nível do primeiro piso), transforma portas em janelas, entre outras opções tomadas discrepantes com o desenho original do Paço. Quanto ao programa previsto, poderia, à época, compreender-se,

---

[118] *A Lagrima*, nº 9, Anno IX, Barcellos, 20 de Janeiro de 1901; dá, com grande entusiasmo, notícia do projecto.
[119] *"Em 9 de Fevereiro de 1903 o Dr. Vieira Ramos e o Dr. Carlos Machado Paes, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Câmara de Barcelos, foram apresentar ao Presidente do Conselho, Dr. Hintze Ribeiro o projecto de restauro e adaptação do Paço a Biblioteca e Museu, da autoria do Arquitecto Ernesto Korrodi. / Foram, também, recebidos por Suas Magestades o Senhor D. Carlos e a Senhora D. Amélia que muito apreciaram o projecto. / O Ministro das Obras Públicas, Conde de Paçô Vieira, deu a quantia de 500.000 reis para o começo das obras."*; Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 28.
[120] António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 274 (p. 171).
[121] Note-se que, apesar da escassez de iconografia e de descrições do Paço dos Condes-Duques de Barcelos, é possível construir uma ideia aproximada do seu conjunto primitivo e posteriores fases de construção.
[122] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 36.

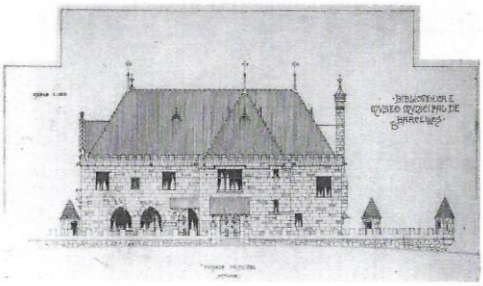


Fig. 8 — *Projecto do Arq. Korrodi*

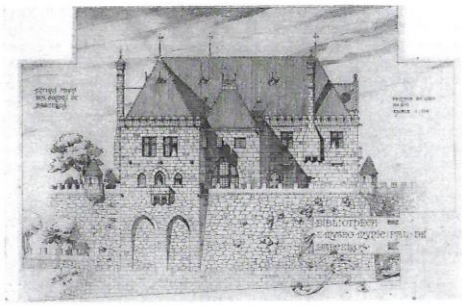


Fig. 10 — *Projecto do Arq. Korrodi*

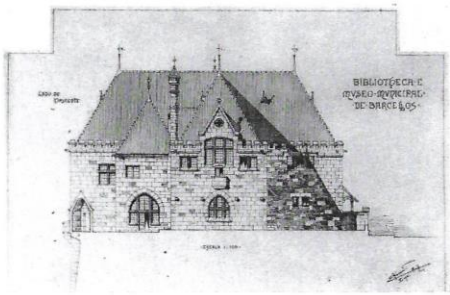


Fig. 9 — *Projecto do Arq. Korrodi*

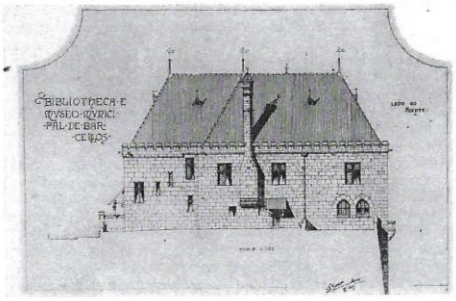


Fig. 11 — *Projecto do Arq. Korrodi*

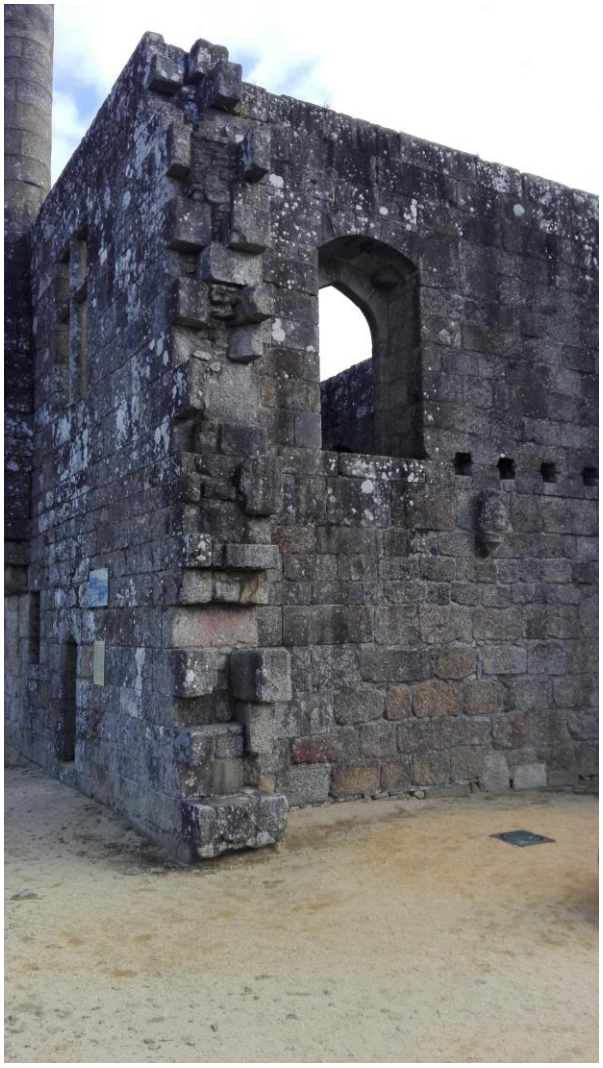
71| Projecto de Ernesto Korrodi, 1903.



72| Fotografia tirada (provavelmente) em 1903/1904.



73| Arranque da parede Sul da Torre Este.



74| Cunhal da Torre Oeste-Norte.

no entanto, tendo em conta a dimensão, a tipologia e o estado de ruína do Paço, não nos parece que, hoje, caso tivesse sido implementado, este se continuasse a sustentar.

Do projecto de Ernesto Korrodi, atentando a algumas fotografias do início do século XX, supomos que apenas foi construída parte da fachada Sul da Torre Este, posteriormente destruída. Numa das fotografias é possível observar, na referida fachada, no extremo esquerdo, um vão (porta) com remate superior em arco apontado e, no extremo direito, o arranque de um outro vão, elementos que remetem para o projecto de Ernesto Korrodi (e para o que é referido na única notícia encontrada relativa ao que foi construído deste[123]) (img. 72).

Actualmente, nas ruínas do Paço, encontra-se, no extremo esquerdo da fachada Sul da Torre Este, o arranque de um vão com remate superior em arco apontado, que poderá corresponder a estas obras, uma vez que, segundo a iconografia existente, não corresponde ao edificado no século XV (img. 73).

Ainda em 1903, segundo Teotónio da Fonseca,[124] começam a ser depositados fragmentos arqueológicos,[125] de épocas distintas e recolhidos de diversos lugares do concelho, no espaço das ruínas do Paço de Barcelos. Em 1920, por iniciativa de Miguel Fonseca, à época, presidente da Câmara, este espaço é oficializado como Museu Lapidar de Barcelos/ Museu Arqueológico Municipal de Barcelos, a céu aberto.[126] Este museu, embora exista há já algumas décadas a intenção de o transferir para outro local, encontra-se ainda instalado no espaço das ruínas do Paço de Barcelos.

Na década de 1930, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) intervém no Paço dos Condes – Duques de Barcelos. Esta intervenção consistiu em breves acções de conservação e na reconstrução do cunhal Sudoeste da Torre Oeste-Norte, demolido em 1870; refazendo-se a janela rectangular com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados em pedra, situada, ao nível do primeiro piso, na fachada Oeste da referida torre, e a porta com remate superior em arco apontado, situada, ao nível do primeiro piso, na fachada Sul da mesma torre (img. 74).

---

123 *"(…), a fazer fé num artigo publicado no "Notícias de Barcelos" de 22/8/1940 da autoria de A. Soucasaux, as obras realizadas pelo empreiteiro António Miranda ficaram-se pela construção de uma parede com porta lancetada."*; Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, op. cit., p. 3.

124 Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, Barcelos, op. cit., p. 147.

125 Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, op. cit.

126 Alguns dos nomes (não se conhecem todos) que, de alguma forma, apoiaram esta ideia: Alfredo de Magalhães, Teotónio da Fonseca, Porfírio da Silva, José Graça, Francisco Caravana, *Conde* de Villas-Boas, José Sampaio, António Silva, entre outros.



75| Fotografia tirada (provavelmente) em 1891; note-se o arranque da construção do paredão.

Não se sabe ao certo quais (e quando) outras intervenções foram realizadas no Paço de Barcelos. Ao nível do primeiro piso da Torre Oeste-Norte encontram-se, na parede Norte, duas portas com remate superior em mitra, muito próximas, e, na parede Este, uma porta com remate superior em arco apontado. Atentando a incompatibilidade que estes vãos teriam com os níveis dos soalhos que lhes sucederiam (e a proximidade das duas primeiras portas mencionadas), entendemos que estes não correspondem ao edificado no século XV e, assim, terão sido aqui colocados aquando as tentativas de restauro do Paço.

Uma das fotografias tiradas (na última década do século XIX) aquando a construção do paredão que envolve as ruínas do Paço, iniciada em 1891, mostra a já existência dos dois vãos com remate superior em mitra mencionados (img. 75). Assim, estes terão sido abertos aquando das tentativas de restauro do Paço anteriores ao século XX (projectos de Gallo Júnior, 1876, António Vieira, 1886, e Alberto Monteiro, 1890).[127]

Outra fotografia tirada na mesma época mostra-nos parte da parede Este da Torre Oeste-Norte, onde não conseguimos atentar a porta com remate superior em arco apontado referida supra, no entanto, esta fotografia não nos é completamente perceptível (img. 65). Uma vez que este vão aparece representado no projecto de Ernesto Korrodi, supomos que terá sido aberto aquando as obras realizadas segundo este, iniciadas em 1904, ou aquando as anteriores tentativas de restauro.

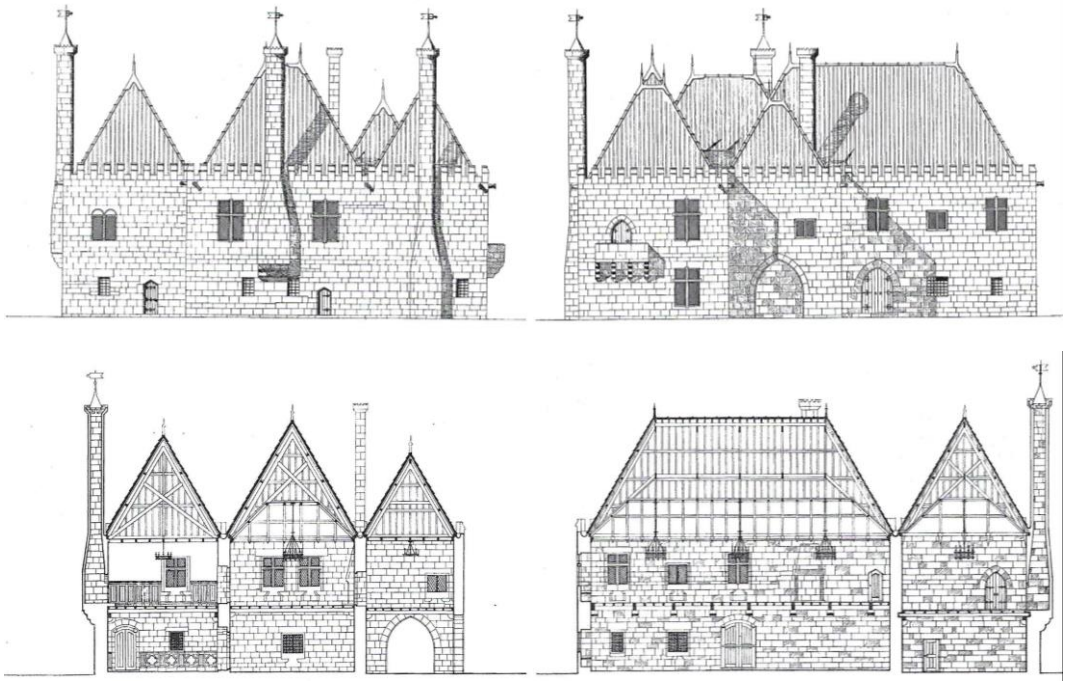
A 5 de Fevereiro de 1946, a Fundação da Casa de Bragança propõe à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais a reconstrução do Paço de Barcelos, com o fim de neste se instalar uma pousada. A DGEMN, a 23 de Fevereiro do mesmo ano, referindo que as ruínas do Paço não apresentam as condições necessárias para o pretendido fim, rejeita esta proposta.[128]

Em 1954, Francisco de Azeredo apresenta o seu projecto de restauro do Paço dos Condes – Duques de Barcelos, trabalho com que obteve o seu diploma de arquitecto (img. 76 a 79).

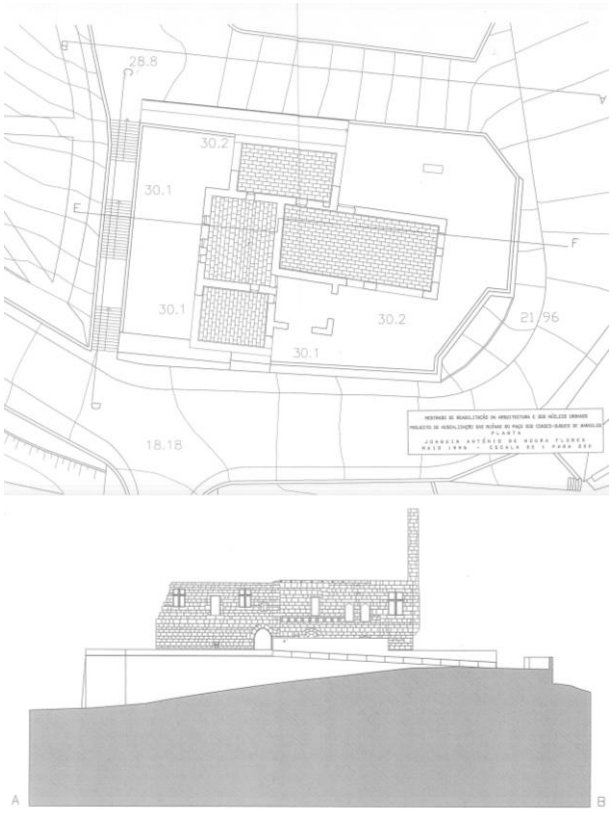
Este projecto, mais sustentado na história do objecto e do seu lugar do que o projecto de Ernesto Korrodi, procura reconstituir a primitiva volumetria desaparecida do Paço (os cinco corpos rectangulares turriformes assentes sobre o maciço granítico), respeitando os

[127] Apesar de a referida fotografia não se encontrar datada, esta só pode ter sido tirada na última década do século XIX, uma vez que esta mostra o início da construção do paredão; A abertura dos referidos vãos não pode, assim, ter sido realizada pela DGEMN; Não nos parece provável que a abertura destes tenha acontecido aquando a construção do paredão, segundo o projecto de Alberto Monteiro, uma vez que, à época, nada mais terá sido realizado no Paço; Estes vãos não aparecem representados no projecto de Ernesto Korrodi, 1903, no entanto, note-se que, como já referido, este é bastante imaginativo e adulterador.

[128] Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, *Paço dos Duques de Bragança/ Paço dos Condes de Barcelos*, IPA.00001925.



76, 77, 78 e 79| Projecto de Francisco de Azeredo (alguns desenhos), 1954.



80 e 81| Projecto de Joaquim Flores (alguns desenhos), 1996.

elementos existentes na ruína e procurando repor, com grande veracidade, os elementos desaparecidos.

Contudo, algumas das opções projectuais tomadas, não justificadas pelo arquitecto, são bastantes discutíveis: a não reconstituição, nem evocação, da Torre da Ponte, parte do Paço que nos parece fundamental para a percepção/ compreensão de todas as suas fases formais; a preservação de alguns dos vãos presentes na ruína, que se rasgaram aquando algumas das tentativas de restauro do Paço, sem qualquer relação com o que anteriormente existiu (os dois vãos com remate superior em mitra situados na fachada Norte da Torre Oeste-Norte, ao nível do primeiro piso; o vão com remate superior em arco apontado situado na parede entre as Torres Oeste-Norte e Este, ao nível do primeiro piso; o arranque de um vão com remate superior em arco apontado situado na fachada Sul da Torre Este, ao nível do rés-do-chão. Note-se que Francisco de Azeredo propõe uma reconstituição daquilo que foi o Paço de Barcelos, enquanto morada, pelo que nos parece pouco coerente manter vãos que não participaram desta; a abertura de vãos, nas fachadas Norte e Oeste da Torre Norte, com remate superior em arco de volta perfeita, desfasados com as tipologias dos vãos existentes no Paço; a colocação de uma chaminé na fachada Norte da Torre Norte; e, por fim, o não esclarecimento do uso a dar ao Paço após a reconstrução proposta; dado que Francisco de Azeredo apenas sugere que o edifício poderá albergar uma biblioteca ou um museu.

A 20 de Abril de 1960, a Câmara Municipal de Barcelos propõe à DGEMN a reconstrução do Paço de Barcelos conforme o projecto de Francisco de Azeredo, com o propósito de no arruinado edifício instalar a biblioteca e o museu municipais. A DGEMN, referindo a impossibilidade de reconstruir fielmente o Paço, rejeita esta proposta.[129]

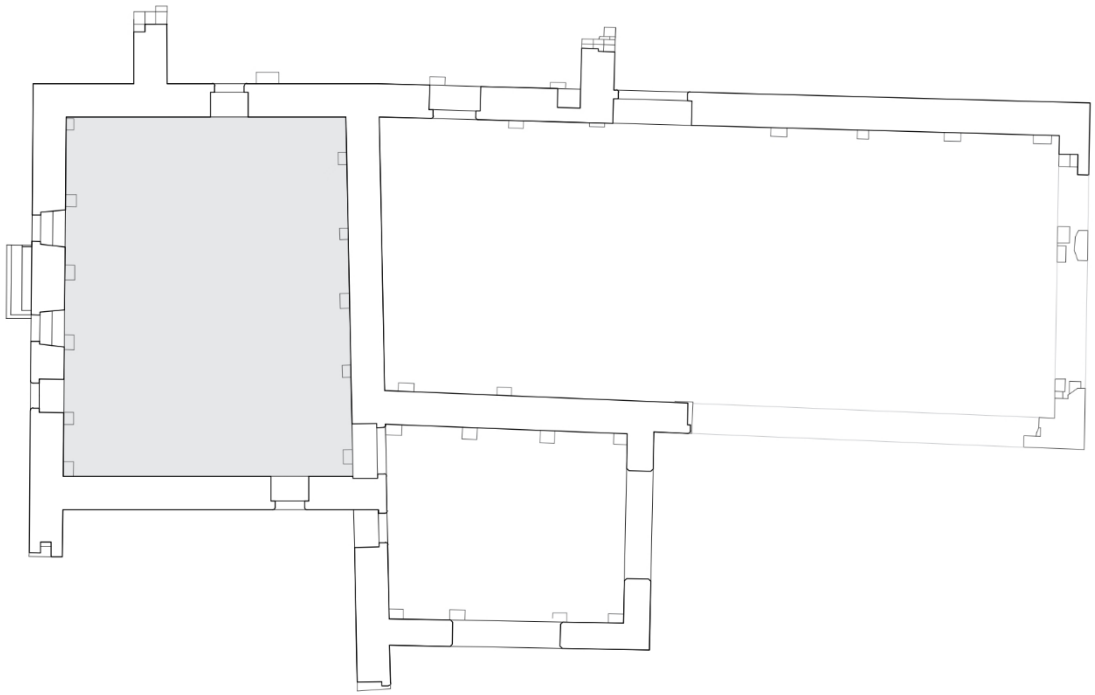
Outros projectos foram apresentados para as ruínas do Paço de Barcelos – Joaquim Flores (1996) (img. 80 e 81); Susana Brandão, Manuel Teles e Rui Vieira (2009) –, mas nada mais foi feito sobre estas.

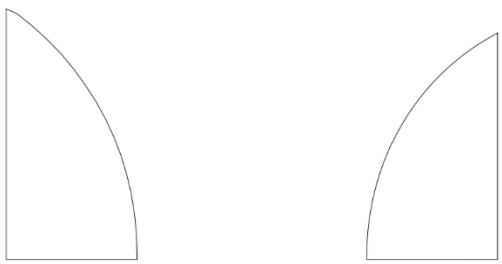
Actualmente, após séculos de deterioração e das intervenções pontuais realizadas, as ruínas do Paço de Barcelos mostram a Torre Sudeste, a única que não sofreu intervenções, a Torre Oeste-Norte, parte da Torre Este (paredes Norte, Oeste e parte da parede Sul), arranques das paredes das Torres Norte e Oeste-Sul, os alicerces Sul da Torre da Ponte e, na fachada Sul da Igreja Matriz, junto à torre sineira, vestígios do remate do passadiço (img. 82 a 91).

[129] Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 23.



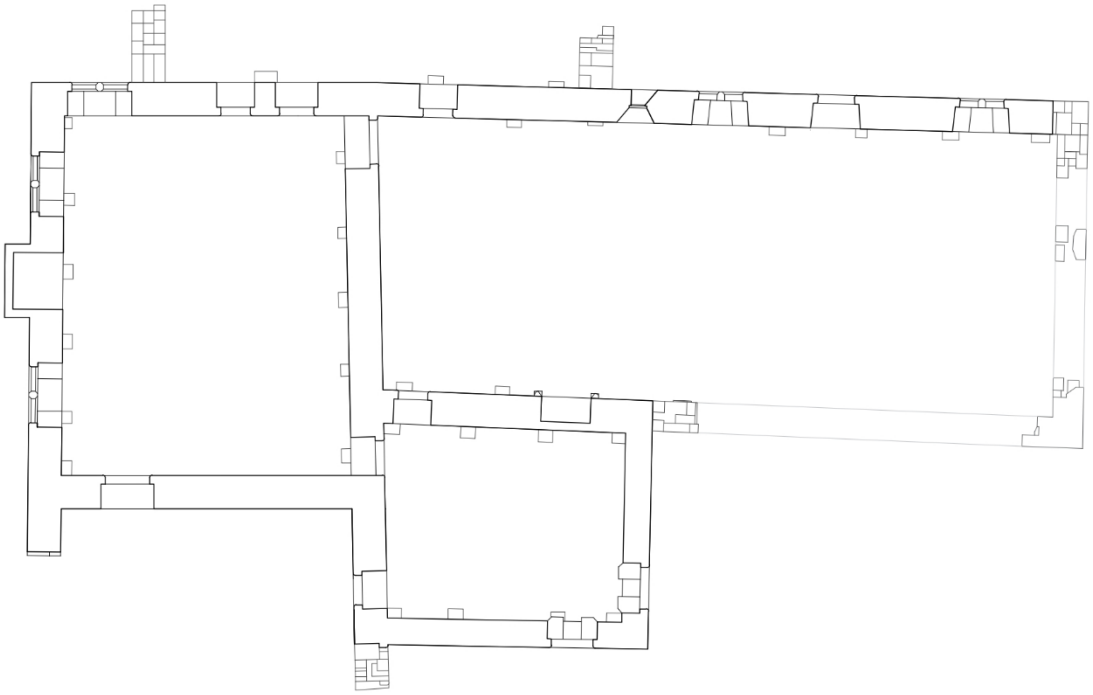
82| Planta, existente, escala 1:1000.

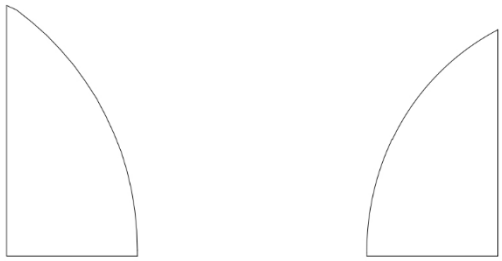






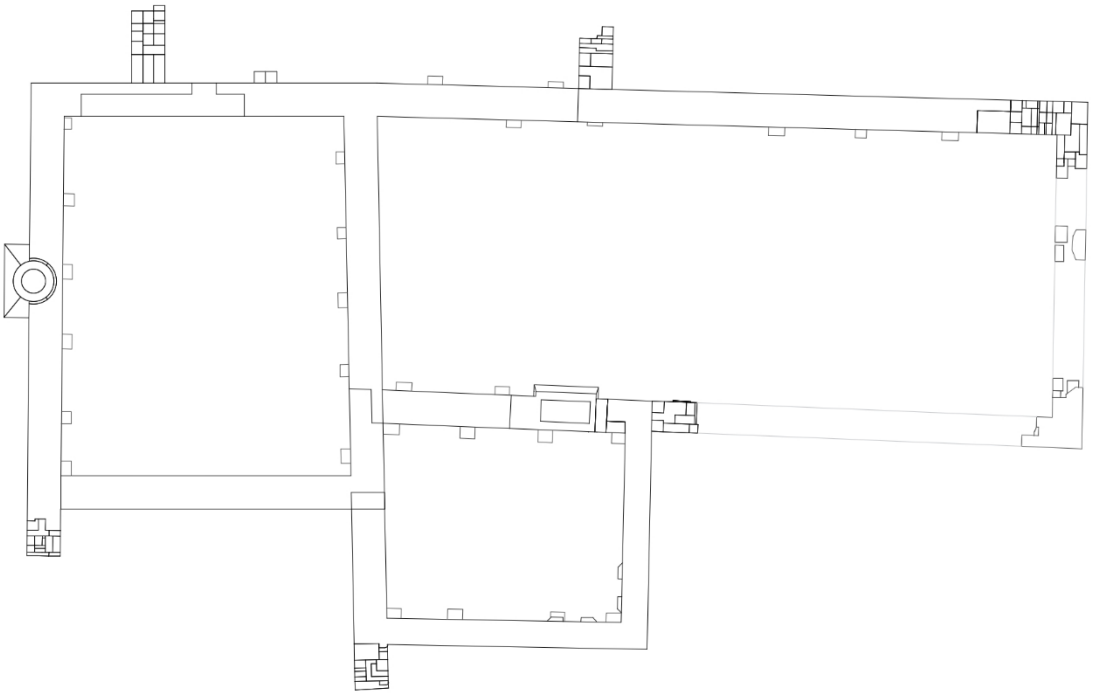
83| Planta do rés-do-chão, existente, cota 32, escala 1:200.

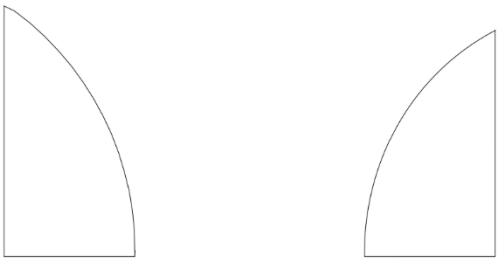






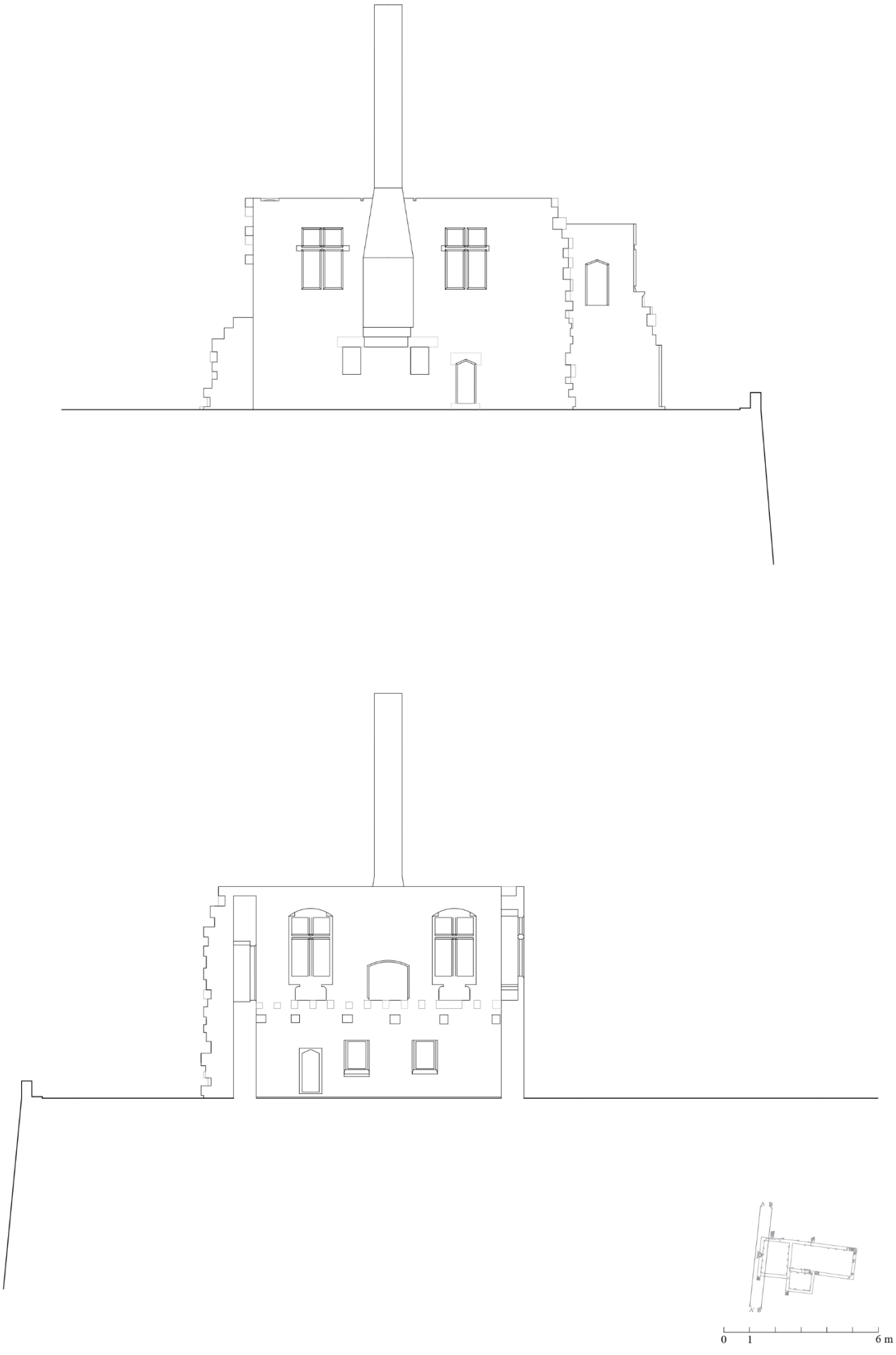
84| Planta do primeiro piso, existente, cota 36, escala 1:200.



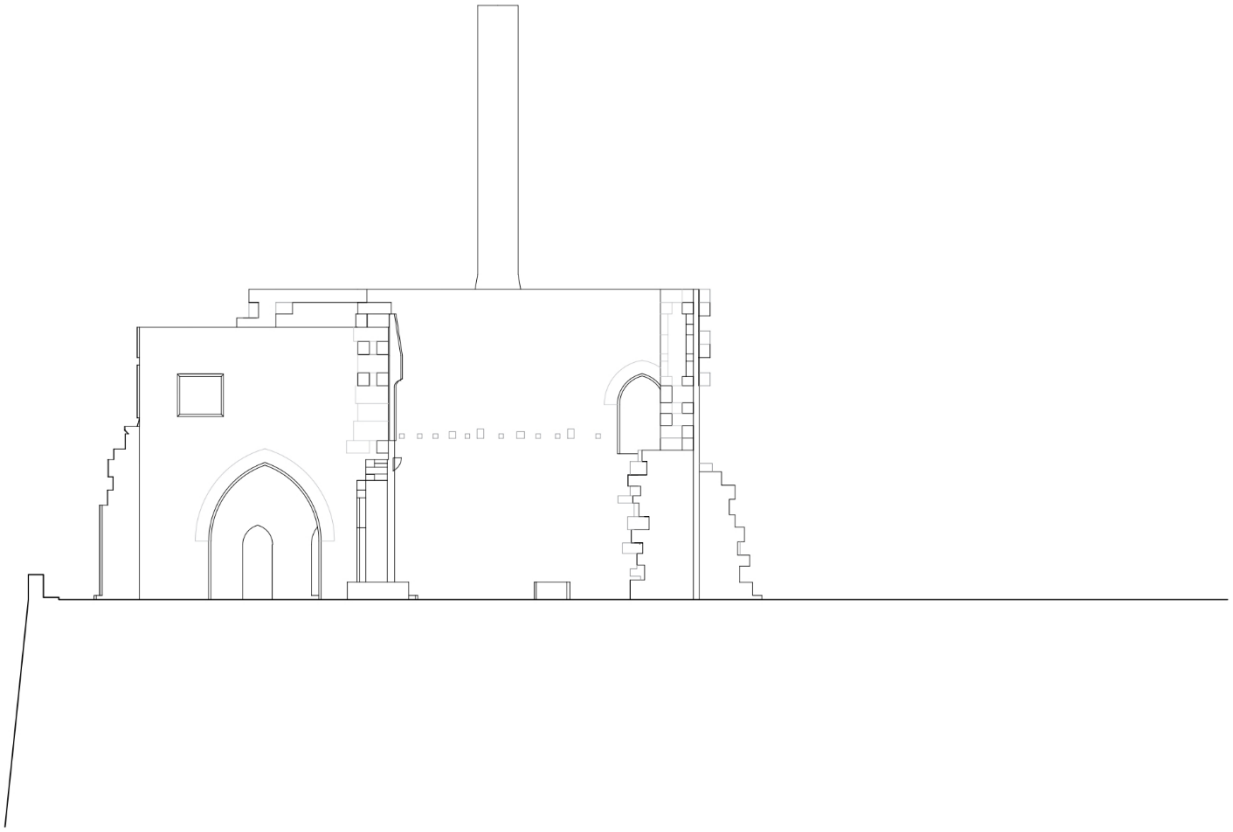


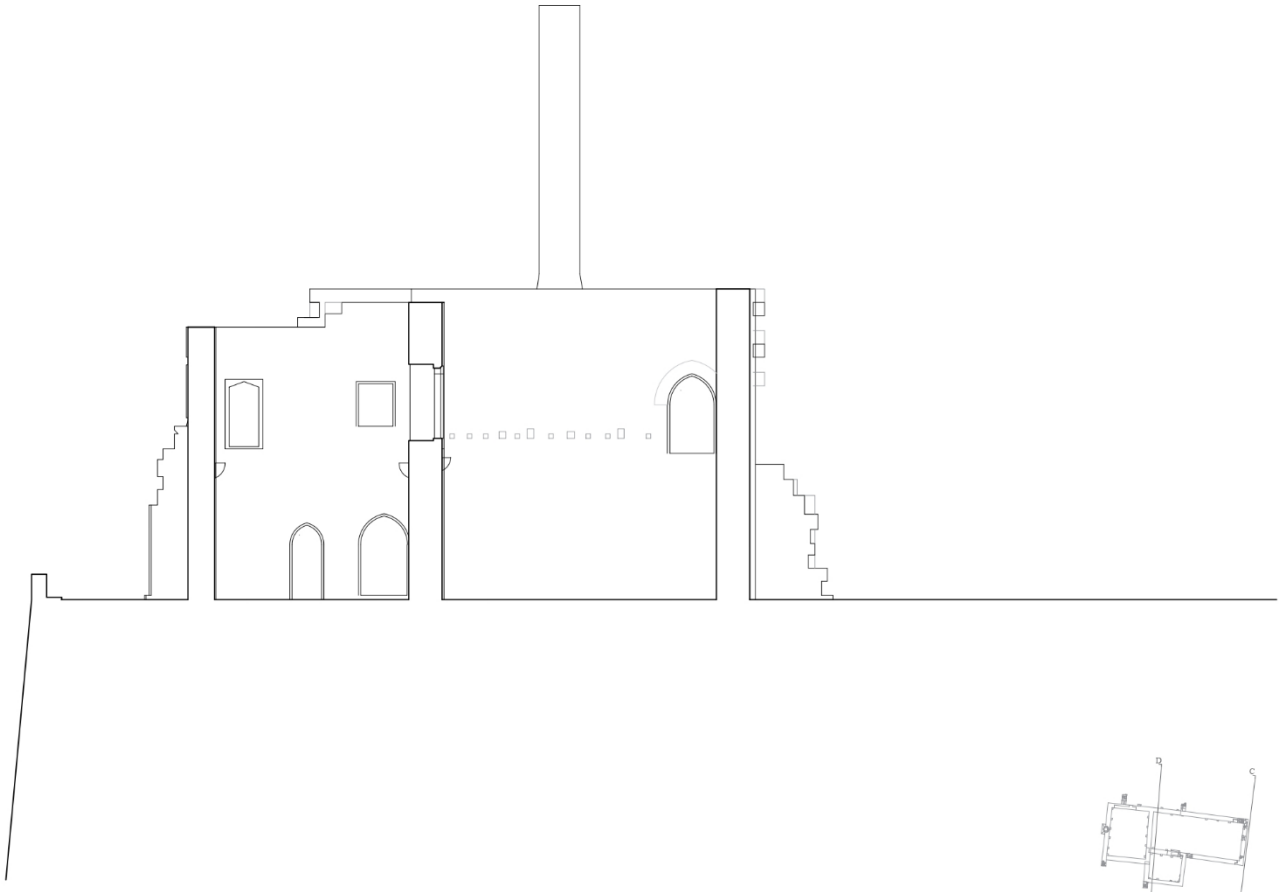


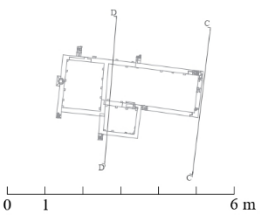
85| Planta da cobertura, existente, escala 1:200.



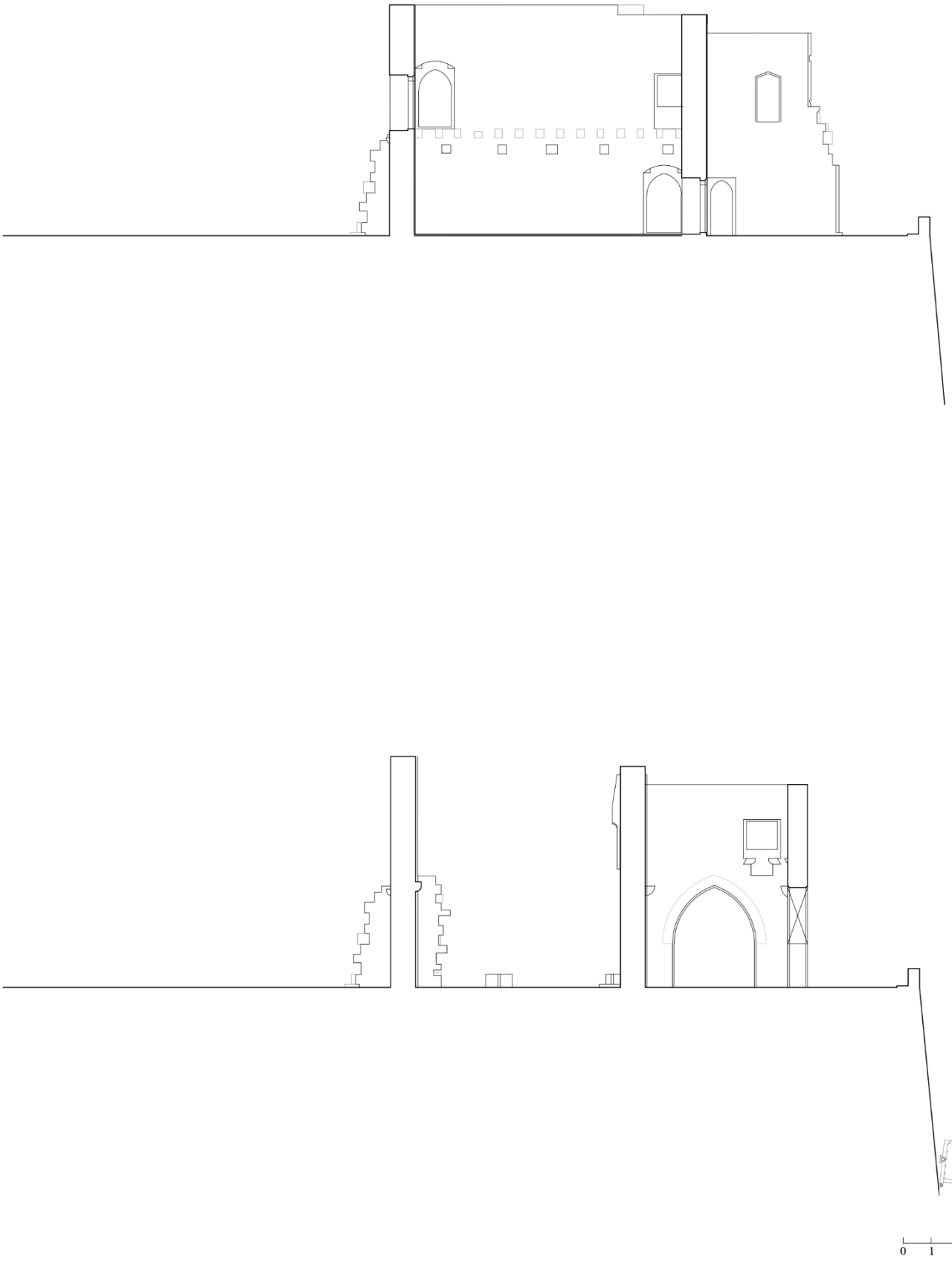
86| Cortes AA’ e BB’, existente, escala 1:200.



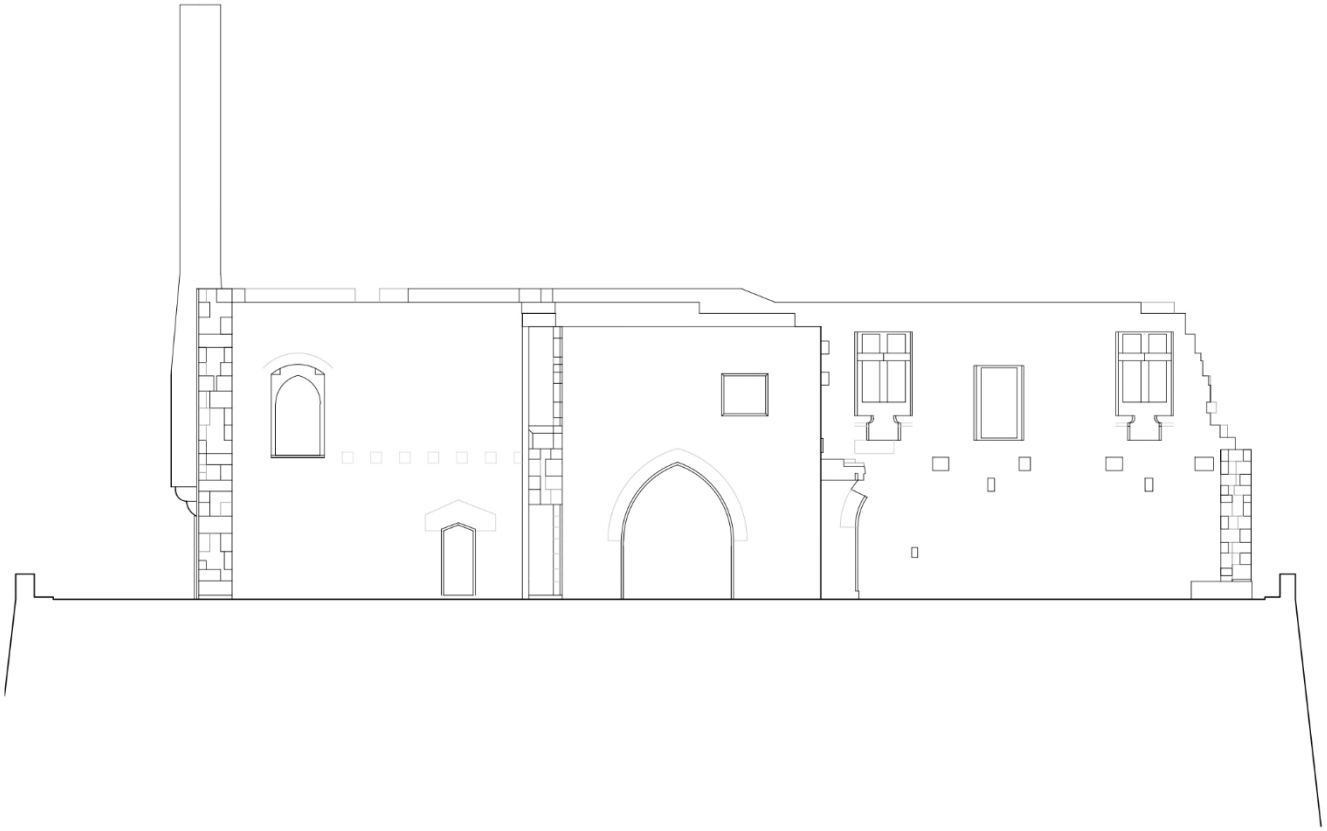


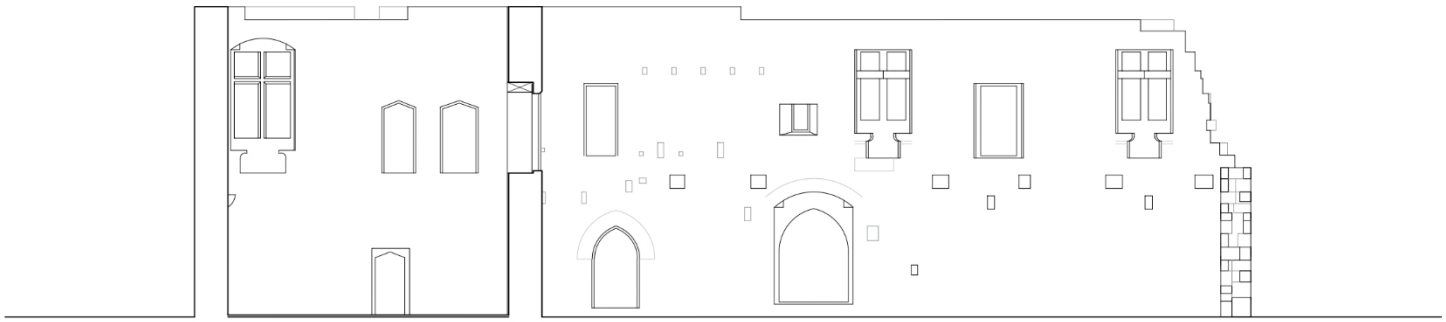


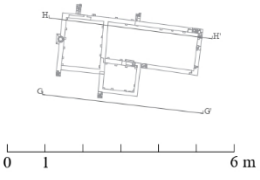
87| Cortes CC’ e DD’, existente, escala 1:200.



88| Cortes EE' e FF', existente, escala 1:200.

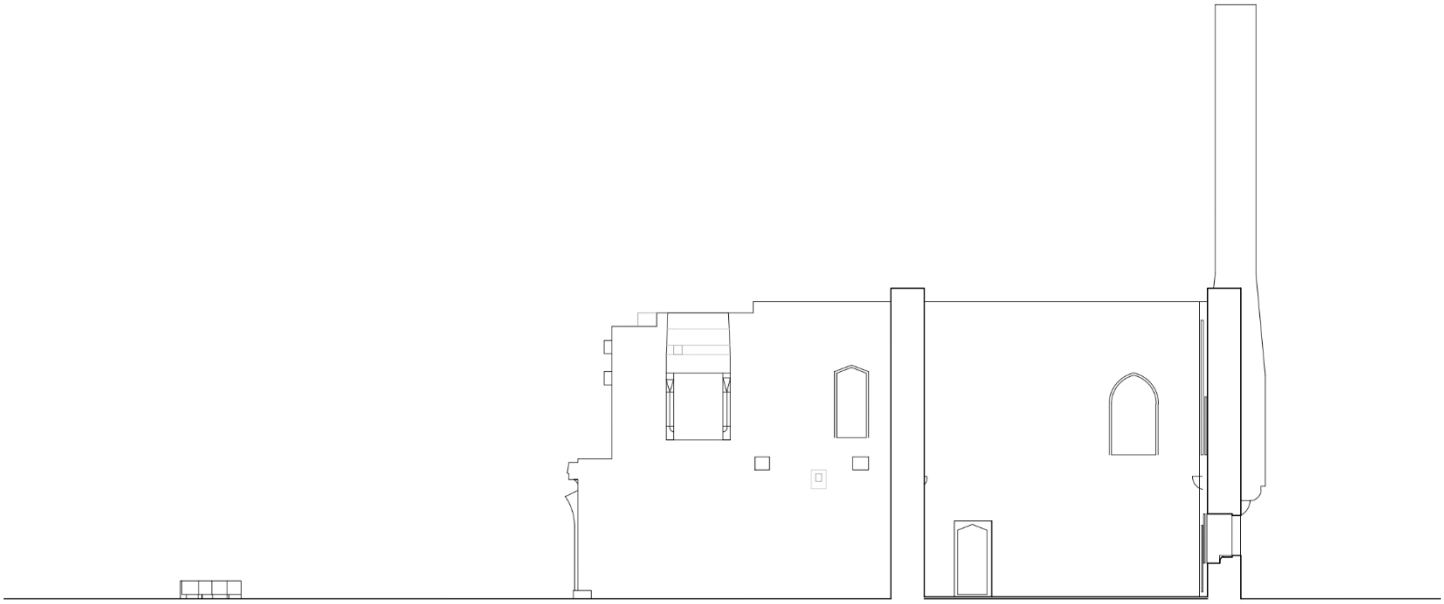


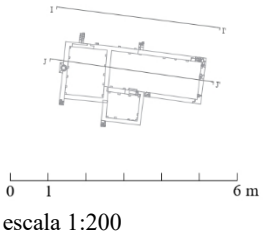




89| Cortes GG’ e HH’, existente, escala 1:200.







90| Cortes II' e JJ', existente, escala 1:200



91| Cortes KK', existente, escala 1:200

As cinco primeiras *casas torres*

Quanto ao desenvolvimento espacial interno do Paço de Barcelos não existem suficientes elementos documentais que permitam conhecê-lo completamente, sendo somente possível fazer aproximações genéricas às funções existentes e ao modo como estas se desenrolariam, tarefa feita já por alguns autores (img. 92).[130] Não pretendemos, assim, no que respeita aos dez compartimentos que correspondem à primeira fase de construção do Paço, lançar novas hipóteses, mas sim expor os elementos conhecidos e discorrer sobre as já existentes.

O Paço de Barcelos apresenta, na sua primeira fase de construção, dez compartimentos distribuídos por dois pisos – rés-do-chão lajeado em granito e primeiro piso sobrado –, verificando-se em ambos a mesma compartimentação. O número de compartimentos que o Paço possuía em cada piso, cinco, coincide com o enunciado por D. Duarte:

"Pera mayor declaraçom de como entendo que devemos aver das cousas sentimento virtuoso, eu conssivo no coraçom de cada huu de nos cynquo casas, assy ordenadas como custumam senhores. Prymeiro, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem viir. Segundo, camara de paramento, ou ante-camera, em que custumam estar seus moradores e alguus outros notavees do reyno. Terceira, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde se costumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas pera ello perteecentes se devem apropriar. Quinta, oratorio, em que os senhores soos alquas vezes cadadia he bem de sse apartarem pera rezar, leer per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados."[131]

No Paço de Barcelos os compartimentos articulam-se directamente entre si, servindo uns de antecâmara aos outros, não existindo corredores (img. 93). Isto implica que os espaços se encadeiem por grau crescente de privacidade, numa sequência que começa na zona de entrada, passa pela zona social e culmina na zona íntima/ privada. A zona doméstica desenrolar-se-ia marginalmente a este percurso, existindo uma separação entre o rés-do-chão, destinado essencialmente a serviços e aos serviçais, e o primeiro piso, destinado aos senhores.[132] A tipologia de vãos, bastante distinta entre os dois pisos, é

[130] Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 122 – 140; Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 26 – 30; Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 84 – 88.

[131] No capítulo LXXXI (81), dedicado ao modo como deveriam ser organizadas as residências senhoriais, in o *Leal Conselheiro*, ed. de Joseph Piel, Lisboa, 1942.

[132] *"Existia uma zona doméstica ligada à cozinha e afins no rés-do-chão. Aí também estariam situadas as dependências dos criados, (...). Existia ainda uma zona social constituída pelo grande salão de banquetes e uma sala de armas, e uma zona íntima onde se situavam os quartos dos senhores. (...) A zona doméstica situar-se-ia marginalmente a este percurso pois era uma zona quase unicamente para os serviçais."*; Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 122.



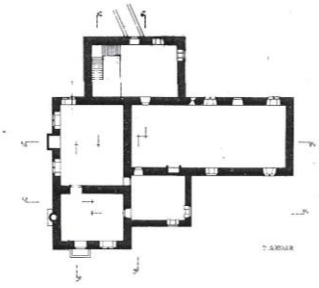


Fig. 24 — *Projecto de reconstituição do Paço do Conde de Barcelos, no séc. XV — Plantas*

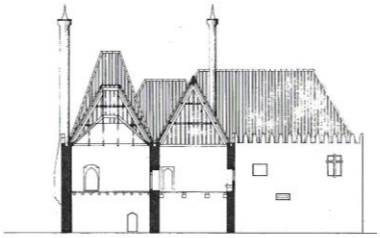


Fig. 25 — *Corte 1*

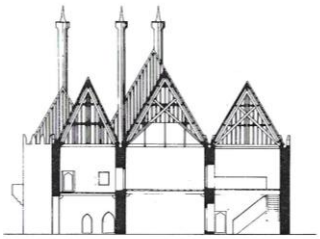


Fig. 26 — *Corte 2*

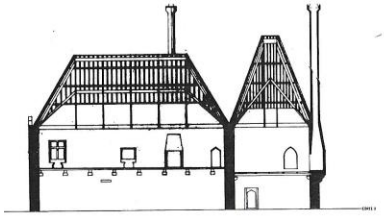


Fig. 27 — *Corte 3*

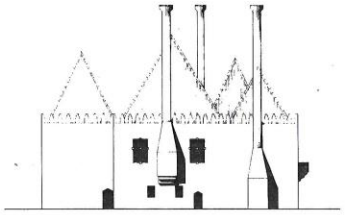


Fig. 29 — *Alçado Poente*

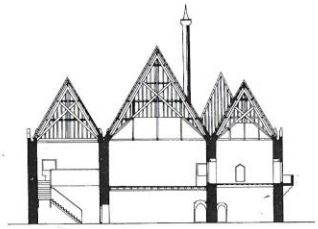


Fig. 28 — *Corte 4*

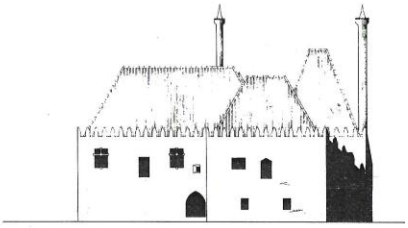


Fig. 30 — *Alçado Norte*

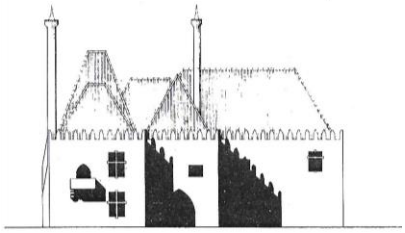


Fig. 31 — *Alçado Sul*

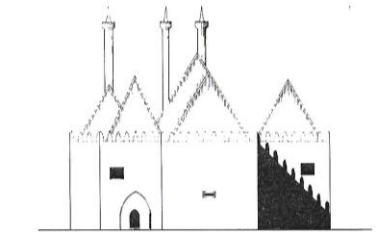
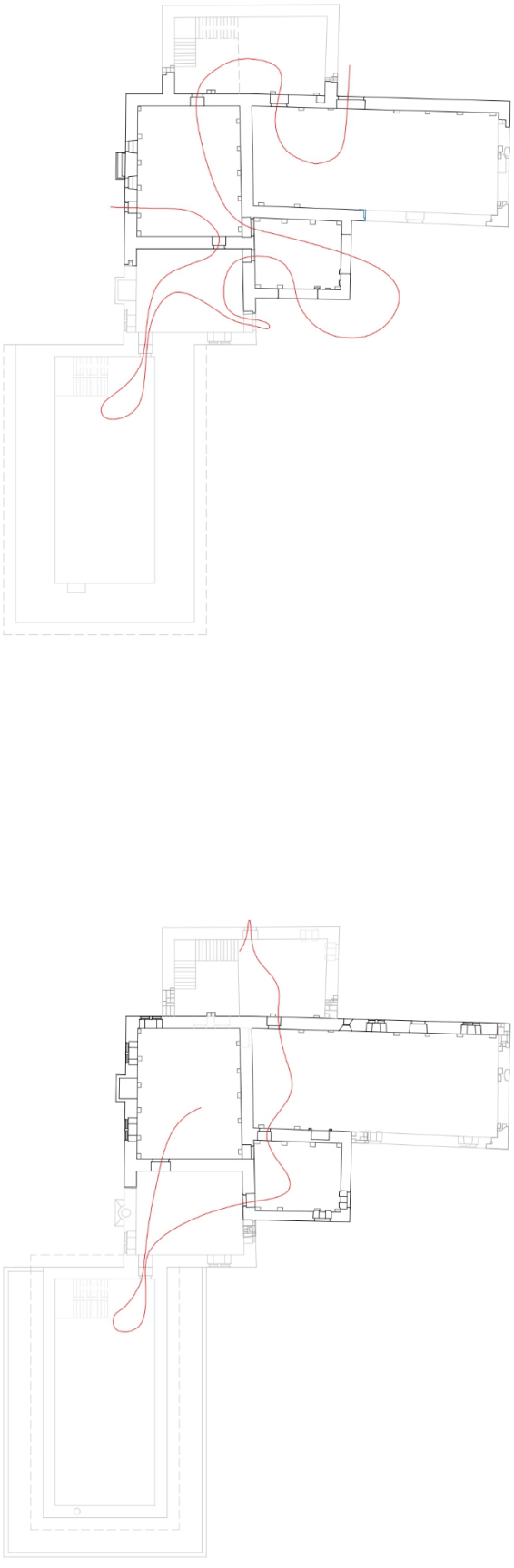


Fig. 32 — *Alçado Nascente*

92| Reconstituição do Paço de Barcelos; desenhos da autoria de Clara do Vale.



93| Plantas do rés-do-chão e do primeiro piso; escala 1:500.

elucidativa quanto a isto. Ao nível do rés-do-chão observam-se poucas janelas, correspondendo, assim, a sua maioria dos vãos a portas, ao passo que ao nível do primeiro piso se observam mais janelas, de maior dimensão e primoroso desenho.

Esta concepção do espaço habitacional é fundamental para se compreender a organização espacial interna e a funcionalidade de cada compartimento no Paço. Note-se *"(...), que na altura em que foi construído este Paço, os compartimentos de uma residência eram polivalentes, podendo servir para diferentes fins. Só com os alvores da Época Moderna, acompanhando a multiplicação do número de divisões de uma habitação, se verifica uma crescente especialização dos espaços, que cada vez mais deixam de ser polivalentes. A introdução do corredor ajudou, de igual forma, a acelerar este processo evolutivo."*[133]

Os vãos responsáveis pelas comunicações entre os compartimentos do Paço apresentam dimensões variáveis e, na sua maioria, remates superiores, ora em arco apontado (quebrado), ora em mitra (triângulo), com chanfro. As portas com remate superior em mitra correspondem às passagens de menores dimensões, sendo estreitas e baixas, denotando-se, com o uso desta tipologia de vãos de comunicação, a intenção de preservar uma certa privacidade entre determinados compartimentos que se comunicam.

Ainda, no que respeita à circulação entre os compartimentos do Paço, note-se que nem todos os compartimentos comunicam entre si, o que espelha o propósito de limitar o acesso a determinados compartimentos, e, assim, garantir uma maior privacidade destes, situação que acontece, sobretudo, no primeiro piso.

O vão rasgado na fachada Norte da Torre Este, ao nível do rés-do-chão, corresponde à porta principal do Paço de Barcelos, por onde se efectivava a entrada. Este vão, amplo e rematado por um acentuado arco apontado com chanfro, é o de maior dimensão do edifício. Sobre este, ao nível do primeiro andar, encontra-se uma fresta que permitia vigiar o acesso ao Paço (img. 94). O desenho desta fresta indica *"(...) que a aproximação ao edifício era feita pelo nascente, pois é nessa direcção que esta se abre, sendo recta a aresta poente da abertura, já que nesse sentido erguia-se o corpo norte do edifício, actualmente demolido."*[134]

Assim, e como já referido anteriormente, o acesso principal ao Paço realizava-se pela rua entre este e a Igreja Matriz, para a qual se voltava a referida porta. Para aqui se chegar, a partir da Ponte Medieval, acesso principal à urbe, era necessário, contornando o promontório rochoso, subir a Rua dos Pelames, em direcção a Este, e, chegado ao Largo

[133] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 85.
[134] Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 27.

do Pé da Ponte, onde desembocava o extremo Este da rua entre o Paço e a Igreja Matriz, inflectir para Oeste e subir a referida rua. A planta da vila de Barcelos, datada de 1806, é a fonte que melhor nos permite atentar o desenrolar destes espaços (img. 21). Nesta, a Norte da Torre Este onde se situa a porta principal e, sensivelmente, no alinhamento desta, encontra-se representado um elemento pouco perceptível. Atentando que a diferença de cotas entre o extremo Este da referida rua e o Paço seria bastante acentuada, supomos que este elemento poderia corresponder a uma escada escavada no maciço granítico que levaria até à porta. No entanto, faltam elementos suficientes que nos permitam perceber como se materializava o espaço entre o Paço e a Igreja Matriz, e, assim, melhor fundamentar esta hipótese.

Joaquim Flores coloca *"(...) a hipótese de esta ser a única entrada para o edifício, já que todas as outras portas para o exterior dariam para recintos pertencentes ao Paço."*[135] Esta parece-nos bastante plausível, uma vez que o Paço não possui, nem possuiria, quaisquer outras portas voltadas para a rua entre este e a Igreja Matriz (exceptuando a porta que permitia, ao nível do primeiro piso, a partir da Torre Norte, o acesso ao passadiço), e, todas as suas outras portas, nas fachadas Este, Sul e Oeste, encontrar-se-iam envoltas pelo promontório rochoso,[136] não possuindo relação directa com os percursos próximos a este, que se desenvolvem a cota inferior.

O acesso ao primeiro piso do Paço efectuar-se-ia através de uma escada interior, possivelmente, em madeira,[137] que partia do compartimento situado no rés-do-chão da Torre Norte, que possuiria uma área de 62,3m^2 (img. 95). Ao nível do rés-do-chão, este compartimento comunica, através de uma porta com remate superior em arco apontado, com o compartimento situado no rés-do-chão da Torre Este, onde se encontra a entrada, e, através de uma porta com remate superior em mitra, de menor dimensão que a anterior, com o compartimento situado no rés-do-chão da Torre Oeste-Norte. A partir da antecâmara subjacente à escada acedia-se, através de uma porta rectangular, ao compartimento situado no primeiro piso da Torre Este e, possivelmente através de uma porta com remate superior em mitra,[138] ao passadiço que ligava o Paço à Igreja Matriz.

Assim, a Torre Norte, onde se encontraria a escada, assumia a articulação, tanto na vertical como na horizontal, entre os espaços do Paço, dado que era a partir desta que se

[135] Ibidem.
[136] Note-se que o desenho de Duarte d' Armas, datado de 1510, e os desenhos de 1806 representam o promontório rochoso onde se implanta o Paço envolto, a Oeste, a Sul e a Este, por um paredão, sem acessos à envolvente.
[137] Ver Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 30.
[138] Ver Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op.cit., p. 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140.



94| Porta principal, interior.



95| Torre Norte, interior, da qual restam a parede que partilha com as Torres Este e Oeste-Norte e os arranques das paredes Este e Oeste.

tinha acesso à zona de entrada, à zona social (à qual sucedia a zona íntima) e à zona doméstica, e, ainda, acesso ao passadiço que ligava o Paço à Igreja Matriz (img. 95).[139]

No rés-do-chão da Torre Oeste-Sul, aquela que entestava com a Torre da Ponte, situa-se o compartimento que corresponderia à cozinha, hipótese defendida pelos diferentes autores que se dedicaram ao estudo do desenvolvimento espacial interno do Paço (img. 96 e 97);[140] o que nos parece bastante plausível, uma vez que o piso onde este compartimento se encontra era essencialmente destinado aos serviços e a diferente iconografia existente é coincidente com a existência, a Oeste, de uma chaminé que partia deste compartimento, atestando aqui a anterior presença de um fogão, que seria idêntico ao que se encontra no primeiro piso da Torre Oeste-Norte.

No que respeita aos vãos deste compartimento, que possuiria uma área de 47,4 m^2, devido ao estado de ruína da torre em que este se encontra, apenas se observa, a Norte, uma porta com remate superior em mitra e, a Este, uma porta, de maior dimensão, com remate superior em arco apontado, que permitem a comunicação com as Torres Oeste-Norte e Sudeste, respectivamente (img. 96). A Este, existem vestígios de uma porta para acesso ao exterior (img. 97).[141] Atentando que a torre onde este compartimento se situa entestava com a Torre da Ponte, é possível que este possuísse comunicação com esta.

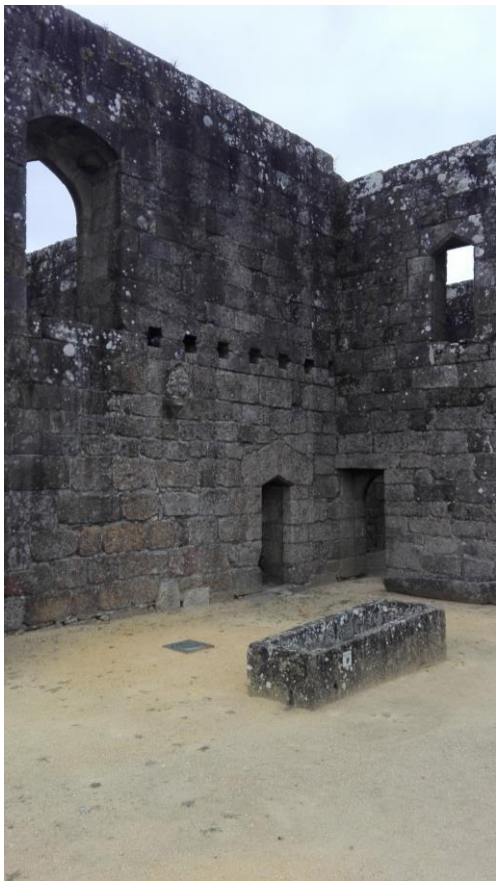
Segundo o desenho de Duarte d'Armas (img. 21), este compartimento possuiria, ainda, a Sul, uma janela rectangular com pinázio/ cruzeta lancetada em pedra e bancos adossados, semelhante às existentes no primeiro piso da Torre Oeste-Norte.

Supomos que um dos desenhos de 1806 corresponde à representação do espaço interior deste compartimento, uma vez que não nos parece corresponder a qualquer outro (img. 98). Os desenhos de 1806 representam alguns dos espaços interiores do Paço. Um

[139] Da Torre Norte apenas restam a parede Sul, que faceia parte da Torre Este e da Torre Oeste-Norte, e parcos arranques das paredes Este e Oeste. Não é suficiente a iconografia sobre esta. Assim, não nos é possível apontar quais outros elementos esta possuiria. Segundo Clara do Vale, no compartimento situado no rés-do-chão da Torre Norte, sob a antecâmara adjacente à escada, situar-se-ia a Sala de Armas. (Atentando a localização da Sala de Armas no Paço de Guimarães, o mais próximo exemplo ao Paço de Barcelos, consideramos possível. Esta sala poderia também localizar-se no compartimento situado no rés-do-chão da Torre Este, onde se encontra a porta principal.) No que respeita aos vãos, este compartimento possuiria, segundo a mesma autora, na parede Oeste, uma porta com remate superior em mitra para acesso ao exterior (esta aparece representada no desenho de António Pereira, datado de 1856, no entanto, como já referido, este é bastante fantasioso), e, na parede Norte, dois vãos rectângulares idênticos aos que se encontram na parede Oeste do compartimento situado no rés-do-chão da Torre Oeste-Norte. Ao nível do primeiro piso, no canto Nordeste da antecâmara subjacente à escada, encontrar-se-iam duas janelas rectangulares com bancos adossados em pedra; ver idem, p. 128, 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140.

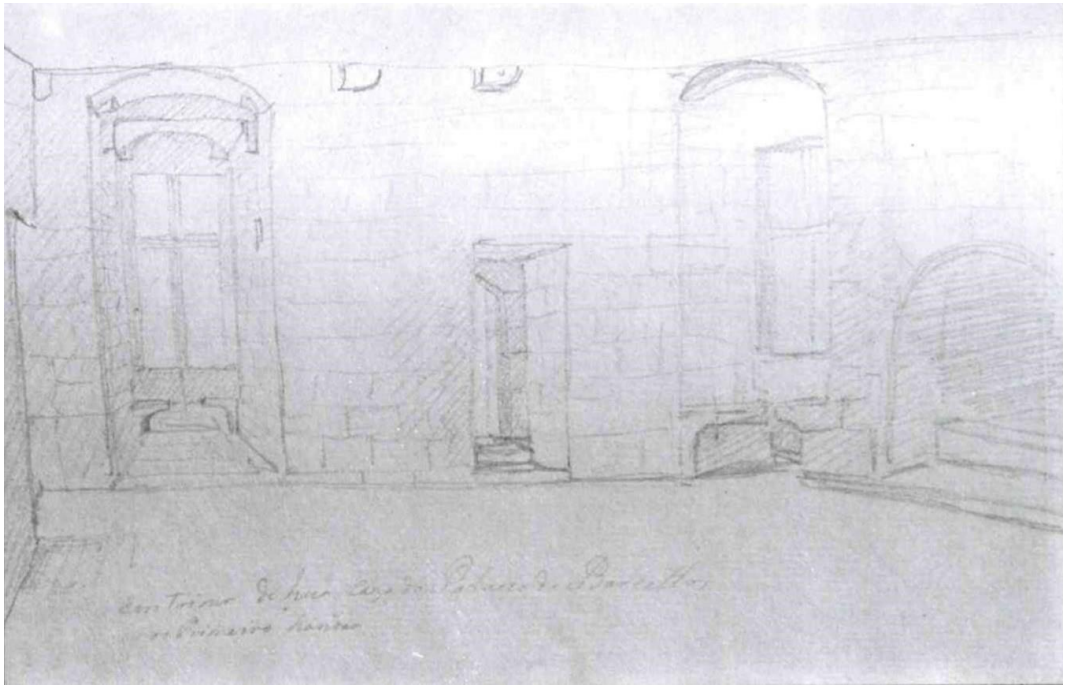
[140] Ver Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 86; Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 29 e 30; Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 128.

[141] Note-se que a iconografia existente não é clara quanto à existência deste vão e do que lhe fica sobre, ao nível do primeiro piso; O desenho de Duarte d'Armas não representa estes vãos; Um dos desenhos de 1806 parece representar ambos os vãos, mas não é suficientemente perceptível; O vão ao nível do rés-do-chão não aparece representado nos desenhos de Korrodi, mas o vão ao nível do primeiro piso sim; Aquando as tentativas de restauro não há notícia da edificação destes vãos; Francisco Azeredo representa ambos os vãos; Clara do Vale não os considera na sua reconstituição do Paço de Barcelos.





96 e 97| Torre Oeste-Sul, interior.



98| Desenho (provavelmente) do compartimento situado no rés-do-chão da Torre Oeste-Sul, 1806; autoria desconhecida.

destes representa, num espaço no rés-do-chão (uma vez que se vê as mísulas onde assentava o soalho e não se vê a estrutura do telhado), uma porta rectangular, uma janela com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados, uma porta com remate superior em mitra, uma outra janela semelhante à anterior e um fogão.

A porta rectangular corresponderia aos vestígios que se observam a Este; a janela com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados corresponderia à representada por Duarte d'Armas; a porta com remate superior em mitra seria a que permitiria a comunicação deste compartimento com o que lhe ficava a Sul, na Torre da Ponte. Quanto à outra janela não podemos confirmar a sua existência. É escassa a iconografia que nos mostre claramente a fachada Oeste do Paço antes de parte da sua destruição. Dois dos desenhos de 1806, do mesmo autor, representam esta fachada, no entanto, não representam a referida janela (pelo exterior). O fogão corresponderia ao que se admite, com grande certeza, que aqui existiria (img. 63).

A Norte do compartimento tratado supra, no rés-do-chão da Torre Oeste-Norte, encontra-se, actualmente, o único compartimento pavimentado com lajeado em granito (img. 99 e 100). Ao longo do tempo, as paredes da Torre Oeste-Norte, actualmente completas, sofreram algumas mutações, no entanto, atentando a iconografia existente, grande parte do que hoje destas se observa ao nível do rés-do-chão corresponde ao edificado no século XV.

A partir do referido compartimento, que possui uma área de 71,5m^2, é possível aceder, a Norte, ao compartimento onde se situava a escada; a Este, ao compartimento situado no rés-do-chão da Torre Sudeste; a Sul, ao compartimento que corresponderia à cozinha, e, a Oeste, ao exterior. Os acessos efectuam-se, a Sul, a Oeste e a Norte, através de portas com remate superior em mitra de dimensões variáveis, apresentando menores dimensões a que se encontra a Oeste e maiores dimensões a que se encontra a Sul. A Nascente, o acesso é feito por uma porta com remate superior em arco apontado, de consideráveis dimensões, sendo a maior porta presente neste compartimento e uma das maiores do Paço. No que respeita aos vãos, para além das portas mencionadas, este compartimento apresenta duas janelas rectangulares voltadas a Oeste.

Não é possível assegurar a função que este compartimento albergava. Mário Barroca diz que este *"(…), era possivelmente destinado a actividades domésticas complementares, relacionadas com a zona da Cozinha.",*[142] e Clara do Vale lança a hipótese de este ser *"(…) uma dependência para os servos que aí dormiriam."*[143] As duas

[142] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 86.
[143] Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 128.



99| Torre Oeste-Norte, interior, parede Oeste.



100| Torre Oeste-Norte, interior, parede Sul.

funções parecem-nos válidas e poderiam acontecer em simultâneo no mesmo espaço. A possibilidade de acesso a todos os espaços (que se admitem) destinados aos serviços, ao exterior, e, ainda, articulado com a torre onde se encontraria a escada, à zona de entrada e ao primeiro piso, faz com que este compartimento, onde se cruzam múltiplos percursos, adquira um carácter polarizador de funções (img. 93).

A Este dos dois compartimentos tratados supra, no rés-do-chão da Torre Sudeste, encontra-se um compartimento marcado pela presença de duas amplas portas com remate superior em arco apontado, uma voltada a Este, outra voltada a Sul, através das quais sustenta uma forte relação com o espaço exterior a Sul (img. 101 e 102). Situado na torre de menor dimensão do Paço, com uma área de 31,9m^2, este compartimento, no que respeita aos seus vãos, apresenta mais duas portas com remate superior em arco apontado que permitem a comunicação com os dois compartimentos presentes a Oeste. Estas, menores que as demais, possuem diferentes dimensões, possuindo maiores dimensões a que permite o acesso ao compartimento tratado supra, já mencionada (img. 103).

Clara do Vale[144] e Joaquim Flores[145] lançam a hipótese de este espaço ser destinado a armazenamento de lenha e outras actividades domésticas. Mário Barroca, sem apontar qualquer função para este compartimento, discorda desta hipótese, enunciando que *"a excelência destes arcos, e os paralelos que se detectam noutros exemplos, revelam que seria obra com valor simbólico bastante maior."*[146] Aponta, ainda, que *"(...) no momento em que essa zona foi erguida ainda não existia a Torre da Ponte, que lhe veio conferir uma posição mais subalterna. Na concepção inicial, este compartimento com arcadas era imediatamente visível para quem se aproximava de Barcelos pela banda de Sul."*

Atentando a tipologia e as dimensões dos vãos presentes neste compartimento, o que diz Mário Barroca parece-nos, em parte, plausível. No entanto, atentando à disposição dos mesmos e suas relações, e à implantação da Torre Sudeste, onde este compartimento se encontra, parece-nos mais plausível a hipótese lançada por Clara do Vale e Joaquim Flores.

Note-se que este compartimento apresenta somente comunicação com os dois compartimentos a Oeste, tratados supra, que se admitem destinados aos serviços, não

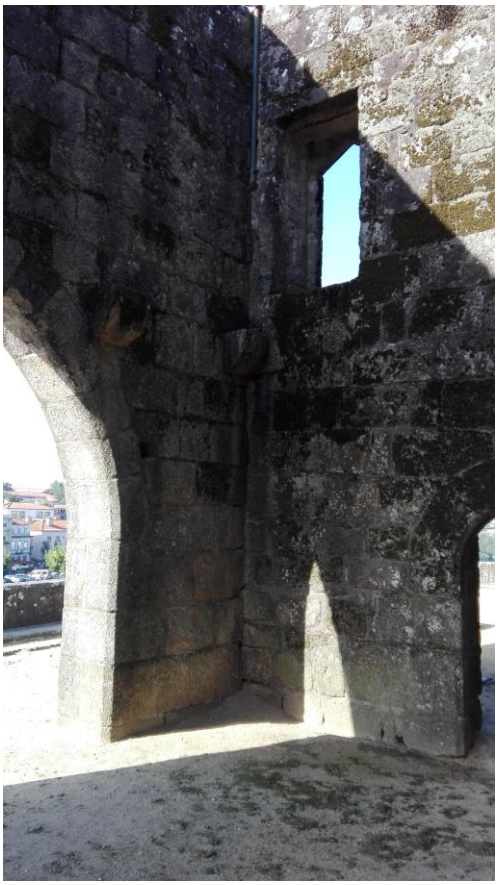
---

144 *"(...) uma câmara aberta para o exterior que serviria quer para o armazenamento de lenhas, quer para qualquer actividade de cozinha ao ar livre."*; Ibidem.

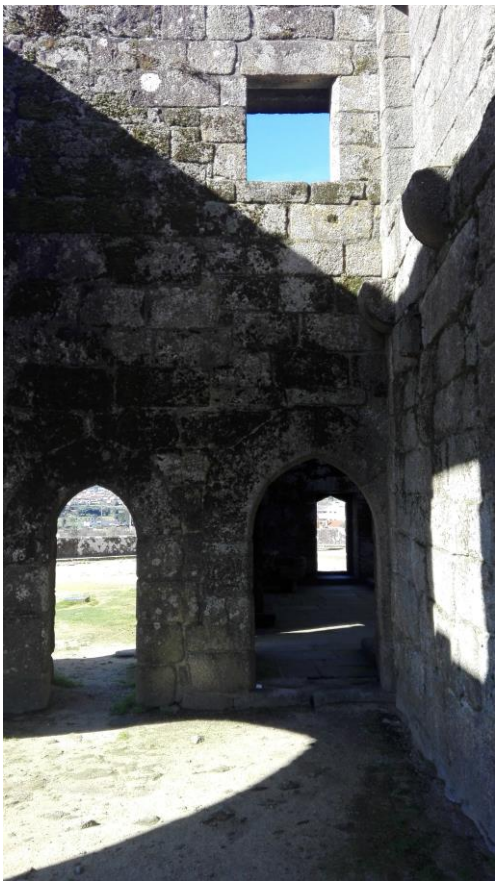
145 *"O pequeno corpo a Sul, (...), pois tratava-se de uma espécie de alpendre. Certamente daria acesso ao espaço a Sul do edifício, podendo ainda servir para o armazenamento de lenha, visto estar junto da cozinha e ser esta uma função comum na arquitectura vernacular."* Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 30.

146 Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 86.





101| Torre Sudeste, exterior.
102| Torre Sudeste, interior.



103| Torre Sudeste, interior.

possuindo comunicação directa com qualquer outro espaço interior (img. 93). Assim, parece-nos plausível que este espaço faça parte da zona doméstica do Paço.

Note-se ainda que, segundo a iconografia existente, a partir do rés-do-chão da Torre Este, a Este e a Sul, não existiria qualquer acesso ao espaço exterior Sul do Paço, que envolve as fachadas Este e Sul da Torre Sudeste. Assim, este espaço manteria uma maior relação directa com o compartimento situado no rés-do-chão da Torre Sudeste, onde se rasgam as duas amplas portas referidas, indicando que o que se passaria neste espaço exterior estaria maioritariamente relacionado com o que aconteceria no referido compartimento, que, por sua vez, estaria relacionado com o que se desenrolaria nos dois compartimentos a Oeste, não se relacionando este, nem mesmo através do exterior, com outros compartimentos do Paço.

Por fim, ao contrário do que nos dá a entender Mário Barroca, a Torre Sudeste encontra-se recuada em relação à Torre Oeste-Sul, cuja, implantada no limite do promontório rochoso, era, na concepção inicial do Paço, a imediatamente visível para quem chegava a Barcelos pela Ponte Medieval.

O compartimento situado no rés-do-chão da Torre Este, a de maior dimensão do Paço, onde se encontra a porta principal, seria responsável pela recepção de quem chegava ao edifício, correspondendo, assim, pelo menos em parte, ao vestíbulo (img. 104 e 105). Este, com uma área de 131,1m^2, apresenta, a Norte, para além da ampla porta por onde se efectivava a entrada, já referida, uma outra, de menor dimensão, que comunicava com a Torre Norte, onde se situava uma escada interior que permitia o acesso ao primeiro piso. Ambas as portas possuem remate superior em arco apontado, com chanfro (img. 94, 95 e 104). Na parede Norte, que faceia a rua entre o Paço e a Igreja Matriz, onde se encontram as referidas portas, não se observam mais vãos.

Devido ao estado de ruína do corpo em que este compartimento se situa não é possível observar que outros vãos aqui existiriam. Note-se que o arranque da porta com remate superior em arco apontado presente na parede Sul corresponde ao construído aquando uma das tentativas de restauro do Paço, seguindo o projecto de Ernesto Korrodi (img. 71 e 73). Segundo o desenho de Duarte d'Armas, este compartimento apresentava mais dois vãos rectangulares, um a Sul e outro a Este (img. 21).

O desenho e as proporções dos elementos representados indicam que estes vãos seriam idênticos aos dois vãos presentes, a Sul e a Este, no compartimento situado no primeiro piso da Torre Sudeste e ao vão que se encontraria, a Norte, no compartimento situado no primeiro piso da Torre Este, que correspondem a janelas rectangulares com bancos adossados. Note-se, no entanto, que os dois referidos vãos que se encontrariam no rés-do-chão do compartimento situado na Torre Este estão representados, no referido



104| Torre Este, interior.



105| Torre Este, interior.

desenho, a uma distância considerável do nível do pavimento, sendo, assim, pouco provável que estes possuíssem bancos adossados, cujos teriam de se situar ao nível do pavimento. Note-se, ainda, que no conjunto de janelas com bancos adossados presentes no Paço, estas são as que apresentam menores dimensões. Assim, parece-nos pouco verossímil que apenas existissem duas janelas desta tipologia neste compartimento de tão considerável dimensão, que, exceptuando estas e as duas portas mencionadas supra, não possuiria mais vãos.

Clara do Vale enuncia que neste compartimento, para além da zona de entrada, situar-se-ia *"(...) a adega, a salgadeira e talvez o armazém de alguma carne seca. Seria separada esta zona da de entrada através de uma "parede" – cortina de pano – como aliás era usual na época."*[147] Se admitirmos que os referidos dois vãos rectangulares, um a Sul e outro a Este, possuíam reduzidas dimensões, servindo estes apenas para ventilação do compartimento onde se encontrariam,[148] e, atentando que este se situa no rés-do-chão, piso destinado maioritariamente aos serviços e aos serviçais, parece-nos possível que aqui também se desenrolassem estas funções. Se assim fosse, este compartimento não possuiria qualquer relação, física e/ ou visual, com o espaço exterior, excepto a Norte, somente através da ampla porta por onde se realizava a entrada.

Ao contrário do que acontece no rés-do-chão (destinado à azáfama da vida doméstica), onde se verificam acessos vários a partir de cada compartimento e, consequentemente, uma multiplicidade de percursos, o primeiro piso (destinado à vida social e íntima dos senhores) apresenta um percurso linear, em que cada compartimento permite somente acesso ao seu conseguinte, encadeando-se os espaços por grau crescente de privacidade (img. 93).

Como já referido, o acesso ao primeiro piso fazia-se através de uma escada interior que se situava na Torre Norte. A partir da antecâmara/ patamar subjacente à escada, através de uma porta rectangular, acedia-se ao compartimento situado no primeiro piso da Torre Este (e, ainda, ao passadiço, como já referido). Este, tal como o compartimento que lhe fica sob, onde se situa a porta principal, possui uma área de 131,1m^2, sendo o de maior dimensão ao nível do primeiro piso. Apresenta, actualmente, na sua parede Norte, de Poente para Nascente, a referida porta rectangular, uma fresta, anteriormente referida, que permitia vigiar o acesso ao Paço, duas janelas rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos

[147] Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 128.
[148] Ver idem, p. 129, 131, 135, 136, 137, 138, 139, 140; em algumas das primeiras fotografias que nos mostram o Paço, datadas da segunda metade do século XIX, observa-se, na parede Norte, um vão desta tipologia (img. 68). No entanto, esta parede foi reedificada no segundo quartel do século XIX, não correspondendo, assim, ao edificado no século XV.

adossados em pedra e, entre estas, uma janela rectangular que, segundo indicam os vestígios existentes, possuiria uma guarda (em ferro) (img. 44 e 104).

Devido ao estado de ruína da Torre Este, onde este compartimento se encontra, deste apenas se observa, para além da parede Norte, a parede Oeste e parte da parede Sul. Esta última, de Poente para Nascente, apresenta uma porta de reduzidas dimensões com remate superior em mitra e uma lareira (img. 105). Segundo o desenho de Duarte d'Armas, e tal como nos mostra a reconstituição de Clara do Vale, esta apresentaria ainda uma janela rectangular com bancos adossados, de menor dimensão que as demais, idêntica às presentes no compartimento situado no primeiro piso da Torre Sudeste, e uma outra janela rectangular com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados em pedra, idêntica às existentes na parede Norte (img. 21 e 92).

Actualmente, encontra-se rasgada na parede Oeste deste compartimento uma porta com remate superior em arco apontado, que permitiria o acesso ao compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Norte (img. 105). No entanto, este vão deverá ter sido aqui colocado aquando uma das tentativas de restauro do Paço, uma vez que, tendo em conta a incompatibilidade que este vão teria com os níveis dos soalhos presentes nos dois compartimentos e a iconografia existente, este compartimento não possuiria vãos a Poente e a Nascente.

Segundo Clara do Vale[149] e Joaquim Flores,[150] este compartimento corresponderia ao Salão Nobre. Mário Barroca discorda, defendendo *"(...) que a Aula do Paço de Barcelos se localizava ao nível térreo, junto da Porta Nobre."* e que o *"(...) compartimento que se sobrepõe à Aula ou Sala de Armas no andar térreo, (...), era sem dúvida um espaço de sociabilidade. Mas (...) mais privado que a Aula (...)."*[151]

Ora, os compartimentos mencionados encontram-se sobrepostos na mesma torre, a de maior dimensão do Paço, um no rés-do-chão, outro no primeiro piso. Como já referido, o primeiro piso seria destinado aos senhores, à sua vida social e íntima, ao passo que o rés-do-chão seria destinado maioritariamente aos serviços e aos serviçais, à vida doméstica. Para além das suas distintas localizações, a tipologia de vãos que se observam nos dois

---

149 *"(...) salão nobre, a maior das cinco salas do Paço, com proporções semelhantes aos salões nobres de Guimarães, Giela, ou mesmo da Sempre-Noiva. A sala bastante comprida era o local onde o senhor passava o tempo quando se encontrava em casa."*; idem, p. 128.

150 *"Podemos identificar a "salla" com o compartimento de maiores dimensões existente no 1º andar, que se desenvolve de Poente para Nascente, onde se encontram vestígios de uma lareira com uma maior riqueza em termos de cantaria, certamente uma imagem de um prestígio que se pretendia público."*; Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, op. cit., p. 29.

151 *"(...) A Aula ou Sala de Armas do Paço de Barcelos possuía 17,40 m de comprimento e 7,40 m de largura, correspondendo a uma área de 128 m2. Ora, não podemos deixar de sublinhar que a Sala de Armas do Paço de D. João I no Castelo de Leiria possuía, precisamente, 128 m2, valor que não deve ser uma mera coincidência."*; Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 85; a justificação da localização do Salão Nobre no rés-do-chão, ao invés de no primeiro piso, assente na área não é válida, uma vez que ambos os compartimentos se encontram, sobrepostos, no mesmo corpo, logo apresentam as mesmas dimensões.

compartimentos, aliado aos vãos que, actualmente, devido ao estado de ruína do edifício, não é possível atentar, mas, segundo a iconografia e estudos existentes, se admitem que estes possuíam, é bastante distinta, indicando que albergariam diferentes funções.

O compartimento situado no rés-do-chão, como já referido, apresenta duas portas, através das quais se realizavam as principais comunicações: a porta principal, de grande dimensão, por onde se efectivava a entrada no Paço, e a porta, de menor dimensão que a anterior, por onde se realizava, a partir do espaço de entrada, o acesso ao compartimento onde se encontrava a escada e, assim, ao primeiro piso (img. 95 e 104). Para além destas amplas portas, também como já referido, este compartimento possuiria apenas mais dois vãos. Apesar de não nos ser possível identificar com exactidão a tipologia destes vãos, estes corresponderiam a dois dos vãos de menores dimensões do Paço. Assim, o compartimento situado no rés-do-chão não possuiria uma significativa relação, física e/ ou visual, com o exterior (excepto através da porta principal), indicando que não seria um espaço de permanência, a não ser que breve.

Já o compartimento situado no primeiro piso apresenta mais aberturas para o exterior, de consideráveis dimensões, quatro delas com bancos adossados em pedra (img. 44 e 104). A quantidade e as dimensões destas permitiam uma boa iluminação natural do espaço e uma forte relação visual deste com o exterior. Este compartimento apresenta, ainda, uma lareira, que, caso fosse necessário, permitia o seu aquecimento, proporcionando a este um maior conforto (img. 59 e 105). A tipologia destes elementos, de primoroso desenho e cantaria, indicam que este espaço seria de permanência, de estar, de convívio, de sociabilidade.

Note-se, ainda, à semelhança do que hoje vemos no Salão Nobre e no Salão de Banquetes do Paço de Guimarães, que sobre as paredes deste compartimento (assim como nas demais dos compartimentos no primeiro piso) assentava um inclinado telhado, cuja altura, segundo o que se depreende das proporções do desenho de Duarte d'Armas, ultrapassaria a altura do compartimento (img. 106).[152] A sua estrutura interior, em madeira, estaria à vista, conferindo, assim, ao espaço uma maior amplitude e imponência.

Assim, parece-nos bastante plausível situar-se o Salão Nobre do Paço de Barcelos no compartimento de maior dimensão ao nível do primeiro piso e admitir ao compartimento que lhe fica sob, tal como já escrito supra, a principal função de vestíbulo.

Os restantes compartimentos ao nível do primeiro piso seriam destinados à vida íntima/ privada dos senhores, correspondendo às antecâmaras e às câmaras do Paço. Sobre estes não nos é possível, assim como os demais compartimentos já tratados, esclarecer com

[152] Ver Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 129, 131, 135 a 140.



106| Salão de Banquetes, Paço de Guimarães.

exactidão quais as funções que albergariam. Note-se que estes espaços, assim como os demais, poderiam albergar várias funções em simultâneo.

Clara do Vale identifica os compartimentos situados no primeiro piso da Torre Oeste-Norte, da Torre Oeste-Sul e da Torre Sudeste como a Câmara da Dama, a Câmara do Senhor e a Antecâmara/ quarto de vestir, respectivamente: *"A câmara da dama encontrava-se no fim deste percurso que atravessava todos os espaços. Era o segundo em dimensão do piso nobre, pois era aí que a dama e suas aias passariam grande parte do dia, senão a sua totalidade. (...) Seria pois um espaço aprazível e onde a dama receberia os seus convidados. (...) / A câmara da dama possuía unicamente acesso a partir da câmara do senhor, que assim poderia exercer forte vigilância sobre os actos desta. (...) Era consideravelmente mais pequena do que a câmara da dama, o que era justificável pela escassa permanência deste nesse espaço, uma vez que as guerras, a caça, a deslocação às cortes e sobretudo os banquetes o afastavam constantemente de sua câmara. (...) O acesso a esta câmara fazia-se através de uma ante-câmara, que servia de quarto de vestir do senhor e onde dormiriam os filhos adolescentes e adultos bem como os escudeiros."*[153]

Mário Barroca, discordando desta divisão de funções, aponta o seguinte: *"(...), podemos identificar o compartimento que se desenvolve a Ocidente do salão grande como sendo a Câmara do Paço. (...) E, se assim fosse, o compartimento a Sul deste, que se sobrepõe à Cozinha, e pelo qual se tem de passar para aceder à Câmara, poderia ser a Ante-Câmara. (...) Em alternativa, que nos parece menos consistente, poderíamos identificar o compartimento sustentado por arcadas como a Ante-Câmara, o seguinte, que se sobrepunha à Cozinha, como a Câmara, e o terceiro, a Norte deste último, como a Tras-Câmara. Mas dificilmente se poderá explicar que a Tras-Câmara possuísse uma área útil significativamente maior que a da Câmara e que, ao contrário desta, estivesse munida de lareira."*[154] Outros autores que se dedicaram ao estudo do Paço, principalmente ao estudo do seu desenvolvimento espacial interno, nada referem sobre estes compartimentos.

Atentando a disposição/ organização dos compartimentos, e a sua relação com a que se apresenta no Paço de Guimarães, exemplo mais próximo ao Paço de Barcelos, a dimensão dos mesmos, os elementos que se observam e os que se admitem que existiriam em cada um destes, o enunciado por D. Duarte e as escassas informações conhecidas sobre a organização espacial, interna e externa, do Paço de Barcelos, consideramos bastante plausível o enunciado por Clara do Vale.

[153] Idem, p. 122, 126 e 128.
[154] Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 87; as hipóteses lançadas por este autor e por Clara do Vale apoiam-se no esquema organizativo das residências senhoriais enunciado por D. Duarte.

A partir do compartimento tratado supra, que corresponderia ao Salão Nobre, acede-se, através de uma porta com remate superior em mitra, de reduzidas dimensões, ao compartimento de menor dimensão ao nível do primeiro piso, com uma área de 31,9 m_2, situado na Torre Sudeste. As dimensões e o desenho desta porta espelham a intenção de restringir o acesso a este compartimento, garantindo assim uma maior privacidade entre este e o anterior (img. 107).

No que respeita aos vãos, este compartimento apresenta, na parede Oeste, uma janela rectangular interior que permite cerceada comunicação com o compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Norte,[155] e, no canto Sudeste, duas janelas rectangulares com bancos adossados em pedra, uma voltada a Este, outra voltada a Sul (img. 45 e 62). Estas, no conjunto de janelas com bancos adossados presentes no Paço, correspondem às de menor dimensão. Apresenta, ainda, para além da porta já referida, na parede Oeste, uma outra com remate superior em mitra, mais baixa que a anterior, que permite o acesso ao compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Sul (img. 107).

Este compartimento, de reduzida dimensão em relação aos demais e localizado a meio do percurso ao nível do primeiro piso, atuaria como articulação entre os compartimentos a Poente, íntimos/ privados, e os compartimentos a Nascente, sociais/ públicos (img. 93). Assim, parece-nos plausível, tal como aponta Clara do Vale e como acontece no Paço de Guimarães,[156] situar neste espaço a antecâmara.

A partir do compartimento situado no primeiro piso da Torre Sudeste, através de uma porta com remate superior em mitra, de reduzidas dimensões, acede-se ao compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Sul (img. 96, 97, 102 e 107). Mais uma vez, a dimensão e o desenho desta porta são indicativos do propósito de restringir o acesso ao compartimento que se lhe segue.

Este espaço, que privilegiaria da passagem de ar quente que subia pela chaminé que partia do fogão do compartimento que lhe fica sob, seria, em relação ao que lhe antecede, mais íntimo e de maior permanência.

No que respeita aos vãos deste compartimento, devido ao estado de ruína da torre em que este se encontra, para além da porta já referida, a Este, apenas se observa, a Norte, uma outra com remate superior em arco apontado e de maior dimensão que a anterior, responsável pelo acesso ao compartimento situado a Norte, que lhe sucede (img. 96). Este compartimento apresenta, ainda, a Este, vestígios do arranque de uma janela com bancos

[155] *"(…) uma janela interior de comunicação com a câmara da dama, através da qual ela receberia a comida quando não se deslocasse à sala de banquetes contígua."*; Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 128.
[156] No Paço de Guimarães as antecâmaras situam-se entre as salas e os quartos.



107| Torre Sudeste, interior, parede Oeste e Norte.

adossados em pedra,[157] cujas dimensões e desenho indicam que seria idêntica às janelas rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada em pedra e bancos adossados presentes no compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Norte e que existiriam no compartimento que lhe fica sob (img. 97).

Segundo o desenho de Duarte d'Armas, este compartimento possuiria, a Sul, uma outra janela, idêntica às anteriores mencionadas (img. 21). A relação que esta sustentaria com a janela a Este, tratada supra, seria idêntica à existente entre as janelas situadas ao nível do primeiro piso no canto Noroeste da Torre Oeste-Norte e no canto Sudeste da Torre Sudeste (img. 61 e 62).

Este compartimento apresentaria, ainda, segundo os desenhos de 1806, uma janela na parede Oeste, possivelmente idêntica às anteriores mencionadas, e, atentando que a torre onde este se situa entestava com a Torre da Ponte, possivelmente, uma outra porta, a Sul, que permitiria a comunicação deste com esta (img. 49).

A Norte do compartimento anterior encontra-se o segundo compartimento de maior dimensão no primeiro piso, com uma área de 71,5 m^2. Este, com acesso unicamente possível a partir do compartimento que lhe antecede, tratado supra, é o último a ser alcançado, sendo necessário, para esse fim, atravessar todos os outros espaços presentes no primeiro piso, o que torna o seu acesso mais restrito que os demais (img. 93).

O acesso a este compartimento, situado no primeiro piso da Torre Oeste-Norte, é feito por uma porta com remate superior em arco apontado, de maior dimensão que as demais presentes ao nível do primeiro piso (img. 96 e 100). A opção por esta tipologia de porta para a comunicação entre os dois compartimentos onde esta se encontra indica que seria menor o propósito de restringir o acesso entre estes. Este compartimento possui, ainda, através de uma janela rectangular interior, já referida, cercada comunicação com o compartimento situado no primeiro piso da Torre Sudeste (img. 107 e 108).

Este compartimento apresenta, ainda, no que respeita aos vãos, três janelas rectangulares com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados em pedra, duas voltadas a Oeste e uma voltada a Norte (img. 109 e 110). Estas janelas, tal como as que existiriam nos dois compartimentos situados, sobrepostos, na Torre Oeste-Sul, apresentam algumas diferenças entre as janelas existentes no compartimento situado no primeiro piso da Torre Este, também com pinázio/ cruzeta lancetada e bancos adossados em pedra. As primeiras,

[157] Note-se que, como já referido, a iconografia existente não é clara quanto à existência deste vão e do que lhe fica sob, ao nível do rés-do-chão; O desenho de Duarte d'Armas não representa estes vãos; Um dos desenhos de 1806 parece representar ambos os vãos, mas não é suficientemente perceptível; O vão ao nível do rés-do-chão não aparece representado nos desenhos de Korrodi, mas o vão ao nível do primeiro piso sim; Aquando as tentativas de restauro não há notícia da edificação destes vãos; Francisco Azeredo representa ambos os vãos; Clara do Vale não os considera na sua reconstituição do Paço de Barcelos.

de maior dimensão, apresentam ombreiras perpendiculares à parede, pinázio/ cruzeta lancetada quer pelo interior quer pelo exterior e, pelo interior, remate superior em arco. As segundas apresentam ombreiras obliquas à parede, afunilando em direcção ao exterior, pinázio/ cruzeta lancetada apenas pelo exterior, e, pelo interior, remate superior recto. Os desenhos dos bancos adossados correspondentes a estes vãos também apresentam algumas diferenças (img. 60 e 61).

Note-se que os dois vãos com remate superior em mitra presentes na parede Norte e o vão com remate superior em arco apontado presente na parede Este terão sido aqui colocados aquando uma das tentativas de restauro do Paço, não correspondendo, assim, ao edificado no século XV (img. 110 e 108).

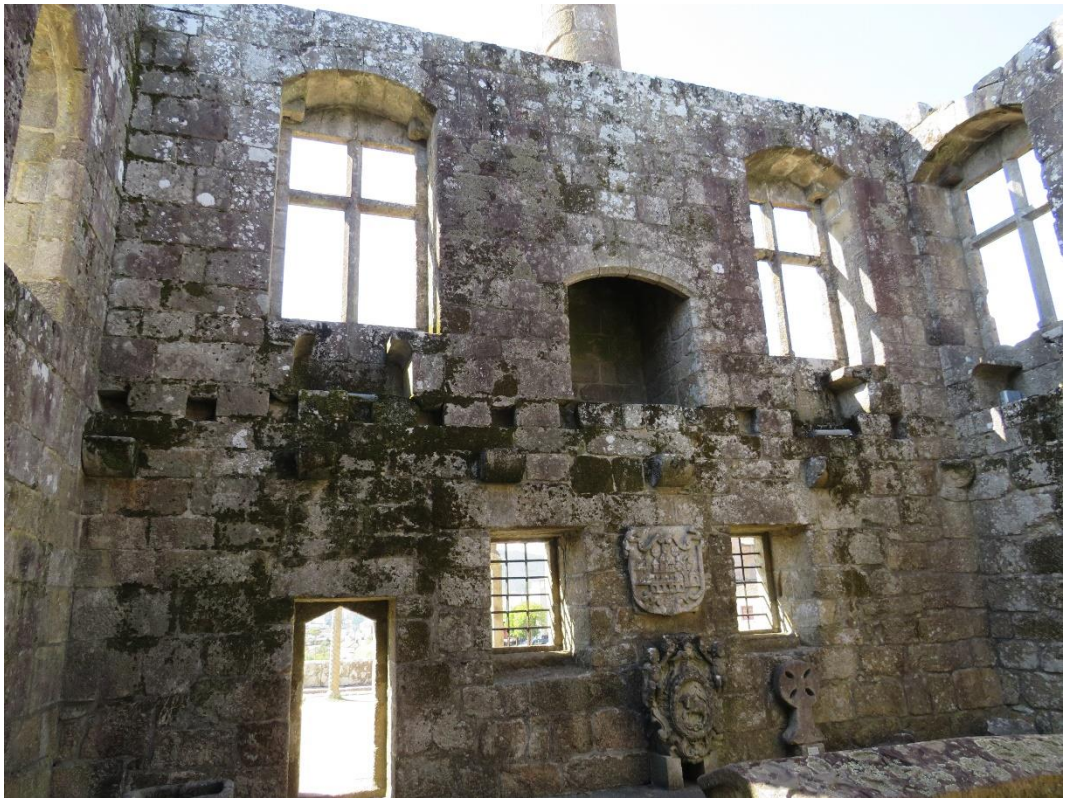
No canto Noroeste deste compartimento, duas das referidas janelas com pinázio/cruzeta lancetada e bancos adossados em pedra, a voltada a Norte e uma das voltadas a Oeste, sustentam uma grande relação de proximidade, idêntica à que se observa entre as duas janelas presentes no canto Sudeste do compartimento situado no primeiro piso da Torre Sudeste e à que existiria entre as duas janelas que se admitem anteriormente presentes no canto Sudeste do compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Sul. (img. 61 e 62)

Entre as duas janelas voltadas a Oeste encontra-se um fogão, de grande profundidade e simples desenho, a partir do qual parte uma alta chaminé em pedra, a única existente (img. 57, 58 e 109).

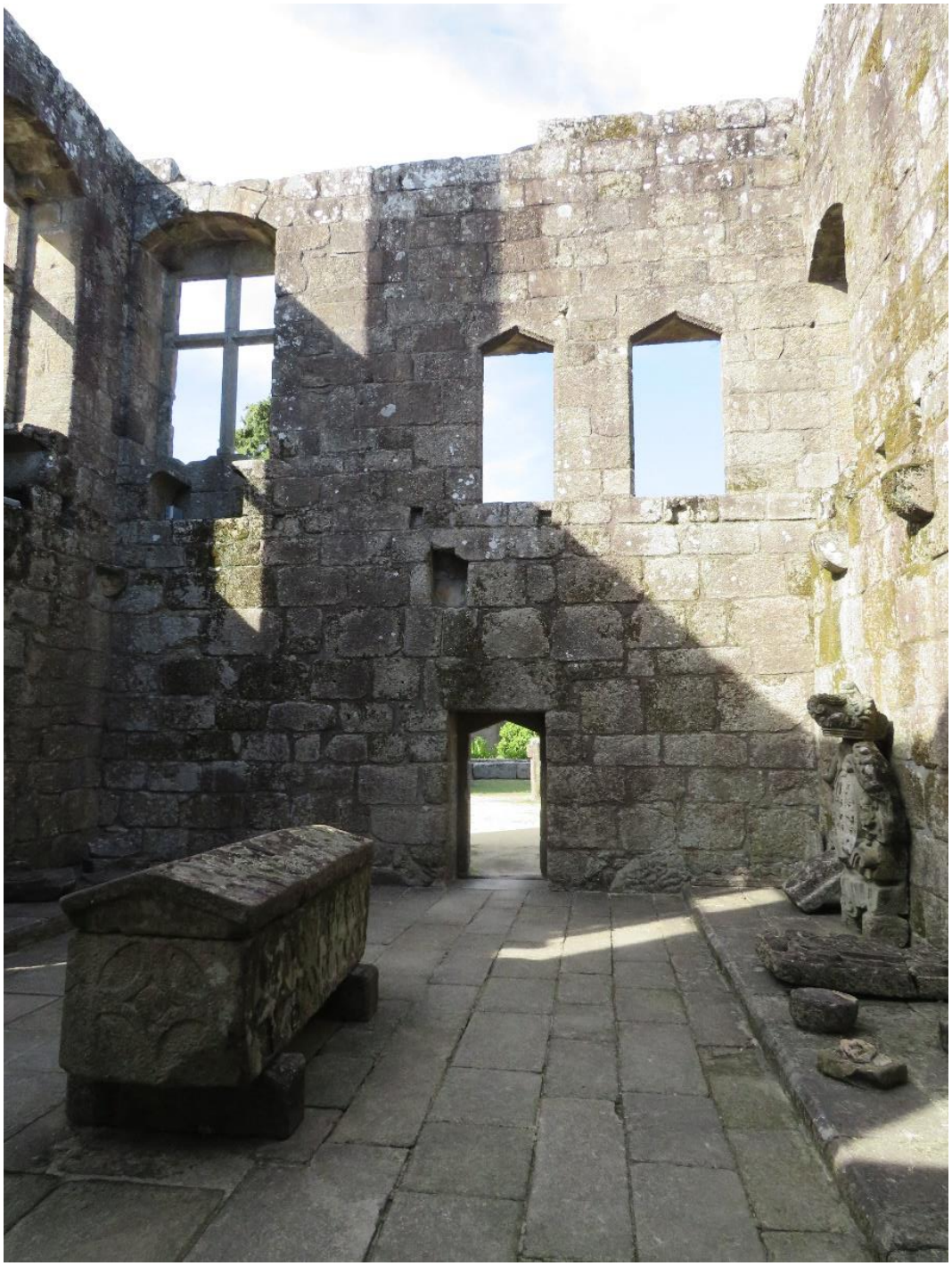
Os elementos referidos, que permitiam um maior conforto, uma boa iluminação natural e uma aprazível relação visual com o exterior, indicam que este espaço seria de estar, de permanência, de convívio, entre os senhores e os seus mais chegados.



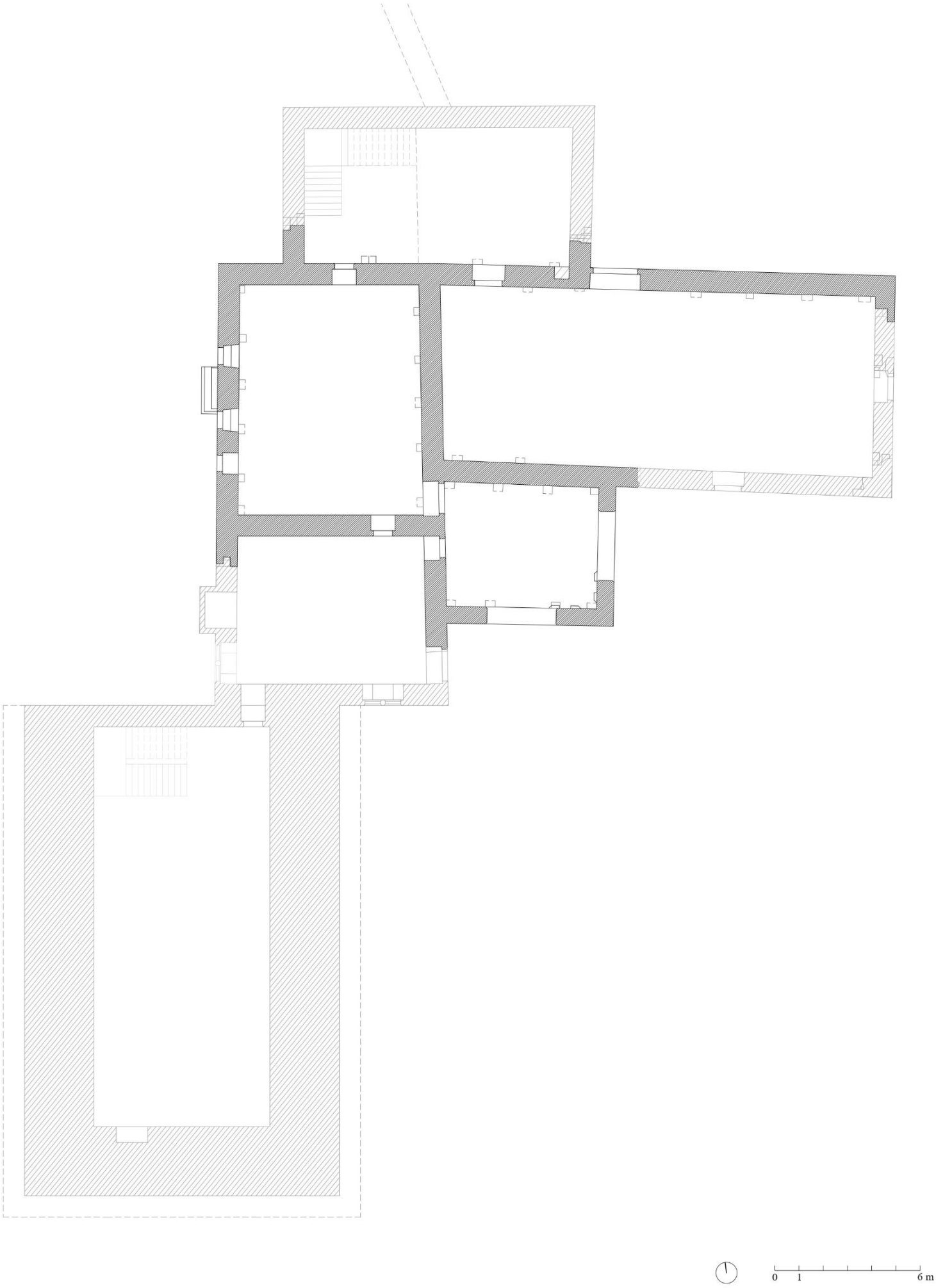
108| Torre Oeste-Norte, interior, parede Este.



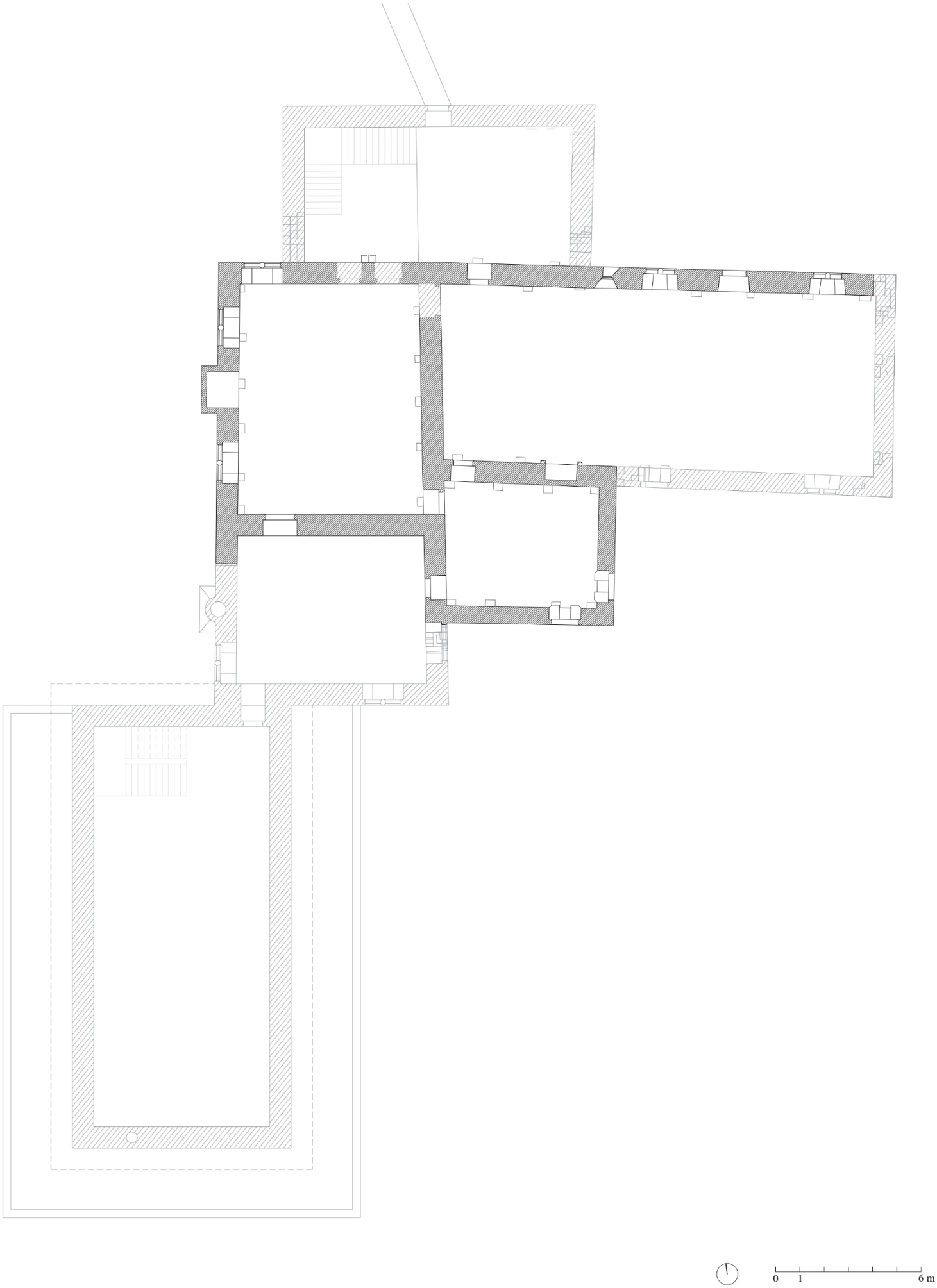
109| Torre Oeste-Norte, interior, parede Oeste.



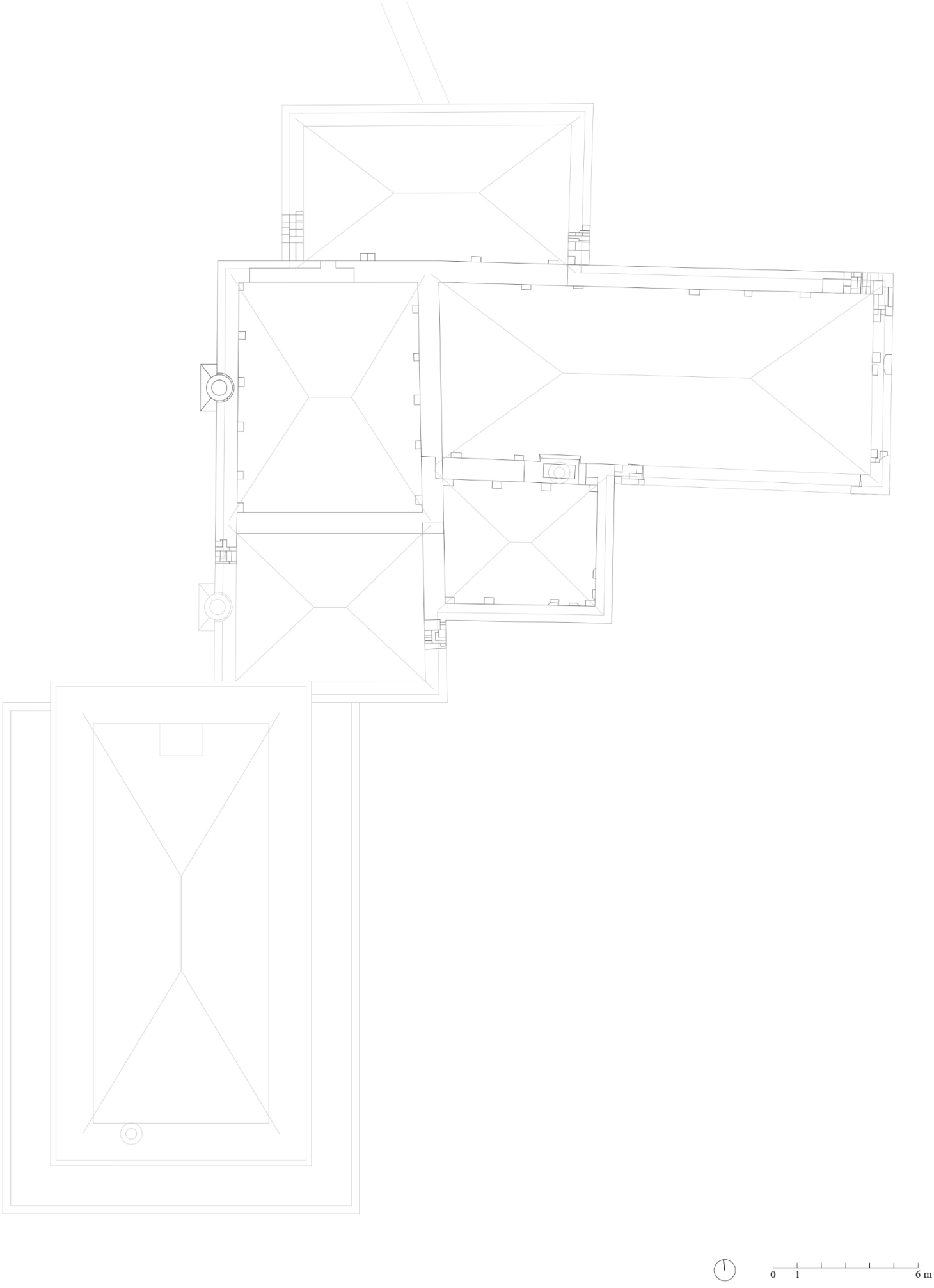
110| Torre Oeste-Norte, interior, parede Norte.



111| Planta, rés-do-chão, cota 32, reconstituição do Paço, (já representamos a Torre da Ponte), escala 1:200.



112| Planta, primeiro piso, cota 36, reconstituição do Paço, (já representamos a Torre da Ponte), escala 1:200.



113| Planta, cobertura, cota 44, reconstituição do Paço, (já representamos a Torre da Ponte), escala 1:200.

A Torre da Ponte

As funções dos dez compartimentos distribuídos pelas cinco *casas torres* sobre o promontório rochoso, principalmente, dos dois compartimentos situados na Torre Oeste-Sul, deverão ter sofrido alterações com a integração da Torre da Ponte – a Torre Sul – no Paço de Barcelos.

Implantada sobre o extremo Norte da Ponte Medieval, entre dois panos da muralha e encostada ao maciço granítico onde se encontram as cinco *casas torres*, a primitiva torre sobre a ponte, construída no primeiro quartel do século XV, aquando a primeira fase de construção do Paço e da muralha, não possuiria qualquer relação, directa ou indirecta, com o Paço. Faltam elementos que nos permitam entender como esta torre se materializava, que defendia e controlava um dos principais acessos à urbe. Supomos que as suas dimensões seriam idênticas às da Torre de Cimo de Vila (área total: 202 m^2; altura: 20 m), e que o acesso ao primeiro piso se efectuaria através de uma escada exterior encostada à muralha, à imagem da referida torre (img. 30). Ao nível do rés-do-chão, a sua passagem seria feita em "T", tal como após a sua reconstrução.

Com o propósito de ampliar o Paço de Barcelos, de reduzidas dimensões face às outras moradas da Casa de Bragança, e, atentando à exiguidade do espaço entre este e a sua envolvente próxima, nos alvores do último quartel do século XV, D. Fernando II, tal como aponta o já referido documento que expõe as queixas dos limianos contra as obras de Barcelos,[158] terá iniciado obras de reconstrução da torre sobre a ponte, de modo a integrá-la no Paço e, assim, ampliá-lo. Estas terão sido interrompidas aquando a sua morte, e, posteriormente, retomadas por D. Jaime, na viragem do século XV para o século XVI.

A Torre da Ponte, parte integrante do Paço, da muralha e da ponte, apresentava, como nos mostra o desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, e os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, dois corpos sobrepostos, em pedra granítica, de diferentes dimensões e características (img. 21, 48 e 49). O corpo inferior, de maior dimensão, implantava-se abaixo do tabuleiro da ponte, à cota de 12,8 metros, como nos mostram os vestígios existentes, e elevava-se até ao nível do primeiro piso das cinco *casas torres*, sendo rematado por um balcão saliente. O corpo superior implantava-se sobre o anterior e ultrapassava a altura das cinco *casas torres*, sendo também rematado por um balcão saliente, coroado, ao contrário do anterior, por merlões manuelinos. Este corpo era coberto por um telhado de grande inclinação e quatro águas, tal como os das demais *casas torres*.

Nas Memórias Paroquiais de 1758, Pedro Gouvea refere que a altura da Torre da Ponte excedia os 150 palmos, que corresponde a 33 metros.[159] Se admitirmos esta altura, a

[158] Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p. 8, 9 e 10.
[159] José Viriato Capela; Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.



114| Alicerce Oeste da Torre da Ponte.



115| Alicerce Este da Torre da Ponte.

Torre da Ponte elevar-se-ia, no mínimo, até à cota de 45,8 metros (12,8 + 33). Atentando as proporções dos desenhos mencionados, consideramos que a altura dada é exagerada e que, possivelmente, compreende já a altura do telhado, à época, já desaparecido. Assim, entendemos que o corpo superior da Torre da Ponte possuiria apenas um piso acima do restante Paço, encontrando-se o topo das suas paredes à cota de aproximadamente 42 metros, 4 metros acima das demais.[160]

Como já referido e justificado anteriormente, entendemos que a Torre da Ponte, agora parte do Paço, compreende duas fases de construção: o corpo inferior corresponde à primeira, empreendida por D. Fernando II, entre, sensivelmente, 1480 e 1483; o corpo superior corresponde à segunda, empreendida por D. Jaime, entre, sensivelmente, 1496 e 1510.[161]

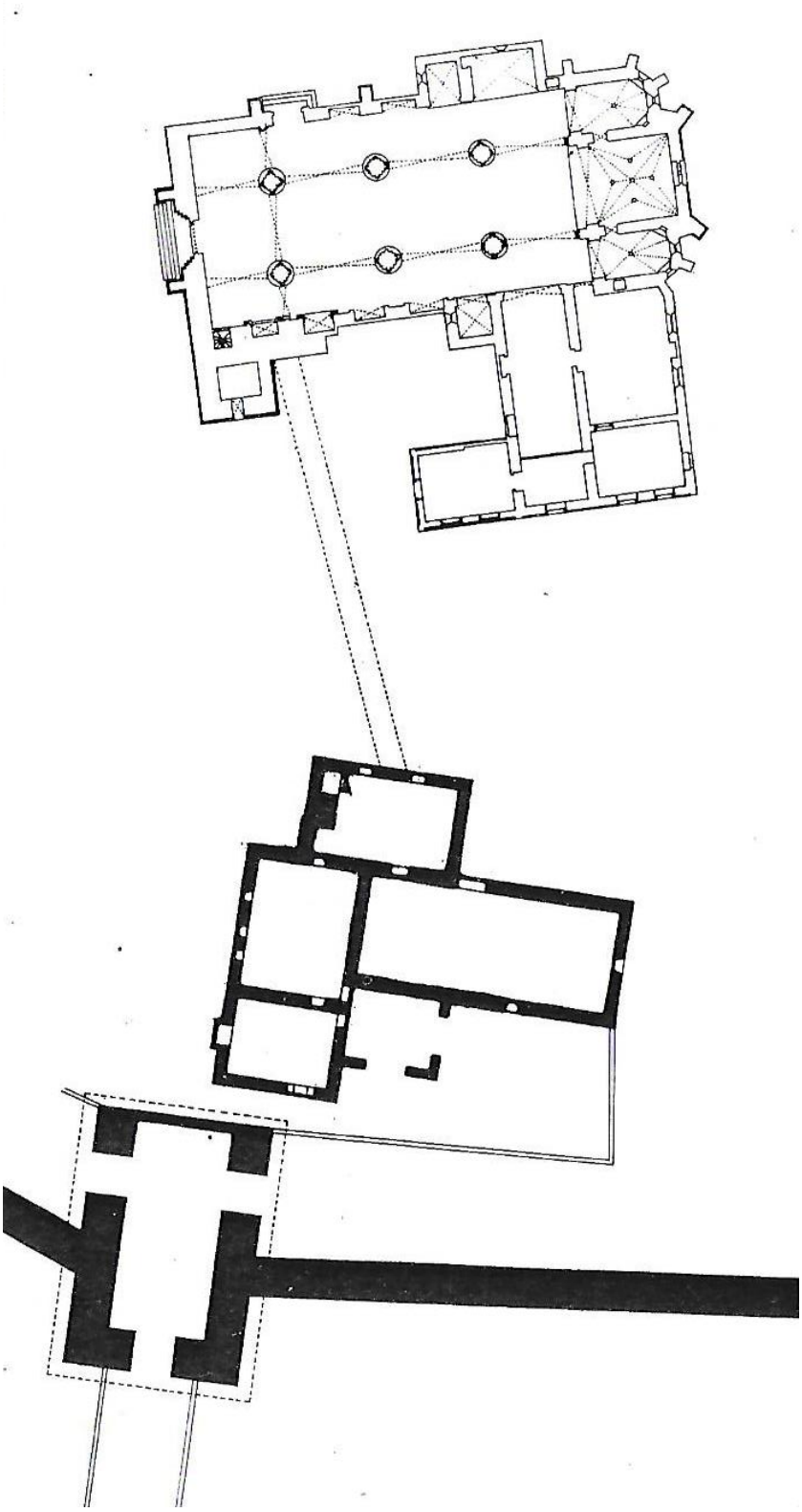
Após a integração da Torre da Ponte no Paço de Barcelos, esta continuou, ao nível do rés-do-chão, a assumir-se como uma das principais portas da vila. Aqui abriam-se três amplas portas: uma a Sul, no enfiamento da ponte, outra a Este, no enfiamento da Rua dos Pelames, e outra a Oeste, no enfiamento da Rua da Ponte/ do Terreiro.

Os elementos escritos e gráficos conhecidos referentes à Torre da Ponte não nos permitem entender completamente como esta se materializava. As fontes que melhor a representam são o desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, a descrição de Pedro Gouvea, nas Memórias Paroquiais de 1758,[162] os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, e a descrição de António Ferraz, 1894-1916.[163] No entanto, estas não nos permitem constatar, com clareza, como a Torre da Ponte se conectava com o restante Paço, uma vez que nada expõem sobre a materialização da fachada Norte desta.

Carlos Ferreira de Almeida e Clara do Vale defendem que a Torre da Ponte não entestava com o Paço, ou seja, não possuía qualquer relação directa/ física com este (img. 116). Propõem a implantação desta um pouco adiante da Torre Oeste-Sul, que lhe era imediata, e a sua ligação ao Paço através de um pequeno passadiço:

"À altura dos sobrados, havia um passadiço que saía do extremo sul da parte residencial para ir dar ao grande balcão que a torre mostrava a esse nível."[164]

[160] Note-se que não sabemos os pés direitos dos pisos da desaparecida Torre da Ponte; a medida atribuída entre pisos – 4 metros – é uma aproximação, conciliada com os pés direitos dos pisos da Torre Oeste-Sul que lhe era imediata.
[161] Tal como aponta Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 78, 79, 88 e 89.
[162] José Viriato Capela; Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.
[163] António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 77.
[164] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 37.



116| Reconstituição do Paço de Barcelos; desenho da autoria de Clara do Vale.

"A câmara do Senhor [o compartimento situado no primeiro piso da Torre Oeste-Sul]*, (...). Possuía um pequeno balcão que confrontava com a da torre que estava sobre a ponte, e era possível que fosse unida a esta por um pequeno passadiço de madeira."*[165]

Atentando os referidos elementos supra, entre outros, entendemos, contudo, ao contrário do que defendem Carlos Ferreira de Almeida e Clara do Vale, que a Torre da Ponte possuiria comunicação directa com o restante Paço. Para tal, a parede Norte da Torre da Ponte encontrar-se-ia encostada à parede Sul da Torre Oeste-Sul que, implantada no limite do maciço granítico, lhe era imediata.

Segundo o documento que expõe as queixas dos limianos contra as obras de Barcelos, D. Fernando II empreendeu obras de reconstrução da torre sobre a ponte com a intenção de a transformar numa das *casas* do Paço.[166] Ora, parece-nos que seria pouco provável empreender estas obras sem o propósito de ligar directamente/ fisicamente a Torre da Ponte ao restante Paço, uma vez que a primitiva torre poderia também facilmente ser ligada a este por um passadiço. Entendemos que a empreender-se obras de reconstrução da torre sobre a ponte seria para ampliá-la até esta embater com a Torre Oeste-Sul e, assim, ligar-se directamente ao Paço.

Nos Tombos de 1609 e de 1706[167], já referidos, é dito que o Paço de Barcelos possui *seis casas*, correspondendo *estas* aos cinco corpos rectangulares turriformes implantados sobre o maciço granítico e à Torre da Ponte implantada sobre o extremo Norte da Ponte Medieval. Esta última é tida como uma das *casas* e lida como as demais, como parte integrante de um todo. Consideramos que se a Torre da Ponte estivesse separada do restante Paço, e ligada a este através de um passadiço, como propõem Carlos Ferreira de Almeida e Clara do Vale, este não seria descrito como as *seis casas torres*, mas sim como as *cinco casas torres* mais *uma*.

Como já exposto, há referências de que o desmoronamento de parte da Torre da Ponte, a 24 de Janeiro de 1800, ter feito ruir partes das paredes do restante Paço que lhe ficavam próximas.[168] Se a Torre da Ponte não possuísse relação directa/ física com o restante Paço, entendemos que seria pouco provável o seu desmoronamento provocar ruína nas demais cinco *casas torres*.

A descrição da Torre da Ponte nas Memórias Paroquiais de 1758, a mais completa conhecida sobre esta, diz-nos:

---

[165] Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 128.

[166] *"E por lhe parecer a este duque dom fernando q avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huua das milhores torres e mais primçipaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas pera que mãdou leuar a dita pedra e fez com ella muros que parecem mais fortaleza q paaços. (...)."*; Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in *O Archeologo Português*, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916, nº 1 a 12, p. 9.

[167] Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609 e a 20 de Fevereiro de 1706, in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21.

[168] Ver idem, p. 24 e 25.

"A volta da muralha tem tres torres muito altas de quantarias, sendo a maior e mais levantada a do palacio dos Duques da Serenissima Casa de Bragança, que está unida com a ponte. Tem esta torre os fundamentos bem perto da margem do rio, sobre rochedos muito fortes, e subindo the igualar com a ponte, e o terrapleno da villa. Tem tres portas, como já dissemos e daqui se le-vanta em tanta altura, que excede de cento e cincoenta palmos [33 m] *com duas verandas de pedra, e na ultima tem janelas de todas as par-tes. No interior desta torre, que de Norte a Sul tem setenta e cinco palmos* [16,5 m] *de Nascente a Poente trinta e tres* [7,26 m], *está hum tanque com hua milagrosa Imagem de Santa Monica, esculpida em pedra, as suas portas tem de largo quatorze palmos* [3,08 m] *e treze de grosso nas paredes* [2,86 m]*."*[169]

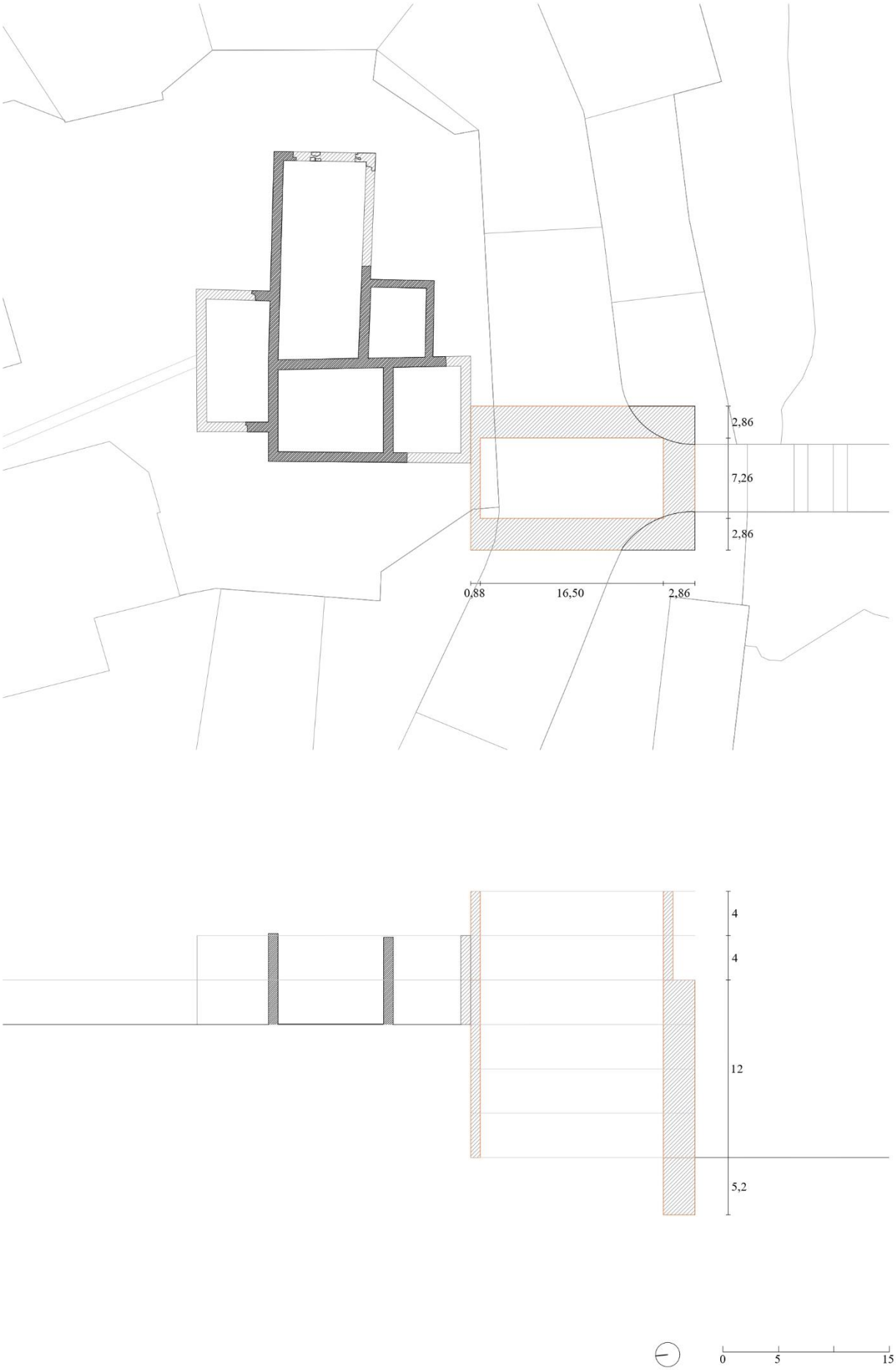
Segundo esta descrição, ao nível do rés-do-chão, a Torre da Ponte possuía um espaço interior com 16,5 metros de comprimento e 7,26 metros de largura, envolto, a Sul, a Este e a Oeste, onde se abriam as portas, por paredes com 2,86 metros de espessura.

Se traçarmos estas medidas sobre os vestígios existentes da Torre da Ponte – os dois alicerces Sul junto ao extremo Norte da Ponte Medieval –, verificamos, com uma mínima margem de erro, que a largura exterior do corpo inferior desta dada, que compreende as espessuras das paredes Este e Oeste e a largura interior (2,86 + 7,26 + 2,86), coincide com estes, e, que a espessura da parede Sul mais o comprimento interior (2,86 + 16,5) quase encosta na parede Sul da Torre Oeste-Sul (onde entendemos que esta se encontraria),[170] compreendendo entre a medida de 0,88 metros. Esta medida, igual à espessura da maioria das paredes que conformam as cinco *casas torres* implantadas sobre o promontório rochoso, corresponderia, assim, à espessura da parede Norte do corpo inferior da Torre da Ponte (img. 117).

Estas medidas, que nos parecem bastante plausíveis, dizem-nos, assim, que a parede Norte da Torre da Ponte se encostava, ao nível superior, à parede Sul da Torre Oeste-Sul. Ao nível inferior, esta cingia-se ao maciço granítico, o que justificava a sua reduzida espessura face às demais.[171]

A mesma descrição diz-nos que a Torre da Ponte possui *"(...) duas varandas de pedra, e na ultima tem janelas de todas as par-tes."*[172] Daqui entendemos que a varanda inferior, que rematava o corpo inferior, e a varanda superior, que rematava o corpo superior, desenrolavam-se de diferentes modos. A varanda superior, a *última*, circundava todos os

[169] José Viriato Capela; Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.
[170] Note-se que não sabemos a localização exacta da referida parede, que provavelmente seria facilmente determinada após uma breve escavação no espaço envolvente aos vestígios existentes. A localização apresentada é uma aproximação, resultado da nossa análise dos dados já expostos anteriormente.
[171] Note-se que a parede Sudoeste da Torre de Cimo de Vila apresenta menor espessura que as demais, uma vez que esta se encosta à muralha.
[172] Ibidem.



117| Planta e Corte; como supomos que se desenrolaria a Torre da Ponte, escala 1:500.

lados do corpo a que corresponde, ou seja, corria ao longo das suas fachadas Este, Sul, Oeste e Norte. Já a varanda inferior apenas correria ao longo das fachadas Este, Sul e Oeste do corpo a que corresponde.[173] Como já referido, o desenho de Duarte d' Armas, datado de 1510, e os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, apenas nos mostram as fachadas Este, Sul e Oeste da Torre da Ponte, onde vemos o desenrolar de ambas as varandas (img. 21, 48 e 49).

O diferente desenrolar destas varandas justifica-se, se admitirmos que a parede Norte da Torre da Ponte se encostava à parede Sul da Torre Oeste-Sul. Se assim fosse, o corpo inferior, que se elevava até ao nível do primeiro piso das cinco *casas torres*, apresentaria, ao nível do seu último piso, parte da sua parede Norte encostada à parede Sul da Torre Oeste-Sul; impossibilitando esta materialização o circundar contínuo da varanda inferior ao longo das suas quatro fachadas. Já o corpo superior apresentava o seu último piso acima do primeiro piso das cinco *casas torres*, sendo assim possível o contínuo correr da varanda superior ao longo das suas quatro fachadas, uma vez que esta não embateria com qualquer outro elemento do restante Paço.

Assim, sobre a materialização da Torre da Ponte entendemos o seguinte:

O corpo inferior da Torre da Ponte implantava-se, como nos mostram os vestígios dos alicerces Sul desta, à cota de 12,8 metros, abaixo da cota do tabuleiro da ponte, e elevava-se, como depreendemos do desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, e dos desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, até, sensivelmente, à cota de 34 metros, ao nível do primeiro piso das cinco *casas torres* implantadas sobre o promontório rochoso, perfazendo uma altura de 21,2 metros.[174] O seu rés-do-chão encontrava-se à cota de 18 metros, ao nível do tabuleiro da ponte (img. 117).

Este corpo compreenderia 4 pisos – rés-do-chão e três pisos sobrados – com, sensivelmente, 4 metros de altura e 119,79 m2 de área habitável (16,5 x 7,26). As suas paredes Oeste, Sul e Este possuiriam 2,86 metros de espessura e a sua parede Norte possuiria 0,88 metros de espessura. Esta última encostar-se-ia, ao nível do rés-do-chão e dos dois primeiros pisos, ao maciço granítico e, ao nível do último piso, à parede Sul da Torre Oeste-Sul (img. 118 a 120).

O corpo superior, implantado sobre o corpo inferior, elevava-se, como já referido, até, sensivelmente, à cota de 42 metros, compreendendo dois pisos sobrados, com,

---

[173] *"O corpo inferior, cujo pavimento ficava precisamente ao nível do leito da ponte, terminava superiormente por uma varanda ou galeria saliente, também de cantaria, sustentadas em fortes cachorros de pedra, correndo ao longo das faces nascente, sul e poente da mesma torre."*; António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 77; Clara do Vale, pelo contrário, na sua reconstituição do Paço de Barcelos, propõem o desenrolar da varanda do corpo inferior ao longo das suas quatro fachadas; Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 111-140.

[174] Esta medida é aproximada à altura da Torre de Cimo de Vila e à altura que supomos a primitiva torre sobre a ponte ter possuído.

sensivelmente, 4 metros de altura, situando-se o último acima do primeiro piso do restante Paço. A inserção deste corpo na Torre da Ponte fez com que esta, implantada à cota de 12,8 metros, ultrapassasse a altura do restante Paço, implantado à cota de 30 metros.

Este corpo, segundo o desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, e a descrição de António Ferraz,[175] possuía menores dimensões do que o corpo inferior. A diferença de dimensão entre os dois corpos seria apenas pelo exterior, uma vez que as paredes do corpo superior assentavam sobre as paredes do corpo inferior. O corpo superior apresentaria, assim, paredes menos espessas do que as do corpo inferior (img. 117). Esta espessura, supomos, igual para todas as paredes, seria a mesma da parede Norte, sob, ou seja, de 0,88 metros.

A Torre da Ponte apresentaria, assim, apesar da variação exterior da dimensão entre os dois corpos que a conformavam e das diferentes fases construtivas destes, uma constância interior, sendo iguais as dimensões de todos os seus seis pisos (rés-do-chão e cinco pisos sobrados).

O terceiro piso sobrado, o último do corpo inferior, encontrar-se-ia ao nível do rés-do-chão das cinco *casas torres* implantadas sobre o promontório rochoso, e, o quarto piso sobrado, o primeiro do corpo superior, encontrar-se-ia ao nível do primeiro piso das mesmas. Estes dois pisos entestariam com os da Torre Oeste-Sul, possuindo, possivelmente através de portas com remate superior em mitra, comunicação com estes (img. 111 e 112).

Supomos que, à imagem das demais *casas torres* do Paço, a cada um dos pisos da Torre da Ponte corresponderia um compartimento. Estes, à excepção do piso térreo, seriam parte do Paço, encontrando-se ligados por uma escada interior (img. 111 e 112). Podemos também admitir que os dois primeiros pisos sobrados da Torre da Ponte, que entestavam com o maciço granítico, estariam associados ao piso térreo, onde se cruzava o trânsito, e que, à imagem da Torre de Cimo de Vila e da que supomos que seria a da primitiva torre sobre a ponte, o acesso a estes se efectuaria através de uma escada exterior, a Este,[176] encostada à muralha. Se assim fosse, apenas os últimos três pisos seriam parte do Paço e estariam ligados por uma escada interior.

---

[175] *"Sobre esta galeria assentava o segundo corpo da torre, também de forma quadrangular, mas um pouco retraído e com portas para a galeria"*; António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 77.

[176] Note-se que o desenho de Duarte d'Armas, datado de 1510, e os desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, não nos permitem constatar, com clareza, como se materializavam as portas ao nível do rés-do-chão, excepto um dos desenhos de 1806, cujo representa a fachada Oeste do Paço e, consequentemente, a porta Oeste da Torre da Ponte; Este desenho não representa, a Oeste, qualquer escada encostada à muralha (img. 49); as plantas de 1804 e de 1806 não representam qualquer escada encostada à muralha junto da Torre da Ponte (img. 50 e 22).

A descrição de António Ferraz[177] e o desenho de Duarte d'Armas expõem que do corpo superior da Torre da Ponte emergia uma alta chaminé. O referido desenho representa esta no topo da parede Sul do corpo superior, erguendo-se até à altura das demais chaminés do restante Paço (img. 21). Esta chaminé partiria de um fogão/ lareira, possivelmente situado no último piso da Torre da Ponte. No entanto, parece-nos também possível que este fogão/ lareira se situasse num dos pisos inferiores, talvez no terceiro piso sobrado, uma vez que, se assim fosse, o canudo da chaminé percorreria ao longo da parede Sul, fazendo com que os compartimentos superiores privilegiassem da passagem de ar quente neste (img. 111 a 113). Poderia também existir um fogão em cada compartimento associados à mesma chaminé.

Como já referido, quer o corpo inferior, quer o corpo superior, possuíam, ao nível da cobertura, varandas/ balcões salientes, em pedra. A varanda do corpo inferior correria ao longo das fachadas Este, Sul e Oeste deste e a varanda do corpo superior correria ao longo das quatro fachadas deste (img. 118 a 120). A primeira, assente sobre mísulas, apresentava remate recto e, possivelmente, sob, conteria *machicoulis*.[178] A segunda, também assente sobre mísulas, era coroada, como se depreende dos desenhos mencionados, por merlões manuelinos.

Não sabemos o quanto estas varandas avançavam para lá das paredes. Os Tombos de 1609 e 1706 apontam que a varanda do corpo inferior, cujas dimensões, segundo se depreende dos desenhos mencionados, seriam idênticas às da varanda do corpo superior, era estreita.[179] Assim, admitimos que ambas as varandas possuíam, para lá das paredes, cerca de 0,88 metros, medida igual às espessuras das paredes do corpo superior e da maioria das paredes do Paço.

Não nos é possível, excepto ao nível do piso térreo, esclarecer quais os vãos que a Torre da Ponte possuiria, uma vez que a pouca iconografia sobre não é coincidente.

Nas paredes Oeste, Sul e Este do corpo inferior, ao nível do rés-do-chão, abriam-se três amplas portas. Estas, com remate superior em arco apontado, tais como as de maiores dimensões do Paço e da Torre de Cimo de Vila, e de iguais dimensões, possuiriam

---

177 *"(…) o segundo corpo da torre, (…); coberto por um telhado de ponto subido e rodeado de ameias, de que emergia a esguia chaminé de um fogão interior."*; António Ferraz, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, op. cit., p. 77.

178 "*A parte alta da torre estava ligada aos Paços, formando pròpriamente a torre coberta subjugando a ponte com o seu rebôrdo de machicoulis ou seteiras batendo verticalmente a entrada sul."*; J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, op. cit., p. 34; Mário Jorge Barroca, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, op. cit., p. 88.

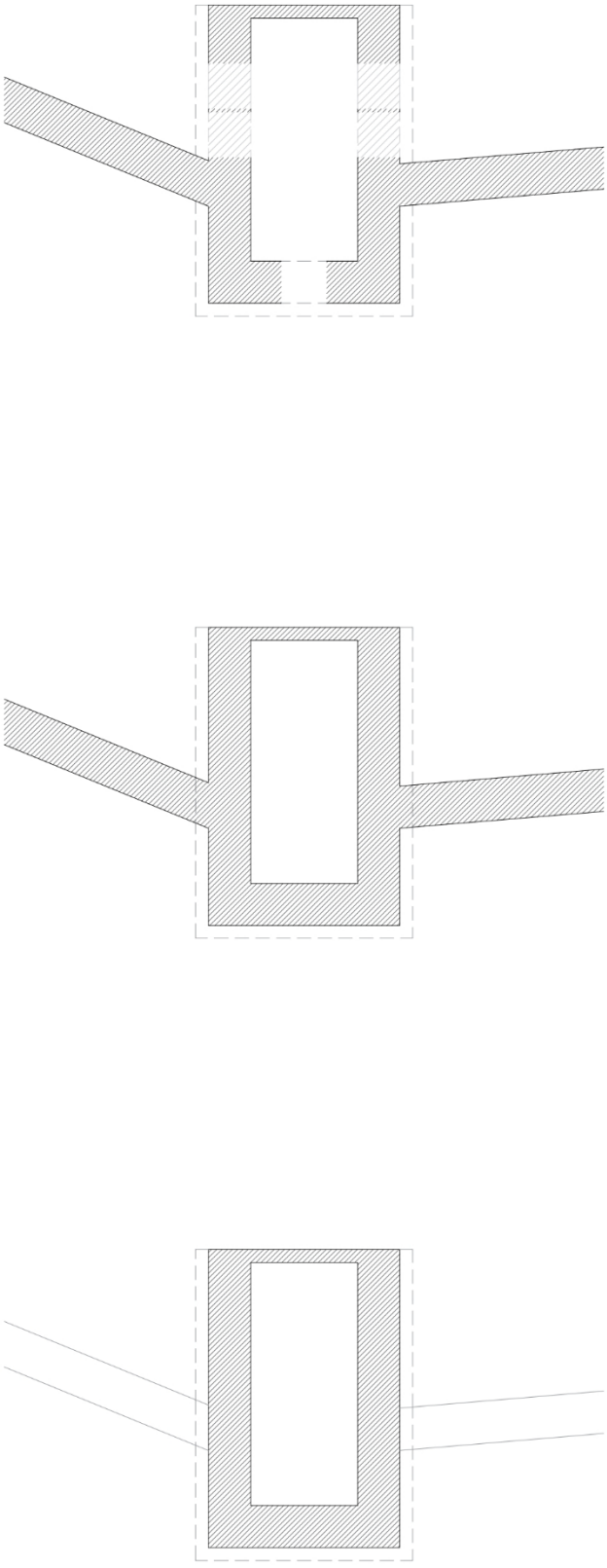
179 *"(…) a que cahe sobre a ponte (…) e he a mais Alta de todas, e pella Banda de fora tem hua Varanda estreita de Pedra ao Redor della quasi pello meo (…)."*; Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 15 de Setembro de 1609; in Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, op. cit., p. 21; *"(…), e hua das ditas cazas he a mais alta de todas ellas e cahe sobre a dita ponte, com sua varanda estreita à roda da dita caza, (…)."*; Tombo dos bens da Casa de Bragança, Medição do Paço de Barcelos a 20 de Fevereiro de 1706, in idem, p. 22.

3,08 metros de largura e 2,86 metros de profundidade.[180] As suas alturas, supomos, atentando as proporções das portas da Torre de Cimo de Vila e do Paço, rondariam os 3,5 metros.

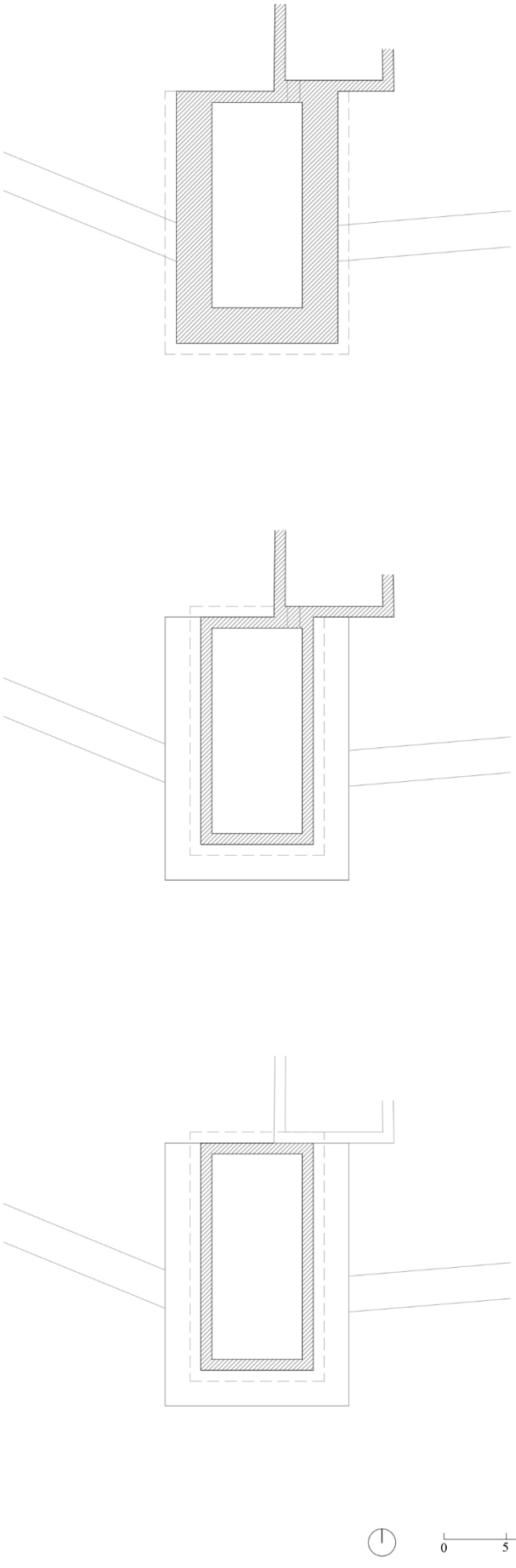
A porta Sul, no enfiamento da Ponte Medieval, encontrava-se ao centro da parede Sul do corpo inferior. Não nos é possível esclarecer com exactidão a localização das portas Oeste e Este, que se encontrariam no mesmo alinhamento. Estas poderiam situar-se mais próximas à muralha, como sugere um dos desenhos de autor desconhecido, datados de 1806, ou mais afastadas da mesma, como sugerem Clara do Vale,[181] na sua reconstituição da Torre da Ponte, e Mancelos Sampaio, no seu desenho da vila de Barcelos[182]. Note-se que entre 1631 e 1825, ao nível do rés-do-chão, a Torre da Ponte albergou a fonte de Santa Mónica,[183] continuando a funcionar como uma das portas da urbe. A considerável profundidade desta fonte, representada nas plantas de 1804 e de 1806, sugere-nos que as portas Oeste e Este da Torre da Ponte encontrar-se-iam mais próximas à muralha (img. 50 e 22). No entanto, como já referido, não nos é possível esclarecer com exactidão a localização destas.

A Torre da Ponte, construção imponente quer pela sua materialização quer pela sua implantação, imediatamente visível para quem chegava a Barcelos pelo Sul, cingia-se ao Paço, à muralha e à ponte, sendo parte substancial destas três construções. Esta união, conseguida pela referida torre, hoje desaparecida, constituía uma das maiores (senão a maior) particularidades da urbe de Barcelos.

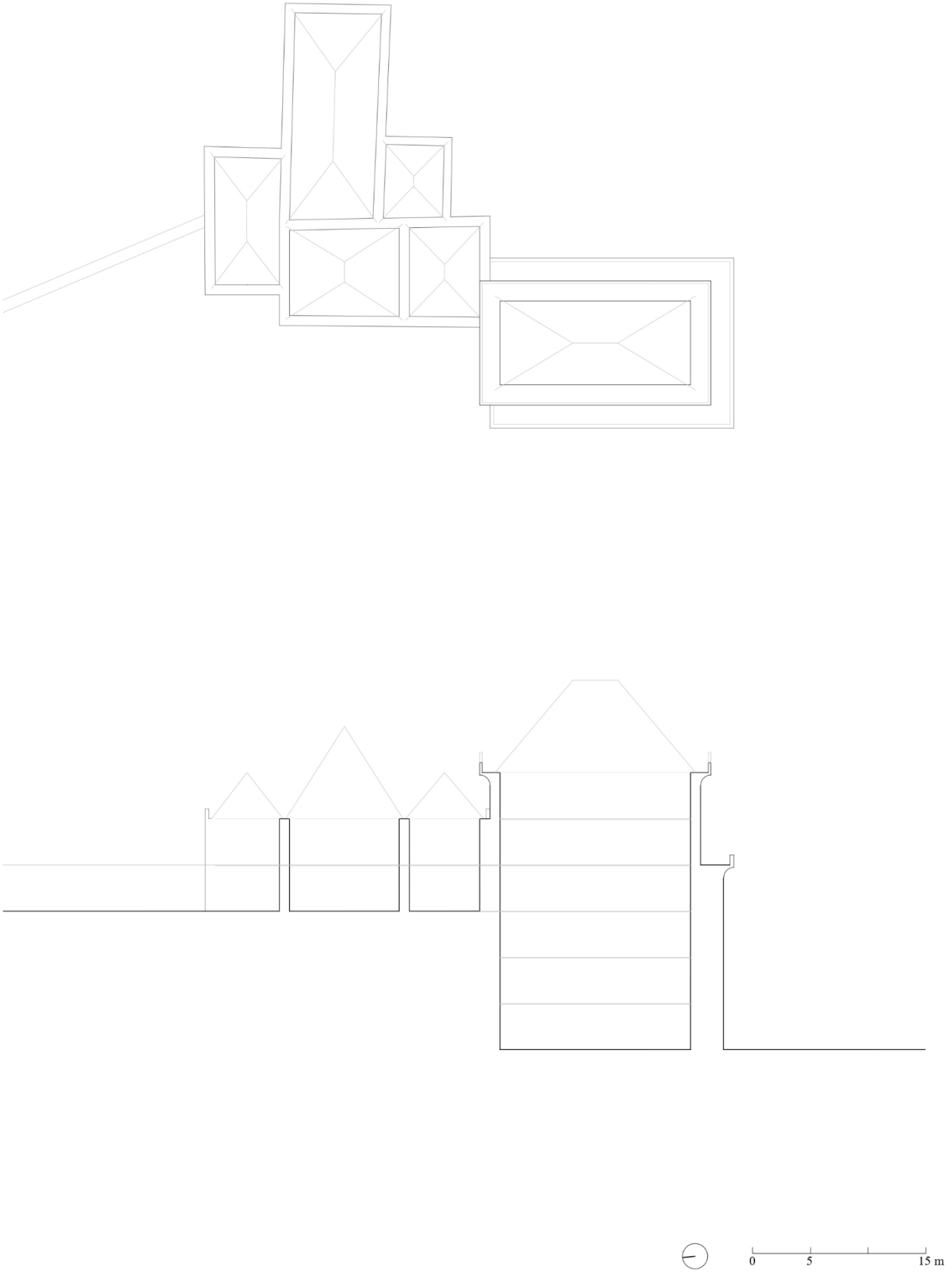
[180] José Viriato Capela; Rogério Borralheiro, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*, op. cit., p. 65, 66 e 67.
[181] Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, op. cit., p. 111-140.
[182] J. Mancelos Sampaio, Augusto Soucasaux, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, op. cit., p. 34 e 35.
[183] Teotónio da Fonseca, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, op. cit., p. 144.



118| Plantas do-chão, primeiro e segundo pisos; como supomos que se desenrolaria a Torre da Ponte, escala 1:500.



119| Plantas terceiro, quarto e quinto pisos; como supomos que se desenrolaria a Torre da Ponte, escala 1:500.



120| Planta da cobertura e corte; como supomos que se desenrolaria a Torre da Ponte, escala 1:500.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS

As primeiras transformações urbanas significativas no espaço envolvente às ruínas do Paço acontecem na segunda metade do século XIX.

Em 1849, iniciam-se as obras de ampliação dos Paços do Concelho, passando este edifício a ocupar grande parte do quarteirão em que se insere.[184]

Em 1891, como já referido, seguindo o projecto de Alberto Monteiro, inicia-se a demolição do conjunto de casas que faceava, a Poente, o Paço e a Igreja Matriz e, a Sul, a Rua da Igreja, e, posteriormente, a construção de três paredões: um envolve o maciço granítico onde assentam as ruínas do Paço; outro envolve o lado Sul da Igreja Matriz; e outro envolve o espaço anteriormente ocupado pelas referidas casas (img. 121; 68 e 69).

A rua entre o Paço e a Igreja Matriz passa a ser conformada pelos paredões que envolvem estes edifícios, e, o acesso ao espaço onde se encontram as ruínas do Paço passa a efectuar-se no extremo Noroeste do paredão que o envolve, através de uma pequena escadaria (img. 70 e 34). O largo entre o Paço e a Igreja Matriz, situado no extremo Oeste da rua entre estes, desaparece. A Rua da Igreja é alargada, perdendo definição a Sul, onde antes era faceada pelas casas situadas a Poente do Paço, e, o Adro da Igreja, situado no extremo Este desta rua, e o Largo do Terreiro, situado no extremo Oeste da mesma rua, ficam descaracterizados no novo traçado urbano (img. 122). O espaço anteriormente ocupado pelas casas situadas a Poente do Paço é ajardinado e, em 1905, instala-se, aqui, o Pelourinho, que primitivamente se encontrava na Praça da Vila.

Ainda na última década do século XIX, na margem Norte do Rio Cávado, a jusante da Ponte Medieval, muito próximo do alicerce Oeste-Sul da Torre da Ponte, inicia-se a construção de uma azenha que, gradualmente, substitui as de caráter sazonal instaladas junto aos contrafortes da ponte.

No decurso do século XX avolumam-se as transformações urbanas no espaço envolvente às ruínas do Paço.

O quarteirão a Nascente da Igreja Matriz, entre as desaparecidas Ruas de Trás da Igreja e das Flores, é demolido (img. 123). No seu espaço, em 1931, é construída a nova Praça Municipal, desenhada pelo arquitecto José Marques da Silva, que acolhe a estátua do bispo D. António Barroso (img. 124 e 125).

Entre 1927 e 1942, é demolido o lado Poente da Rua de Santa Maria, ficando apenas a edificação contígua à casa de D. Nuno Álvares Pereira, que faceava a Sul o Largo do Apoio (img. 34). *"Urbanisticamente, é incoerente porque lhe desfizeram toda a fachada*

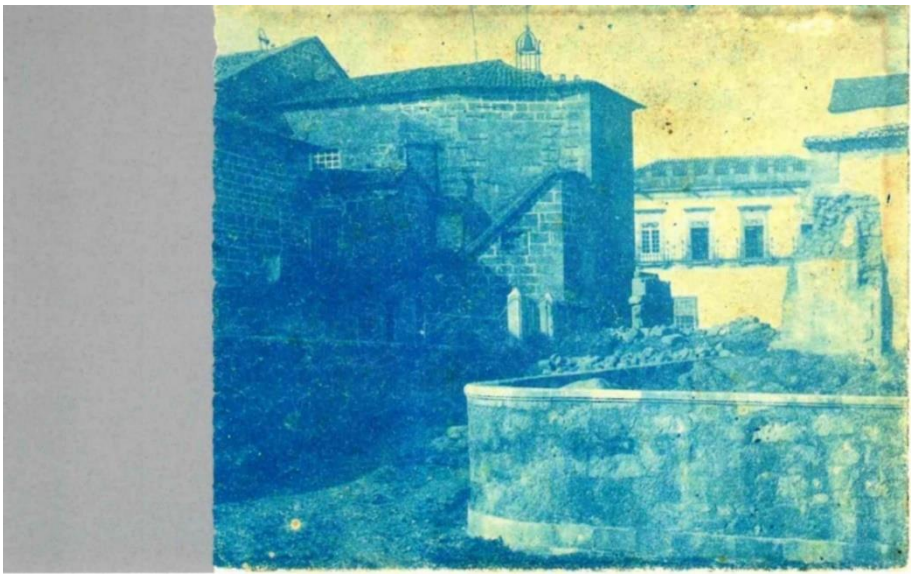
[184] Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, op. cit., p. 47.



121| Desenho da autoria de Bessa e Menezes; representa o conjunto de casas anteriormente situadas a Poente do Paço, na antiga Rua da Igreja.



122| Rua Dr. Miguel Fonseca (antiga Rua da Igreja); prioriza-se a circulação e o estacionamento automóvel, sendo reduzido o espaço para o peão.



123| Fotografia tirada antes de 1931; à direita vemos parte do quarteirão entre as desaparecidas Ruas de Trás da Igreja e das Flores.



124| Fotografia de 1931; inauguração da Praça Municipal.



125| Praça Municipal; espaço usurpado pelo veículo automóvel.

de construções do seu lado ocidental. (...), havia, no correr desta estimada artéria, diversas casas sobradas de apreciável qualidade."[185]

Entre 1942 e 1954,[186] é demolida a referida edificação contígua à casa de D. Nuno Álvares Pereira. Esta demolição não nos parece, também, urbanisticamente coerente, uma vez que se perdeu a definição, a Sul, do Largo do Apoio (img. 13 e 14).

Entre 1948 e 1954, é demolido um conjunto de casas situado na Rua da Ponte/ do Terreiro e parte da muralha, para dar lugar ao edifício do Turismo e jardim envolvente (img. 34). As Ruas da Ponte/ do Terreiro e dos Pelames, são alargadas e repavimentadas, e, constroem-se muros de suporte na margem Norte do Rio Cávado (img. 126 e 127).

A rua entre a Igreja Matriz e o Paço é fechada, entre 1948 e 1950 (img. 70). O paredão que envolve as ruínas do Paço é ligado ao paredão que envolve o lado Sul da Igreja Matriz, construindo-se no espaço entre uma sala de exposições voltada para a nova Praça Municipal. Em 1958, encontra-se, aqui, instalado o Museu de Cerâmica Regional. O espaço sobre a cobertura desta sala é aproveitado para expandir o denominado Museu Arqueológico de Barcelos (img. 128).

Com a construção da referida sala, onde actualmente se encontra instalada a Junta de Freguesia de Barcelos, perde-se a principal/ primitiva artéria de acesso ao Paço. A aproximação ao espaço onde se encontram as ruínas do Paço passa a realizar-se ou por Norte ou por Poente, mantendo-se o acesso a este no extremo Noroeste do paredão (img. 42 e 132).

A 11 de Janeiro de 1954, é estabelecida, em Barcelos, zona de protecção/ zona vedada à construção, *Non Aedificandi*, em torno da Igreja Matriz, do Paço dos Condes-Duques, do Solar dos Pinheiros, da Ponte Medieval sobre o Rio Cávado, classificados como Monumentos Nacionais, e do Pelourinho, classificado como Imóvel de Interesse Público (img. 129).

Em 1973, apesar da classificação de zona *Non Aedificandi*, a Câmara Municipal de Barcelos, à rebelia da lei, procede à demolição de três casas que faceavam, a Norte, a Rua da Igreja, ficando apenas o Solar dos Pinheiros e a casa que o ladeia (img. 34, 129 a 131). No espaço devoluto, em 1974, é colocada a estátua dos Alcaides de Faria. (posteriormente, esta estátua é transferida para a rotunda em frente à estação de comboios; no seu lugar é colocada a estátua de São Nuno de Santa Maria).

---

[185] Idem, p. 48.

[186] Não se conhecem as datas das demolições das casas que faceavam a Poente a antiga Rua de Santa Maria. As datas aqui apontadas são uma aproximação, baseada na análise de fotografias e plantas da época; A planta de Barcelos datada de 1942, apenas representa a edificação contígua à casa de D. Nuno Álvares Pereira (img. 34); A planta de Barcelos datada de 1954, já não representa casas a Poente da antiga Rua de Santa Maria (img. 129).



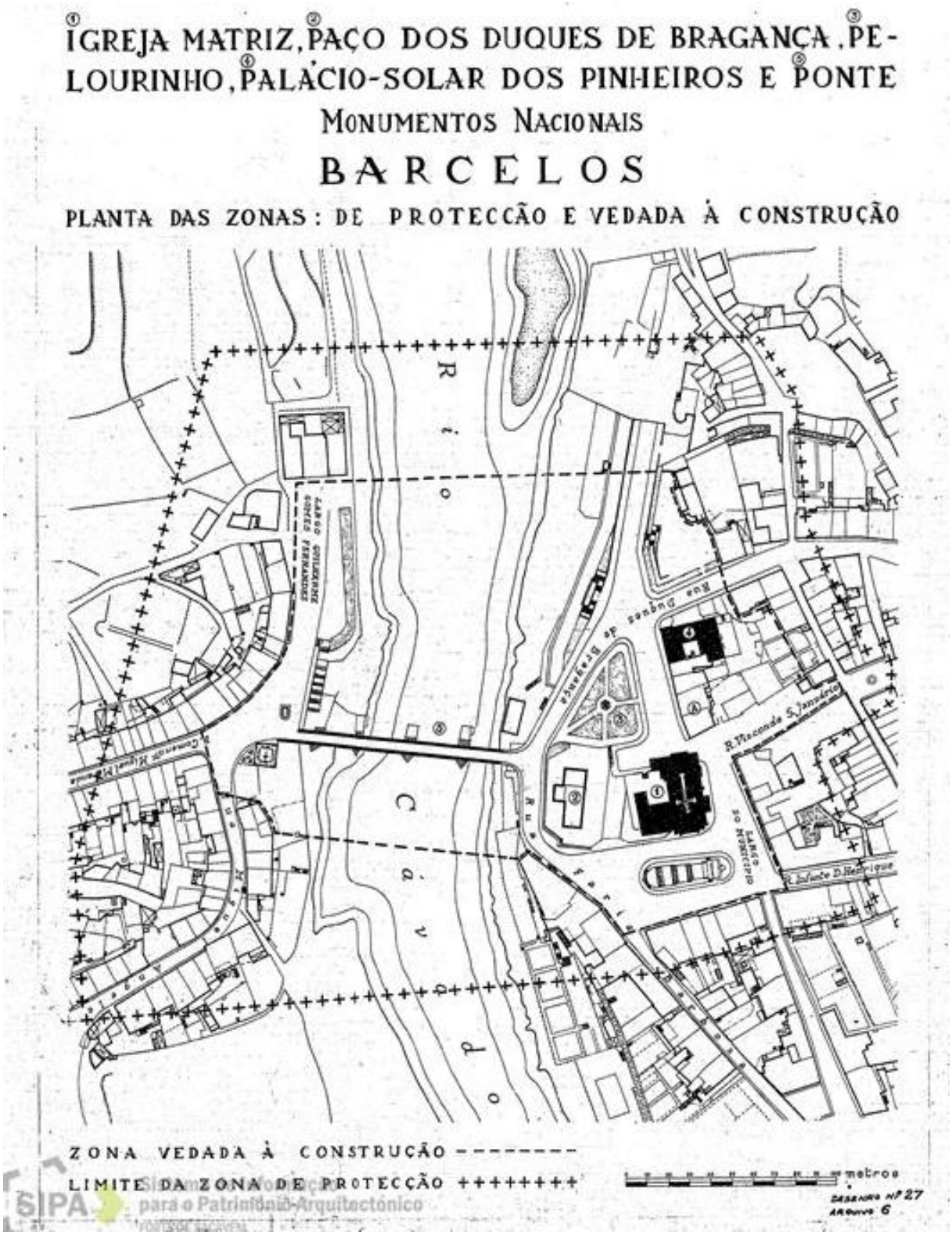
126| Fotografia tirada entre 1948 e 1954; Rua da Ponte/ do Terreiro.



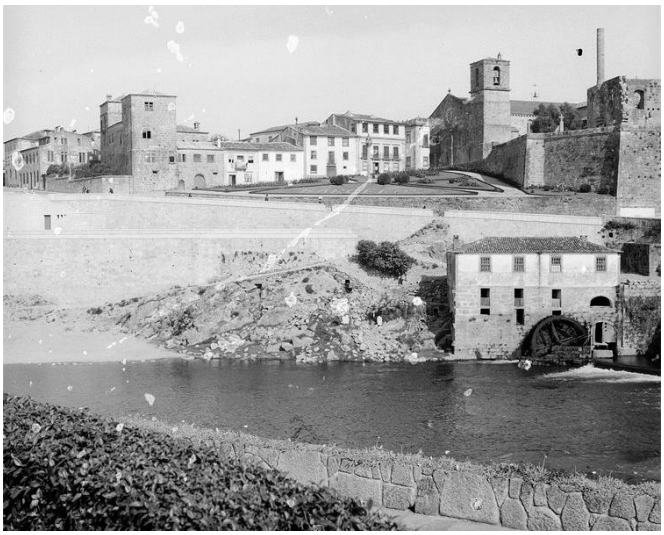
127| Rua Duques de Bragança (antiga Rua da Ponte/ do Terreiro).



128| A Nascente do Paço de Barcelos; espaço do Largo do Pé da Ponte.



129| Planta da zona *Non Aedificandi* de Barcelos, 1954; note-se ainda marcados os alinhamentos da rua entre o Paço e a Igreja Matriz, e, a presença das três casas que faceiam, a Norte, a Rua da Igreja, mais próximas à Igreja Matriz.



130| Fotografia tirada antes de 1973; ao fundo vemos o conjunto das três desaparecidas casas contíguas ao Solar dos Pinheiros.



131| Fotografia tirada antes de 1973; desaparecida casa no extremo Este da Rua da Igreja.



132| O acesso ao Paço; o Adro; o espaço onde se encontravam as desaparecidas casas entre a Rua da Igreja (actual Rua Dr. Miguel Fonseca) e a Rua de Santa Maria (actual Rua da Misericórdia).

Sob o espaço anteriormente ocupado pelas desaparecidas casas que faceavam a antiga Rua de Santa Maria e a antiga Rua da Igreja é construído, em 1998, um pequeno parque de estacionamento (img. 132).

Desde a última década do século XX, até ao momento, não se verificam alterações urbanas significativas na área urbana adjacente ao Paço dos Condes – Duques de Barcelos.

"(...) um qualquer monumento arquitectónico marca o lugar onde está implantado, recriando íntimas relações com o sítio. A sua envolvência faz parte da sua memória histórica e estética e, por isso, ela deverá ser conservada. O monumento forma com ela uma unidade complexa, tendencialmente equilibrada, sempre memorizada, o que aconselha a sua preservação."[187]

[187] Carlos A. Ferreira de Almeida, *Património – Riegl e Hoje*, in Revista da Faculdade de Letras, Porto, FLUP, II série, vol. X, 1993, p. 409 e 410.

O PAÇO E O LUGAR: DIAGNÓSTICO

As transformações urbanas decorridas nos séculos XIX e XX, mencionadas anteriormente, alteraram seriamente as relações formais e espaciais que se davam no espaço urbano envolvente às ruínas do Paço. A destruição de grande parte do edificado contíguo ao Paço e à Igreja Matriz levou à descaracterização dos espaços públicos aglutinadores adjacentes a estes – a Praça da Vila, o Adro da Igreja, o Largo do Terreiro, o Largo da Ponte, entre outros –, que, gradualmente, desapareceram. A continuidade urbana é interrompida e edifícios aglutinadores como o Paço, a Igreja Matriz, o Solar dos Pinheiros, os Paços do Concelho, entre outros, ficam isolados, não dialogando entre si nem com o restante tecido urbano,[188] o que dificulta a leitura e compreensão espacial dos mesmos (img. 133).

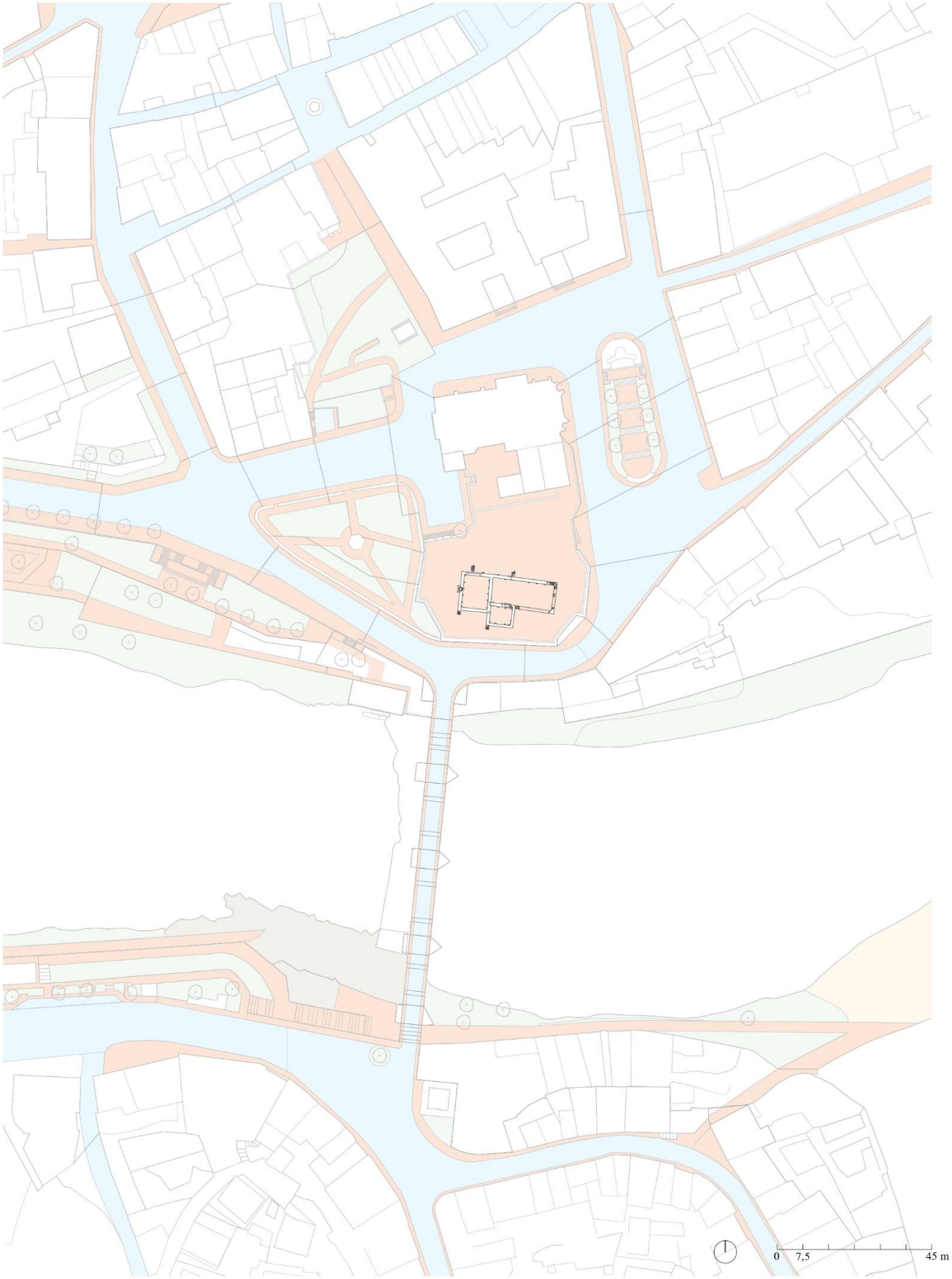
Dos muitos espaços vagos deixados pela destruição do edificado contíguo ao Paço e à Igreja Matriz poucos objectivos se alcançaram, encontrando-se estes obsoletos. A Praça Municipal, que propunha assumir-se como a nova Praça da Vila, nunca possuiu a força aglutinadora dos desaparecidos espaços públicos (img. 134 e 135). Não existe, assim, qualquer espaço polarizador no centro histórico medieval de Barcelos.

A circulação pedonal é penosa, priorizando-se a circulação e o estacionamento automóvel: a largura da maioria dos passeios é exígua (img. 136); a circulação pedonal na Ponte Medieval é bastante dificultada pela circulação automóvel sobre a mesma (feita nos dois sentidos) (img. 137); não existe qualquer via pedonal que permita o acesso à porta principal da Igreja Matriz (a fachada principal desta encontra-se sobre uma via automóvel) (img. 138 e 139); o passeio que faria a ligação pedonal entre os Paços do Concelho e o Solar dos Pinheiros é abrupta e estranhamente interrompido pelo espaço ajardinado situado entre os dois edifícios referidos (img. 140 e 141).

O espaço envolvente às ruínas do Paço, praticamente inalterado desde o último quartel do século XX, apresenta-se, assim, fragmentado e, em parte, desabitado e obsoleto. É sentida a necessidade de um novo desenho urbano que recupere os diálogos perdidos e/ ou crie novos, de modo a reintegrar formal, espacial, social e culturalmente todas as partes na vivência urbana (humana).

---

[188] *"A cidade é constituída pela repetição de pequenas unidades que asseguram o tecido contínuo, do qual pontualmente emergem as grandes estruturas institucionais. (...) Não existe um monumento imponente na cidade sem a continuidade anónima de múltiplas construções: trata-se de aspectos qualitativos complementares. E contudo, na evolução da cidade, a perda deste sentido do papel de cada construção está aos olhos de todos. A generalizada ambição de protagonismo torna por isso impossível qualquer forma de protagonismo."*; Álvaro Siza, *Imaginar a evidência*, prefácio de Vittorio Gregotti, Edições 70, Lisboa, 1998, p. 97.



133| Planta, existente; laranja: circulação pedonal; azul: circulação automóvel; escala 1:1500.



134| Praça Municipal (a partir do lugar da antiga Picota).



135| Praça Municipal (a partir da antiga Rua de Trás da Igreja).



136| Rua Dr. Miguel Fonseca; note-se a diferença entre o espaço cedido para o automóvel e para o peão.



137| Ponte Medieval; note-se o constrangimento entre os peões e os veículos automóveis.



138| A fachada principal da Igreja Matriz encontra-se sobre espaço de circulação automóvel.



139| A via automóvel onde recai a fachada principal da Igreja Matriz continua até ao acesso ao Paço.



140| A intersecção entre a Rua da Misericórdia, a desaparecida Praça da Vila e o Adro.



141| A intersecção entre a Rua da Misericórdia, a desaparecida Praça da Vila e o Adro.

O Paço dos Condes – Duques de Barcelos, pelos seus valores arquitéctónicos, históricos e simbólicos,[189] já expostos, e pelo seu papel preponderante que perpetuamente possui no traçado urbano e na memória comum, apresenta-se como elemento característico e polarizador do lugar em que se insere. O Paço de Barcelos possui, ainda, um outro valor: o ser uma ruína. As suas desmanteladas paredes, apesar de incompreendidas e ignoradas pela maioria, são também por esta admiradas e apreciadas.

Dos valores atribuídos ao património arquitectónico – arquitectónico, histórico e simbólico –, a ruína perdeu parte do seu valor arquitectónico original, perda que leva a uma alteração de significado, mantendo o seu valor histórico. O valor arquitectónico refere-se ao triângulo vitruviano: *firmitas* (firmeza), *utilitas* (utilidade) e *venustas* (beleza).[190] Assim, a ruína, em relação ao seu estado anterior, perdeu firmeza e utilidade, mas adquiriu maior beleza. O edifício ou conjunto edificado teve direito a uma gradual perda à medida que adquiria um outro significado, uma nova identidade: o ser uma ruína.

Um edifício firme e funcional, por mais belo que seja, não possui a beleza transcendente que o estado de ruína proporciona, sendo que quanto maior o estado de ruína, que implica maior perda de firmeza, mais belo se torna o objecto arquitectónico (o gosto romântico pela ruína).[191] No entanto, esta relação não pode prolongar-se infinitamente no tempo, pois, se assim for, o objecto desaparece.[192] Torna-se, por menor que seja a acção, necessário intervir na ruína para que esta não desapareça, tendo a atenção, a generosidade, a sapiência, para não fazer demais, não deixar que se perca (pelo menos, não totalmente) o valor da beleza e a identidade da ruína.

Assim, entendemos que a essência da intervenção em contexto arquitectónico e arqueológico em ruína é o equilíbrio (para cada caso diferente) entre *firmitas* e *utilitas* do objecto arquitectónico com a *venustas* que o estado de ruína deste lhe confere.

---

189 Ver Alois Riegl, *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*, Edições 70, Lisboa, 2016, p. 27 – 65.

190 Ver Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, op. cit., p. 35 e 36 (nota 30).

191 *"A sensibilidade romântica tinha, com efeito, descoberto nos monumentos do passado um campo de deleite de acesso mais fácil. (...) O olhar do artista romântico inscreve o monumento numa encenação sintética que o dota de um valor pictórico suplementar, sem relação com a sua qualidade estética própria./ Emoção estética engendrada pela qualidade arquitectónica ou pelo pitoresco, sentimento de abandono imposto pela percepção da acção corrosiva do tempo: a ascensão destes valores afectivos integra o monumento histórico no novo culto da arte, (...).",* Françoise Choay, *Alegoria do Património*, op. cit., p. 141/ 143.

192 *"É certo que as ruínas resultam tanto mais pictóricas quanto mais elementos sucumbem à erosão: com efeito, o seu valor de antiguidade vai-se tornando cada vez menos extensivo com a progressiva deterioração – quer dizer, cada vez é provocado por menos elementos –, enquanto que, pelo contrário, vai sendo cada vez mais intensivo, quer dizer, os elementos restantes actuam de um modo cada vez mais intenso naquele que os contempla. Este processo também tem os seus limites, pois quando se tiver perdido totalmente o efeito extensivo tampouco fica substância alguma para o intensivo.",* Camilo Boito, *Conserver ou restaurer: les dilemmes du patrimoine*, op. cit., p. 53.

As ruínas do Paço de Barcelos, aliadas aos elementos existentes que nos contam parte daquilo que estas outrora foram e aos estudos/ reflexões sobre os mesmos, permitem compreender razoavelmente o seu conjunto primitivo e posteriores fases de evolução. Assim, entendemos que um visitante minimamente informado leria e compreenderia com alguma facilidade os vestígios do Paço, principalmente, das cinco *casas torres* implantadas sobre o promontório rochoso. No entanto, isto não implica que não sejam necessários outros meios para a percepção/ compreensão das ruínas do Paço.[193]

O recurso a desenhos, maquetas e/ou simulações virtuais tridimensionais de reconstituição de um determinado monumento ou conjunto monumental, assentes nas três dimensões da perspectiva, oferecem uma imagem mais completa dos vestígios do monumento arruinado, uma maior percepção do que existe com a imagem que falta.[194] Contudo, não se julgue estes elementos suficientes para uma total percepção e substituíveis da percepção física do objecto, que corresponde à quarta dimensão (o tempo, o espaço, a distância, o percurso),[195] podendo considerar-se, em determinados casos, necessário a realização de meios físicos de percepção que se complementem com os anteriores elementos mencionados. Isto não implica necessariamente a reconstrução total do objecto arquitectónico. Às vezes, a sugestão, a evocação, basta para a percepção, inclusive do visitante menos informado.

Devemos, assim, procurar estabelecer um equilíbrio entre a manutenção e protecção da condição de ruína do monumento e a introdução de elementos que proporcionem a visita, a leitura e a compreensão do mesmo ao visitante.

As ruínas do Paço de Barcelos aparentam *descansar* numa plataforma isolada, não se relacionando, formal e espacialmente, com a sua envolvente urbana, o que dificulta a sua leitura e compreensão espacial (img. 4 a 8). O acesso ao espaço onde as suas ruínas assentam, encerrado pelo paredão que as envolvem, é feito, a Noroeste, através de uma breve escadaria e um pequeno portão (img. 142 e 143). Este tímido e único acesso confere às ruínas do Paço e ao seu espaço envolvente imediato um caráter privado, quando este deveria assumir um carácter público, de participação na vida urbana, de oferta de conhecimento às gentes que ali passam.

---

[193] Tal como expõe Pedro Alarcão, um monumento que sofreu uma intervenção mínima apresenta uma maior autenticidade, no que respeita à originalidade da sua matéria constituinte achada, no entanto, para o visitante em geral, a sua leitura não se proporciona clara e imediata, ao passo que, um monumento que sofreu uma maior intervenção, apesar de apresentar uma menor autenticidade, promove uma maior e clara leitura do mesmo. Ver Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, op. cit., p. 37 e 38.

[194] Ver Françoise Choay, *Alegoria do Património*, op. cit., p. 231 e 232.

[195] *"(...) uma forma só poderá compreender-se* [totalmente] *vivendo-a, (...).",* Fernando Távora, *Da organização do espaço*, FAUP publicações, Porto, 2008 (1ª ed. 1962), p. 23.



142| Acesso Norte ao Paço.



143| Acesso Norte ao Paço.

"(...), o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício singular no exterior do contexto edificado no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, a sua envolvente, resulta dessa dialéctica entre a arquitectura maior, *e o que a rodeia. É por isso que isolar ou* libertar *um monumento acaba por significar, a maior parte das vezes, mutilá-lo. As imediações do monumento estão envolvidas com ele numa relação essencial."*[196]

No espaço onde *descansam* as referidas ruínas, como já referido, encontra-se instalado um Museu Arqueológico, ou algo tido como tal, a céu aberto, distribuindo-se, sem nexo, um conjunto de fragmentos arqueológicos, no exterior, no interior, e até nas paredes do Paço, quase não se apreendendo o que faz ou não parte deste (img. 97, 99, 100, 104, 108 a 110). Sem querer retirar mérito aos seus impulsionadores, o Paço de Barcelos não deve ser considerado Museu tal como está, pois não responde a um verdadeiro programa museológico, como hoje é entendido.

As ruínas do Paço, quer pela sua condição de ruína, gerada, sobretudo, pela acção do homem, quer pelo seu actual contexto urbano, descaracterizado, apresentam-se, por si só, pouco perceptíveis a um olhar menos informado. O espaço onde estas assentam é muito visitado, no entanto, é patente a falta de apoio ao visitante, que fica ainda mais confuso com a presença desconexa de diversos fragmentos arqueológicos. As visitas ao lugar são, por isso, geralmente rápidas, ao qual as pessoas vão mais para admirar a panorâmica sobre o rio Cávado do que para conhecer o Paço. Podemos dizer, assim, que o Paço não apresenta uma utilidade prática razoável e digna.[197]

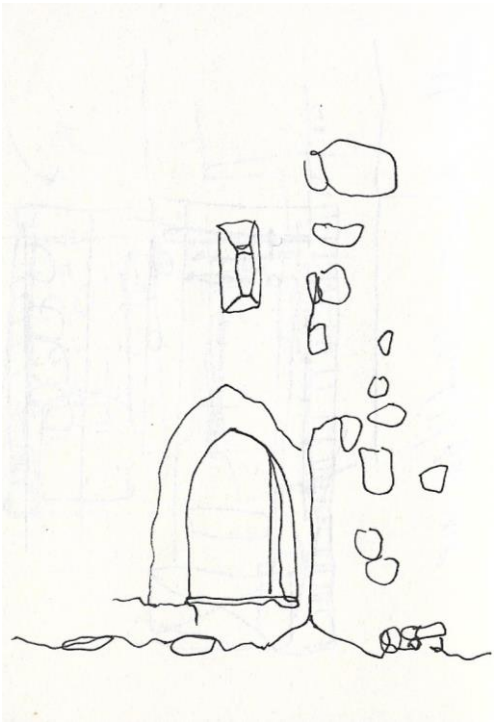
Este conjunto de paredes denegridas e desmanteladas, que integra a Torre Oeste-Norte, a Torre Sudeste, parte da Torre Este, os arranques das paredes das Torres Norte e Oeste-Sul e os alicerces da Torre da Ponte (que se encontram a cota inferior, no extremo Norte da Ponte Medieval, fora dos limites do paredão) vai apenas subsistindo à passagem do tempo, sendo gradualmente esquecido, ignorado e desrespeitado.[198]

---

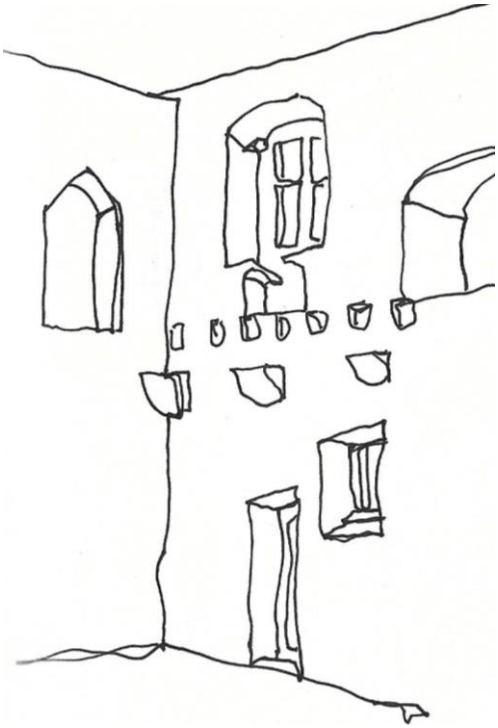
[196] Françoise Choay, *Alegoria do Património*, op. cit., p. 211.

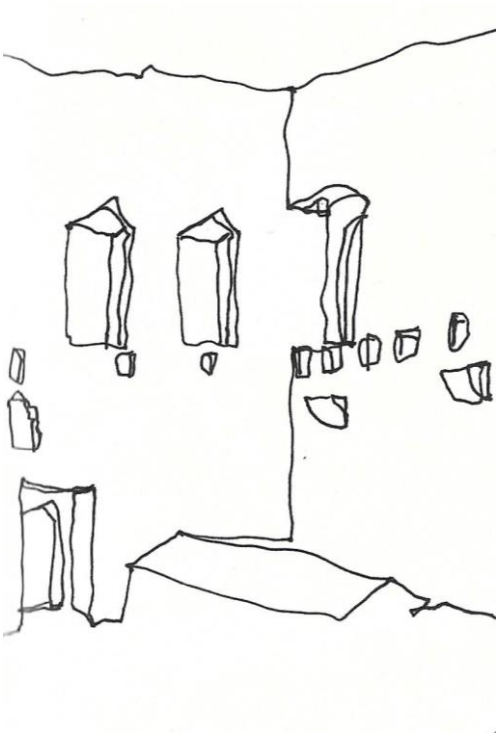
[197] *"(...) por um lado, os elementos permanentes* [os monumentos] *podem ser considerados elementos patológicos, por outro, elementos propulsores. Ou nos servimos destes factos para procurar compreender a cidade na sua totalidade ou acabamos por ficar ligados a uma série de factos que não poderemos continuar a relacionar com um sistema urbano."*, Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, op. cit., p.69 e 70.

[198] *"Se considerarmos que grande parte da riqueza cultural de um povo está na sua capacidade de valorizar os seus monumentos e obras artísticas, percebemos a importância de fortalecer o saber colectivo, no seu duplo aspecto racional (conhecimento) e físico (experiência sensorial), articulado com a memória."*, Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, op. cit., p. 19.

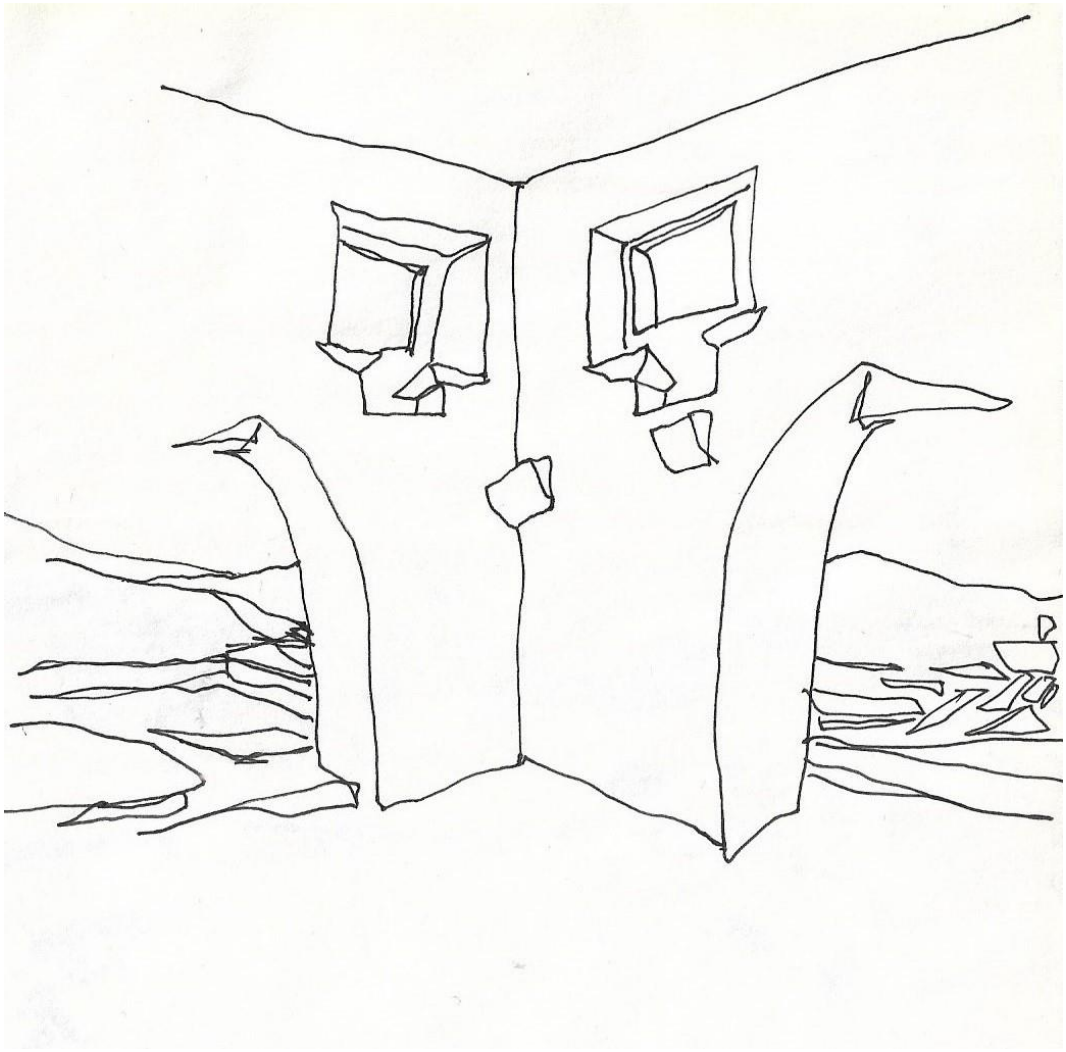




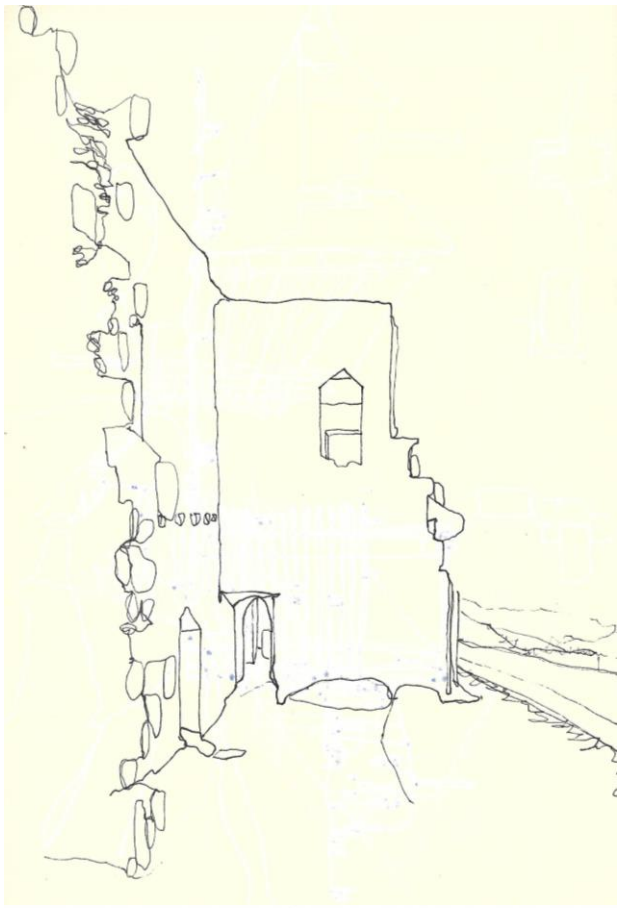




144| Porta principal, Torre Este (exterior).
145| Torre Este (interior).
146 e 147| Torre Oeste-Norte (interior).

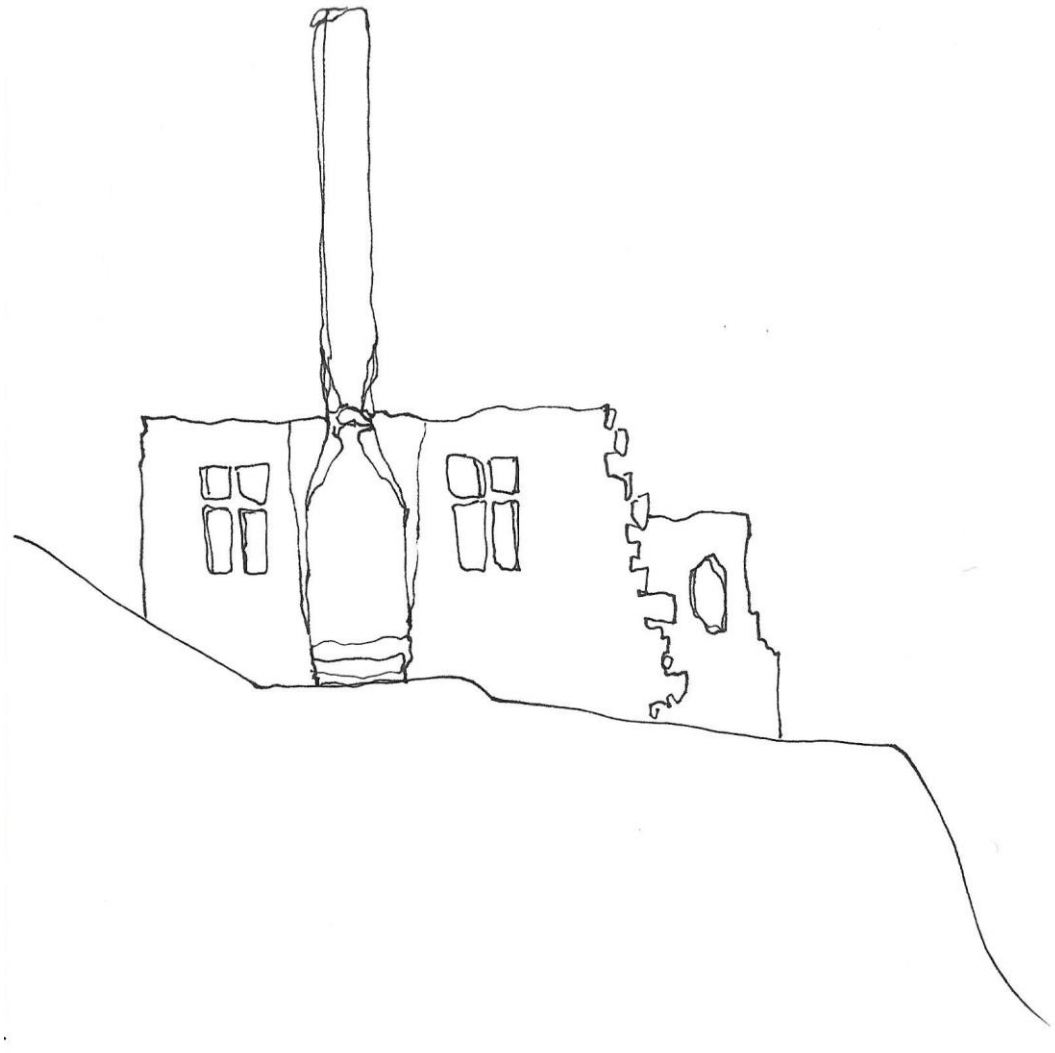


148| Torre Sudeste (interior).





149| Torre Oeste-Sul (interior).
150| Torre Norte (interior).



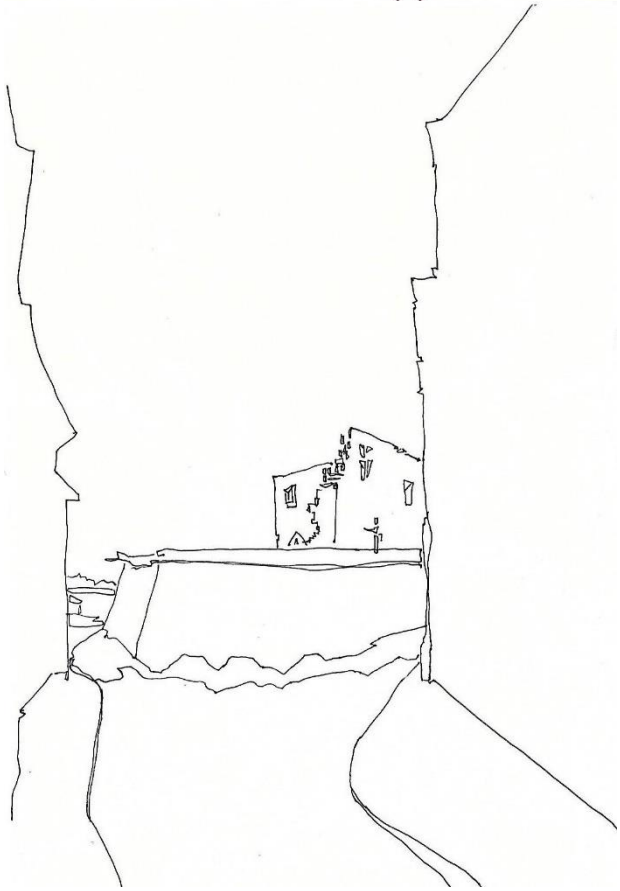
151| Torre Oeste-Norte (exterior).

Atendendo à necessidade de revitalização das ruínas do Paço, e tomando-as como elemento característico e polarizador do meio em que se insere, surge a necessidade de intervenção, nestas, que consideramos não poder estar dissociada da sua envolvente.

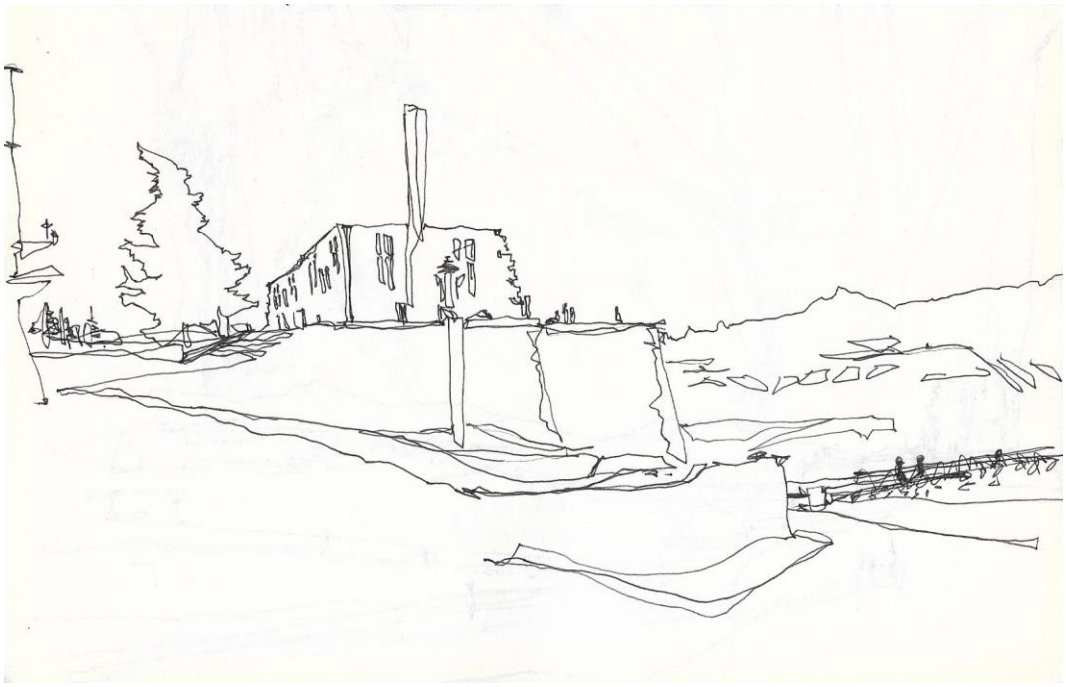
"Esta noção, tantas vezes esquecida, de que o espaço que separa – e liga – as formas é também forma, é noção fundamental, pois é ela que nos permite ganhar consciência plena de que não há formas isoladas e de que uma relação existe sempre, quer entre as formas que vemos ocuparem o espaço, quer entre elas e o espaço que, embora não vejamos, sabemos constituir forma – negativo ou molde – das formas aparentes."[199]

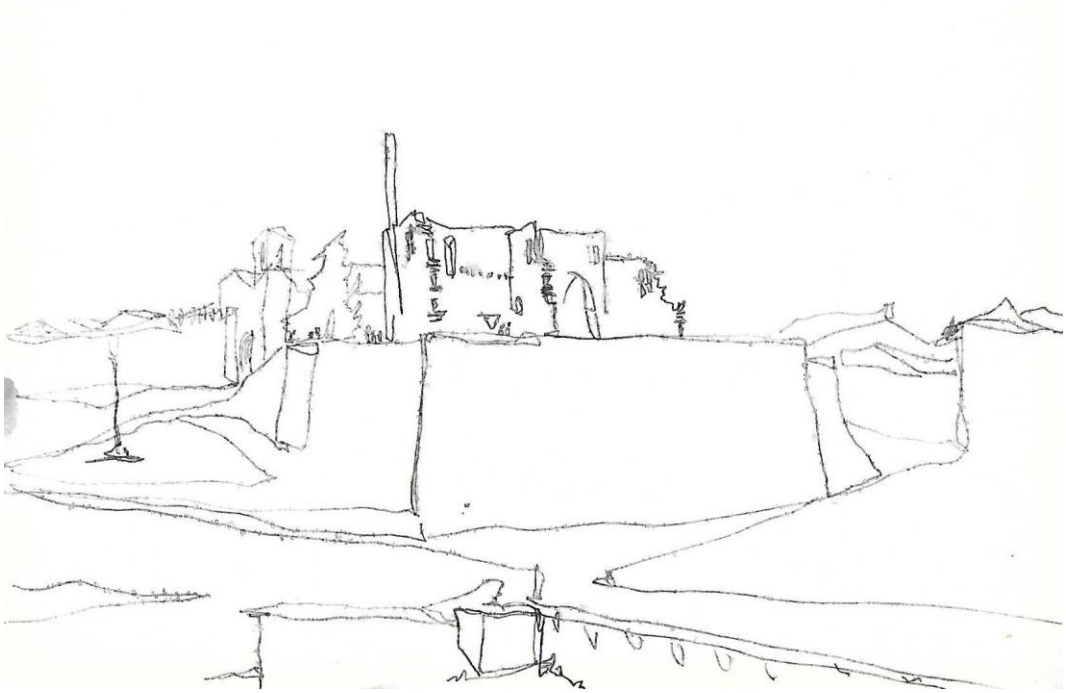
[199] Fernando Távora, *Da organização do espaço*, op. cit., p.12.



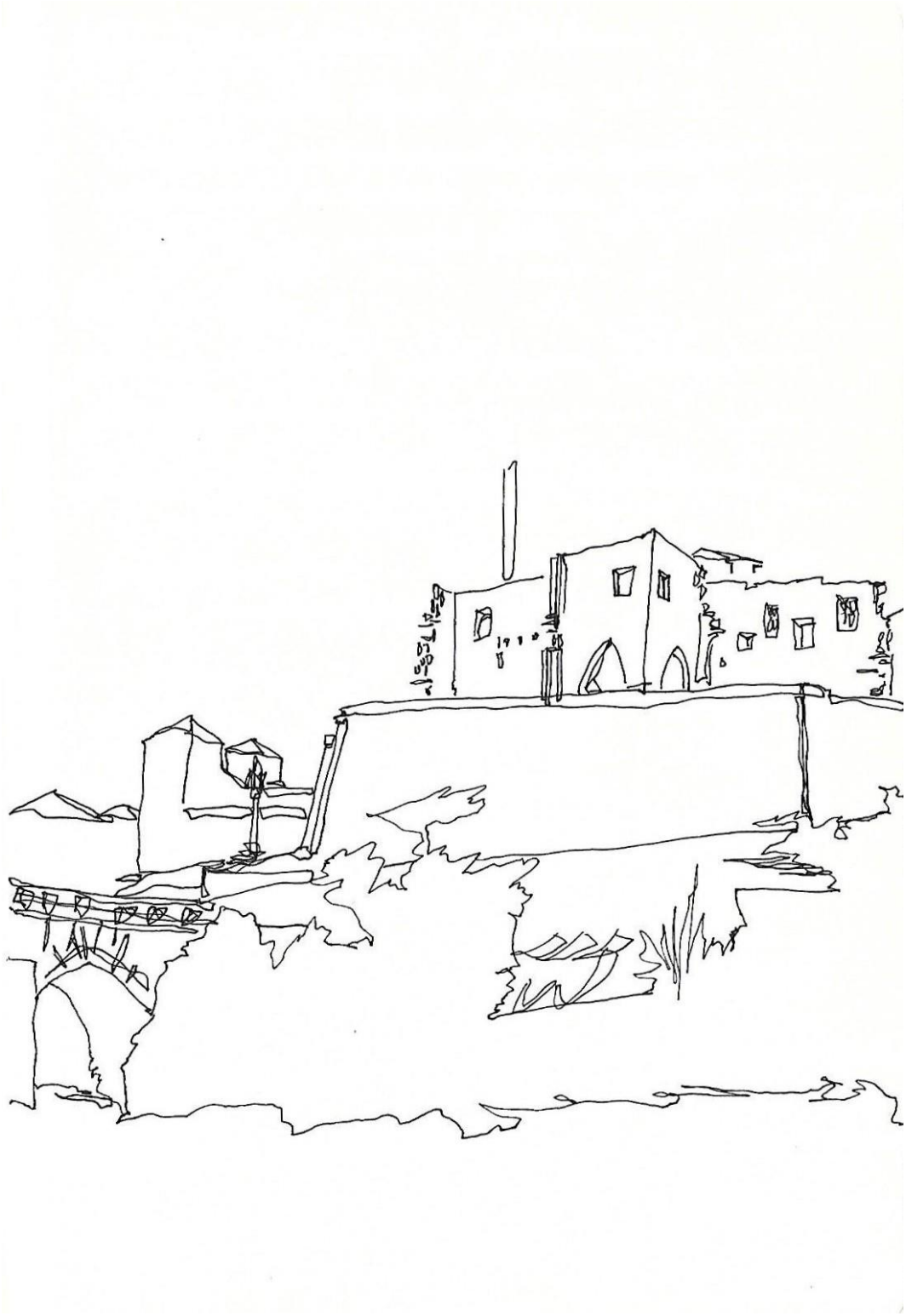


152| A partir da Rua da Misericórdia (antiga Rua de Santa Maria).
153| A partir da Rua Fernando de Magalhães (antiga Rua dos Pelames).





154| A partir do lugar do antigo Largo do Terreiro, na intersecção entre as Ruas Duques de Bragança (antiga Rua da Ponte/ do Terreiro) e Dr. Miguel Fonseca (antiga Rua da Igreja).
155| A partir da margem Sul, Barcelinhos, a jusante da Ponte Medieval.



156| A partir da margem Sul, Barcelinhos, a montante da Ponte Medieval.

O PROJECTO: REFLEXÃO

Reconhecendo vitalidade e potencialidades nas ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos no lugar onde estas se inserem, procuramos estabelecer princípios de intervenção que vão ao encontro da protecção, valorização e revitalização destas.[200]

Com a intenção de reintegrar formal, espacial, social e culturalmente as ruínas do Paço, atribuindo-lhes um papel participativo na vida urbana e requalificando o seu espaço envolvente, procuramos, respondendo à contemporaneidade, provocar diálogos entre o passado e o presente, o antigo e o novo, sem deixar que se perca a identidade e o significado da ruína.[201]

Atentando profundamente a história do Paço de Barcelos e do lugar onde este se insere, um elemento, entre vários, desperta especial interesse: a Torre da Ponte.

Ao contrário dos vestígios das cinco primeiras *casas torres*, que consideramos suficientes para a percepção das mesmas, os dois alicerces Sul da Torre da Ponte, únicos vestígios desta, não nos parecem por si só suficientemente capazes para a percepção da imagem que falta da referida torre. Esta imagem revela-se-nos de tremenda importância não só para a compreensão do Paço, como também da ponte, da muralha e da própria paisagem em que se insere. Entendemos que o desaparecimento da Torre da Ponte, que constituía uma das maiores (senão a maior) particularidades da urbe de Barcelos, levou a uma perda significativa da identidade desta. Com a clara intenção de recuperar a sua impactante e peculiar autenticidade perdida, que consideramos vital para a articulação de todas as partes que compõem o espaço urbano adjacente à Ponte Medieval (quer a Norte, Barcelos, quer a Sul, Barcelinhos), propomos a (re)construção da Torre da Ponte, optando, primeiramente, por não intervir nas ruínas das cinco *casas torres* implantadas sobre o promontório rochoso.

Os elementos escritos e gráficos conhecidos referentes à Torre da Ponte, já expostos, permitem-nos construir uma imagem aproximada da sua volumetria; no entanto, o mesmo não nos é possível no que respeita aos vãos que esta possuiria e aos seus espaços

---

200 *"(...), procurar estabelecer um equilíbrio entre a conservação e a reconstrução que, ao avaliar as necessidades de preservação e compreensão do monumento, defina a escala e o teor da intervenção."*; Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, op. cit., p. 45.

201 *"Bien sabidões que la introducción en ellos de un uso diferente, y hasta de la propia vida moderna, exige una rehabilitación, y no una restauración, con las dudas y ambiguedades que ello significa. (...) Para precisar algunas cuestions sobre estas reformas es preciso partir del principio general ya avanzado: aceptar que se va a producir, no solo una restauración – que, en todo o caso, va a ser parcial –, sino una inevitable transformación y que será en la calidad de esta donde estará la clave de la bondade del resultado global. / Fruto de esta transformación se va a obtener un edifício distinto, pêro que no debería de perder ninguno de sus valores – arqueológicos, arquitectónicos, artísticos… -, y que necessariamente tendrá que haber obtenido otros nuevos. Ello significa aceptar el diseno de partes y de elementos modernos y la contribución que suponen por sí mismos como, sobre todo, por la mejor valoración que de lo antíguo logren."*, Antón Capitel, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, op. cit., p. 83.

interiores. Também não possuímos elementos suficientes que nos permitam conhecer totalmente o que foi o restante Paço. Por isto, e pelo contexto actual (espacial, social, cultural) da urbe de Barcelos, entendemos sem sentido a reconstrução total, *plastificada*, da Torre da Ponte, que necessariamente estaria vinculada a uma reconstrução total do restante Paço.

Assim, propomos a construção de uma nova torre, com uma linguagem arquitectónica distinta da anterior, que, assente sobre os mesmos alicerces e com uma volumetria aproximada à que supomos que a desaparecida Torre da Ponte possuiu, procure evocar, o quanto possível, a mesma.

As consideráveis dimensões da desaparecida Torre da Ponte, aliadas à sua implantação e materialização, faziam com que esta possuísse grande imponência e impacto sobre a paisagem em que se inseria. Introduzir um novo elemento na mesma paisagem, que seja capaz de evocar, pela aproximação à sua volumetria, a desaparecida Torre da Ponte, reintroduz o impacto desta sobre o restante Paço, hoje, em ruínas, e sobre a paisagem, urbana e natural, próxima, hoje, em parte, diferente. Este elemento impactante revela-se-nos crucial na articulação de todas as partes que compõem o espaço urbano sobranceiro ao extremo Norte da Ponte Medieval e deste com o restante meio urbano.[202]

Sendo o propósito do edifício proposto evocar a imagem perdida da antiga Torre da Ponte, surge a consequente necessidade de evocar os dois corpos que a compunham, recuperando a sua volumetria. Estes dois corpos apresentariam, como já exposto, a mesma dimensão interior, variando na sua dimensão exterior, ou seja, na espessura das suas paredes. O corpo inferior apresentaria a espessura de 2,86 metros nas suas paredes Oeste, Sul e Este e a espessura de 0,88 metros na sua parede Norte. O corpo superior apresentaria a espessura de 0,88 metros em todas as suas paredes, que assentavam sobre as paredes do corpo inferior.

Atentando às consideráveis dimensões, já referidas, das desaparecidas paredes da Torre da Ponte, principalmente as que dizem respeito ao corpo inferior desta, e à actual vanidade de as reproduzir, enquanto *cheio*, na sua totalidade (mantendo-se, no entanto, a intenção de evocar a desaparecida volumetria), optamos por transformar parte da espessura das paredes do corpo inferior, anterior *cheio*, em espaço de circulação, permeável, agora *vazio*.

---

[202] *"A essência da arquitectura não está no* útil, *isto é, nas puras e simples soluções práctica às exigências do espaço coberto, mas responde a uma necessidade mais profunda do espírito: construir a qualidade do habitar. A prova está no facto de a nossa cultura transcender o mero dado material das construções para projectar sobre as formas construídas valores estéticos, simbólicos e emocionais tais, que se elevam a signos de uma civilização. Há motivos para esperar que esta antiquíssima necessidade espiritual do homem permaneça viva também no futuro."*, Mário Botta, *Ética do Construir*, prefácio de Benedetto Gravagnuolo, Edições 70, Lisboa, 1996, p. 12.

Assim, o edifício proposto apresenta um primeiro volume, interior, que procura evocar o corpo superior da desaparecida Torre da Ponte, e um segundo, exterior, que procura evocar o corpo inferior da referida torre.

O primeiro volume implanta-se à cota do tabuleiro da ponte (18 metros) e eleva-se até à cota de 42 metros, perfazendo a altura de 24 metros, altura aproximada à que a anterior Torre da Ponte possuiria. Este volume, tal como outrora a referida torre, compreende seis pisos, todos com a mesma área habitável (16,5 x 7,26).

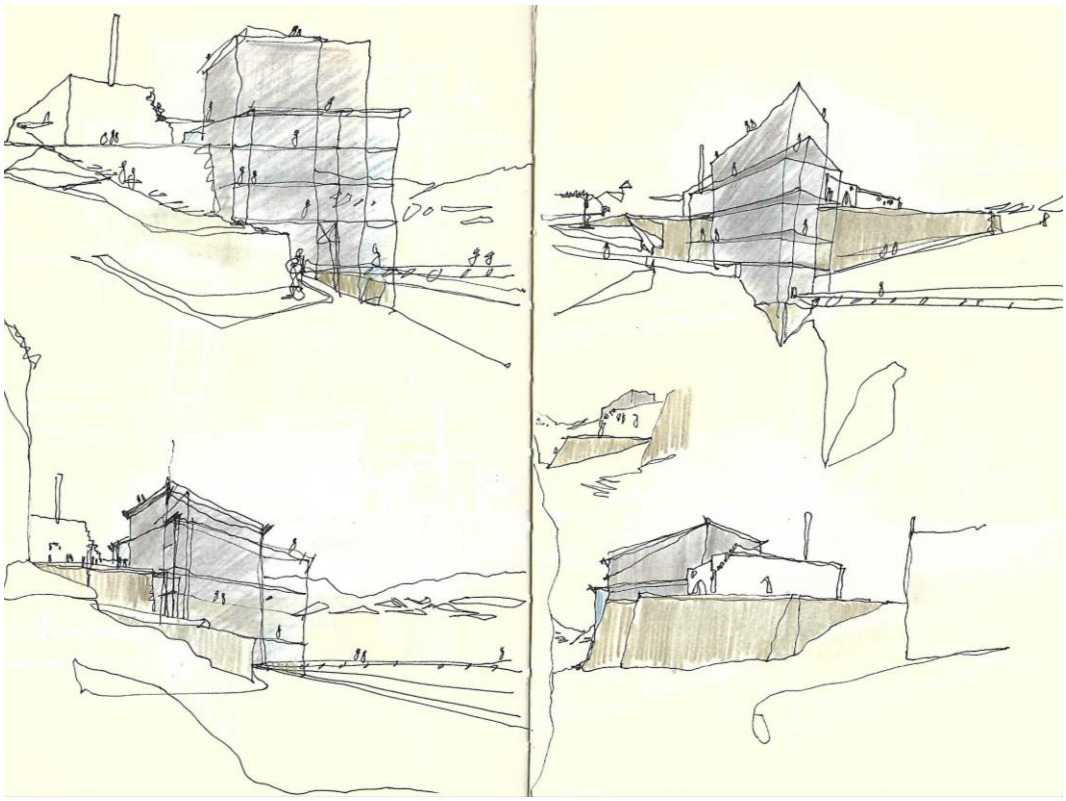
As paredes do primeiro volume apresentam uma espessura, contínua, de 0,88 metros, tal como a maioria das demais paredes do restante Paço e do corpo superior da Torre da Ponte. Estas paredes materializam-se em betão à vista com o propósito de dialogarem com a preponderância da pedra que as rodeiam (do Paço, do paredão, da ponte, da igreja, do solar e das demais estruturas presentes no lugar) e, em simultâneo, com esta se diferenciarem; o referido material integra-se e reconhece-se facilmente no meio.

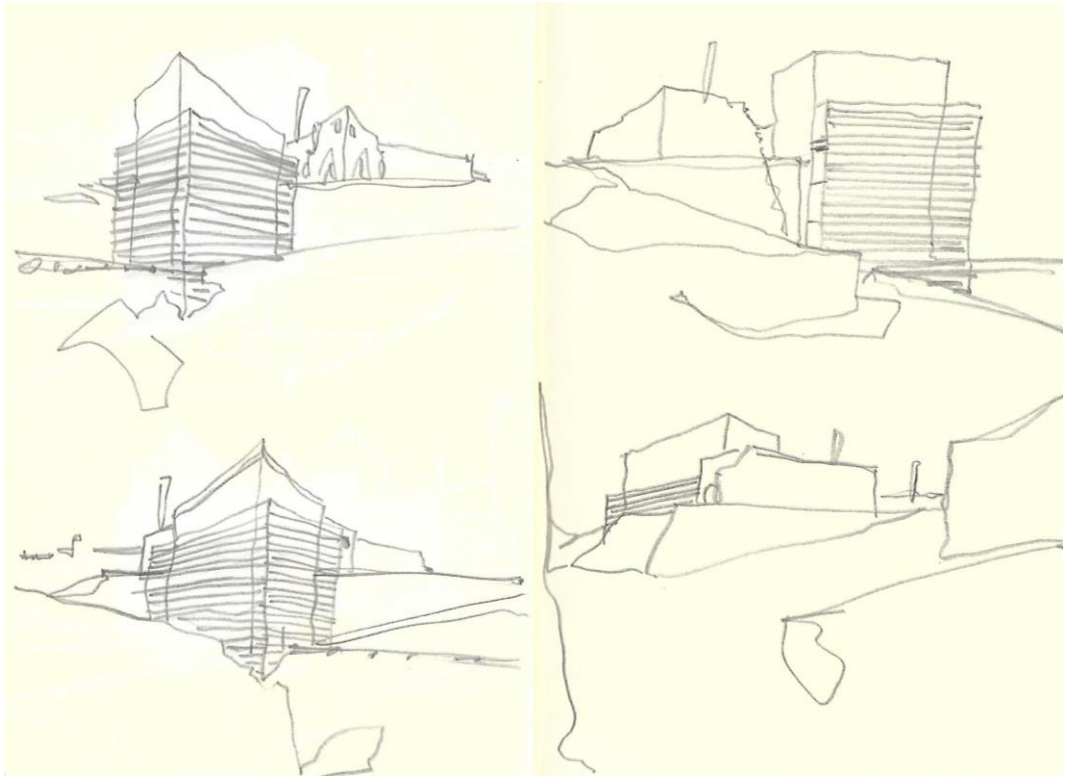
O segundo volume corresponde a uma estrutura metálica, em "U", rematada por ripas de madeira colocadas na horizontal, e compreende o espaço de circulação já enunciado. Esta estrutura apresenta de largura 1,98 metros, medida resultante da subtracção da espessura das paredes do primeiro volume (0,88 metros) à espessura das paredes do anterior corpo inferior da Torre da Ponte (2,86).

Este volume eleva-se até à cota de 34 metros, tal como outrora o corpo inferior da desaparecida Torre da Ponte, e desce até à cota de 12,8 metros, *repousando* sobre o topo dos alicerces Sul da referida torre. A estrutura metálica, que não é, pelo exterior, imediatamente visível, é escolhida pela sua leveza, e, o seu remate em madeira, imediatamente visível, pelo exterior, é escolhido por reconhecermos neste material a capacidade de se dialogar harmonicamente com a pedra e o betão.

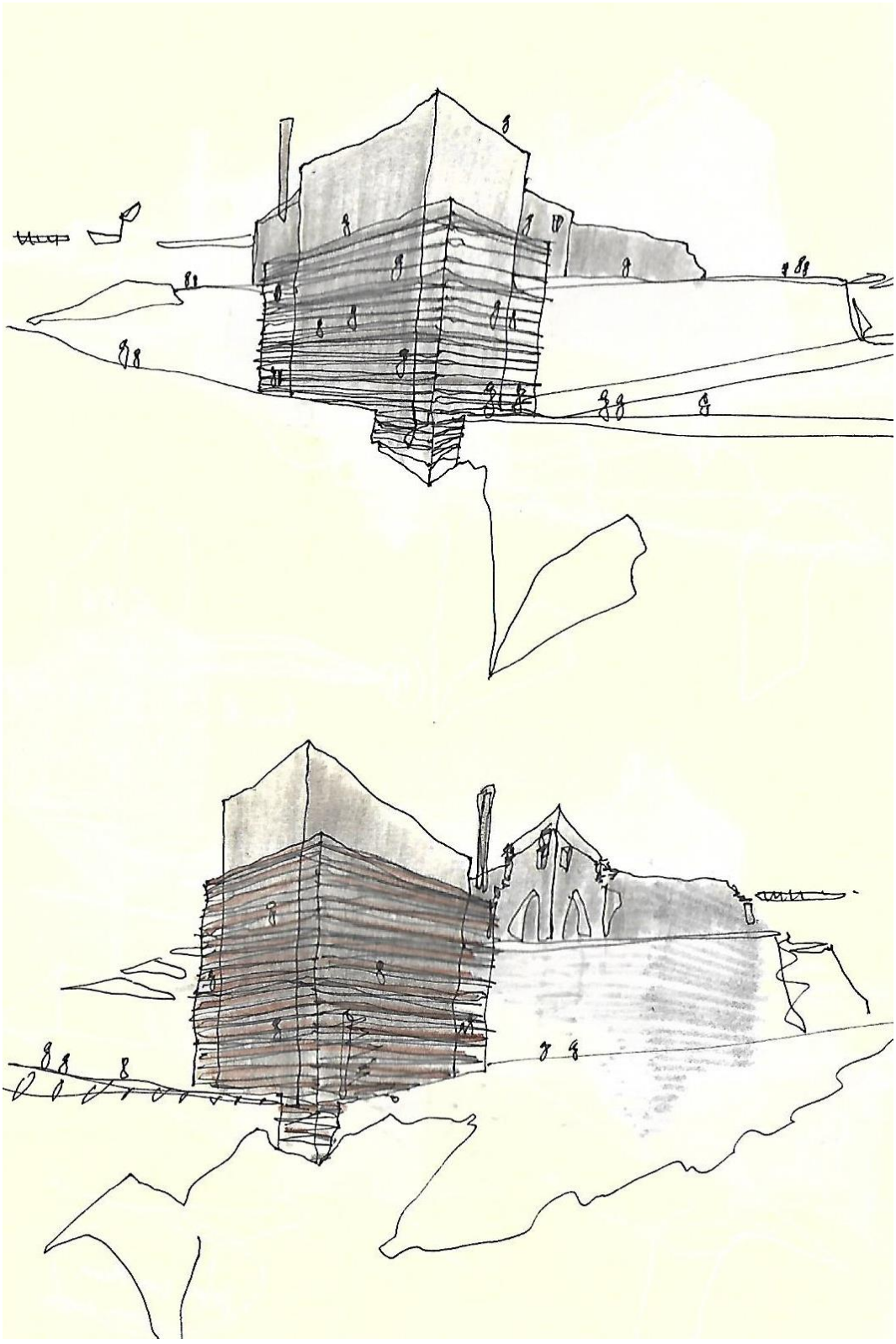
A permeabilidade do alçado do segundo volume, conseguida pela sua estrutura, proporciona quer a constante visão sobre a paisagem urbana em que se insere e o vasto território que a envolve no percorrer do percurso por este circundado, quer a visão do exterior para o interior da torre. O impacto deste novo elemento sobre a paisagem é, assim, fragmentado, uma vez que este se oferece (intimamente) à sua envolvente, deixa *ver* e *ser visto*.[203] Esta mesma permeabilidade permite, ainda, pelo exterior, entrever todo o primeiro volume, marcando a constância interior que a desaparecida Torre da Ponte possuía ao longo dos seus seis pisos (apesar das suas diferentes fases construtivas e dimensões exteriores).

[203] *"A primeira exposição que o museu* [a propósito do Museu Tinguely] *oferece é portanto a do rio; só posteriormente se encontram os verdadeiros espaços de exposição. Tudo isto confirma como o pedido de construção de um museu pode resultar na* exposição *de uma parte da cidade. Existe de facto uma cumplicidade que liga os elementos funcionais aos outros componentes de tipo simbólico, capazes de fazer interagir o fruidor com o contexto."*, idem, p. 75.





157 e 158| Esquissos da torre proposta.



159| Esquissos da torre proposta.

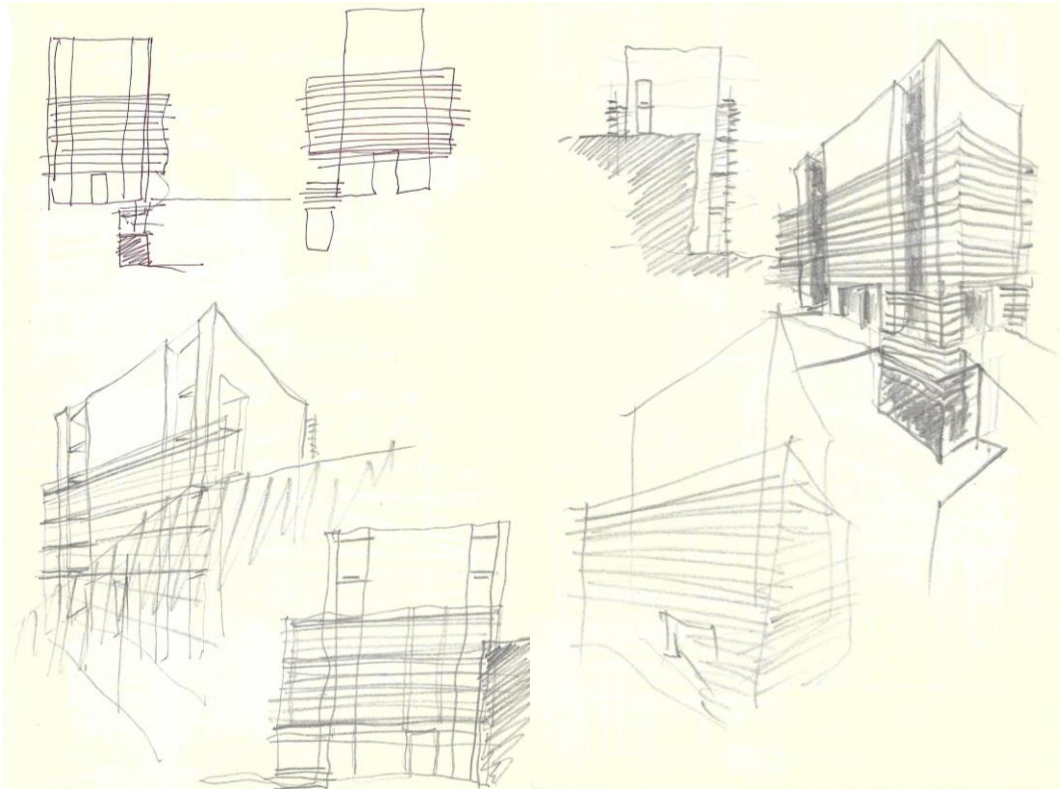
A comunicação entre os dois volumes propostos, entre os espaços de circulação, exteriores, e os espaços habitáveis, interiores, é feita nos quatro cunhais do primeiro volume: as paredes longitudinais deste são *rasgadas*, de cima a baixo, proporcionando quer a referida comunicação, quer a iluminação natural dos espaços interiores. Este *corte* fragmenta o primeiro volume, quebrando o seu carácter encerrado. Os vãos apresentam portas de vidro, de correr, com caixilharia embutida nas paredes, evocando a ideia de vazio, de ausência de matéria, permitindo (quase) que o olhar, através destes vãos, atravesse a torre e contemple o que está para lá desta.

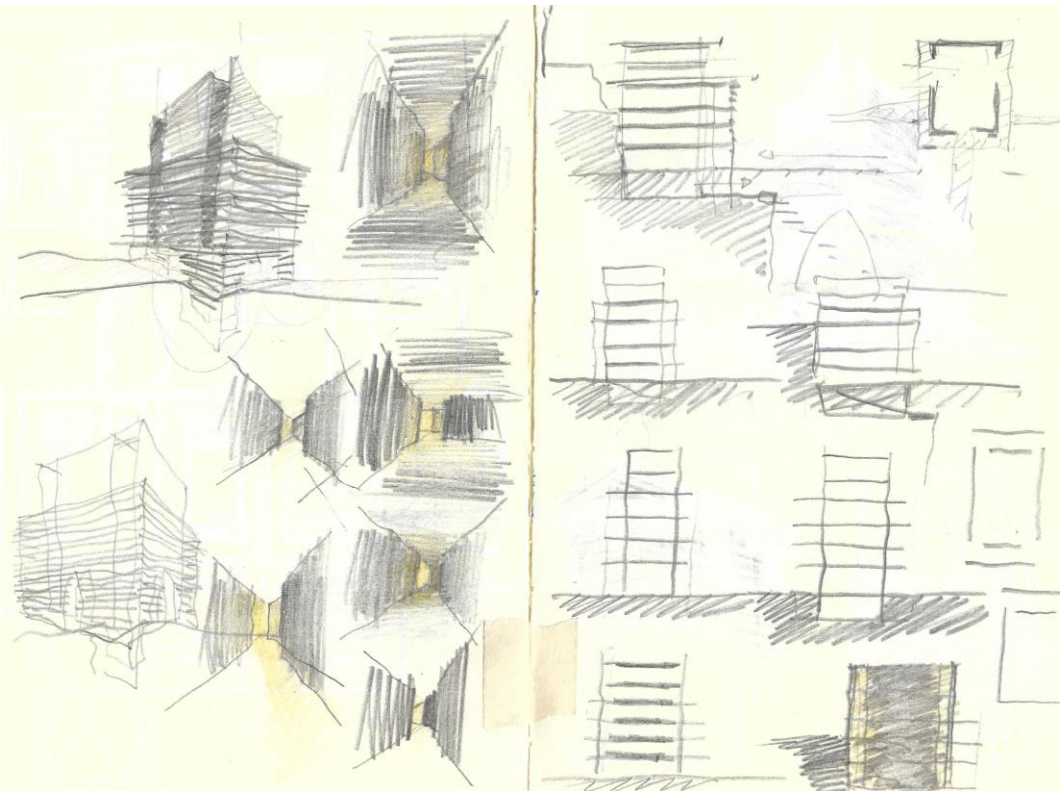
Os espaços de circulação que envolvem o primeiro volume permitem, também, entre as estruturas verticais, recuadas, que sustentam as ripas de madeira horizontais que compõem o alçado do segundo volume, momentos de paragem, de contemplação da paisagem, urbana e natural, envolvente. Este convite à contemplação, interrompido nos dois últimos pisos, culmina na cobertura, plana, onde o visitante é envolvido pela vastidão da paisagem.

A utilização de diferentes linguagens arquitectónicas nos dois volumes que compõem a torre proposta permite reconhecer imediatamente estes, evocando-se, assim, de forma simples e clara, os dois momentos construtivos da desaparecida Torre da Ponte. A (re)construção da Torre da Ponte permite, assim, marcar as três essenciais fases construtivas do Paço de Barcelos: as ruínas implantadas sobre o promontório rochoso permitem, por si só, a leitura dos cinco corpos turriformes que correspondem à primeira fase de construção; o segundo volume proposto, em metal e madeira, evoca o corpo inferior da desaparecida Torre da Ponte, que corresponde à segunda fase de construção; finalmente, o primeiro volume proposto, em betão, evoca o corpo superior da referida torre, que corresponde à terceira fase de construção.

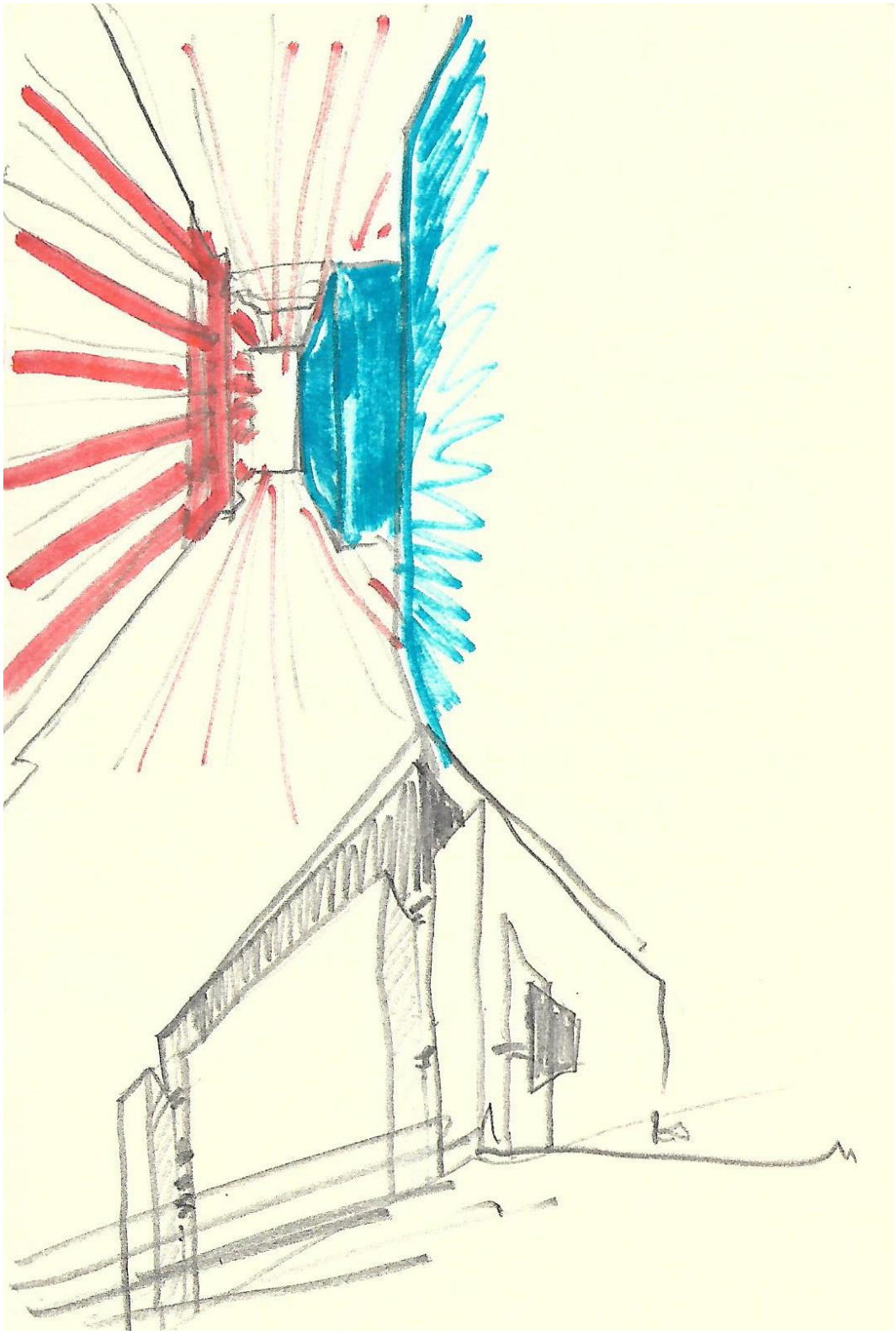
À imagem da desaparecida Torre da Ponte, a torre proposta apresenta seis pisos: piso térreo, exterior, onde se dá a intersecção entre a Ponte Medieval e as Ruas Duques de Bragança e Fernando de Magalhães, mais cinco pisos, interiores, habitados. Os quatro primeiros pisos são rodeados, a Oeste, a Sul e a Este, pelo espaço de circulação mencionado supra, evocando as espessas paredes do corpo inferior da anterior torre. O seu acesso é feito a Norte, ao nível do terceiro piso, no canto Nordeste do seu primeiro volume, lugar por onde se faria a comunicação entre a desaparecida Torre da Ponte e a Torre Oeste-Sul (e, por conseguinte, entre a primeira e o restante Paço). Este acesso só é possível depois de se passar pelas ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço.

A desaparecida Torre da Ponte foi uma das seis *casas torres* do Paço e, por isso, supomos que a sua compartimentação, à excepção do seu piso térreo, seria idêntica à que





160 e 161| Esquissos da torre proposta.



162| Esquissos da torre proposta.

se verificava nas demais *casas*: a cada piso destas correspondia um compartimento, podendo este albergar várias funções. Optamos, assim, por não compartimentar os espaços delimitados pela nova torre, de modo a evocar a anterior e a proporcionar uma apropriação relativamente livre dos referidos espaços, dando-lhes a flexibilidade para, se necessário, compreenderem distintas funções.[204]

Os únicos elementos colocados nos espaços já referidos correspondem à escada e ao elevador, necessários para a comunicação entre estes. Ambos os elementos são colocados em pontos estratégicos. O elevador, necessário para maior acessibilidade, circula desde o piso térreo até ao quinto piso e tenta não conflituar com os espaços de circulação, o acesso ao edifício e os percursos pedonais e automóveis que se desenrolam no piso térreo. A escada, percurso mais demorado e intimista, encosta-se à parede Oeste do primeiro volume e desenrola-se desde o primeiro piso até à cobertura. Após subir o último lanço de escada, chegando à cobertura do edifício, o visitante *pisa* o lugar onde aproximadamente se encontraria a chaminé da Torre da Ponte.[205]

Atentando as características e especificidade, quer da torre proposta, quer das ruínas do Paço que lhe ficam imediatas, com as quais procura estabelecer um íntimo diálogo, e, o contexto espacial, formal, social e cultural onde estas estruturas se inserem, entendemos que o programa funcional a ser albergado pela referida torre deve procurar transmitir conhecimento às gentes que ali passam. É evidente a falta de um espaço de acolhimento e apoio ao visitante e de um equipamento cultural capaz de revitalizar o lugar, atraindo gente a este.

Procurando responder às referidas carências, o programa proposto engloba um centro interpretativo das ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos e do lugar a que estas pertencem e uma galeria a este associado, que se desenrolam (de forma relativamente livre) ao longo dos cinco pisos interiores da nova torre.[206]

Os três primeiros pisos da nova torre, tal como acontecia na anterior, encostam no maciço granítico onde assentam as ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço. De modo a acomodar, sem compartimentar os espaços envoltos pelos volumes que evocam a desaparecida Torre da Ponte, instalações sanitárias, salas para arrumos, reuniões e/ou

---

[204] *"(...); fica-se sobretudo impressionado pela pluralidade de funções que um palácio deste tipo* [a propósito do Palácio da Razão de Pádua] *pode conter e como estas funções são, por assim dizer, totalmente independentes da sua forma; todavia, é precisamente esta forma que nos fica gravada, que vivemos e percorremos, e que, por sua vez, estrutura a cidade."*, Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, op. cit., p. 39.

[205] *"(...), a* arquitectura deve falar *ao visitante de maneira simples e directa, de modo a que quando este entra num espaço possa adquirir a capacidade de se orientar, de controlar as diferentes situações espaciais (altura, profundidade) e possa compreender ou pelo menos intuir a organização do edifício."*, Mário Botta, *Ética do Construir*, op. cit., p. 79.

[206] *"Referindo-o à arquitectura, o mal-estar da Forma decorrerá da resistência ou recusa em encontrar a sua razão de ser – procurando-a obstinadamente e sem limites. Cedo a Forma se revela consumível – vulnerável ao Tempo – quando surge como invenção radicalmente autónoma. / A Forma definitiva surge como resposta a exigências precisas – e por isso temporárias – na condição de, servindo-as, delas se libertar (aparente contradição que deve dominar o desenvolvimento de um projecto).",* Álvaro Siza, *02Textos*, op. cit., p. 15.

actividades pedagógicas, dependências necessárias para o melhor funcionamento do programa proposto, optamos por escavar ao nível do primeiro e do segundo piso parte do maciço granítico. A área escavada é igual à área habitada da Torre Oeste-Sul e ocupa, sob, o mesmo espaço desta. Estes espaços, sobrepostos, para além de cumprirem as funções enunciadas anteriormente, permitem recriar a comunicação entre a Torre da Ponte e a Torre Oeste-Sul, que se desenrolava superiormente.

Assim, o terceiro piso, primeiro a que se chega, compreende o espaço de recepção, de acolhimento ao visitante. Os dois pisos que lhe ficam sob (o segundo e o primeiro) compreendem a galeria. No primeiro piso, sob o espaço da Torre Oeste-Sul, encontram-se as instalações sanitárias e uma sala para arrumos, e, no segundo piso, sob o mesmo espaço, encontra-se uma só sala que pode funcionar, ou como extensão do espaço expositivo adjacente, ou como uma sala para reuniões e/ou actividades pedagógicas. O centro interpretativo desenrola-se nos dois últimos pisos (o quarto e o quinto). O quarto piso, situado ao nível do primeiro piso das ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço, apresenta, a Nordeste, uma pequena varanda que procura evocar a comunicação entre a Torre da Ponte e a Torre Oeste-Sul, que anteriormente aqui existiria. A partir do quinto piso, somente através da escada, acede-se à cobertura onde é possível ver o topo das ruínas assentes sobre o promontório rochoso e a vastidão da paisagem urbana e do território que as envolve.

O interior da torre proposta comporta, assim, essencialmente duas qualidades de espaço: os de exposição, encerrados pelas paredes de betão do primeiro volume, onde a linguagem arquitectónica deste concede lugar aos trabalhos expostos; os de circulação, envoltos pela estrutura permeável de metal e madeira do segundo volume, onde a linguagem arquitectónica deste, mais expressiva, procura cativar o fruidor.

A torre proposta, implantada sobre o extremo Norte da Ponte Medieval, ponto de confluência e articulação de vários percursos, hoje, pouco cômodos e aprazíveis, quer para o peão, quer para o veículo, provoca o redesenho, há muito necessário, do espaço urbano próximo às ruínas do Paço de Barcelos.[207]

A proposta, tendo como estímulo as ruínas do Paço de Barcelos, procura valorizar não só estas, como também as diferentes realidades que compõem o seu lugar; entendemos que qualquer intervenção nas referidas ruínas (para além de acções de conservação) dissociada da sua envolvente seria insustentável.

---

[207] *"(...) pois acontece que o espaço organizado pelo homem é condicionado na sua organização mas, uma vez organizado, passa a ser condicionante de organizações futuras (...) ele é condicionado na sua elaboração e condicionante na sua existência."*, Fernando Távora, *Da organização do espaço*, op. cit., p. 21 e 22.

Uma vez que entendemos suficientes os acessos automóveis a Barcelos, e, em sentido contrário, a Barcelinhos, proporcionados pelas duas pontes que atravessam o Rio Cávado próximas à Ponte Medieval (N103, a jusante, N205, a montante), propomos que esta passe a comportar apenas circulação pedonal, de modo a que volte a ser usufruída pelas pessoas e deixe finalmente de ser usurpada e sobrecarregada pelos veículos automóveis. A circulação automóvel mantem-se nas ruas adjacentes à Ponte Medieval.

A intersecção entre a Ponte Medieval e as actuais Ruas Duques de Bragança e Fernando de Magalhães, passa a ser feita no piso térreo da torre proposta, tal como antes era feita no piso térreo da desaparecida Torre da Ponte, sendo necessário que este se relacione directamente com os espaços urbanos adjacentes, de modo a permitir a continuidade urbana. Com o propósito de articular os percursos, pedonais e automóveis, que se intersectam no piso térreo da torre proposta, e, de evocar, o quanto possível, a desaparecida Torre da Ponte, propomos, ao nível do rés-do-chão, a abertura de três vãos, a Oeste, a Sul e a Este, que evoquem as três portas da anterior torre.

Tal como já exposto anteriormente, sabemos que a anterior porta Sul se encontrava no enfiamento da Ponte Medieval, ao centro, todavia, não nos é possível esclarecer a localização exacta das anteriores portas Oeste e Este, que, seguindo o mesmo alinhamento, poderiam situar-se mais próximas ou à muralha ou ao promontório rochoso. Uma vez que as duas localizações nos parecem igualmente prováveis, optamos por marcar as duas possibilidades. Assim, no primeiro volume da torre proposta, os vãos recortados a Oeste e Este apresentam duas vezes a dimensão do vão recortado a Sul. Esta conformação permite-nos resolver a circulação automóvel que, com a passagem da Ponte Medieval a pedonal, entendemos necessária que passe aqui a realizar-se nos dois sentidos.[208] Apesar da circulação automóvel sobre o piso térreo da torre proposta, entendemos que este espaço é predominantemente pedonal.[209]

O segundo volume, de modo a permitir a continuidade dos percursos pedonais, priorizados, que seguem para as actuais Ruas Duques de Bragança e Fernando de Magalhães, apresenta vãos mais recortados, levando o seu alçado, ao nível do rés-do-chão, a seguir apenas o alinhamento dos dois alicerces existentes da desaparecida Torre da Ponte, até *repousar* nestes.

Oito elementos verticais, materializados em betão à vista, são colocados nos limites do segundo volume com o propósito de marcar as referidas portas (a porta Sul e as duas

[208] Actualmente, a faixa de rodagem existente na Rua Duques de Bragança, que passa sobre o extremo Norte da Ponte Medieval e segue pela Rua Fernando de Magalhães, apresenta, até à Praça Municipal, duas vias de trânsito, sendo este realizado apenas num sentido.

[209] Não pretendemos segregar os veículos automóveis dos peões, mas sim criar aprazíveis convivências entre estes (que não existem actualmente); *"O peão sabe mover-se na cidade, sem serem necessárias protecções obsessivas, como demonstram os quilómetros de canais em Veneza, sem parapeitos e sem vítimas."*, Álvaro Siza, *Imaginar a evidência*, op. cit., p. 101.

possibilidades de localização das portas Oeste e Este), e, assim, a entrada na torre ao nível do rés-do-chão. A medida entre estes elementos corresponde à largura que as anteriores portas teriam, 3,08 metros. Os elementos metálicos verticais, interiores, que sustentam as ripas de madeira horizontais que configuram o alçado do segundo volume, seguem o alinhamento dos referidos oito elementos e repetem a medida entre estes, criando-se, apesar da interrupção, continuidade. Os vãos que *rasgam*, de cima a baixo, o primeiro volume, permitindo a passagem deste para o segundo e vice-versa, apresentam 1,54 metros de largura, medida que corresponde à metade da largura das três referidas portas.

O pavimento do piso térreo da torre proposta é materializado em pedra granítica, que continua pela Ponte Medieval, deixando esta de ser asfaltada, até à Capela de Nossa Senhora da Ponte.[210] A anterior existência da muralha, que *partia* das paredes Oeste e Este da desaparecida Torre da Ponte, é marcada pela materialização, também em pedra granítica, da parte dos passeios marginais que ocupam o seu lugar. Estes passeios, redesenhados, apresentam de largura a medida aproximada da espessura da muralha (2,86 metros).

A torre proposta, implantada sobre o espaço da desaparecida Torre da Ponte e com dimensões aproximadas às que esta possuiria, *corta* o canto Sudoeste do paredão que envolve o maciço granítico onde assentam as ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço. Este *corte*, aliado à referida torre, gera uma releitura do paredão, principalmente da sua parede imediatamente visível para quem chega a Barcelos pelo Sul, que passa, em parte, a evocar a primeira parede que sustentava o maciço granítico e, por conseguinte, o Paço.

Como já mencionado, entendemos que o desenho do referido paredão, bastante recortado e estranho aos elementos que envolve, agrava a leitura das referidas ruínas e interrompe o seu diálogo com a urbe. Contudo, entendemos, também, que este paredão cumpre uma necessária função – proteger o maciço granítico e, por conseguinte, o que neste assenta –,[211] e, ainda, que o mesmo faz já parte da história e da identidade da urbe. Isto não implica que o desenho deste não possa, em parte, ser corrigido, com o fim de se relacionar de forma mais intrínseca com o seu espaço urbano envolvente.

Atentando à sentida necessidade de um novo desenho urbano capaz de articular todas as partes que compõem o espaço envolvente às ruínas do Paço e, assim, requalificar estas, aparece desde logo pertinente a reabertura da rua entre a Igreja Matriz e as referidas

[210] A materialização do pavimento da Ponte Medieval fica condicionada pelo o que pode estar sob o asfalto que hoje o conforma. Se sob o asfalto se encontrasse o pavimento calcetado colocado na década de 1880, este seria mantido (note-se que é pouco provável que ainda subsista o primeiro pavimento da Ponte Medieval).
[211] Se este paredão fosse destruído teria de ser imediatamente substituído;

ruínas,[212] recuperando o primitivo acesso principal ao Paço. O paredão é, a Nascente, *rasgado* e o espaço onde actualmente se encontra instalada a Junta de Freguesia de Barcelos desaparece.

Esta rua busca uma extensão aproximada à que supomos que a primitiva rua possuía, partindo, de Este para Oeste, desde o espaço do desaparecido Largo do Pé da Ponte até ao ponto por onde passaria o passadiço que ligava o Paço à Igreja Matriz, e, de Sul para Norte, desde a primitiva parede Norte do paredão (parte desta ainda existente) até à parede Sul da Igreja Matriz. Na referida parede Norte do paredão, apresentam-se dois *rasgos* no alinhamento da porta principal do Paço, com o propósito de salientar esta e evocar a escada que supomos aqui ter existido.[213]

Com a intenção de resolver os actuais constrangimentos do traçado urbano, próximo às ruínas do Paço, à Igreja Matriz, aos Paços do Concelho, ao Solar dos Pinheiros, entre outros, propomos uma sucessão de espaços públicos, pedonais, que procuram articular estas diferentes entidades. A circulação automóvel entre os Paços do Concelho e a Igreja Matriz é retirada, assim como o estacionamento automóvel imediato a estes edifícios e ao acesso Norte ao espaço onde assentam as ruínas do Paço.

De modo a vencer a diferença de cota (cerca de um metro) entre a fachada principal da Igreja Matriz e o espaço onde assentam as ruínas do Paço e a fachada principal dos Paços do Concelho, propomos um conjunto de rampas e muros junto à primeira que interliguem os diferentes espaços: estes muros assentam sobre o espaço (aproximado) onde assentavam as paredes das desaparecidas casas que confrontavam com a Igreja Matriz.

O acesso Norte ao espaço onde assentam as ruínas do Paço é, assim, redesenhado, proporcionando maior fluidez entre este e os restantes espaços que lhe ficam contíguos. A configuração deste acesso aliada à reabertura da rua entre as ruínas do Paço e a Igreja Matriz, recria o pequeno largo que anteriormente existia entre estes edifícios, proporcionando, novamente, um espaço articulador entre o Paço e a sua envolvente urbana próxima.

A Igreja Matriz volta a ter um adro, espaço de reunião antes de nesta se entrar e depois de desta se sair. Entre esta e os Paços do Concelho cria-se um espaço público, uma praça, que procura evocar a desaparecida Praça da Vila, bem como resgatar, pelo menos em parte, o carácter aglutinador desta. Contíguo a este, no lugar das desaparecidas quatro casas adjacentes à que ladeia o Solar dos Pinheiros, propomos um outro espaço, de estar,

[212] A reabertura desta rua é também apresentada em dois anteriores projectos: um realizado por Joaquim Flores e outro realizado por Susana Brandão, Manuel Teles e Rui Vieira; No entanto, em ambos os projectos, a referida rua não é aberta em toda a sua extensão.

[213] Como já exposto, a planta da vila de Barcelos, datada de 1806, mostra, na rua entre o Paço e a Igreja Matriz, no alinhamento da porta principal do Paço, um elemento pouco perceptível que, atentando a considerável diferença de cotas entre o extremo Este da referida rua e o Paço, supomos corresponder a uma escada sulcada no maciço granítico que levaria até à referida porta.

aberto para a Igreja Matriz, as ruínas do Paço, a nova torre e a vastidão da paisagem que as rodeia. O desenho deste espaço procura evocar as desaparecidas casas, que, assim como as demais casas, na nossa opinião, não deveriam ter sido demolidas, estando inclusivamente esta demolição proibida por lei. O pavimento destes dois espaços, das rampas e dos passeios adjacentes e da Rua da Misericórdia são materializados em pedra granítica.

A Rua Dr. Miguel Fonseca, para a qual se volta a fachada principal da Igreja Matriz, passa a maioritariamente pedonal, sendo a circulação automóvel nesta realizada, agora nos dois sentidos, apenas para permitir o acesso ao parque de estacionamento subterrâneo, que consideramos pertinente manter. A ampliação deste parque torna-se possível, uma vez que a cota do terreno sobre este é, com a construção do espaço anteriormente referido, regularizada.

Os passeios que contornam o espaço ajardinado onde se encontra o Pelourinho, o quarteirão onde se insere o Solar dos Pinheiros, o paredão e a fachada Este da Igreja Matriz são redesenhados, alargados e repavimentados em cubo granítico cinzento. Na Rua Dr. Miguel Fonseca são colocados muros que procuram evocar as desaparecidas casas que faceavam, a Sul, a primitiva rua e enquadrar, na vastidão da actual rua, a Igreja Matriz.

Os referidos muros entre o adro e a praça, entre o adro e o espaço articulador, entre a praça e o espaço sobre o parque de estacionamento, entre este espaço e o espaço ajardinado, para além de delimitarem o espaço urbano e evocarem as desaparecidas estruturas, desdobram-se, nas cotas superiores, em bancos, proporcionando momentos de paragem, de *descanso*, de permanência, ao longo do percurso.

As paredes das desaparecidas casas que faceavam a antiga Rua da Igreja e a antiga Rua de Santa Maria são evocadas pela diferença de material no pavimento e pela colocação de bancos em alguns pontos que nos parecem pertinentes. Pretendemos criar espaços que incitem a permanência do visitante no lugar onde se encontram as ruínas do Paço, hoje, praticamente inabitado.[214]

Como já referido, não propomos qualquer acção de reconstrução para as ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço, mantendo o seu valor e a sua beleza enquanto ruína. A nova torre, que procura evocar a antiga e, assim, criar íntimos diálogos com as ruínas, é suficiente para a leitura clara e completa do Paço e compreensão de todas as suas partes, oferecendo ao visitante uma imagem mais completa do monumento e, por conseguinte, uma maior percepção deste. Ainda, a nova torre, com programa funcional relacionado com as ruínas do Paço, atribui, de forma indirecta, maior utilidade a estas.

[214] *"(...), aquilo de que a cidade precisa, (...), é mesmo de recuperar os valores não estritamente funcionais, mas ligados à memória colectiva, que de maneira indirecta, até sem consciência imediata, constituem os elementos basilares da organização da vida social."* Mário Botta, *Ética do Construir*, op. cit., p. 95.

Não obstante, entendemos relevante proporcionar ao visitante uma maior fruição das próprias ruínas, permitindo, em determinados pontos, maior contacto com estas. Ainda, consideramos essencial que sejam retirados os demais vestígios arqueológicos presentes no espaço onde assentam as ruínas do Paço, que em nada se relacionam com estas.

Atentando que as paredes subsistentes do Paço ainda apresentam, em bom estado de conservação, grande parte das mísulas (e dos encaixes superiores) onde assentavam as estruturas que suportavam o pavimento do primeiro piso, propomos uma nova estrutura que, assente sobre as referidas mísulas, permita levar o visitante até ao nível do primeiro piso do Paço (img. 104, 107 a 109). Este é apenas o propósito desta estrutura, que não possui um papel evocativo do que antes aqui existiu.

Esta estrutura é composta por perfis "I" e gradil metálico e desenrola-se ao longo dos primeiros pisos das Torres Oeste-Norte e Sudeste e de parte do primeiro piso da Torre Este, permitindo ao visitante ter maior contacto com os característicos elementos aqui presentes e, assim, maior percepção dos espaços por estes conformados. A permeabilidade desta estrutura, não visível pelo exterior, permite que se continue a visualizar, pelo interior, toda a extensão das paredes subsistentes.

Como já referido, a estrutura proposta assenta sobre as mísulas subsistentes do Paço, não *tocando* em qualquer outra pedra deste. Contudo, de modo a sustentar a referida estrutura, é necessário a colocação de um único elemento vertical, no canto Noroeste da Torre Este, uma vez que falta a mísula que antes aqui existia (img. 104).

O acesso à estrutura proposta é feito a partir do rés-do-chão da Torre Este, através de uma escada voltada para a porta principal do Paço. A comunicação entre os espaços situados ao nível do primeiro piso das Torres Este e Sudeste é feito, tal como antes, através da porta com remate superior em mitra, próxima à lareira (img. 105 e 107).

Já a comunicação entre os espaços situados ao nível do primeiro piso das Torres Este e Oeste-Norte, é feita através da porta com remate superior em arco apontado, situada entre estes, vão que supomos apenas ter sido aberto aquando uma das tentativas de restauro do Paço (img. 105 e 108). No entanto, entendemos oportuno utilizar este vão para a comunicação entre os dois espaços referidos: o anterior acesso ao espaço situado ao nível do primeiro piso da Torre Oeste-Norte era feito a partir do espaço situado ao nível do primeiro piso da Torre Oeste-Sul (img. 96 e 97); actualmente, grande parte da Torre Oeste-Sul já não subsiste, por isso, consideramos despropositado prolongar a estrutura proposta para este espaço; esta estrutura, como já referido, não procura evocar a que ali existiu. De modo a vencer a diferença de cotas entre os dois espaços mencionados, são colocados dois degraus na profundidade do referido vão.

Como já exposto, pouco subsiste das paredes das Torres Norte e Oeste-Sul. Com a intenção de remeter para estas, o projecto apresenta, ao nível do pavimento, lâminas em

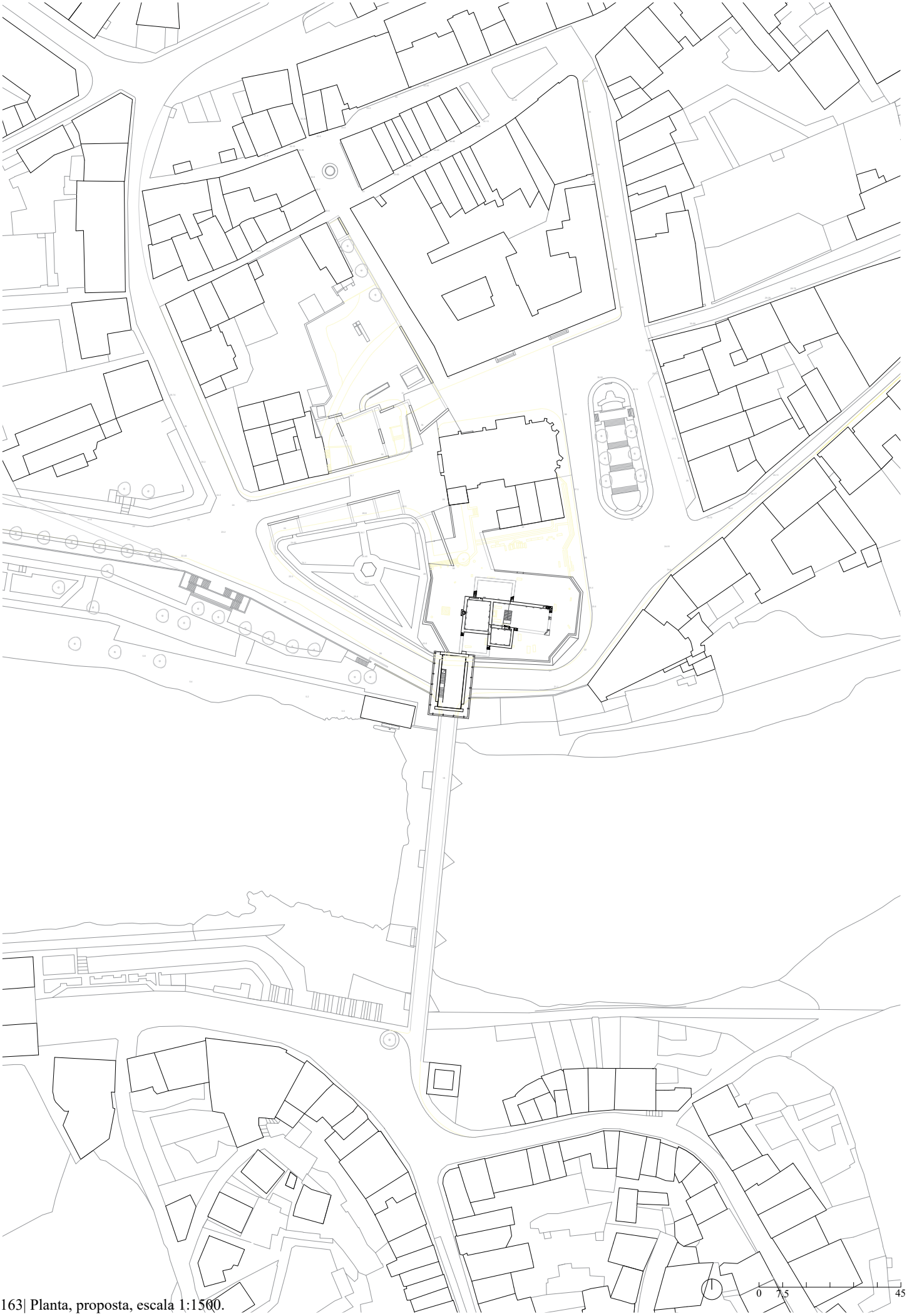
aço corten que delimitam o espaço anteriormente ocupado pelas desaparecidas paredes. O aço corten é escolhido por se conciliar cromaticamente com o pavimento em saibro onde assentam as ruínas, que mantemos, e também com a pedra, o betão e a madeira. Este material possui, no nosso entender, uma aparência inacabada, corroída, que se relaciona com a ruína. Também já não subsistem grande parte das paredes Este e Sul da Torre Este, no entanto, são visíveis, ao nível do pavimento, as suas primeiras pedras (os alicerces).

Entendemos desnecessário realizar grandes acções de conservação das ruínas do Paço, uma vez que os vestígios existentes, em pedra granítica, são bastante resistentes; propondo, assim, apenas a impermeabilização do topo das paredes, de modo a retardar a sua degradação.

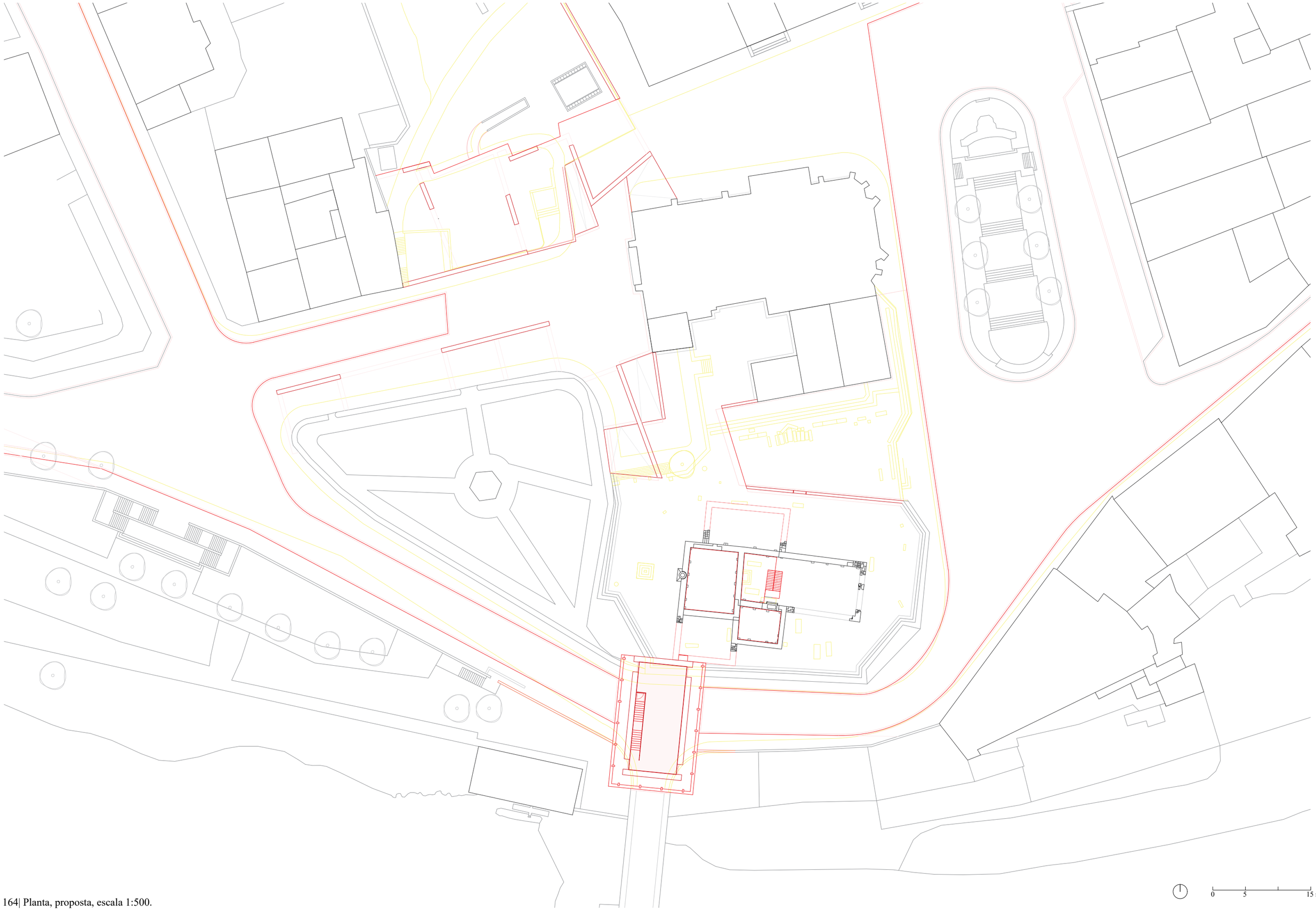
A (re)construção da Torre da Ponte possibilita uma melhor leitura e compreensão das ruínas do Paço dos Condes – Duques de Barcelos e da paisagem envolvente e leva à ressignificação do lugar onde estas se inserem. A intervenção nas ruínas das cinco primeiras *casas torres* do Paço, reduzida ao essencial para uma melhor fruição e protecção das mesmas, permite manter o seu valor e beleza, enquanto ruína. O traçado urbano proposto vai ao encontro não só da requalificação das referidas ruínas como também de outros edifícios que lhe ficam próximos, tornando os percursos entre estes, aprazíveis, sedutores, capazes de conduzir o individuo sem dificuldade e de reintegrar estas entidades na vida urbana.

"(...) o mais belo é quando as coisas se encontram, quando se harmonizam. Formam um todo. O lugar, a utilização e a forma."[215]

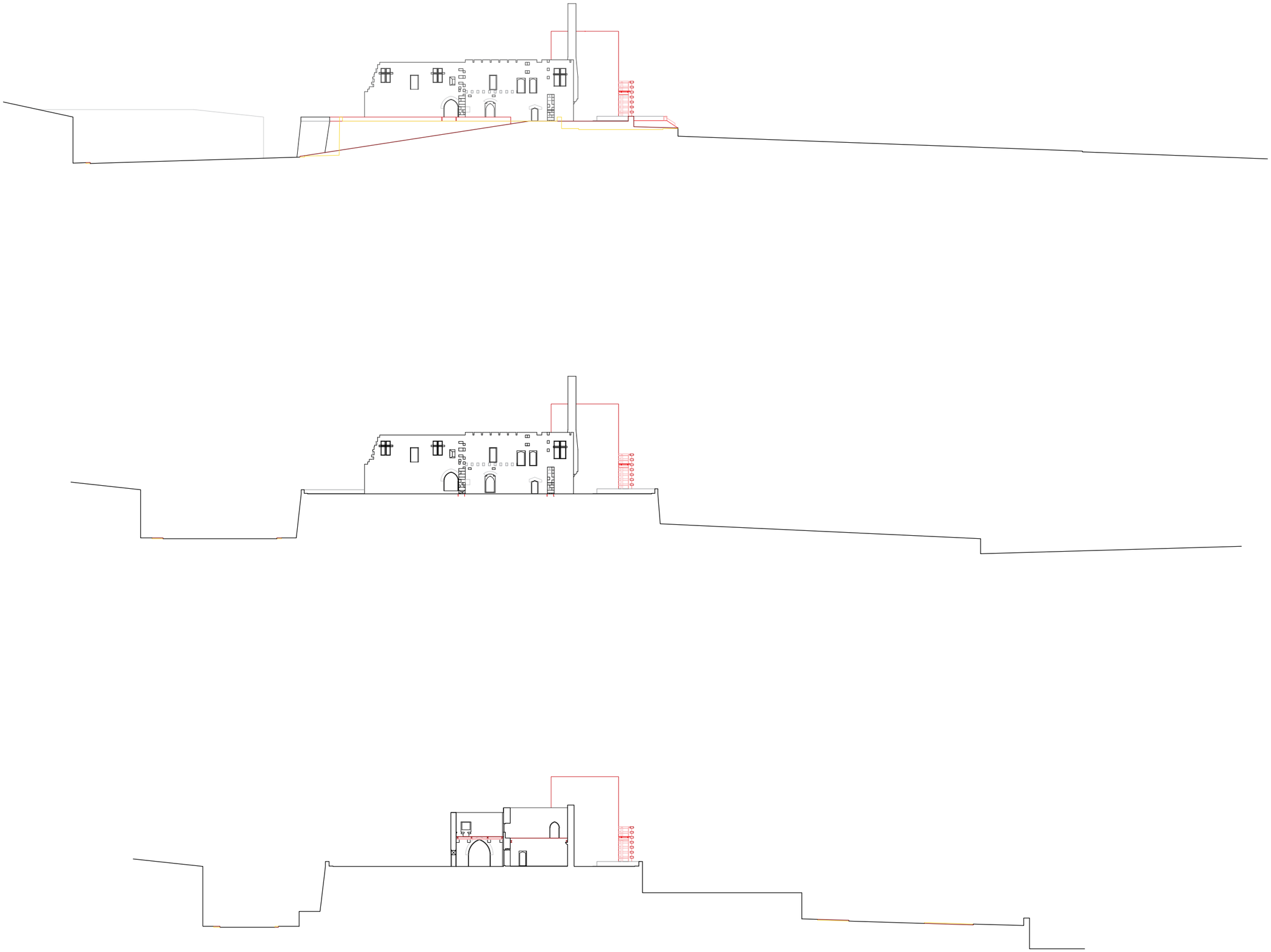
[215] Peter Zumthor, Atmosferas, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2006, p. 69.



163| Planta, proposta, escala 1:1500.



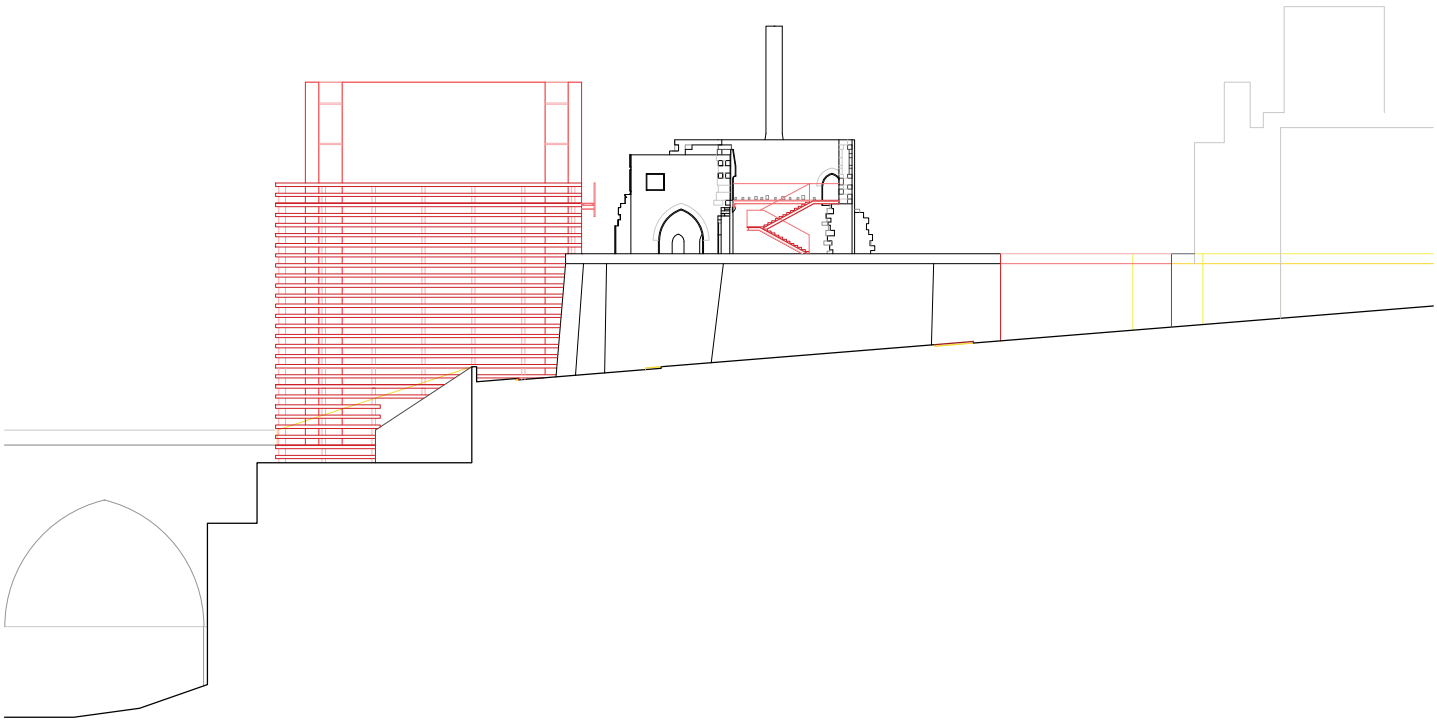
164| Planta, proposta, escala 1:500.

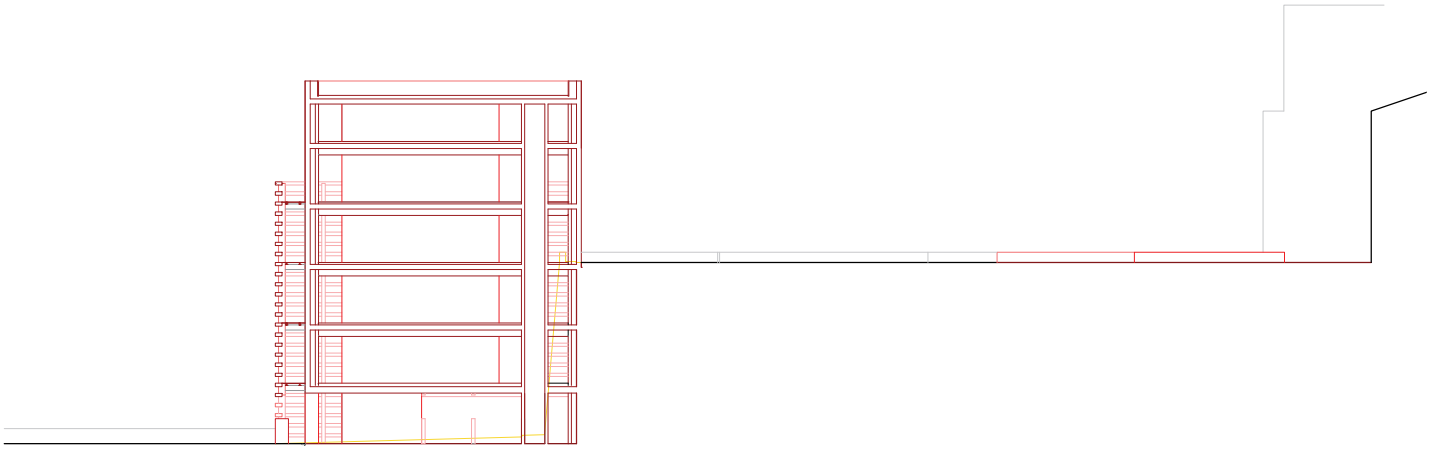




0 5 15 m

165| Cortes AA', BB' e CC', proposta, escala 1:500.



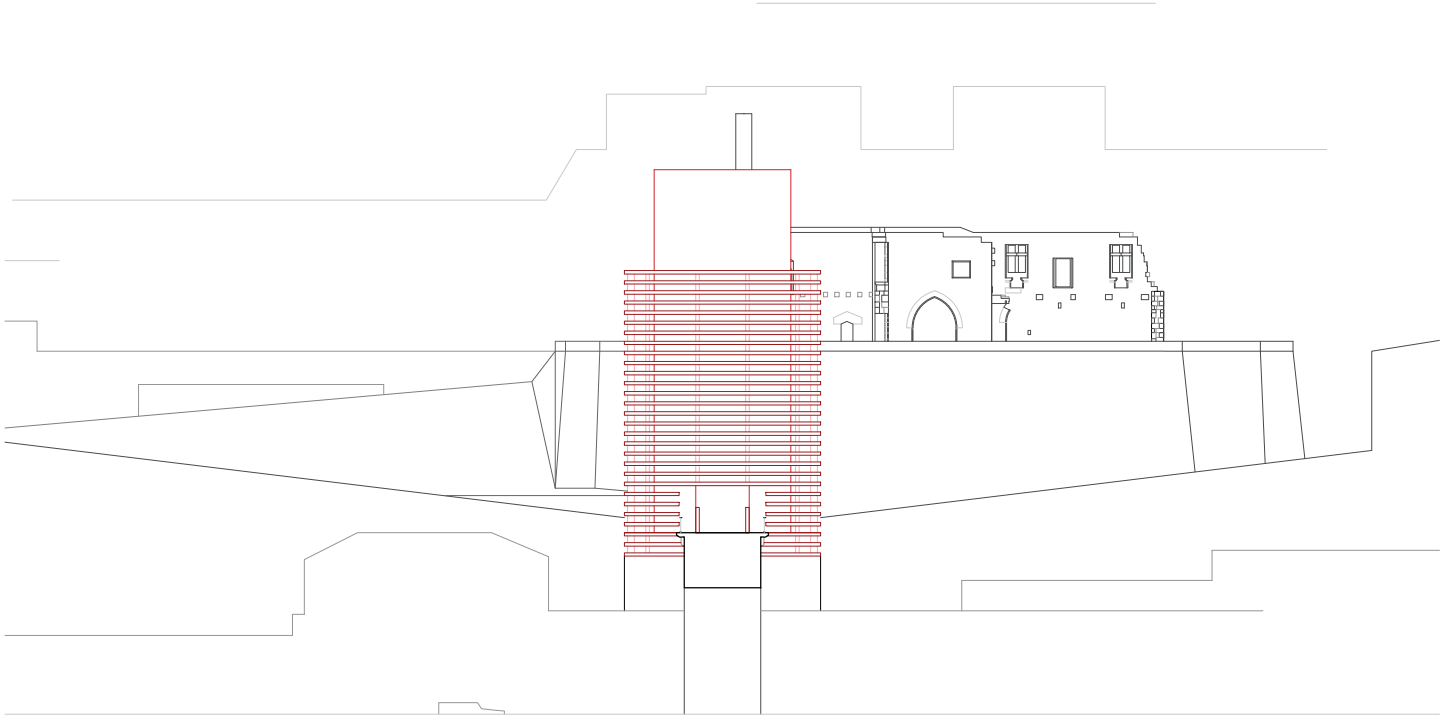


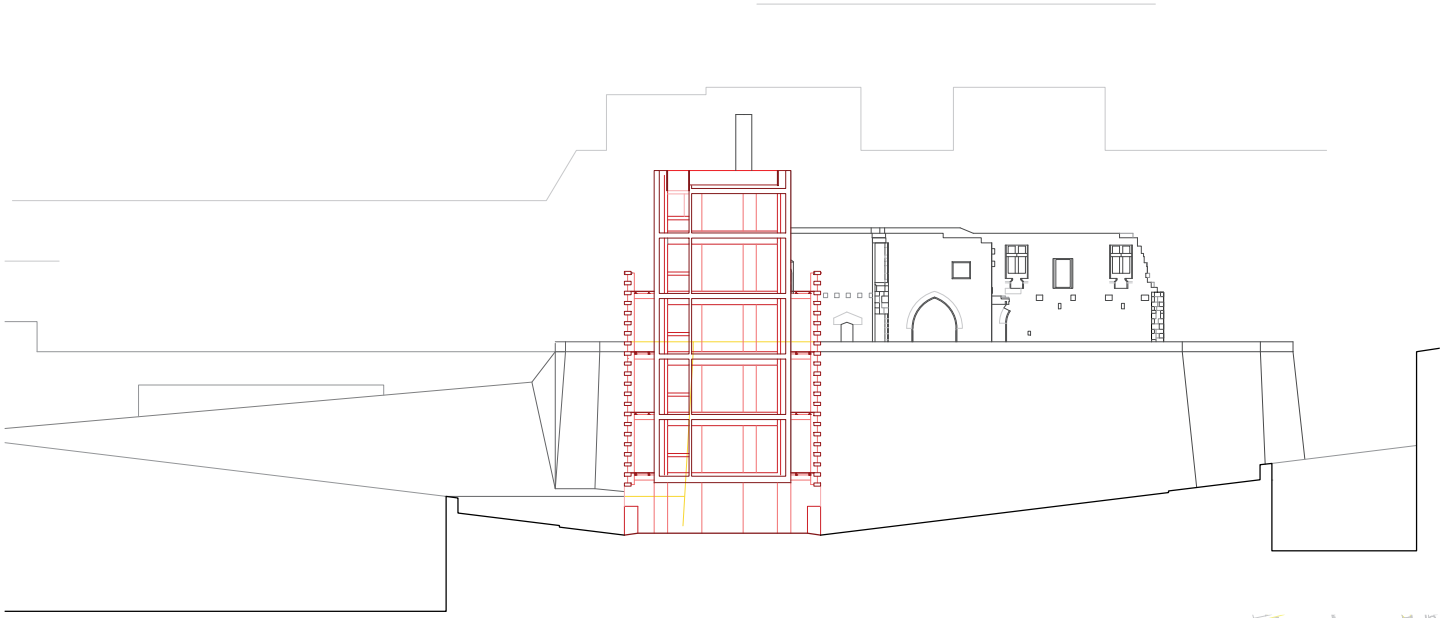




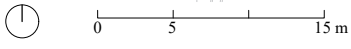
0 5 15 m

166| Cortes DD' e EE', proposta, escala 1:500.

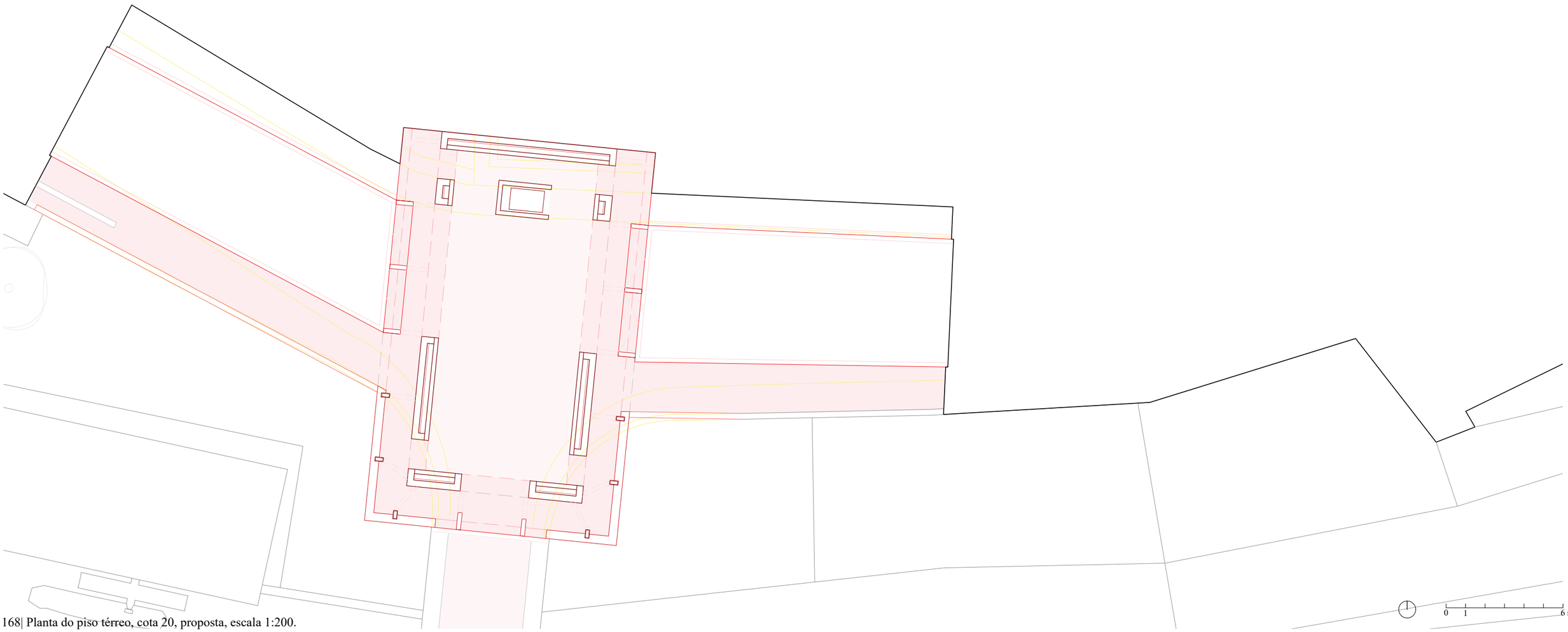




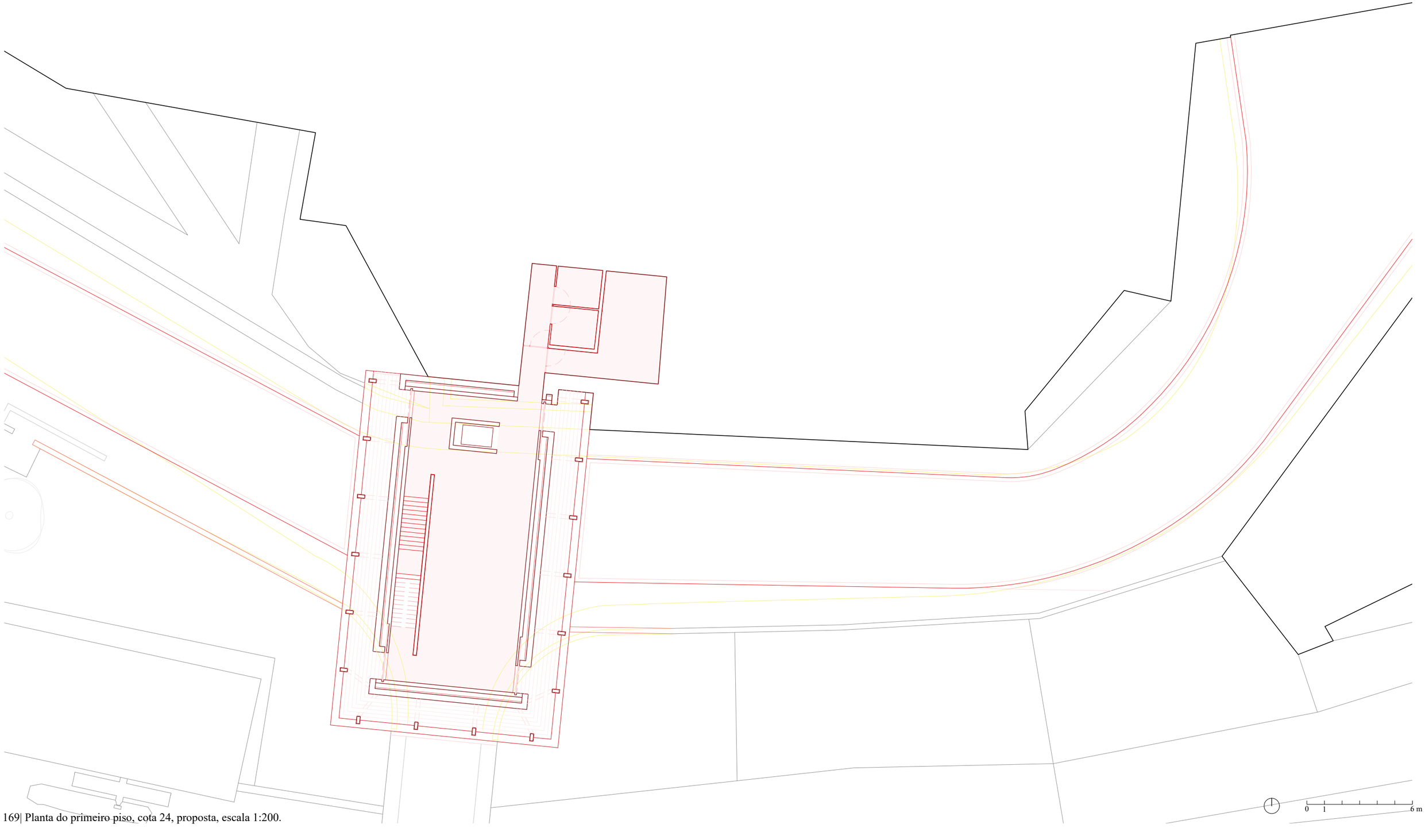




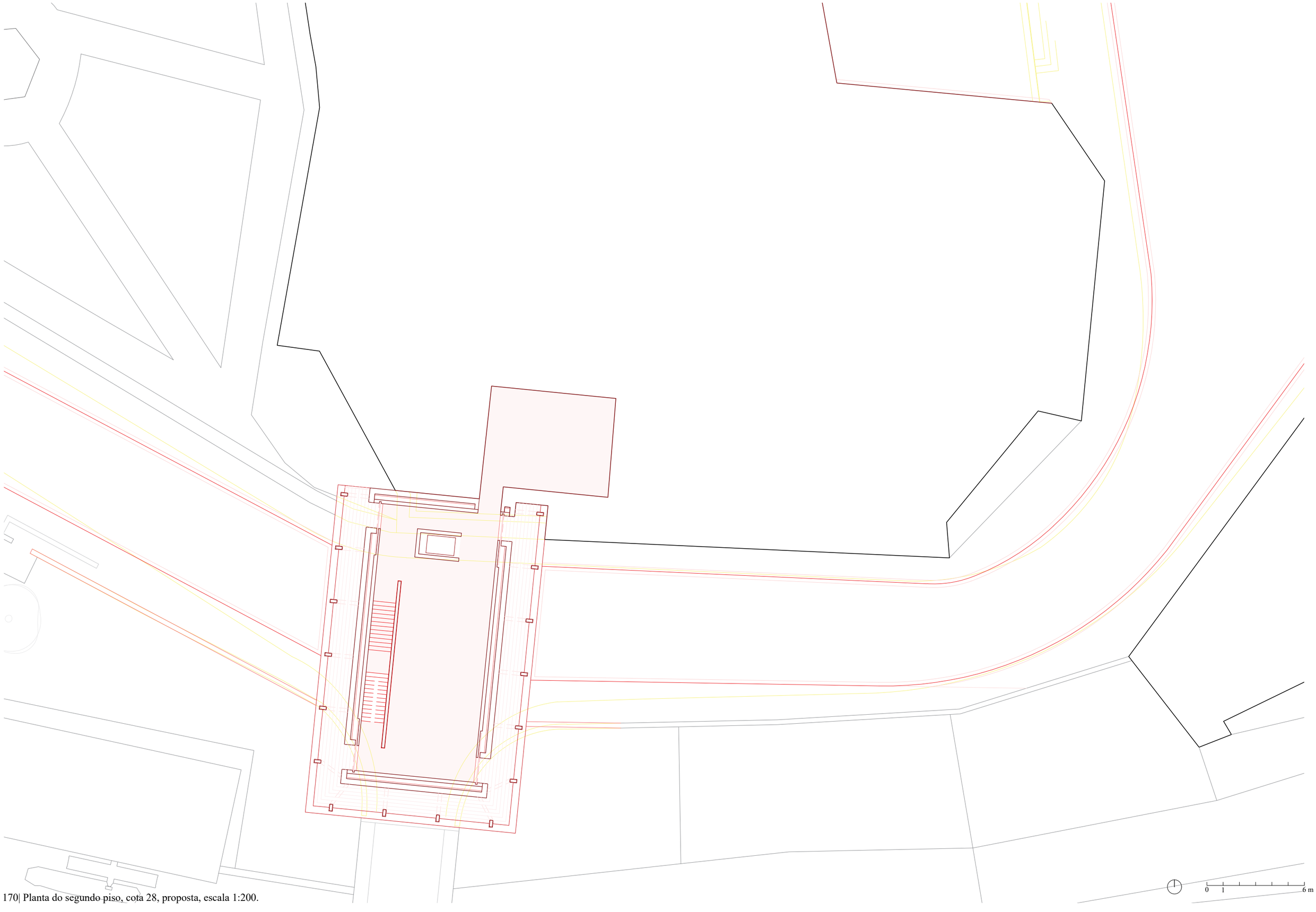
167| Cortes FF' e GG', proposta, escala 1:500.



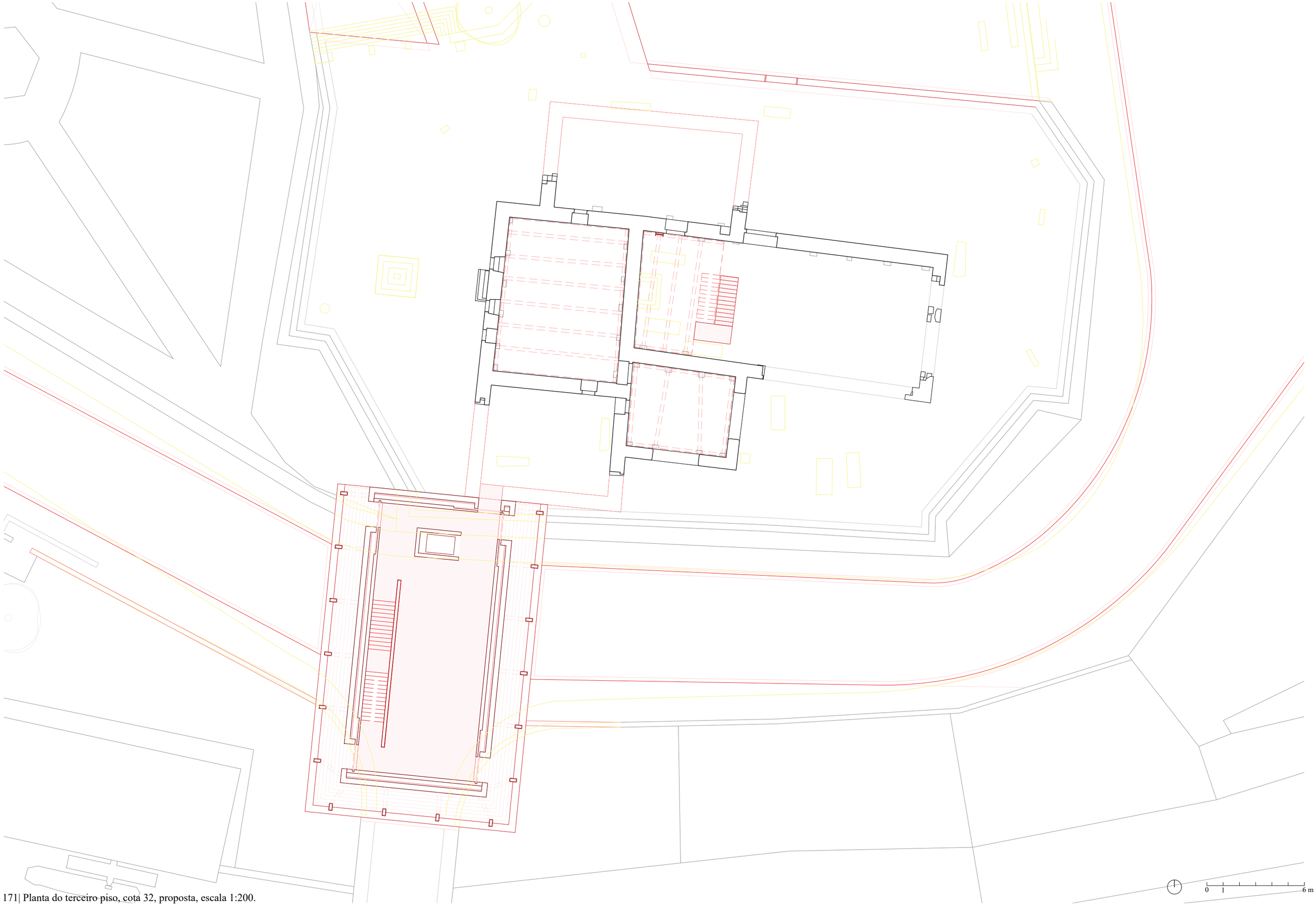
168| Planta do piso térreo, cota 20, proposta, escala 1:200.



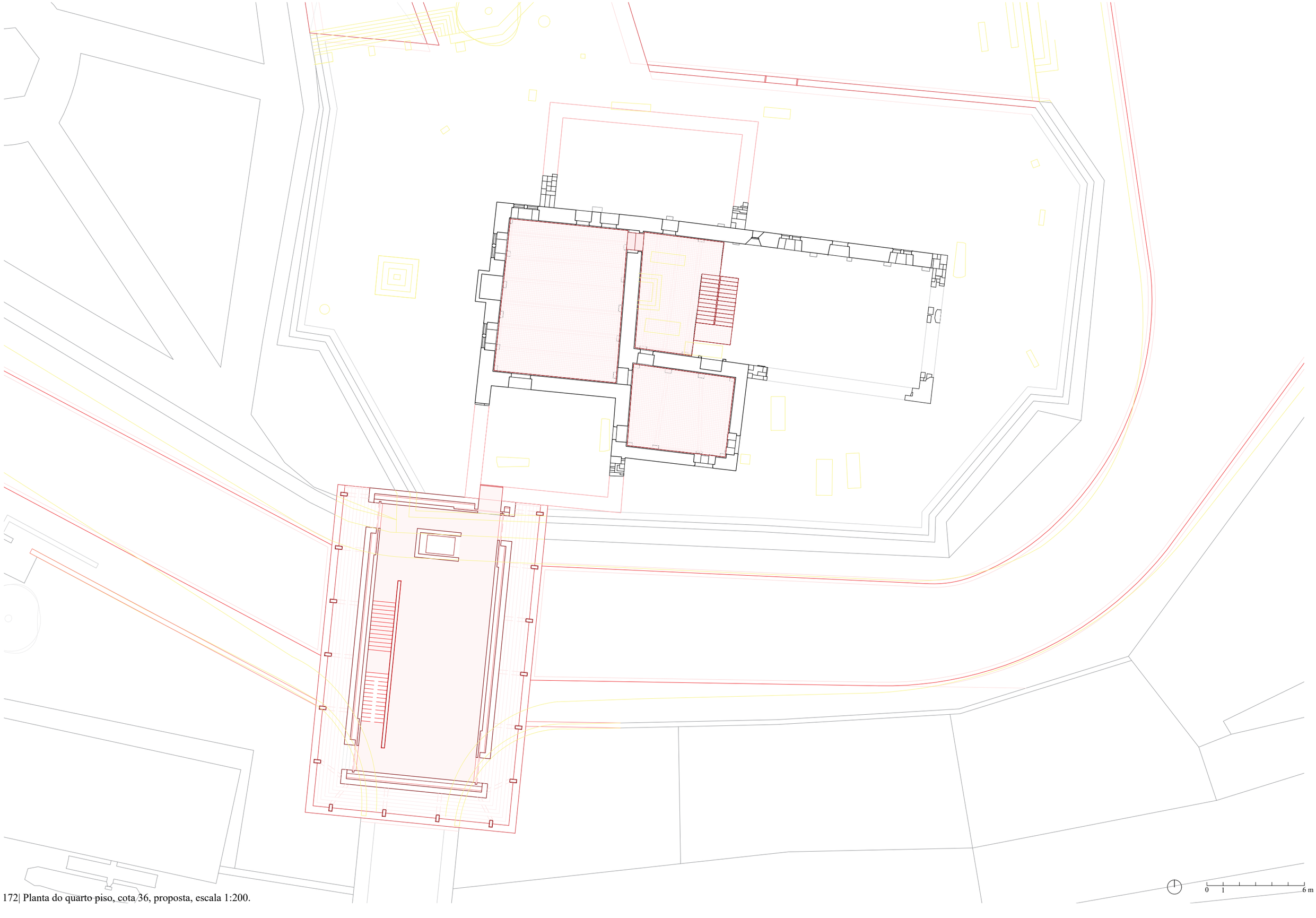
169| Planta do primeiro piso, cota 24, proposta, escala 1:200.



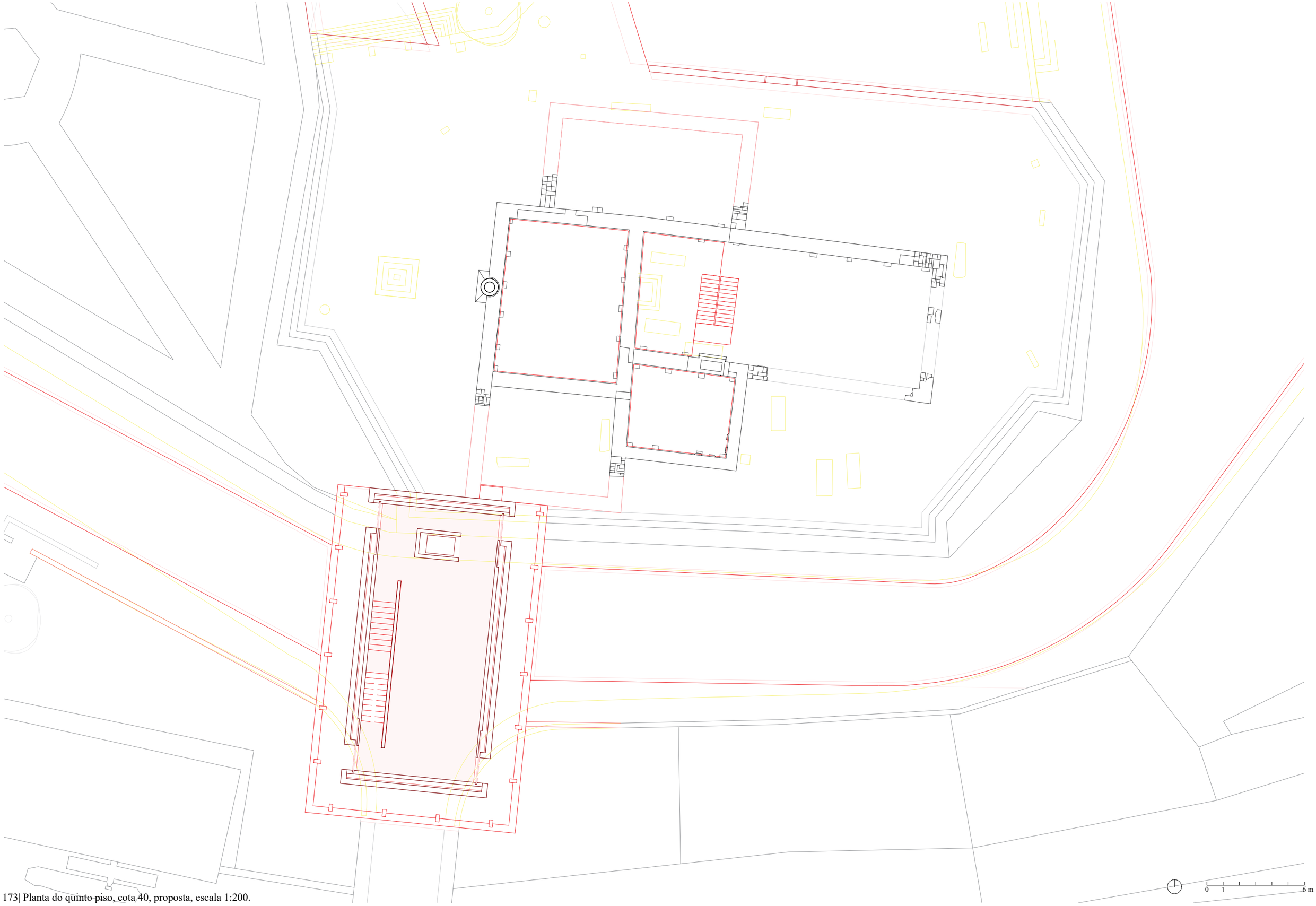
170| Planta do segundo piso, cota 28, proposta, escala 1:200.



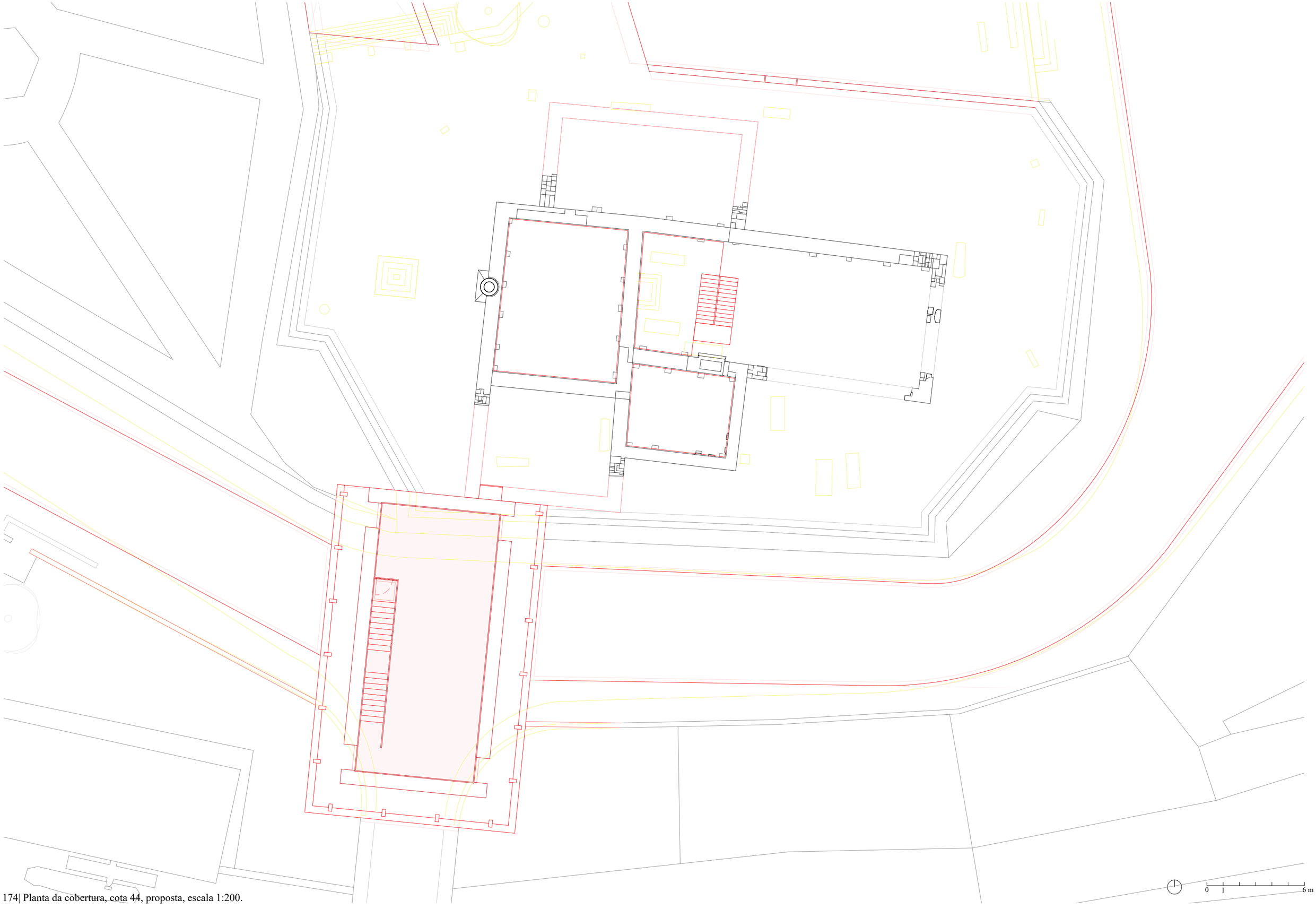
171| Planta do terceiro piso, cota 32, proposta, escala 1:200.



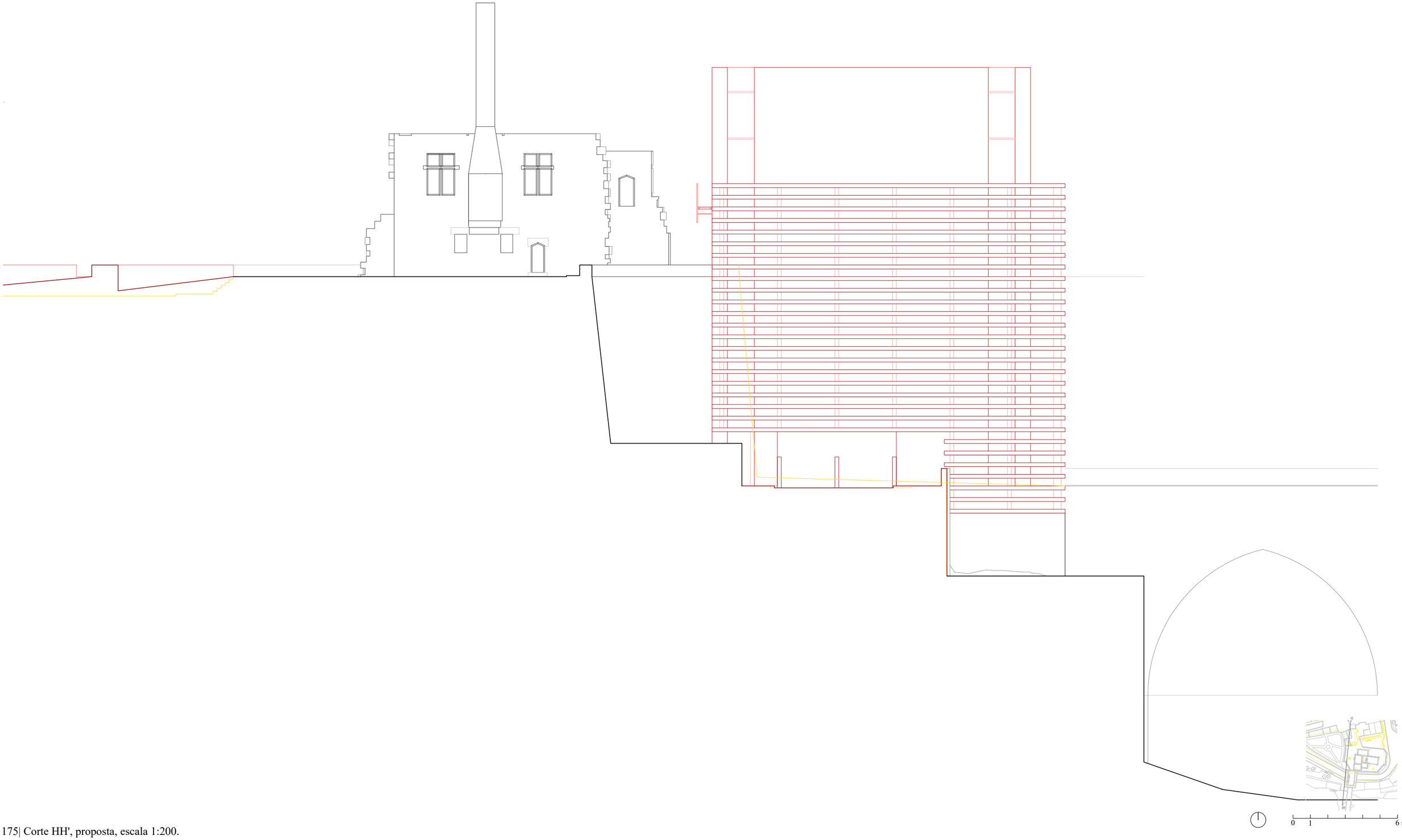
172| Planta do quarto piso, cota 36, proposta, escala 1:200.



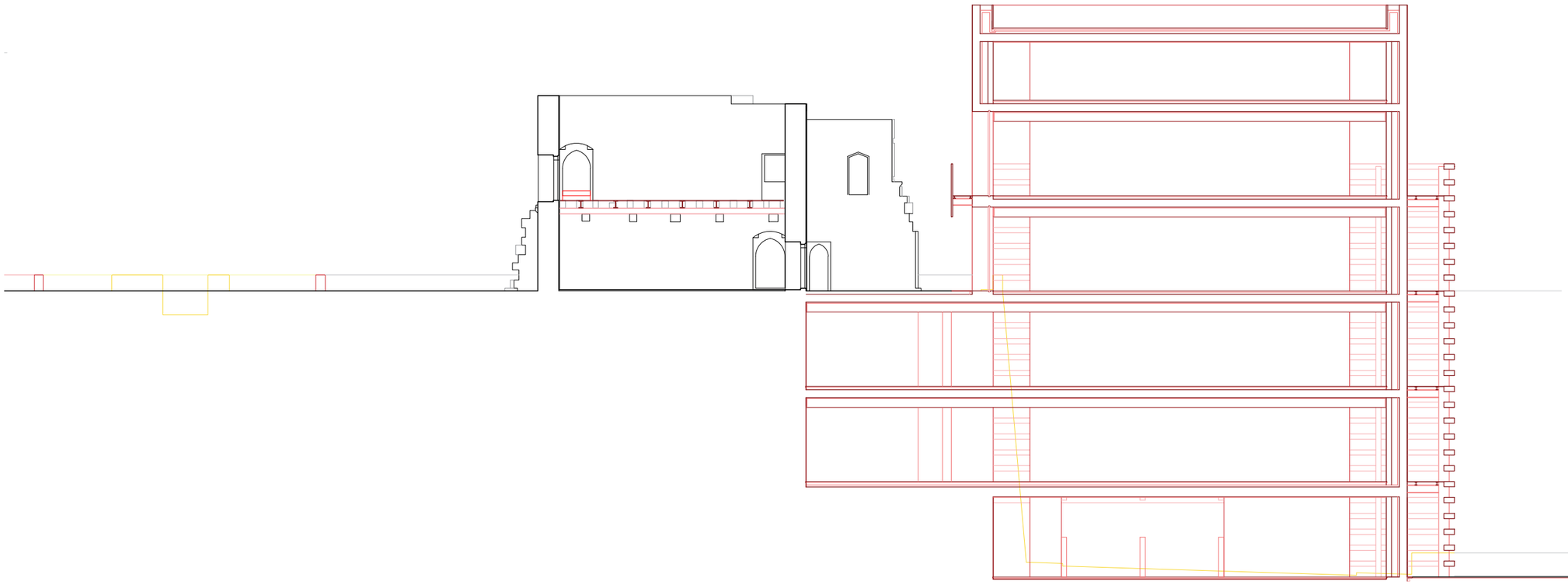
173| Planta do quinto piso, cota 40, proposta, escala 1:200.

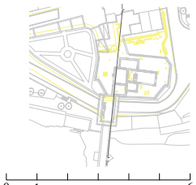


174| Planta da cobertura, cota 44, proposta, escala 1:200.



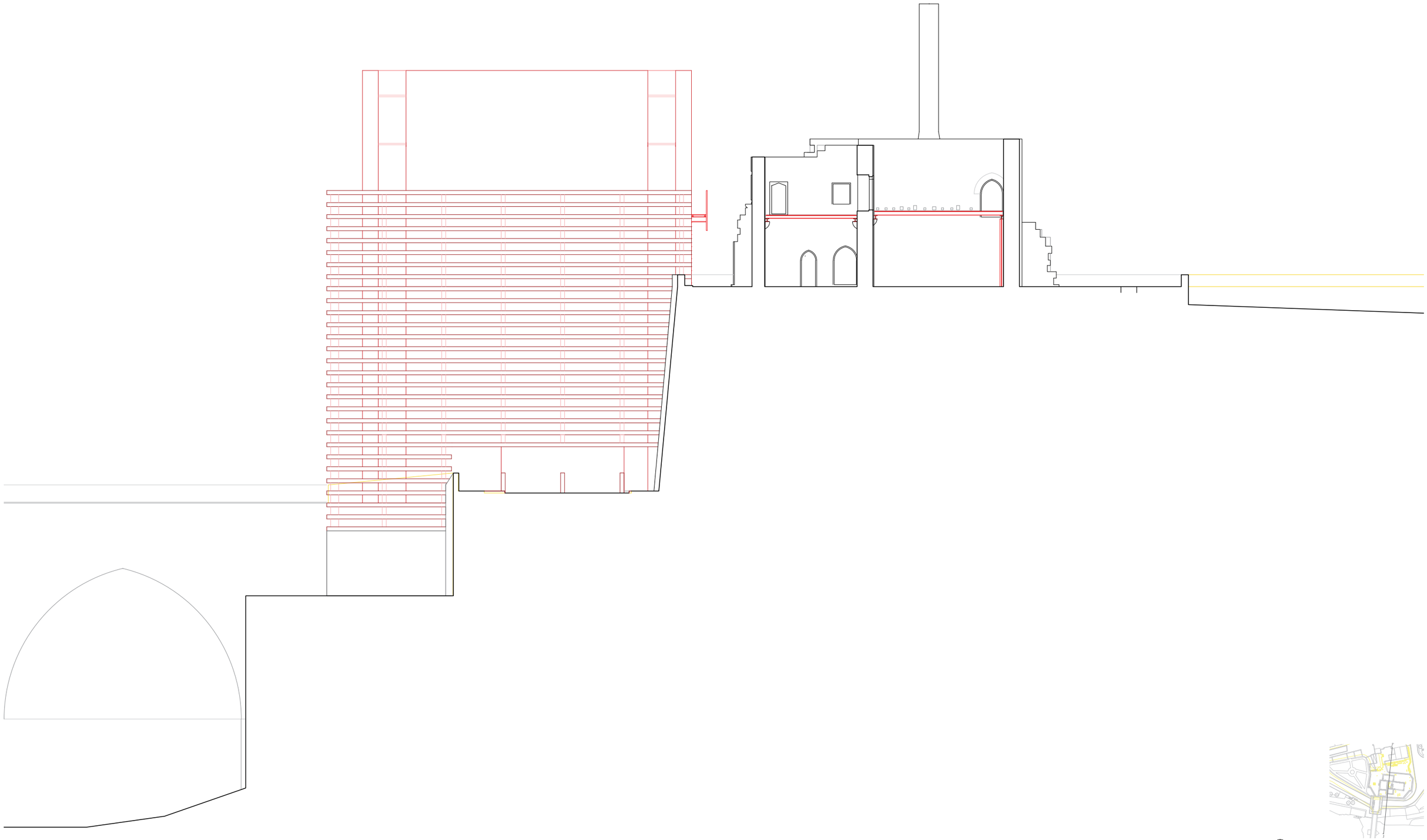
175| Corte HH', proposta, escala 1:200.

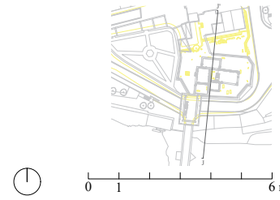




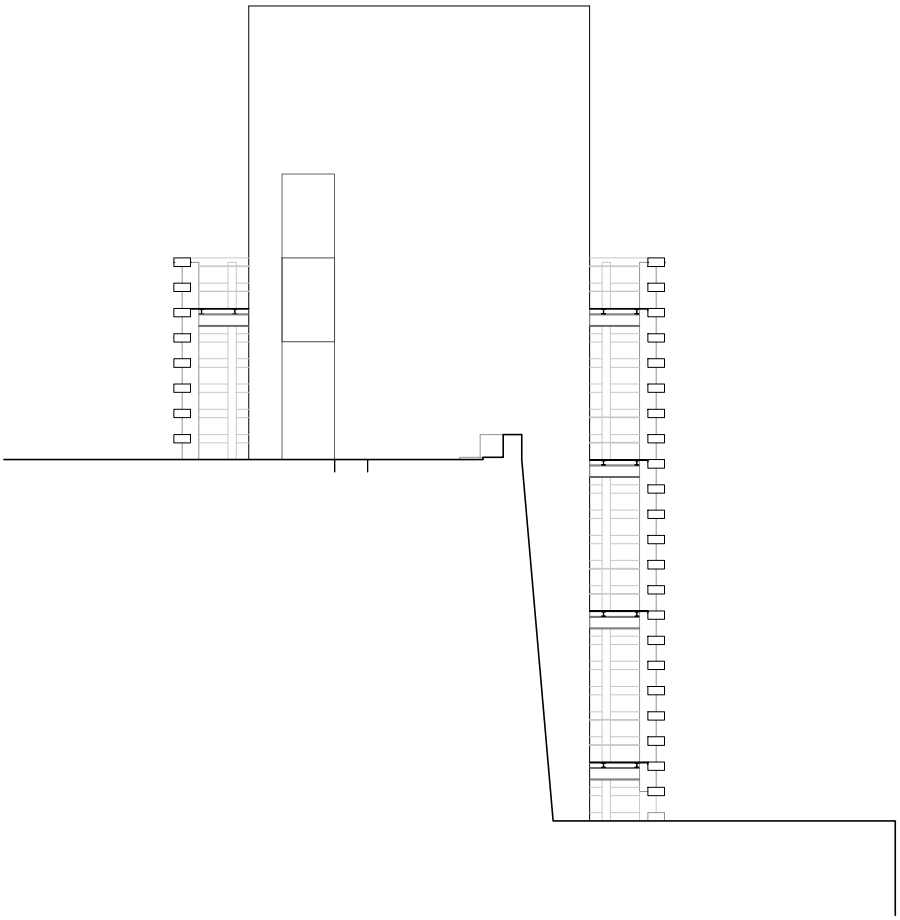
0 1 6 m

176| Corte II', proposta, escala 1:200.





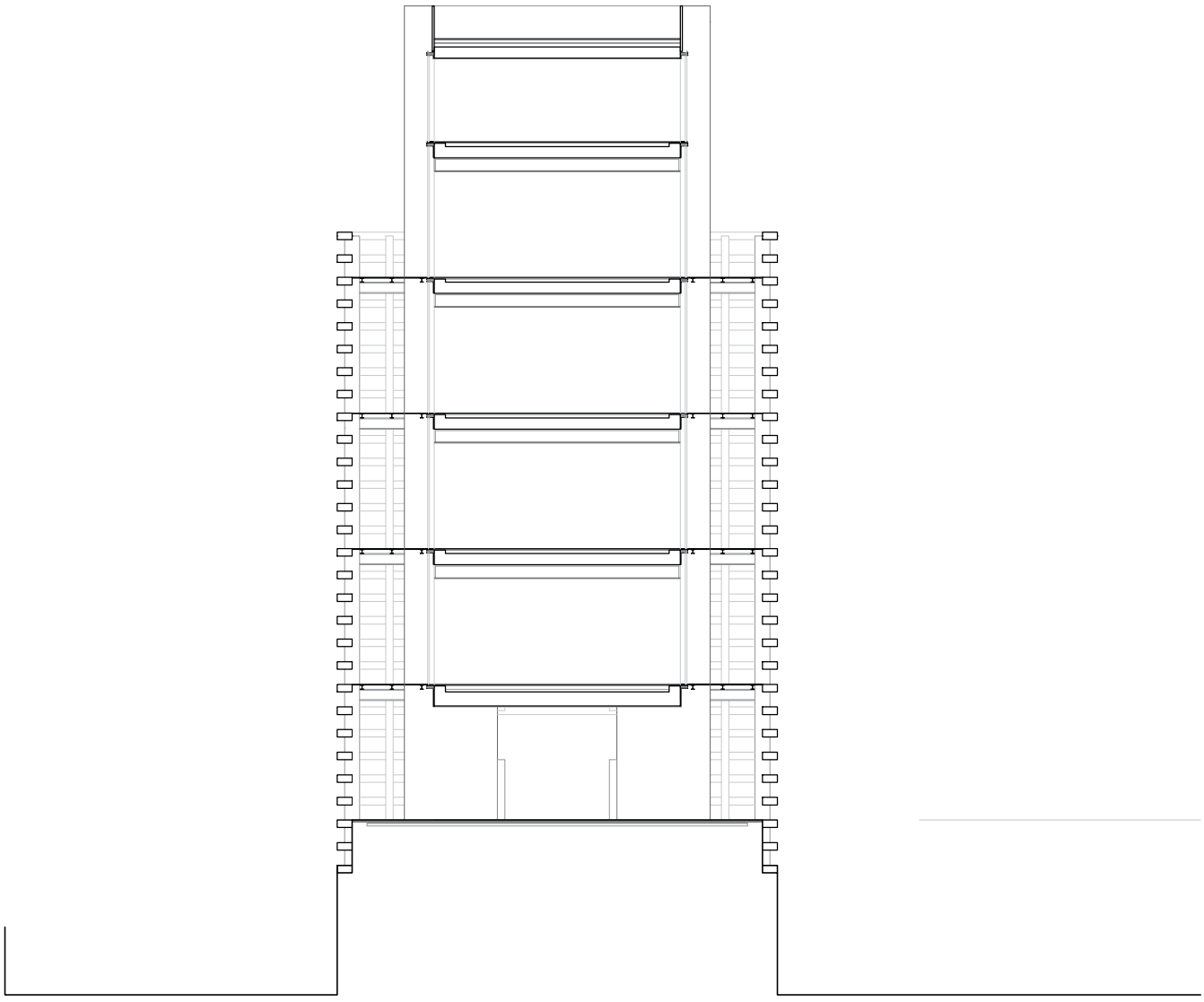
177| Corte JJ', proposta, escala 1:200.

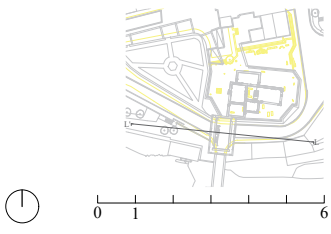




0 1 6 m

178| Corte KK', proposta, escala 1:200.





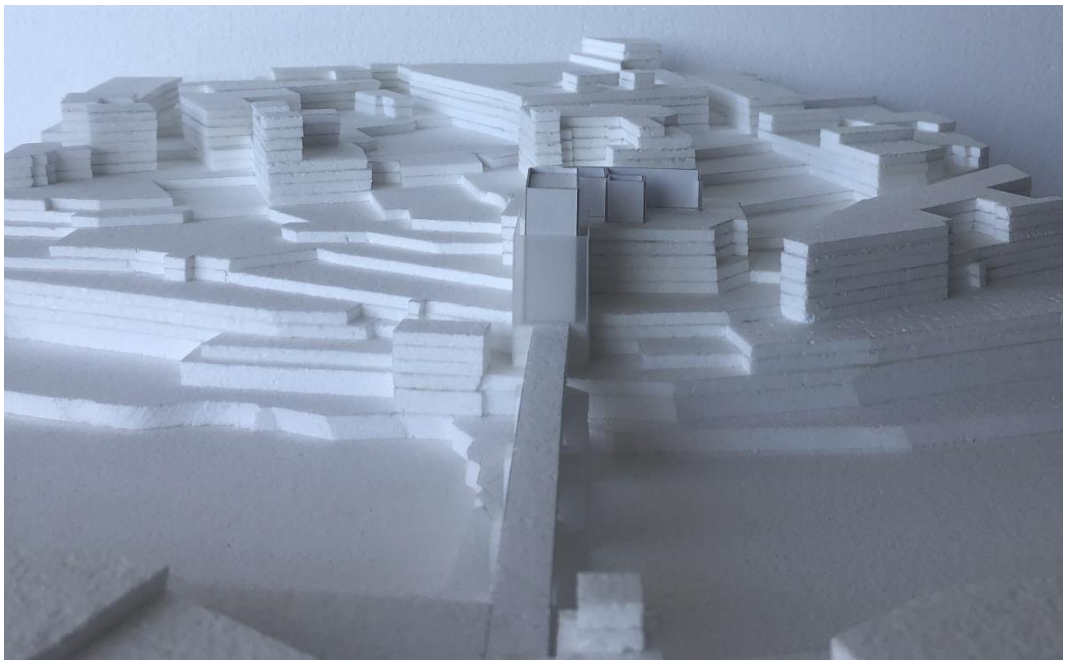
179| Corte LL', proposta, escala 1:200.

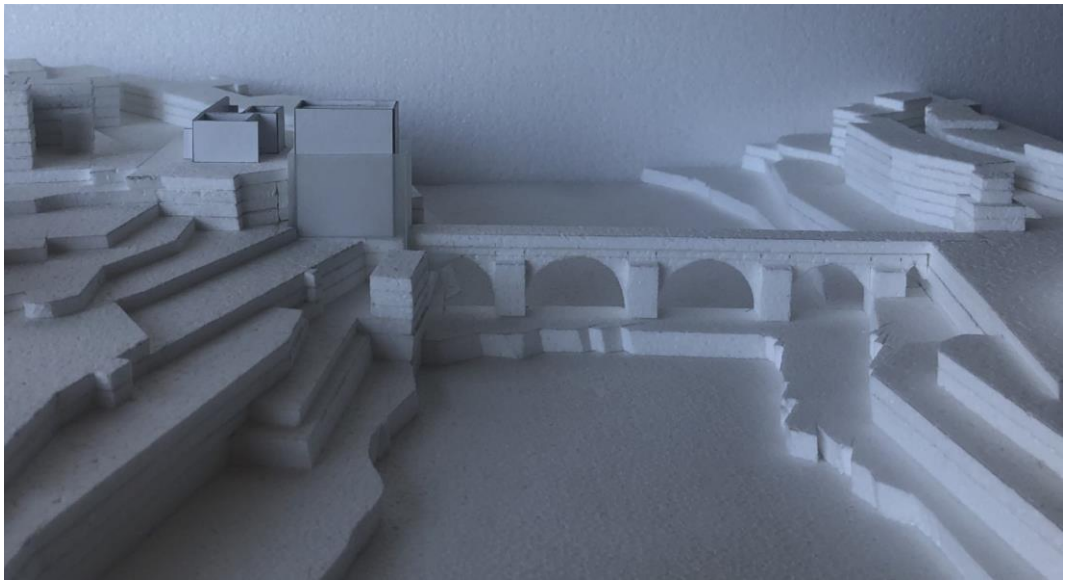


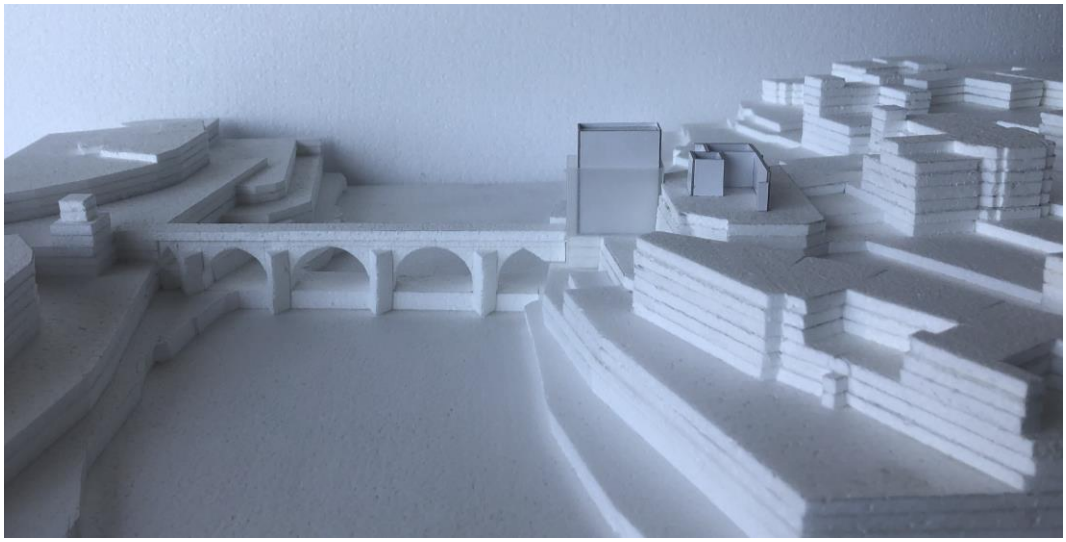
180| Maqueta 1:500, existente.



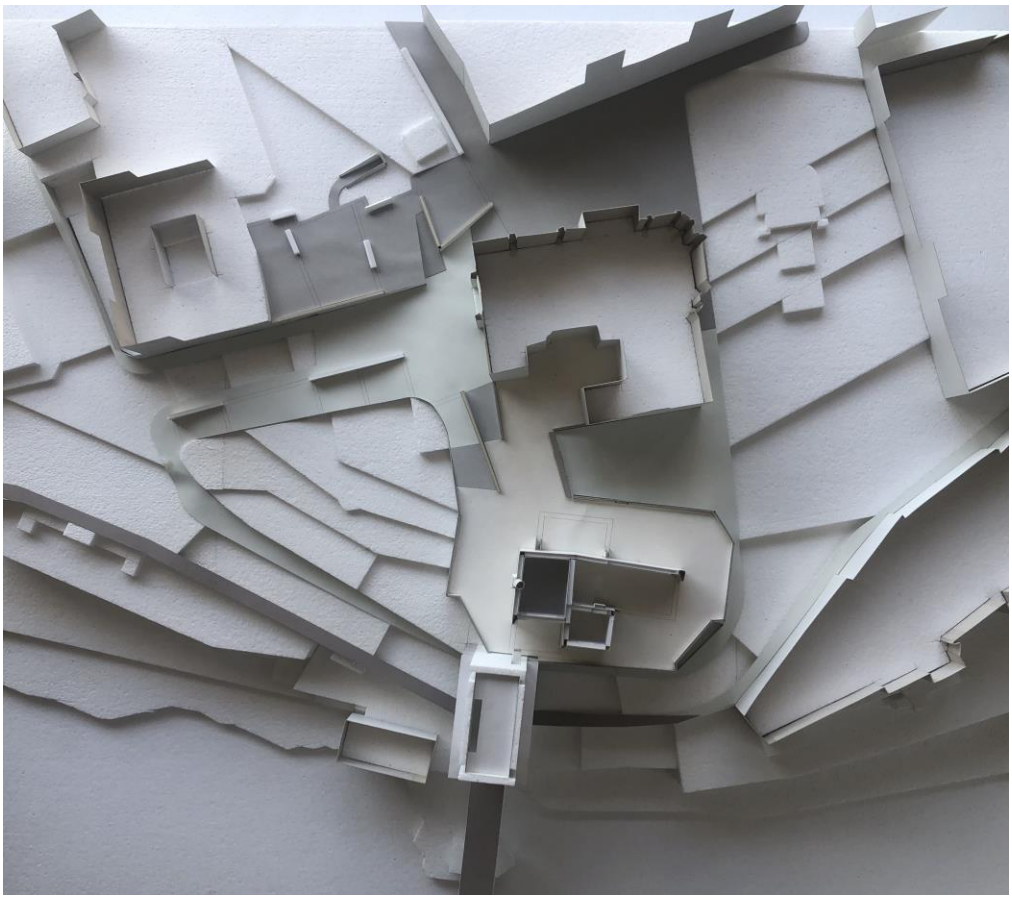
181| Maqueta 1:500, proposta.

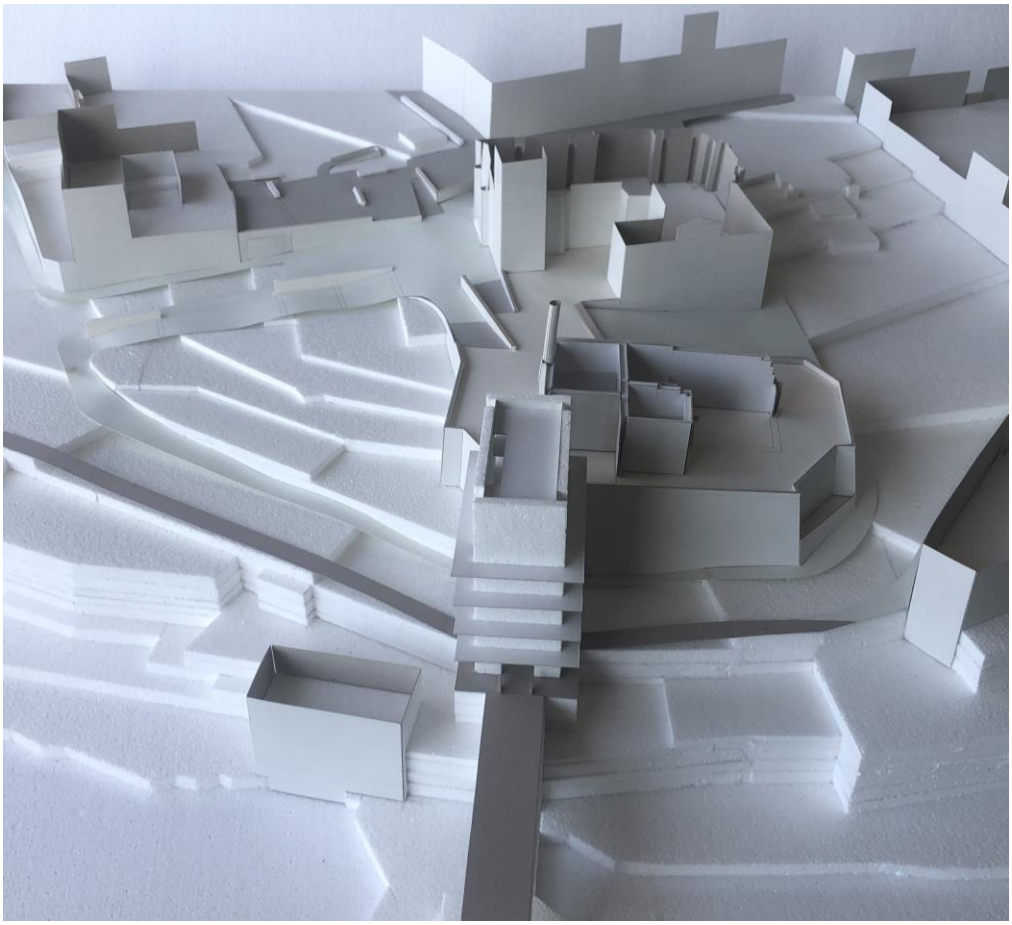




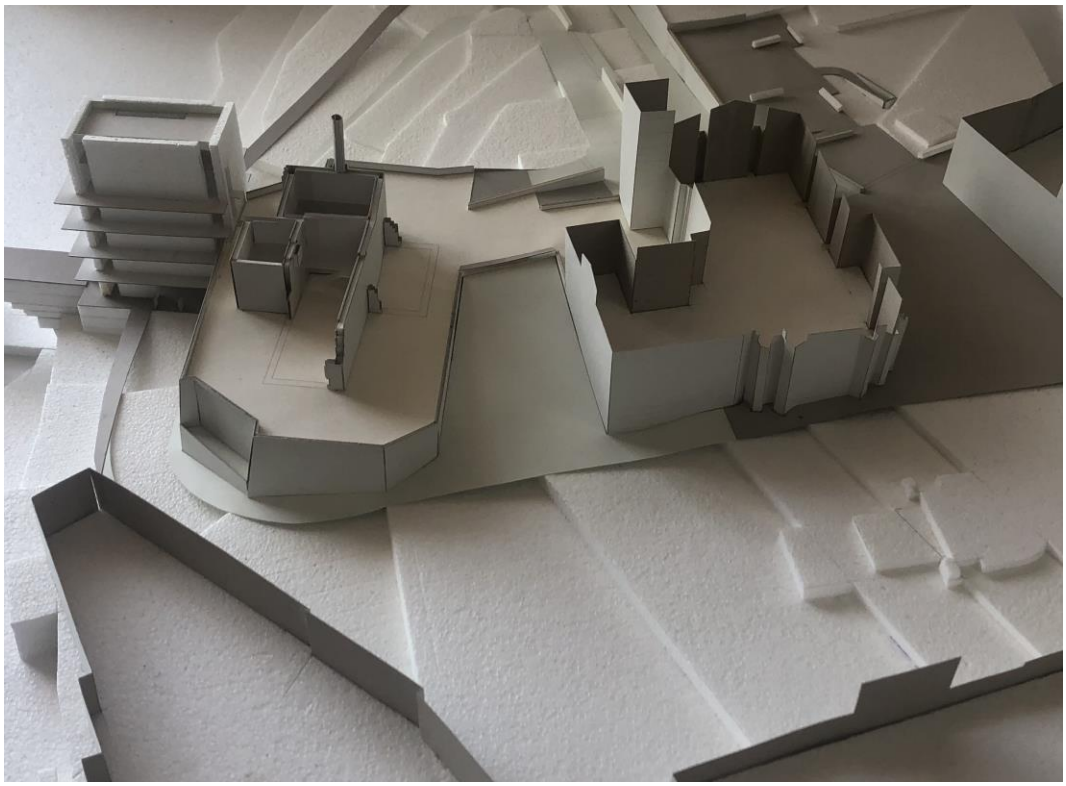


182, 183 e 184| Maqueta 1:500, proposta.



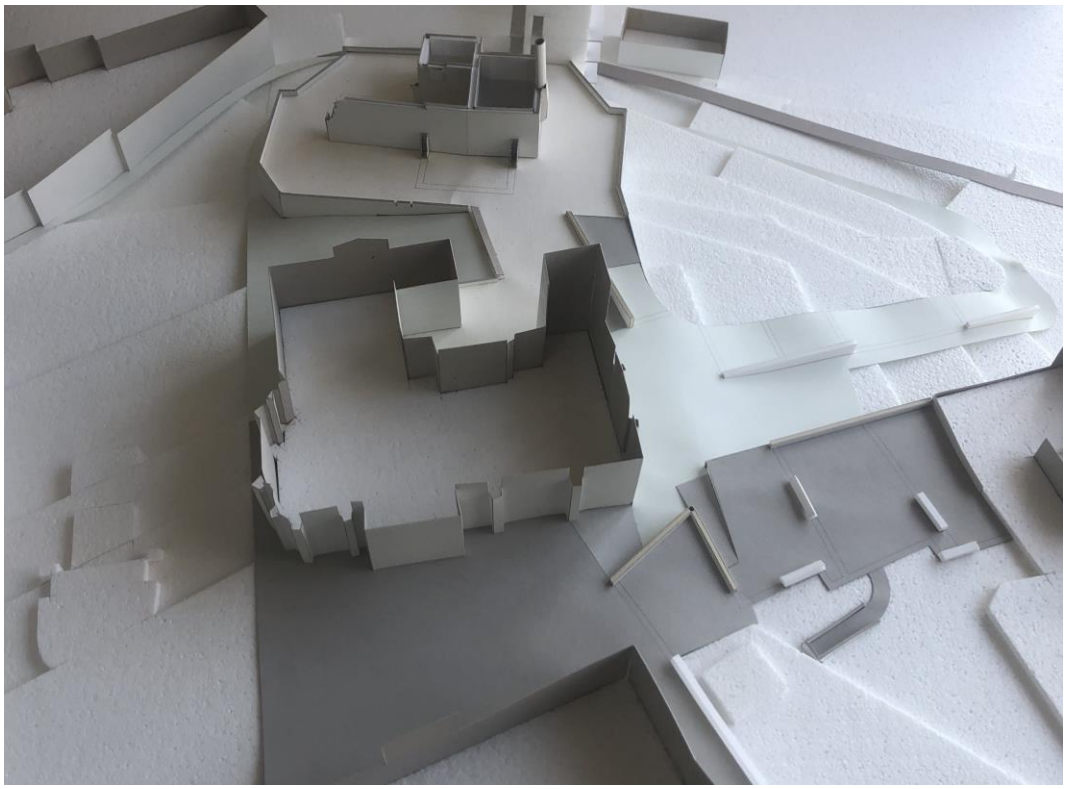


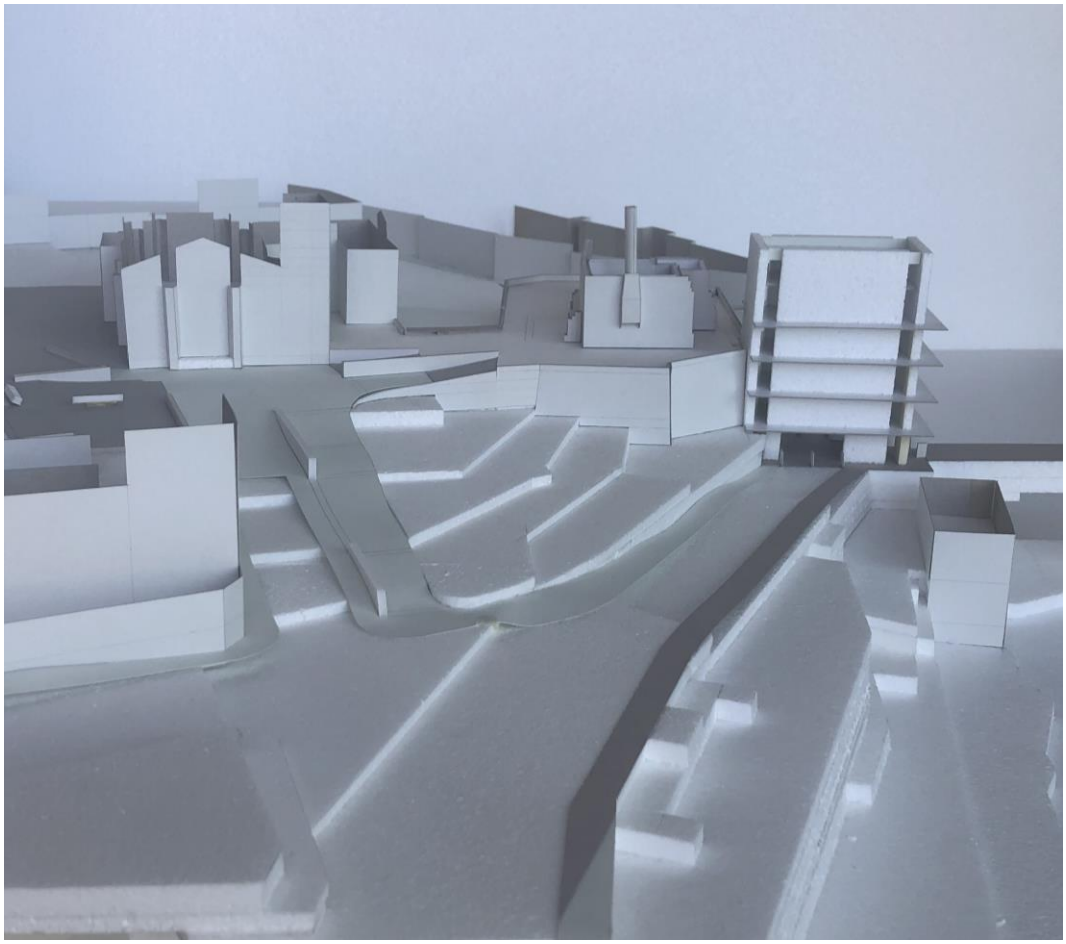
185 e 186| Maqueta 1:200, proposta.



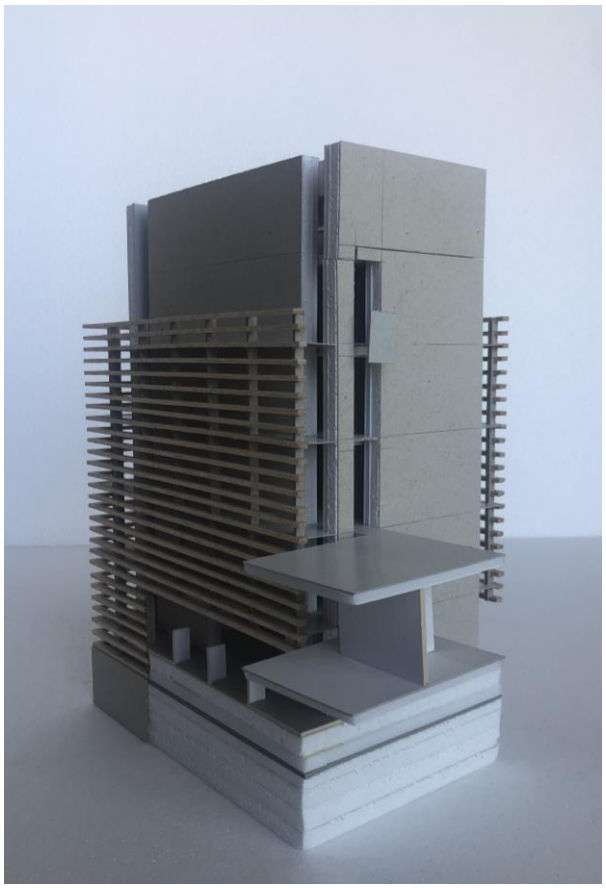


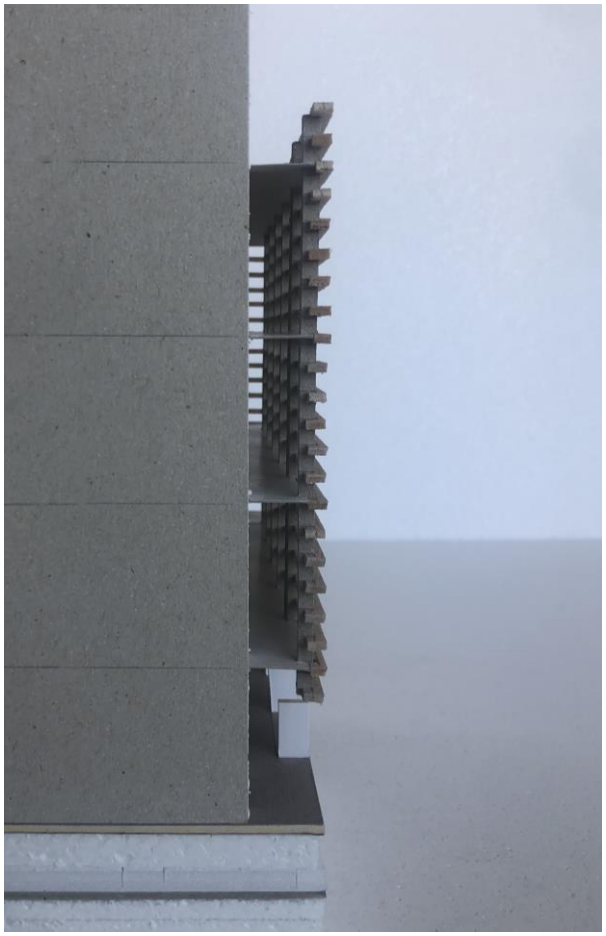
187 e 188| Maqueta 1:200, proposta.



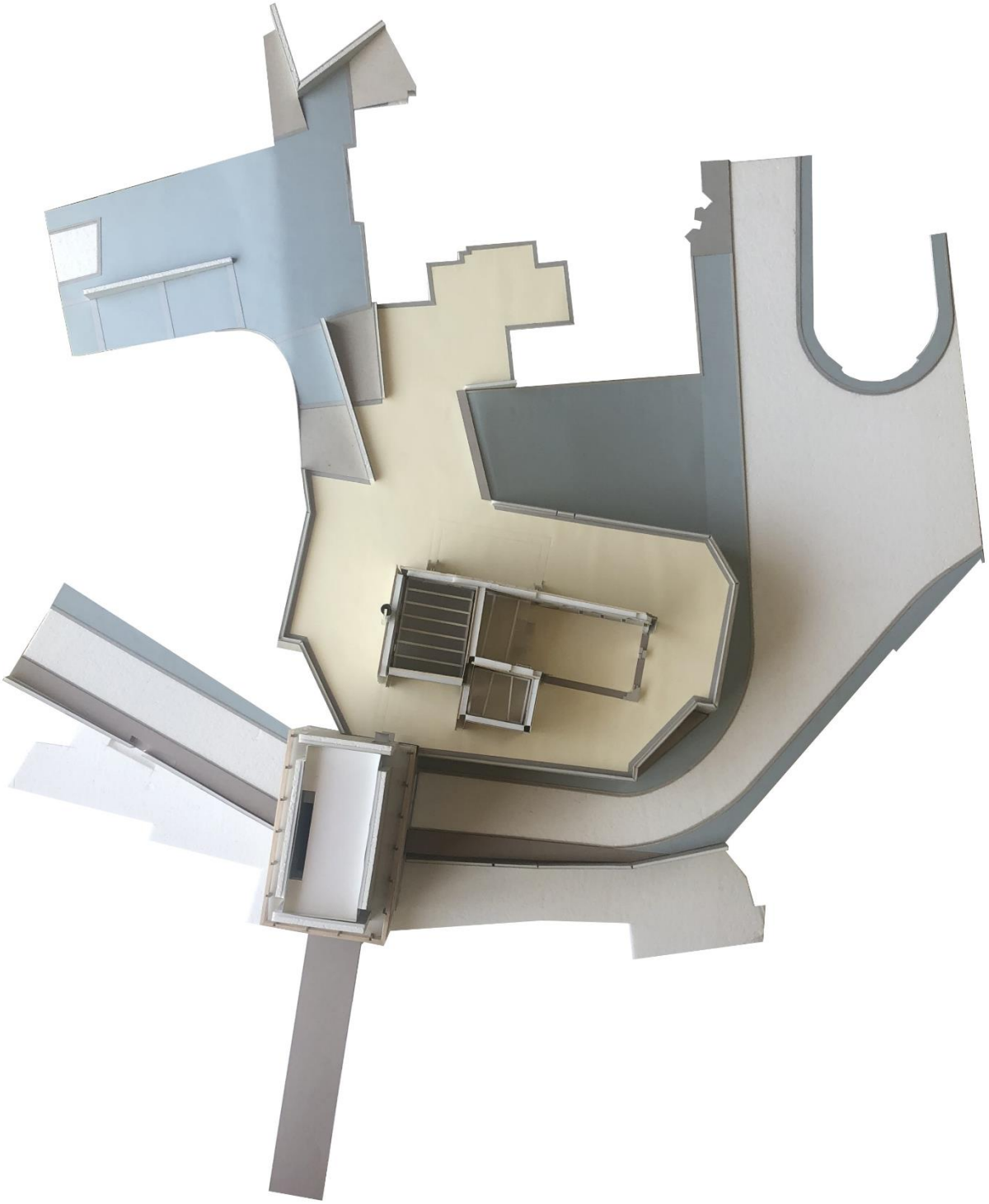


189 e 190| Maqueta 1:200, proposta



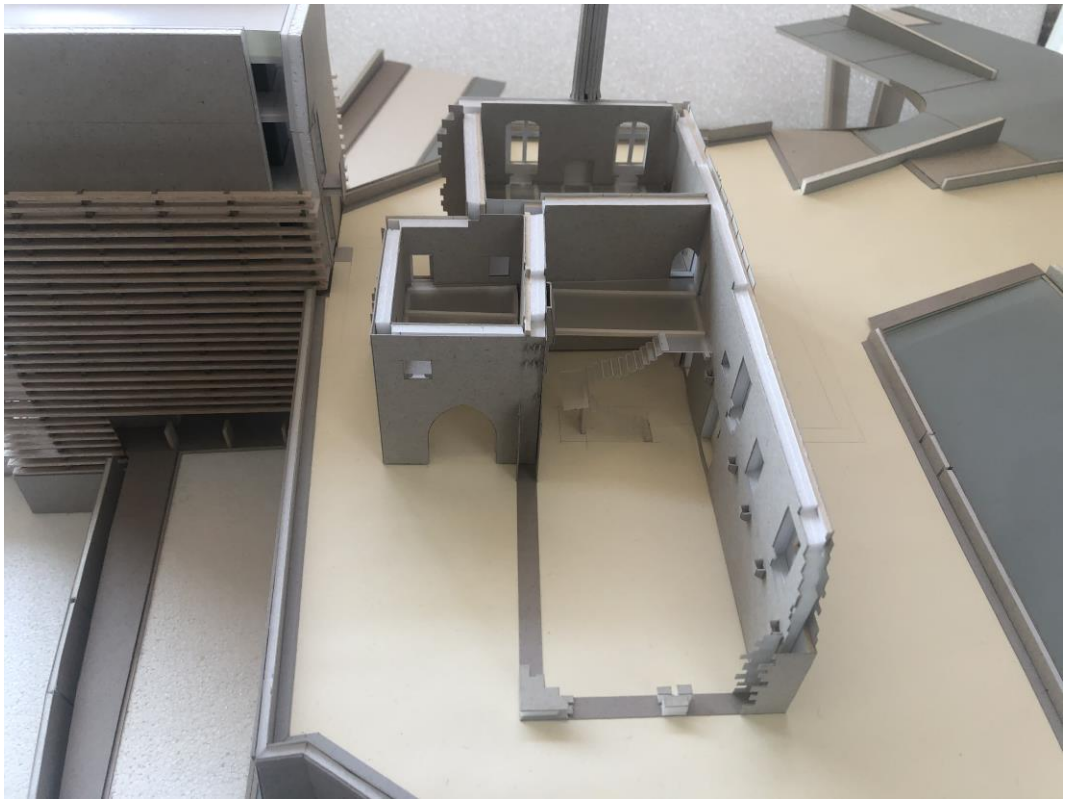


191 e 192| Maqueta 1:100, torre proposta.



193| Maqueta 1:100, proposta.





194 e 195| Maqueta 1:100, proposta.

196| Maqueta 1:100, proposta.



197| Maqueta 1:100, proposta.

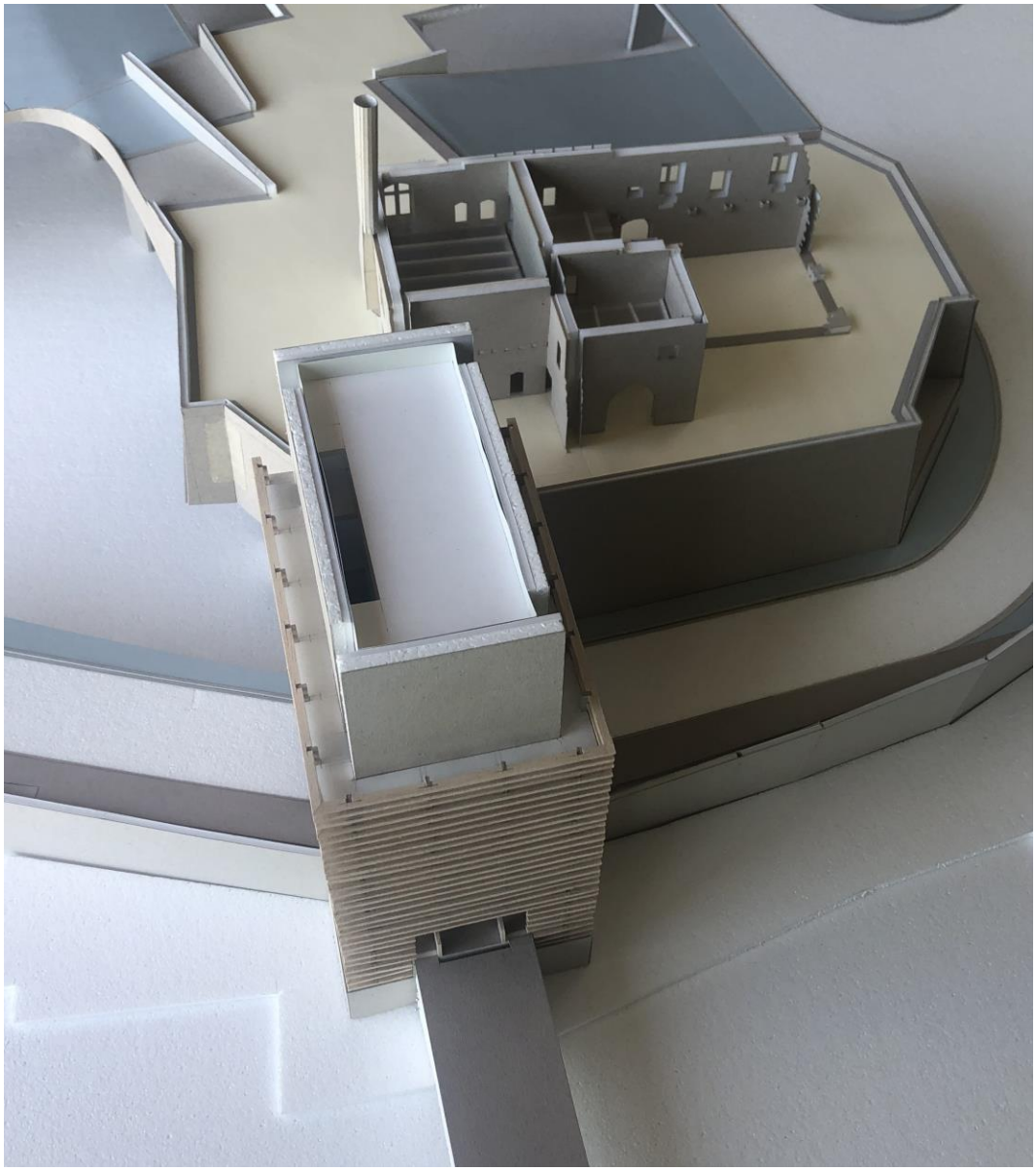




198 e 199| Maqueta 1:100, proposta.



200| Maqueta 1:100, proposta.



201| Maqueta 1:100, proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condição de ruína gera, na maioria dos casos, uma certa dificuldade em reconhecer nesta qual intervenção realizar, de modo a protegê-la e valorizá-la, e, consequentemente, um certo receio em intervir, para além de acções de conservação.

Os estudos sobre o património arquitectónico e arqueológico revelam-nos que uma construção, na maioria dos casos, resulta de vários actos construtivos, ocorridos em tempos diferentes. Isto mostra-nos que, ao longo do tempo, o ser humano, sem constrangimento, foi construindo, destruindo e reconstruindo de modo a adaptar anteriores estruturas a novas necessidades, em constante mutação. A todas essas origens do objecto (anteriores ao seu estado de ruína), essas camadas construtivas, reconhecemos, actualmente, valor patrimonial. Assim, entendemos que uma nova intervenção na ruína, determinada para cada caso específico, tem ou poderá vir a ter significado.

"(…) a obra realizada é sobretudo legitimada a falar também da sua carga teórica, precisamente porque vem expressa como história do próprio tempo e não apenas como meditação prolongada do arquitecto. A obra de arquitectura torna-se uma imagem, um signo, que é expressão dos limites, das tensões, das esperanças da colectividade."[216]

Entendemos de extrema importância a relação da Arquitectura com outras áreas disciplinares (como a Arqueologia e a História, entre tantas outras), mais ainda, aquando a intervenção em contexto arquitectónico em ruína, de modo a promover o maior e melhor reconhecimento do desenvolvimento arquitectónico de determinada ruína ao longo do tempo, do seu valor histórico, arquitectónico e simbólico, e das razões que fundamentam determinada opção de acção de intervenção.[217]

Intervir num determinado objecto[218] (e, consequentemente, directa ou indirectamente, no lugar onde este se insere) provocando a sua metamorfose implica entender a sua configuração, actual e anterior/es, respeitar os seus valores, diagnosticar as suas carências, reconhecer a sua vitalidade e as suas potencialidades, em suma, avaliar *como foi, o que é, o que se pede e como há-de ser*.[219]

---

[216] Mário Botta, *Ética do Construir*, prefácio de Benedetto Gravagnuolo, Edições 70, Lisboa, 1996, p. 26.
[217] *"Julgo que a qualidade de um projecto, seja qual for a sua extensão, se obtém pelo trabalho interdisciplinar, pela capacidade de diálogo e de coordenação, e não pelo conhecimento especializado do arquitecto para este ou aquele desempenho. É indispensável o arquitecto especialista em não ser especialista, responsável pela visão global e de relações que a arquitectura exige."*, Álvaro Siza, *02Textos*, op. cit., p. 117.
[218] Tal como expõe Antón Capitel, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, op. cit., p. 13.
[219] Antoni González Moreno-Navarro, *La restauración objetiva (Método SCCM de restauración monumental)*. Citado por Pedro Alarcão, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, op. cit., p. 50.

Conhecer (e dar a conhecer), proteger e valorizar[220] são tarefas que entendemos fundamentais e indissociáveis aquando qualquer intervenção no património arquitectónico em ruína. O modo de realizar convenientemente estas tarefas diferencia de caso para caso, devendo cada um ser propriamente estudado de forma a reconhecer a melhor intervenção neste a seguir.

"A maior dificuldade consiste em saber antes de mais avaliar com justiça a necessidade ou a oportunidade da intervenção, localizá-la, determinar a sua natureza e a sua importância."[221]

A proposta de intervenção no Paço dos Condes – Duques de Barcelos procura responder à condição actual específica da sua ruína e do seu lugar. Daí a extensão da primeira parte do presente trabalho, assente na investigação, que consideramos essencial para estabelecer princípios de intervenção capazes de ir ao encontro do conhecimento, da protecção e da valorização da referida ruína e lugar.

As significativas ruínas do Paço de Barcelos, pelos seus valores arquitectónicos, históricos e simbólicos, e pelo seu substancial papel, desde a sua existência, na construção de uma identidade, de uma memória comum, revelam-se-nos como instrumento polarizador do lugar onde se inserem, que nos é próximo.

Lugar repleto de outras construções também com uma grande carga arquitectónica, histórica e simbólica, mas das quais o Paço de Barcelos se diferencia pela sua condição de ruína.[222] À impressiva imagem da ruína acresce a sua privilegiada implantação, possuindo forte relação com a vastidão da paisagem envolvente, urbana e natural.

A maioria das habitações presentes no centro histórico medieval de Barcelos encontram-se em ruína, no entanto, longe do estado de ruína do Paço. Algumas destas habitações têm sofrido obras bastante discutíveis: a fachada voltada para a rua é deixada, mas quase tudo o resto é arrasado (exemplo disto é a Casa Ascensão Correia).

---

[220] *"Esta locução-chave, que se desejaria tranquilizadora é, na verdade, inquietante, devido à sua ambiguidade. Ela remete para os valores do património, que se trata de fazer reconhecer; contém também a noção de mais-valia. Mais valia de interesse, de agrado, de beleza, é verdade. Mas também mais-valia de atracção, de que é inútil sublinhar as conotações económicas. / A ambivalência da expressão* valorização *designa um facto inédito na história das práticas patrimoniais: o antagonismo de dois sistemas de valores e de dois estilos de conservação."*, Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2018, p. 227; sobre os *efeitos perversos* do uso do património, ver p. 240 – 247; entendemos necessário ter em atenção estas questões; o objectivo da valorização do património não é (ou não deveria ser) gerar segregações, antes pelo contrário.

[221] Françoise Choay, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2018, p. 168.

[222] A Ponte Medieval, a Igreja Matriz, o Solar dos Pinheiros, os Paços do Concelho, a Capela da Nossa Senhora da Ponte, entre outras, incluindo as inúmeras habitações que constituem *pano de fundo* no tecido urbano, das quais destacamos a Casa de Felgueiras Gayo, a Casa dos Condes Villas-Boas, a Casa nº17 na Praça Municipal, a Casa dos Simões Duarte Lyra, a Casa dos Carmonas e a Casa dos Arriscados Mendanhas.

A destruição do edificado contíguo ao Paço, à Igreja Matriz, ao Paços do Concelho, com a intenção de *libertar* visualmente estes, fez com que se perdesse a continuidade urbana e, consequentemente, o carácter aglutinador do lugar, problema até hoje por resolver.

O objectivo da reflexão e do projecto é a reintegração formal, espacial, social e cultural das ruínas do Paço de Barcelos no lugar onde pertencem. A fim de cumprir tal objectivo, entendemos que o projecto não se pode limitar às referidas ruínas; ademais, tem necessariamente de se debruçar sobre o espaço urbano próximo, o *vazio*, e as demais realidades que constituem o lugar (de modo a, entre estas, recuperar diálogos perdidos e criar novos).

Assim, tornou-se necessário trabalhar várias escalas de intervenção, relacionando-as: a (re)construção da Torre da Ponte, intimamente relacionada com a ruína, mas sem nesta *tocar*; o redesenho do traçado urbano, necessário à partida, mas que a introdução da torre proposta mais impulsionou; a colocação das estruturas metálicas nas ruínas das cinco primeiras *casas torres*, que permitam uma maior fruição e protecção destas.

Consideramos que, caso a proposta estivesse a responder a uma encomenda específica, em contexto real, esta poderia ser concretizada de forma faseada, partindo da intervenção nas ruínas das cinco primeiras *casas torres*, passando pelo redesenho do traçado urbano e culminando na (re)construção da Torre da Ponte.

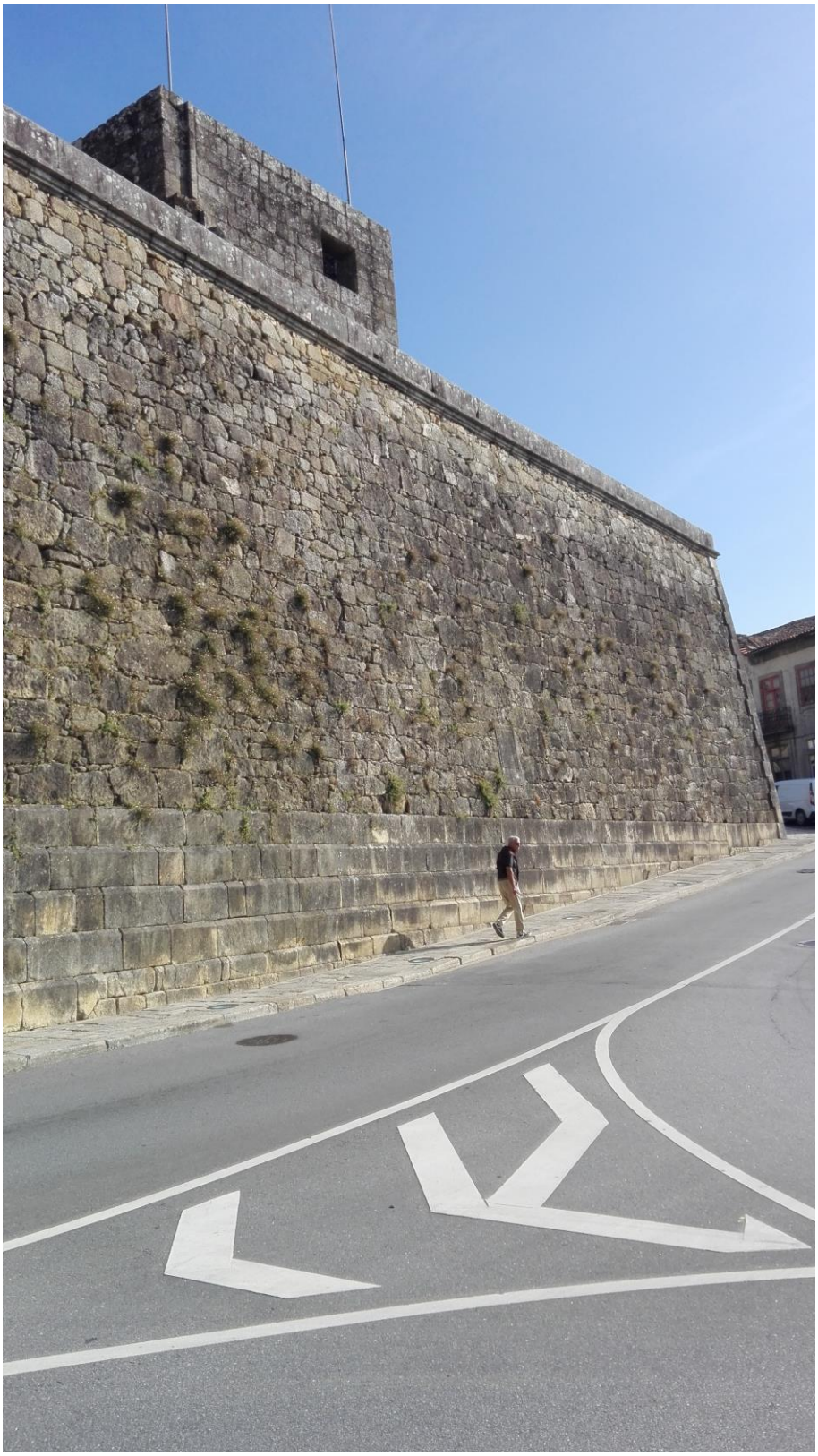
O projecto, todavia, pode ainda evoluir, expandir. Entendemos necessárias, entre as várias carências do lugar, a premente resolução da articulação da urbe com o rio (a necessidade de um percurso marginal, a Norte e a Sul) e a requalificação do lugar próximo ao extremo Sul da Ponte Medieval (Barcelinhos), às quais não respondemos por entender que estas se teriam de resolver a uma escala muito mais alargada, desviando-nos do propósito inicial de projecto.[223] Estes e outros temas e escalas, que, por falta de espaço, não desenvolvemos, aguardam resposta.

A condição de ruína do Paço de Barcelos, aliada aos seus valores arquitectónicos, históricos e simbólicos, justificam a manutenção do seu *status quo*. A passagem do tempo,

[223] *"Um aspecto que me impressiona muito, na arquitectura e na cidade do nosso tempo, é a pressa em concluir tudo rapidamente. Esta tensão para uma solução definitiva impede a complementaridade entre as várias escalas, entre o tecido urbano e o monumento, entre o espaço aberto e a construção. Hoje qualquer intervenção, por mais pequena e fragmentária que seja, empenha-se de imediato numa imagem final: assim se explica a dificuldade da interpenetração entre as várias partes da cidade."*, Álvaro Siza, *Imaginar a evidência*, op. cit., p. 103.



202| Extremo Norte da Ponte Medieval; a cota superior, as ruínas das cinco *casas torres*; a cota inferior, as ruínas da Torre da Ponte, a sexta *casa torre*.



203| Extremo Norte da Ponte Medieval; a cota superior, as ruínas das cinco *casas torres*; a cota inferior, as ruínas da Torre da Ponte, a sexta *casa torre*.

as demolições e as intervenções sofridas expostas na ruína fazem hoje parte da sua história, da sua identidade, que entendemos relevante manter.[224]

No entanto, a débil relação destas ruínas com o seu lugar, e a falta de elementos que permitam a sua simples leitura e compreensão, faz com que estas formem um conjunto isolado e incaracterísticos de paredes desmanteladas.

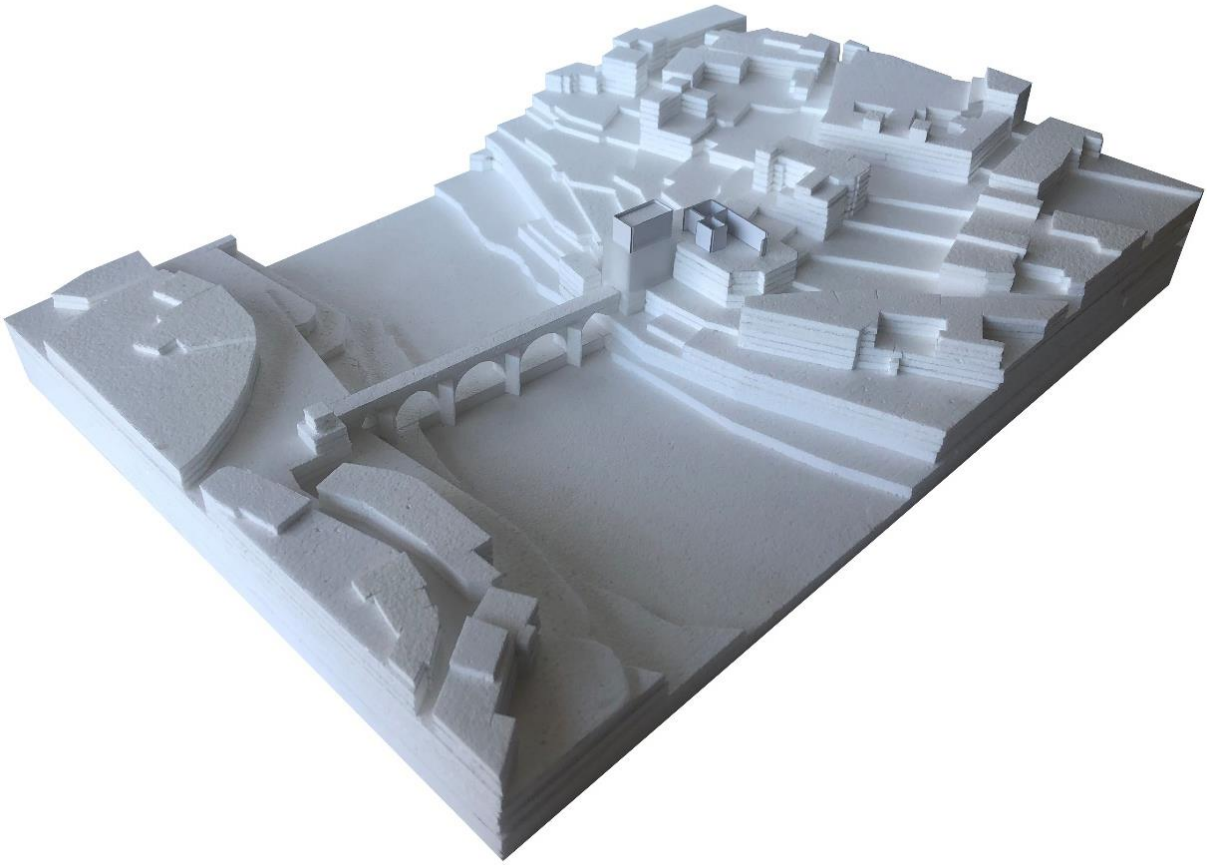
A nossa proposta, tendo como estímulo as ruínas do Paço de Barcelos, procura valorizar não só estas, como também as diferentes realidades que compõem o seu lugar; procurando promover uma melhor leitura, compreensão e fruição das ruínas e uma ressignificação da sua paisagem.

A torre proposta, pela presença impactante e peculiar que reintroduz no lugar, pode levantar uma certa controvérsia. No entanto, é esta mesma presença, hoje esquecida, que consideramos crucial não só para a compreensão do Paço, da ponte e da muralha, como também para a articulação das realidades que constituem o lugar, recuperando (em parte) uma identidade perdida (cuja falta é sentida). A torre proposta não pretende opor-se ou sobrepor-se a outros elementos, mas sim propiciar continuidade.[225]

A proposta não procura um regresso ao passado; apropria-se deste para construir uma resposta à actualidade. A história é usada como instrumento de projecto, que procura promover diálogos entre o passado e o presente, que consideramos necessários para manter viva uma memória comum.

[224] Entendemos insensato reverter as intervenções que o Paço de Barcelos sofreu posteriores ao seu estado de ruína, pois ainda persistem muitas dúvidas sobre a materialização deste anterior ao seu estado de ruína.

[225] *"(...) uma forma só possui significado na medida em que representa ou satisfaz, para além de um homem* [o arquitecto]*, toda uma sociedade que dela se utiliza."*, Fernando Távora, *Da organização do espaço*, op. cit., p. 26.



204| Maqueta 1:500, proposta.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia geral

ALARCÃO, Pedro, *Construir na ruína. Entre a reconstituição e a reabilitação*, Edições Afrontamento, Porto, 2019.

ALARCÃO, Pedro, *O traçado oculto da cidade romana de Tongobriga, in Tongobriga – Reflexões sobre o desenho urbano*, Afrontamento, Porto, 2014.

ALARCÃO, Pedro, TAVARES, Lino Dias, *Paisagem antiga, sua construção e (re)uso, reptos e perspectivas*, Edições Afrontamento, CITCEM-Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Porto, 2017.

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de, *Património – Riegl e Hoje*, in Revista da Faculdade de Letras, Porto, FLUP, II série, vol. X, 1993.

ÁLVAREZ, Darío Álvarez, SANTAMARÍA, Miguel Ángel de la Iglesia, coord., *Modelos de Paisages Patrimoniales. Estrategias de protección e intervención arquitectónica*, LAB/PAP, Valladolid, 2017.

BENEVOLO, Leonardo, *Introdução à Arquitectura*, Edições 70, Lisboa, 2009.

BOITO, Camilo, *Conserver ou restaurer: les dilemmes du patrimoine*, Bensaçon, L'Imprimeur, 2000 (1.ª ed. 1893).

BOTTA, Mário, *Ética do Construir*, prefácio de Benedetto Gravagnuolo, Edições 70, Lisboa, 1996.

BRANDI, Cesare, *Teoria de la restauración*, Madrid, Alianza Forma, 1993, (1.ª ed.1963).

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, 2ª edición revisada y ampliada, Madrid: Alianza, 2009.

CHOAY, Françoise, *A alegoria do património*, Édições 70, Lisboa, 2018.

CHOAY, Françoise, *As questões do património. Antologia para um combate*, Edições 70, Lisboa, 2011.

COSTA, Alexandre Alves, *Património urbano e reabilitação*, revista património, Lisboa: DGPC, 2013.

Eduardo Souto de Moura, Editorial Blau, Lda, Lisboa, 2000, *A ambição à obra anónima* – numa conversa com Eduardo Souto de Moura, entrevista Paulo Pais.

GRASSI, Giorgio, *La arquitectura como oficio y otros escritos*, Ed. Cast, 1979.

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções*, Livros Horizonte, 2004.

LOWENTHAL, David, *El pasado es un país extraño*, Ediciones Akal, 1998.

RIEGL, Alois, *O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos*, Edições 70, Lisboa, 2016.

ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade*, Edições 70, Lisboa, 2018.

RUSKIN, John. *The Seven Lamps of Architecture*. Barcelona: Alta Fulla, 1987.

SIZA, Álvaro, *02Textos*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2018.

SOLÀ-MORALES, Ignasi, *Inscripciones*, Editorial Gustavo Gili, SA, Barcelona, 2003.

TÁVORA, Fernando, *Da organização do espaço*, FAUP publicações, Porto, 2008 (1ª ed. 1962).

USTÁRROZ, Alberto, *La Lécción de las Ruinas: Presencia del pensamiento grego y romano en la arquitectura*, Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1866.

VIOLLET-LE-DUC, Eugéne; *"Restauration", Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle*, A. Morel, Éditeur, 1866.

SIZA, Álvaro, *Imaginar a evidência*, prefácio de Vittorio Gregotti, Edições 70, Lisboa, 1998.

ZUMTHOR, Peter, *Atmosferas*, Editorial Gustavo Gili, SL, Barcelona, 2006.

Bibliografia específica

A lagrima, nº 16, Anno V, Barcellos, 16 de Agosto de 1896; n.º 14, anno IX, Barcellos, 21 de Abril de 1901; nº 11, Anno IX, Barcellos, 3 de Março de 1901; nº 9, Anno IX, Barcellos, 20 de Janeiro de 1901.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de, MILHAZES, Maria Cláudia, ANTUNES, João M. Viana, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, 1991.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, 9, Ed. Presença, Lisboa, 1990.

AZEREDO, Francisco de, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, Porto, 1954.

BALLESTER, José Salvador Rodrigues, *Barcelos no bilhete postal antigo.* 1900-1960, Acobar, Barcelos, 2015.

BARROCA, Mário Jorge, *O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Portuguesa de Quatrocentos*, em Barcelos Terra Condal - Comemorações, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1998.

CAPELA, José Viriato, BORRALHEIRO, Rogério, *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos*, 1998.

DIAS, Maria Helena, Instituto Geográfico do Exército, *Portugalliae Civitates, Perpectivas cartográficas militares*, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa, 2008.

DOMINGOS, Joaquim Pereira, Abade do Louro, *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcelinhos e Villa Nova de Famalicão*, Viana do Castelo, 1867.

FERRAZ, António, *Apontamentos para a História de Barcelos*, volume III, Leitura, introdução e notas de António Júlio Limpo Trigueiros, SJ do manuscrito redigido entre 1894 e 1916, Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Barcelos, 2018.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Barcelos - Terra de Condes*, sep. de Barcelos Revista, Barcelos, 1991-1992.

FLORES, Joaquim, *Projecto de Musealização das Ruínas do Paço dos Condes-Duques de Barcelos*, Faculdade de Arquitectura-Universidade Técnica de Lisboa, 1996

FLORES, Joaquim António de Moura, *O Paço dos Condes de Barcelos*, Barcelos Património, 4, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1996.

FONSECA, Teotónio da, *O Concelho de Barcelos de Aquém e Além Cávado*, Barcelos, Santa Casa de Misericórdia de Barcelos e Câmara Municipal de Barcelos, 1948.

NORTON, Manuel Salazar, *Velharias Barcelenses*, Barcelos Revista, 2º série, nº6, Barcelos, 1995.

Pedro de Poyares, em *Tractado Panegyrico em louvor da Villa de Barcellos por rezam do apparecimento de Cruzes que nella aparecem*, 1672.

PINHO, Victor, *Almeida Peixoto pretendeu demolir as ruínas do Paço Ducal*, Jornal de Barcelos, 2012.

SAMPAIO, J. Mancelos, SOUCASAUX, Augusto, *Barcelos, Resenha Histórica - Pitoresca - Artística*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1927.

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, IPPAR, Lisboa, 1995.

VALE, Clara Pimenta do, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991.

Webgrafia

Arquivo Municipal de Ponte de Lima, Pergaminho nº 40, in O Archeologo Português, vol. XXI, Janeiro a Dezembro de 1916: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_21/1_pergaminhos.pdf

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico: http://www.monumentos.gov.pt

Arquivo Nacional Torre do Tombo: https://digitarq.arquivos.pt

CRÉDITOS DAS IMAGENS

1 e 2| Esquissos da autora.
3| Fotografia da autora, 2018.
4 e 5| Fotografias da autora, 2020.
6| Fotografia da autora, 2023.
7 e 8| Fotografias da autora, 2020.
9 a 11| Fotografias da autora, 2023.
12| Maqueta e fotografia da autora.
13 e 14| Fotografias da autora, 2023.
15|https://aqualibri.cimcavado.pt/handle/20.500.12940/11664?fbclid=IwAR0JDF5G8JtfrqJad9Vd03es-nbD4UWPsE5BuyDyDtmm-hvE5ofSIUWveH8, consultado a 31/03/2022.
16| Fotografia da autora, 2020.
17| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 49.
18| Fotografia da autora, 2020.
19| Fotografia da autora, 2023.
20| Maqueta e fotografia da autora, 2023.
21| https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=3909707, consultado a 9/09/2020.
22| https://www.igeoe.pt/downloads/file146_pt.pdf, consultado a 24/10/2019.
23| Fotografia da autora, 2021.
24| https://cincodemaio.blogs.sapo.pt/415330.html, consultado a 3/04/2020.
25| https://www.allaboutportugal.pt/pt/sabugal/monumentos/ponte-de-sequeiros, consultado a 3/04/2020.
26| Fotografia da autora, 2020.
27| Fotografia da autora, 2023.
28 e 29| Fotografias da autora, 2020.
30| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 67.
31 e 32| Fotografias da autora, 2020.
33| Manuel Salazar Norton, *Velharias Barcelenses*, Barcelos Revista, 2º série, nº6, Barcelos, 1995.
34| http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1925, 11/09/2020.
35| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 59.
36 e 37| Fotografias da autora, 2023.
38| Fotografia da autora, 2020.
39 a 41| Fotografias da autora, 2023.
42| Fotografia da autora, 2020.
43| Carlos Alberto Brochado de Almeida; Maria Cláudia Milhazes; João M. Viana Antunes, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 2007, p.4.
44 e 45| Fotografias da autora, 2020.
46 e 47| Fotografias da autora, 2023.
48 e 49| Manuel Salazar Norton, *Velharias Barcelenses*, Barcelos Revista, 2º série, nº6, Barcelos, 1995.
50| https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4242937, consultado a 12/05/2020.
51| Desenho da autora.
52 a 54| Joaquim António de Moura Flores, *O Paço dos Condes de Barcelos*, Barcelos Património, 4, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 1996 p. 24 e 25.
55| Carlos Alberto Ferreira de Almeida, *Barcelos, Col. Cidades e Vilas de Portugal*, 9, Ed. Presença, Lisboa, 1990, p. 13.
56 a 62| Fotografias da autora, 2020.

63| ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de; MILHAZES, Maria Cláudia; ANTUNES, João M. Viana, *Catálogo do Museu Arqueológico de Barcelos*, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos, 2007, p.4.
64| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 22.
65| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 35.
66 e 67| Desenhos da autora.
68| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 20.
69| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 37.
70| Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991, p. 134.
71| Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991, p. 120 e 121.
72| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 35.
73 e 74| Fotografias da autora, 2020.
75| https://bloguedominho.blogs.sapo.pt/ruinas-do-paco-dos-condes-em-barcelos-14292086, consultado a 18/08/2021.
76 a 79| Francisco de Azeredo, *O Paço dos Condes-Duques de Barcelos. projecto de restauro*, Porto, 1954, p. 38-51.
80 a 81| Joaquim Flores, *Projecto de Musealização das Ruínas do Paço dos Condes-Duques de Barcelos*, Faculdade de Arquitectura-Universidade Técnica de Lisboa, 1996.
82 a 91| Desenhos da autora.
92| Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991, p. 128 a 140.
93| Desenho da autora.
94 a 97| Fotografias da autora, 2020.
98| Manuel Salazar Norton, *Velharias Barcelenses*, Barcelos Revista, 2º série, nº6, Barcelos, 1995.
99| Fotografia da autora, 2020.
100| Fotografia da autora, 2023.
101 a 105| Fotografias da autora, 2023.
106| Fotografia da autora, 2023.
107| Fotografia da autora, 2020.
108 a 110| Fotografias da autora, 2023.
111 a 113| Desenhos da autora.
114 e 115| Fotografias da autora, 2021.
116| Clara Pimenta do Vale, *O Paço do Conde de Barcelos*, Barcelos Revista, 2ª Série, 2, Barcelos, 1991, p. 128 a 140, p. 135.
117 a 120| Desenhos da autora.
121| Victor Pinho, *Almeida Peixoto pretendeu demolir as ruínas do Paço Ducal*, Jornal de Barcelos, 2012.
122| Fotografia da autora, 2023.
123| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 96.
124| José Salvador Rodrigues Ballester, *Barcelos no bilhete postal antigo*, 1900-1960, Acobar, Tipoprado, Artes Gráficas, Lda, Vila de Prado, Barcelos, 2015, p. 110.
125| Fotografia da autora, 2023.
126| http://www.monumentos.gov.pt, consultado a 11/11/2020.
127 e 128| Fotografias da autora, 2020.
129| http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5245, consultado a 11/11/2020.

130 e 131| http://www.monumentos.gov.pt, consultado a 11/11/2020.
132| Fotografia da autora, 2023.
133| Desenho da autora.
134 a 141| Fotografias da autora, 2023.
142 e 143| Fotografias da autora, 2020.
144 a 162| Esquissos da autora.
163 a 179| Desenhos da autora.
180 a 201| Maquetas e fotografias da autora.
202 e 203| Fotografias da autora, 2020.
204| Maqueta e fotografia da autora.

ANEXOS

Planta, escala 1:3000.

1. Antiga Rua da Ponte/ do Terreiro | Actual Rua Duques de Bragrança.
2. Antiga Rua dos Pelames | Actual Rua Fernando de Magalhães.
3. Antiga Rua da Igreja | Actual Rua Dr. Miguel Fonseca.
4. Antiga Rua de Trás da Igreja | Actual Largo Dom António Barroso/ Praça Municipal.
5. Antiga Rua das Flores | Actual Largo Dom António Barroso/ Praça Municipal.
6. Antiga Rua de Santa Maria | Actual Rua da Misericórdia.
7. Antiga Rua de Fundo de Vila | Actual Rua do Arco.
8. Antiga Rua da Praça | Actual Travessa do Apoio.
9. Antiga Rua de Cimo de Vila | Actual Rua Direita.
10. Antiga Rua da Sapataria | Actual Rua Visconde de Leiria.
11. Antiga Rua da Triparia | Actual Rua Visconde de Leiria.
12. Antiga Rua dos Açougues | Actual Rua de São Francisco.
13. Antiga Rua dos Mercadores | Actual Rua de São Francisco.
14. Antiga Rua da Judiaria | Actual Rua Infante D. Henrique.
15. Antiga Rua dos Carvalhos | Actual Rua Cónego Joaquim Gaiolas.
16. Antiga Rua do Muro | Actual Travessa Entre Muros.
17. Antiga Rua entre o Paço e a Igreja Matriz.
18. Antigo Largo entre o Paço e a Igreja Matriz.
19. Antiga Rua das Ferrarias | Actual Travessa D, António Barroso.
20. Largo do Apoio.
21. Largo da Porta Nova.
22. Antigo Largo do Terreiro.
23. Antigo Largo do Pé da Ponte.
24. Antiga Praça da Vila.
25. Antiga Picota.
26. Antigo Adro.
27. Torre e Porta da Ponte.
28. Torre e Postigo do Pessegal.
29. Postigo das Velhas.
30. Torre de Cimo de Vila.
31. Porta Nova.
32. Postigo da Ferraria.
33. Torre e Porta do Vale.
34. Postigo de Fundo de Vila.
35. Postigo das Vivandeiras.


21
31
30
15
32
19
9
33
8
11
29
10
13
20
14
1
12
15
34
7
6
25
24
1
26
4
5
2
3
22
18
17
23
28
1
35
2
27
0
15
90 m

A prova pública de defesa da presente dissertação ocorreu a 10 de Novembro de 2023, sendo a mesa de júri composta pelo Presidente Professor Doutor Nuno Valentim Rodrigues Lopes, pelo Arguente Doutor João Luís Rebelo Ferreira Marques e pelo Orientador Professor Doutor Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva. A classificação final atribuída foi de 19 valores.